FERNANDO ALBERTO PEREIRA DE SOUSA
BOLSEIRO DO INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A POPULAÇÃO PORTUGUESA NOS INÍCIOS DO SÉCULO XIX

Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PORTO
1979

"Toute science humaine, sans une puissante base démographique, n'est qu'un fragile château de cartes, toute l'histoire, qui ne recourt pas à la démographie, se prive du meilleur instrument d'analyse".

"Toute l'histoire est là, dans la vie qui s'écoule, dans la vie qui meurt. L'histoire, la vraie, se place nécessairement au temps de la vie, et au temps de la mort".

(Pierre Chaunu, Histoire, Science Sociale, Paris, 1974, p. 291-292)

ÍNDICE GERAL

Fontes I

A - Fontes manuscritas I

B - Fontes impressas VIII

Bibliografia XXV

A - Instrumentos de trabalho XXV

B - Trabalhos que dizem respeito a Portugal XXVIII

C - Trabalhos de carácter geral ou que dizem respeito a outros países XXXVII

I - Introdução 1

II - Divisão administrativa e eclesiástica de Portugal nos inícios do séc. XIX 9

1. Divisão administrativa 10

2. Divisão eclesiástica 23

III - Os recenseamentos de 1801-1802 28

1. Antecedentes - breve análise da demografia portuguesa nas últimas décadas do séc. XVIII 29

2. Valor e limites dos recenseamentos 48

2.1. Os anos dos recenseamentos 48

2.2. A efectivação dos recenseamentos 58

2.2.1. Recenseamento de 1801 58

2.2.2. Recenseamento de 1802 64

2.3. Análise crítica dos recenseamentos 66

2.3.1. Fogos 67

2.3.2. Almas 70

2.3.3. Nascimentos, casamentos e óbitos 79

2.4. Análise demográfica da qualidade dos dados 88

2.4.1. Relações de masculinidade dos nascimentos ... 88
2.4.2. Relações de masculinidade 94
2.5. Conclusão 97
IV - A população portuguesa em 1801-1802 112
1. Estado da população 113
1.1. Distribuição por sexos, grupos de idades e estado civil 114
1.1.1. Minho 114
1.1.2. Trás-os-Montes 121
1.1.3. Beira 127
1.1.4. Estremadura 132
1.1.5. Alentejo 136
1.1.6. Algarve 141
1.1.7. Conclusão 148
1.2. População urbana e população rural 176
1.2.1. Minho 182
1.2.2. Trás-os-Montes 191
1.2.3. Beira 193
1.2.4. Estremadura 199
1.2.5. Alentejo 208
1.2.6. Algarve 214
1.2.7. Conclusão 225
1.3. Densidade da população 234
1.3.1. Número de habitantes por unidade de superfície 235
1.3.2. Número de habitantes por fogo 238
1.3.3. Conclusão 243
2. Movimento da população 247
2.1. Natalidade e nupcialidade 248
2.1.1. Taxa de natalidade 248

2.1.2. Taxa de nupcialidade 257
2.1.3. Taxa de fecundidade geral 262
2.1.4. Método de Hajnal 266
2.2. Mortalidade 273
2.2.1. Taxa de mortalidade 273
2.2.2. Taxa de mortalidade infantil 284
2.2.3. Mortalidade nas primeiras idades 287
2.2.4. Mortalidade dos expostos 289
2.3. Movimentos migratórios 295
2.3.1. Relações de masculinidade e movimentos migratórios 295
2.3.2. Emigração intra-peninsular 309
2.4. Conclusão 311
V - Conclusão geral 343
ANEXOS
Anexo 1 - Os censos no mundo ocidental 362
Anexo 2 - Distribuição percentual dos três grandes grupos de idades, por províncias e comarcas 364
Anexo 3 - Portugal - 1801 - Pirâmides etárias 371
Anexo 4 - Portugal - 1802 - Pirâmides etárias 374
Anexo 5 - Comércio externo do Reino de Portugal, entre 1799-1802 379

Abreviaturas de carácter demográfico

A./F. - dimensão média dos fogos (almas); número médio de almas por fogo

A.M.A. - aumento médio anual

H - sexo masculino

HM - total dos dois sexos

M - sexo feminino

M.A.N. - média anual de nascimentos

M.A.O. - média anual de óbitos

RM - relação de masculinidade expressa em percentagem

R.M.N. - relação de masculinidade dos nascimentos, expressa em percentagem

S.F. - saldo fisiológico

TBM - taxa bruta de mortalidade por 1 000

TBN - taxa bruta de natalidade por 1 000

T.B.Nupc. - taxa bruta de nupcialidade por 1 000

T.C.G. - taxa de crescimento global, expressa em percentagem

T.F.G. - taxa global de fecundidade geral por 1 000

T.M.I. - taxa de mortalidade infantil por 1 000

T.V. - taxa de variação, expressa em percentagem

Outras abreviaturas

A.C.C.P. - Arquivos do Centro Cultural Português

A.C.L. - Academia das Ciências de Lisboa

A.D.B. - Arquivo Distrital de Braga

A.E.B. - Arquivo Episcopal de Bragança

A.H.M. - Arquivo Histórico Militar

A.H.M.F. - Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

A.H.M.O.P. - Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

A.H.U. - Arquivo Histórico Ultramarino

A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

B.A.H.M. - Boletim do Arquivo Histórico Militar

B.A.R. - Biblioteca da Assembleia da República

B.I.N.E. - Biblioteca do Instituto Nacional de Estatística

B.N.L. - Biblioteca Nacional de Lisboa

B.P.M.P. - Biblioteca Pública Municipal do Porto

H.M.A.R.S.L. - Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa

I.P.I. - Investigador Portuguez em Inglaterra

F O N T E S

A - FONTES MANUSCRITAS

L I S B O A

1 - Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

- População da villa de Coruche. Pertencente a freguezia de S. João Baptista. Debacho das ordens do capitão de infantaria com exerçício de engenheiro Theodoro Marques Pereira da Silva. Com o capitam Ignacio Joze Leão e ajudantes João Xavier de Andrade, Feliciano Joze Pereira da Silva, códice 20 - - Z - 25.

- População da villa de Salvaterra de Magos. Pertencente a freguezia de S. Paulo. Anno de 1788. Debaxo das ordens do capitão engenheiro Theodoro Marques Pereira da Silva pello ajudante engenheiro Ignacio Joze Leão, códice 20 - Z - 75.

- População da villa de Samora Correa. Pertencente a freguezia de Nossa Senhora da Oliveira. Anno de 1789. Debaxo das ordens do capitão engenheiro Theodoro Marques Pereira da Silva pello ajudante engenheiro Ignacio Joze Leão, códice 20 - Z - 76.

2 - Arquivo Histórico Militar

- Censo da provincia do Minho em 1794. Rellação das jurisdicções e freguesias da provincia do Minho em 1794.

- Da povoação das freguezias comprehendidas no Mappa, 1791 (Leiria e mais 9 freguesias).

- Mapas da população da comarca de Guimarães (1781 - 1790).

- Mappa geral da grandeza do territorio e população, que contém a comarca de Castello-Branco, 1799, (ms. de José Pereira de Lacerda).

- Parecer sobre a propozição do methodo, que pareça mais vantajozo, para se verificar a população do Reyno, se por via dos ministros ou cappitães mores, 1792, (ms. de Francisco Xavier Noronha).

- Povoação do Reyno, 1792.

3 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Memorias paroquiaes de 1758, 43 volumes.

- Plano da correicção. Mappas (ms. de José António de Sá), Reino, maço 326.

4 - Biblioteca da Assembleia da República

Caixas 1 a 140, especialmente, as caixas 100 a 110, que contêm a documentação relativa à lei das donatarias de 1790, à demarcação do Reino e aos recenseamentos de 1801 - 1802. Salientem-se alguns códices:

caixa 103

- Nova demarcação e regulação das comarcas e districtos da provincia de Tras os Montes, (ms. de Columbano Pinto ribeiro de Castro).

- Mappa do estado actual da provincia de Tras os Montes (ms. de Columbano Pinto Ribeiro de Castro).

- Resposta das camaras da provincia de Tras os Montes.

- Index geral dos titulos, e provas do plano de correição que o doutor José António de Sá, corregedor da comarca de Moncorvo tem a honra de aprezentar a sua Magestade.

caixa 104

- Comarca de Coimbra, capital da provincia da Beira. Demarcação do termo e comarca desta capital.

- Plano do novo regulamento das comarcas da provincia da Estremadura, 1797, (ms. de José de Abreu Bacelar Chichorro).

- Memorias sobre o estado actual da villa de Recardaens e annexas, 1794.

- Taboa da popullação das nove freguezias da cidade de Coimbra, aros e arrabaldes; predios urbanos e rusticos, 1795.

- Copia da informação e do mappa de todas as terras da comarca de Coimbra, e das que se lhe podem anexar para milhor comodidade dos povos, 1791 - - 1792.

caixa 106

- Memoria economico politica da provincia da Extremadura (ms. de José de Abreu Bacelar Chichorro). Uma cópia deste códice foi publicada por Bensabat Amzalak.

5 - Biblioteca da Academia Real das Ciências

- Livro das ferias da Typographia da Academia Real das sciencias (desde Janeiro de 1801).

- Livro das ferias e recibos da Typographia da Academia Real das sciencias (desde 1 de Julho de 1800).

- Memorias economicas e physicas, ms. azuis, 373 - - 377 - 378.

6 - Biblioteca do Instituto Nacional de Estatística

- Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com as nações estrangeiras, 1796 - 1802.

- Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus dominios, 1796 - 1802.

7 - Biblioteca Nacional de Lisboa

- Cadastro da Provincia do Minho pelo tenente-coronel de engenheiros Custódio José Gomes Vilas Boas, códice 944. Foi publicado por António Cruz.

- Descripção do rio Douro por cima do cachão de Sam Salvador denominado no paiz = cachão da Baleira = com o mappa das freguesias superiores ao mesmo cachão, e outro das freguesias confinantes com Castela, rezumo das estradas, e itinerario da digressão que fizerão os commissarios encarregados d'esta averiguação (1790), códice 728.

- Dietario do mosteiro de S. Bento da Saude de Lisboa (1798 - 1812), códices 731 - 732.

- Mappas da população, producoens, fundos das confrarias. Rendimentos das ordens religiosas e plantacoins feitas em consequencia dos capitullos de correição da comarca de Viana, por António Xavier de Moraes Pinto Teixeira Homem, códice 902. A publicar.

- Governo civil das provincias, códice 6936.

- Mappa das Naçoẽns, e dos Portos, códice 6936.

- Mappa do numero de freguezias da cidade com os fogos, segundo o recenseamento de 1801, compromissarios, e eleitores, que corresponde a cada huma dellas, e prezidentes nomeados, cx. 141, nº 63.

- Mappa geral de differentes objectos, e noticias do Reyno do Algarve. Feito no tempo do conde de Val de Reys, governador e capitão general do dito Reyno, 1788, códice 922. Em publicação.

- Memoria sobre o estado da agricultura da provincia do Minho, principalmente tocante á parte florestal, e idêas geraes sobre o estado das suas manufacturas, commercio e pescas, (ms. do visconde de Balsemão), códice 10 750.

- Memorias e reflexões desde o anno de 1799, códice 9909.

- Memorias sobre a villa de Alhandra e jurisdicção temporal, que os prelados da Sé Patriarcal de Lisboa exercitão n'ella de tempo antigo, 1796, códice 1 662.

- Noticias sobre industria, códice 610.

- Rellação universal de todas as pessoas existentes nas freguezias do arcibispado de Evora feita por ordem de sua Magestade que Deos goarde, o Augustissimo senhor rey dom João quinto, no mes de junho do prezente anno de 1732, cx. 1, nº 6.

P O R T O

Biblioteca Pública Municipal do Porto

- Discurso sobre o paiz do Douro, no qual se declara o modo de crear, e conservar hum estabelecimento em beneficio d'agricultura, educação da mocidade pobre, e sustento dos mendigos do mesmo paiz, códice 563.

B R A G A

Arquivo Distrital de Braga

- Copia da resposta dada pelo capitão engenheiro Custodio José Gomes Villas Boas, director das obras do rio Cavado ao governador das justiças do Porto sobre os quesitos que remetteo relativos á mesma obra, 1802, ms. 912/7.

BIBLIOTECAS PARTICULARES

- Livro das idades de meus filhos. Também dos nascimentos de meus avós e algumas antiguidades desta villa de Ovar.
- Livro para os capitulos de vizita da freguezia de S. Pedro de Agréla, comarca da Maia, bispado do Porto, 1772 - 1867.

- Exposição que fez o desembargador Gervásio de Almeida Pais sobre o estado actual da Agricultura, e do trafico das lans na provincia do Alentejo (1788).

- Memoria sobre a agricultura deste Reino e das suas conquistas (1790 ?), escrita por Gervásio de Almeida Pais.

- Observaçoens e exames feitos sobre as cauzas do atrazamento e ruina da agricultura e povoação na provincia do Alentejo, especialmente nas terras da commarca de Beja, onde os abuzos são muito similhantes aos que se practicão nas outras commarcas da mesma provincia (1789), escrita por Gervásio de Almeida Pais.

B - FONTES IMPRESSAS

ALBUQUERQUE, João da Costa Brandão - Censo de 1864. Relação das freguezias do Continente e ilhas. População, sexos, fogos. Divisão civil, judicial, militar e ecclesiástica, Lisboa, 1866.

ALDAMA AYALA, Don José - Compendio geografico-estadístico de Portugal y sus posesiones ultramarinas, Madrid, 1855.

ALMANAQUE de Lisboa, Lisboa, 30 vol., 1782 - 1826.

ALMEIDA, António de - "Annaes vaccinicos de Portugal, ou memoria chronologica da vaccinação em Portugal, desde a sua introdução até o estabelecimento da instituição vaccinica da Academia Real das Sciencias", História e Memorias da Academia Real das Sciencias, IV, parte II, Lisboa, 1816, 40 - - 64.

- "Descripção historica e topografica da cidade de Penafiel", História e Memorias da Academia Real das Sciencias, X, parte II, Lisboa, 1830, 1 - 180.
- História da febre que grassou na cidade de Penafiel em 1791 e 1792, Coimbra, 1792.

AMARAL, António Caetano do - Memorias para a história da vida do venerável arcebispo de Braga, D. Fr. Caetano Brandão, Braga, II t., 2ª edição, 1868.

AMZALAK, Moses Bensabat - O "Despertador da agricultura de Portugal" e o seu autor o intendente D. Luiz Ferrari Mordau, Lisboa, 1951.

ANALYSES criticas, economicas e politicas ou cauzas verdadeiras das menores producções do Alentejo, a maior e melhor provincia de Portugal, e seu armazem provizional, assim como a da Estremadura, por muito semelhante aquella. Notadas e publicadas a beneficio do Reino e do Estado por Aonio ou Cidadão Camponio. 1806, Lisboa, 1823.

ANDRADE, V. Joaquim de - Memoria sobre as pescarias reais do Reino do Algarve, Lisboa, 1813.

ANNAES das Sciencias, das Artes e das Letras, Paris, 16 vol., 1818 - 1823.

ANTILLON, Don Isidore - Elementos de la geografia astronómica natural y política de España y Portugal, Madrid, 2ª edição, s/d.

ÁVILA, António José de - Relatório sobre o cadastro, Lisboa, 1848.

BALBI, Adrien - Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi, les portugais des deux hémisphères, Paris, 2 t., 1822.

- Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise, Paris, 1822.

BATISTA, Manuel Dias - "Ensaio de huma descripção fizica e economica de Coimbra, e seus arredores", Memorias Economicas, I, Lisboa, 1789, 254 - 298.

BARROS, José Joaquim Soares de - "Loxodromia da vida humana ou memoria em que se mostra, qual seja a carreira da nossa especie pelos espaços da nossa pre-

sente existencia". Memorias de Mathematica e Phisica, II, Lisboa, 1799, 306 - 321.

- "Memoria sobre as cauzas da differente população de Portugal em diversos tempos da monarquia", Memorias Economicas, I, Lisboa, 1789, 123 - 151.
- "Memoria sobre os hospitaes do Reino", Memorias Economicas, IV, Lisboa, 1812, 128 - 142.

BEAWES, Wyndham - A civil, commercial, political, and literary history of Spain and Portugal,London, 2 vol., 1793.

BENEVIDES, Inácio António da Fonseca - "Discurso historico sobre os trabalhos da instituição vaccinica, recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 24 de Junho de 1818", Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias, VI, parte I, Lisboa, 1819, XXVI - XLV.

BEZERRA, Manuel Gomes de Lima - Os estrangeiros no Lima, Coimbra, 2 t., 1785 - 1791.

BROTERO, Felix de Avelar - "Reflexões sobre a agricultura de Portugal, sobre o seu antigo e presente estado, e se por meio de escolas ruraes praticas, ou por outras, ella pode melhorar-se, e tornar-se florente", Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias, V, parte I, Lisboa, 1815, 75 - 92.

CABRAL, Adolfo - Southey e Portugal, 1774-1801. Aspectos de uma biografia literária, Lisboa, 1959.

O CAMPEÃO portuguez ou o amigo do rei e do povo, Lisboa, 1819 - 1821.

CARDOSO, Luis - Diccionario geografico, Lisboa, 2 vol., 1747 - 1751. (até à letra C).

CARLOS, Frei Inácio de São - Discurso moral e politico sobre os contrabandos, Porto, 1814.

CARRÈRE, J. B. F. - Tableau de Lisbonne, em 1796; suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce Royaume, Paris, 1797.

CARVALHO, Luís Gomes de - "Primeira parte da memoria descriptiva ou noticia circunstanciada do plano e processo dos efectivos trabalhos hydraulicos empregados na abertura da barra de Aveiro segundo as ordens de S.A.R. o Principe Regente Nosso Senhor", Jornal de Coimbra, VII, parte I, nº XXXII, Lisboa, 1814, 49 - 85.

CASTELO-BRANCO, Fernando - "Subsídios para o estudo do problema agrário no Alentejo, nas primeiras décadas de Oitocentos", Arquivos do Centro Cultural Português, IV, Paris, 1972, 338 - 355.

CHICHORRO, José de Abreu Bacelar - A memoria económico-politica da província da Estremadura (introdução e notas por Moses Bensabat Amzalak), Lisboa, 1943.

COLECÇÃO auxiliar de leis, 3 vol., 1770 - 1810.

COLECÇÃO das leis, 4 vol., 1780 -1804.

COLLECÇÃO de opúsculos sobre a vaccina feitos pelos sócios da Academia Real das Sciencias, que compoêm a instituição vaccînica e publicados de ordem da mesma Academia, Lisboa, 1812.

CORNIDE, José - "Estado de Portugal en el año de 1800", Memorial Histórico Español, XXVI-XXVII-XXVIII, Madrid, 1893 - 1898.

CORREIO Braziliense ou armazem literario, Londres, 29 t., 1808 - 1822.

COSTA, Agostinho Rebelo da - Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto, Porto, 2ª edição, 1945.

COSTA, António Carvalho da - Corografia portuguesa, Lisboa, 3 vol., 1706 - 1712.

COSTA, José Inácio da - "Memoria agronomica relativa ao concelho de Chaves", Memorias Economicas, I, Lisboa, 1789, 351 - 398.

COSTIGAN, Arthur William - Cartas de Portugal, 1778-1779, Lisboa, 2 vol., s/d.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo - Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas colonias, Lisboa, 1794.

COUTINHO, Mateus de Sousa - "Memoria historica da população e agricultura de Portugal", Jornal de Coimbra, V, nº XXIII, Lisboa, 1813, 231 - 254.

CRUZ, António - Geografia e economia da provincia do Minho nos fins do século XVIII. Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas, Porto, 1970.

"DESCRIPÇÃO da villa de Torrão, na provedoria de Béja", Jornal de Coimbra, VI, XXV, Lisboa, 1814, 54 - - 55.

"DESCRIPÇÃO economica de certa porção consideravel de territorio da comarca de Thomar, e proxima á mar-

gem direita do Tejo", Historia e Memorias da Academia, VIII, parte II, Lisboa, 1823, 43 - 149.

DIAS, José dos Santos - "Expostos. O que se tem passado a este respeito em Monte-alegre", Jornal de Coimbra, VII, parte II, XXXIV, Lisboa, 1814, p.182 - - 184.

FALCÃO, Agostinho Mendonça - "Memoria historica sobre a villa de Cea", Historia e Memorias da Academia, VIII, parte II, Lisboa, 1823, p. 1 - 42.

FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da - "Descripção economica do territorio que vulgarmente se chama Alto-Douro", Memorias Economicas, III, Lisboa, 1791, 36 - 72.

FORJAZ, João de Macedo Pereira da Guerra - "Extracto de huma memoria sobre o estudo da agricultura da comarca de Castellobranco", Historia e Memorias, IV, parte II, Lisboa, 1816, 1 - 21.

OS FRADES julgados no tribunal da Razão, Lisboa, 1814.

FRANCO, Francisco Soares - Diccionario de agricultura, extrahido em grande parte do "Cours d'agriculture de Rosier", com muitas mudanças principalmente relativas á theoria,e ao clima de Portugal, Lisboa, 5 t., 1804 - 1806.

FRANZINI, Marino Miguel - "Noticias estadisticas sobre a extensão e população do Reino de Portugal, e Ilhas no Oceano Atlantico", Almanach Portuguez, Lisboa, 1826, 1 - 18.

- Reflexões sobre o actual regulamento do exercito de Portugal, publicado em 1816; ou analyse dos

artigos essencialmente defeituosos e nocivos á Nação, Lisboa, 1820.

FUNCHAL, Marquês do - O conde de Linhares dom Rodrigo Domingos António de Sousa Coutinho, Lisboa, 1908.

GASCON, Manuel - "Extracto da descripção topographica da villa de Monchique, reino do Algarve", Jornal de Coimbra, IV, Lisboa, 1813, 209 - 210.

GAZETA da agricultura e commercio de Portugal, Lisboa, 1811 - 18813.

GESTEIRA, J. J. Martins - Memorias historicas da villa da Póvoa de Varzim, Porto, 1851.

GIRALDES, J. P. C. Casado - Tratado completo de cosmographia, e geographia-historica, physica e commercial antiga e moderna, I, Paris, 1825.

INFORMAÇÕES para a estatistica industrial publicada pela repartição de pesos e medidas. Districto de Aveiro, Lisboa, 1867.

INSTRUCÇÕES que devem regular as eleições dos deputados, que vão formar as Cortes Extraordinarias Constituintes no anno de 1821, Lisboa, 1821.

INVESTIGADOR portuguez em Inglaterra, London, 23 t., 1811 - 1819.

IRIA, Alberto - "O Algarve económico na época do marquês de Pombal. (Introdução a um códice inédito de 1774 da autoria do bacharel José Viegas de Andrade, auditor do regimento de infantaria de Lagos)", Industria Portuguesa, 1947, nº 229, 167-170; nº 231,

277-282; nº 232, 333-337; nº233,435-438; nº 235, 541-545; nº 236, 603-606; e 1948, nº 239, p. 21--24 (a publicação ficou incompleta).

JESUS, Fr. Manuel do Bom - "Memoria sobre a villa de Viana do Minho", Jornal de Coimbra, IV, nº XVIII, Lisboa, 1813, 141 - 163.

JORNAL de Coimbra, Lisboa, 16 vol., 1812 - 1820.

JORNAL encyclopedico de Lisboa, Lisboa, 2 t., 1820.

JORNAL encyclopedico, dedicado á Rainha Nossa Senhora e destinado para a instrucção geral, com a noticia dos novos descobrimentos em todos as sciencias, e artes, Lisboa, 1779 - 1793.

JORGE, Ricardo - Origens e desenvolvimento da população do Porto. Notas históricas e estatísticas, Porto, 1899.

LACERDA, João Limpo Pimentel Pereira de - Mappa historico, politico, militar e moral da cidade de Évora, Lisboa, 2 vol., 1804.

LEAL, José Joaquim - Diccionario estadistico-geografico do Reino de Portugal, e Algarves, ou descripção circunstanciada de todas as provincias, governos militares, dioceses, comarcas, concelhos, vilas, freguezias, lugares, ou aldeias, e mais povoações do Reino, Lisboa, 1822 (até à letra B).

LIMA, Luís Caetano de - Geografia historica de todos os Estados soberanos da Europa, Lisboa, 2 vol., 1734 - - 1736.

LINK e Hoffmanegg - Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799 par...suivie d'un essai sur le commerce du Portugal, Paris, 3 vol., 1803-1805.

LOBO, Constantino Botelho Lacerda - "Memorias sobre a agricultura do Algarve e melhoramento que pode ter", Jornal de Coimbra, I, Lisboa, 1812, 240 - - 253, 315 - 322, 405 - 416.

- "Memoria sobre a decadencia da pescaria de Monte Gordo", Memorias Economicas, III, Lisboa, 1791, 351 - 374.

- "Memoria sobre a decadencia das pescarias em Portugal", Memorias Economicas, IV, Lisboa, 1812, 312 - 383.

- "Memoria sobre algumas observações feitas no anno de 1789 relativas ao estado da pescaria de Entre Douro e Minho", Memorias Economicas, IV, Lisboa, 1812, 384 - 415.

- "Memoria sobre as marinhas de Portugal", Memorias Economicas, IV, 159 - 193.

- "Memoria sobre as pescarias de Portugal", Jornal de Coimbra, II, Lisboa, 1812, 3 - 21, 81 - 90, 153 - 166, 229 - 251.

- "Memoria sobre o estabelecimento da cultura do chenopidio maritimo, donde se tira a barrilha ou soda", Memorias Economicas, IV, 94 - 110.

- "Observações sobre alguns peixes do mar e rios do Algarve", Historia e Memorias, V, parte II, Lisboa, 1818, 1 - 48.

LOPES, João Batista da Silva - Corografia ou memoria economica estadistica e topografica do Reino do Algarve, Lisboa, 1841.

- Memorias para a historia ecclesiastica do bispado do Algarve, Lisboa, 1848.

LOPES, José Bento - "Observações meteorologicas e medicas, feitas na cidade do Porto no mez de Janeiro de 1792", Jornal Encyclopedico, Fevereiro de 1792, 303 - 330; Março de 1792, 49 - 58; Abril de 1792, 210 - 233.

MAPPA alfabetico das povoações de Portugal, que tem juiz de primeira intrancia, contendo (além dos titulos) a provincia, diocese, comarca, provedoria, juiz, e donatario a que cada huma pertence; algumas observações sobre os que tem diversa jurisdição civil e ecclesiastica, e os que são cabeças titulares dos grandes do Reino, Lisboa, 1811.

MAPPA geral das 27 divisões eleitoraes do Reino de Portugal e Algarve, distribuidas segundo a nova divisão do territorio em 17 districtos administrativos, e calculadas quanto á população pelos ultimos mappas, fundados nos recenciamentos enviados á Commissão de Estatistica até ao anno de 1828.

MARUGÁN Y MARTIN, D. José - Descripción geográfica física, política, estadística, literaria del Reino de Portugal y dos Algarves, comparado com los principales de Europa, Madrid, 2 vol., 1833.

MASCARENHAS, J. Fernandes - O que os documentos nos dizem sobre alguns aspectos da vida económica do Algarve no século XVIII, Coimbra, 1942.

MEMORIA estatistico-historica sobre a administração dos expostos na cidade do Porto, Porto, 1823.

"MEMORIA sobre a cidade de Aveiro", Jornal de Coimbra, II, nº VII, Lisboa, 1812, 22 - 29 (ver o Investigador Portuguez em Inglaterra, VI, 339 - 348).

MEMORIA sobre a utilidade da inoculação das bexigas vaccinas, traduzida do alemão, e offerecida a todos os professores de medecina e cirurgia, pais de familias, e chefes de corporações, por hum amigo da humanidade; com hum additamento de varias noticias tiradas dos papeis publicos de Paris, e huma exposição dos signaes da verdadeira vaccina, Lisboa, 1801.

MENDONÇA, Manuel António de Morais - "Memoria, que contém huma breve descripção do concelho de Mont'Alegre, ou Barroso, sua população, causas, que a diminuem, caracter dos seus habitantes, producções do Paiz, quanto podem augmentar-se, seu commercio, gados, e manufacturas", Jornal de Coimbra, III, Lisboa, 1813, 324 - 341.

MENEZES, Alberto Carlos de - "Estadistica da agricultura ao norte e sul do Tejo", Archivo Rural, III, Lisboa, 1860, 13 - 18, 36 - 41, 66 - 72, 119 - - 123, 150 - 154, 177 - 182, 205 - 211, 239 - - 246, 260 - 263.

- Plano da reforma das foraes e direitos bannaes, fundado em hum novo systema emphyteutico nos bens da Coroa, de Corporações, e de outros senhorios singulares, Lisboa, 1825.

MESQUITA, João Manuel de Campos e - "Extracto da memoria sobre o destroço em que se achão as creações do gado vaccum", Memorias economicas, IV, 416 - 423.

MIÑANO, Sebastian de - Diccionario geografico-estadistico de España y Portugal, Madrid, 11 vol., 1826 - - 1829.

MURPHY, James Cavanah - Voyage en Portugal à travers les provinces d'Entre Douro et Minho, de Beira, d'Estremadura et d'Alentejo dans les anneés 1789 et 1790, Paris, 2 vol., 1797.

NOTÍCIA sobre a Contenda de Moura, Lisboa, 1889.

"OBSERVAÇOENS sobre os mappas da povoação do Reino, e ilhas", Investigador portuguez em Inglaterra, I, London, 1811, 96 - 122.

OLIVEIRA, Domingos Nunes de - Discurso juridico economico politico em que se mostra a origem dos pastos que neste Reino chamão communs, sua differença dos publicos, e os direitos porque, deverião regular-se sem offender os da propriedade, e dominio dos particulares a beneficio da agricultura em geral e em particular para a comarca de Castello-Branco e das mais que houver semelhantes pastos, Lisboa, 1788.

PACCA, Bartolomeo - Notizie sul Portogallo con una breve relazione della nunziatura di Lisbona dall'anno 1795 fino all'anno 1802, Modena, 1836.

PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de - Preservativo das bexigas, e dos seus terriveis estragos, ou historia da vaccina, dos seus effeitos ou symptomas, e do methodo de fazer a vaccinação e c., Lisboa, 1801.

PINTO, António Joaquim de Gouveia - Compilação das providências a bem da criação e educação dos expostos, Porto, 1820.

- Exame critico e historico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga e moderna, tan-

to patria, como subsidiaria, e das nações mais vizinhas e cultas, relativamente aos expostos, ou engeitados, Lisboa, 1828.

A POPULAÇÃO de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique. (introdução de Joaquim Veríssimo Serrão), Paris, 1970.

PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova - "Observações que seria util fazerem-se para a descripção economica da comarca de Setubal", Memorias Economicas, III, Lisboa, 1791, 298 - 305.

- "Observações sobre o mappa da povoação do termo da villa de Azeitão", Memorias Economicas, III, p. 322 - 328.

- "Sobre a cultura dos terrenos baldios que ha no termo da villa de Ourem", Memorias Economicas, II, Lisboa, 1790, 413 - 430.

O PORTUGUEZ ou mercurio politico, commercial e literario, Londres, 16 vol., 1814 - 1823.

POURCELLE, Edgard e E. Bonnaventure - Essais historiques sur le Portugal statistique, Paris, 1871.

RAMOS, Luis A. de Oliveira - Inéditos do Cardeal Saraiva (Historiografia monástica), Braga, 1976.

RANQUE, H. - Lettres sur le Portugal, écrites à l'occasion de la guerre actuelle, Paris, 1796.

RATTON, Jacome - Recordacoens de... sobre occurrencias do seu tempo em Portugal... de maio 1747 a setembro de 1810, Londres, 1813.

RELAÇÃO dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1801 para 1802, Coimbra, 1802.

RELATORIO-consulta da Repartição de Estatistica ácerca da Estatistica Geral de Portugal, Lisboa, 1861.

ROLÃO, Jorge Garpar de Oliveira - "Breve descripção topographica da villa d'Alpedrinha e seu districto, na comarca de Castello-Branco", Jornal de Coimbra, V, nº XXV, Lisboa, 1814, 13 - 22.

SÁ, José António de - Compendio de observaçoens que formão o plano da viagem politica, e filosofica, que se deve fazer dentro da Patria, Lisboa, 1783.

- "Descripção economica da Torre de Moncorvo", Memorias Economicas, III, 253 - 290.

SALEMA, Vasco da Costa - "Castelo Branco no final do século XVIII", Estudos de Castelo Branco, 20, Castelo Branco, 1966, 57 - 70

SALGUEIRO, Joaquim José Marques Torres - "Estatistica sobre a agricultura, população e c. da comarca de Villa Viçosa, Jornal Encyclopedico de Lisboa, II, Lisboa, 1820, 300 - 333.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos - A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana, Porto, 1977 (dactilografado).

SEQUEIRA, Joaquim Pedro Fragoso de - "Memoria ácerca da cultura, e utilidade dos castanheiros na comarca de Portalegre", Memorias Economicas, II, 295 - 354.

SERRÃO, Joel - Demografia portuguesa, Lisboa 1973.

SILVA, António Delgado da - Collecção da legislação portugueza, desde a ultima compilação das Ordenações, 1750 - 1820, Lisboa, 9 vol., 1825 - 1842.

SILVA, Henrique José da - "Relação da entrada e sucessos dos hespanhóis na província do Alentejo, no ano de 1801, desde 20 de Maio até 6 de Junho", Boletim do Arquivo Historico Militar, 6º vol., Lisboa, 1936, 191 - 225.

SILVA, José Veríssimo Alvares da - "Memoria das verdadeiras cauzas porque o luxo tem sido nocivo aos portuguezes", Memorias Economicas, I, 207 - 222.

- "Observações botanico-meteorologicas do anno de 1800 feitas em Thomar", Memorias Economicas, V, Lisboa, 1815, 138 - 144.

SILVEIRA, António Henriques da - "Racional discurso sobre a agricultura, e população da provincia de Alem-Tejo", Memorias Economicas, I, 41 - 122.

SIQUEIRA, Joaquim Pedro Fragoso de - "Memoria sobre a introdução das gadanhas alemãs, e flamengas em Portugal", Memorias Economicas, V, 1 - 44.

SOARES, José Pinheiro de Freitas - "Sobre a preferencia do leite de vaccas ao leite de cabras para o sustento das crianças, principalmente nas grandes casas de expostos; e sobre algumas outras materias, que dizem respeito á criação delles", Memorias Economicas, V, 278 - 335.

SOUSA, Fernando de - A memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790), Porto, 1794.

- Subsídios para a historia social do arcebispado de Braga. A comarca de Vila Real nos fins do século XVIII, Braga, 1976.

SOUSA, Hermínio Soares da Costa e - Monografia sôbre a industria da cutilaria, Lisboa, 1918.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e - Esboço de um diccionario juridico, teoretico e pratico remissivo as leis compiladas e extravagantes, Lisboa, 2 vol., 1825 - 1827.

SOUTHEY, Robert - Journals of a residence in Portugal, 1800 - 1801, and a visit to France, 1838. Supplemented by extracts from his correspondence. Edited by Adolfo Cabral, Oxford, 1960.

SOUTO, José Pinto Rebelo de Carvalho e - "Extracto da descripção da villa de Longroiva e suas aguas mineraes, remettida á Academia", Historia e Memorias, VII, parte II, Lisboa, 1821, 1 - 12.

A STATISTICAL and geographical survey of Spain and Portugal, giving a detailed and special account of the provinces, cities, and towns of both Kingdoms, London, 1808.

SUBSÍDIOS para a história da Estatística em Portugal

I Cadastro do Reino, 1801 - 1802 (de José António de Sá), Lisboa, 1945.

II Taboas Topograficas e estatisticas, 1801 (de Araújo Travaços), Lisboa, 1948.

TORRES, Manuel Agostinho Madeira - "Descripção historica e economica da villa e termo de Torres Vedras",

Historia e Memorias, VI, Parte I, Lisboa, 1819, 12 - 138; XI, parte II, Lisboa, 1835, 231 - 312.

TRAVASSOS, António de Araújo - "Discurso politico sobre a agricultura, particularmente a de Portugal". Annaes das sciencias das Artes, e das Letras, XVI, Paris, 1822, 5 - 34.

TRAVELS through Spain and part of Portugal, with commercial, statistical, and geographical details, London, 2 vol., 1808.

VANDELLI, Domingos - "Memoria sobre a agricultura deste Reino e das suas conquistas", Memorias Economicas, I, Lisboa, 1789, 164 - 175.

VARELA, Joaquim José - "Memoria estatistica á cerca da notavel villa de Monte Mor o Novo", Historia e Memorias, V, parte I, Lisboa, 1817, 1 - 97.

"VIAGEM mineralogico-botanica, e c. de Coimbra a Coja", Jornal Encyclopedico, Lisboa, Agosto de 1789, 163 - - 186; Setembro de 1789, 297 - 327; Outubro de 1789, 3 - 25; Novembro de 1789, 115 - 132.

VICENTE, António Pedro - "Memórias políticas, geográficas e militares de Portugal - 1762/1796", Boletim do Arquivo Histórico Militar, 41º vol., Lisboa, 1971, 11 - 298.

XAVIER, Cândido José - "Considerações sobre a statistica", Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras, X, Paris, 1820, 134 - 168.

B I B L I O G R A F I A

A - INSTRUMENTOS DE TRABALHO

BRANCO, Manuel Bernardes - Portugal e os estrangeiros, Lisboa, 5 vol., 1879 - 1895.

BIBLIOGRAFIA corográfica de Portugal, Lisboa, 3 vol., 1962 - 1968.

CARVALHO, A. Ayres de - Catálogo da colecção de desenhos (da Biblioteca Nacional de Lisboa), Lisboa,1977.

CATÁLOGO da livraria Duarte de Sousa. (Séculos XV a XVIII; séculos XIX e XX), Lisboa, 2 vol., 1972 - - 1974.

"CATÁLOGO das cartas da Mapoteca (A.H.M. - 3ª Divisão--47ª secção)", Boletim do Arquivo Histórico Militar, 43º vol., 144 - 320.

COSTA, Américo - Diccionario chorografico de Portugal continental e Insular, Porto, 12 vol., 1929 - - 1949.

COUTINHO, Bernardo Xavier C. - Bibliographie franco--portugaise. Essai d'une bibliographie chronologique de livres français sur le Portugal, Porto, 1939.

CUNHA, Alfredo da - Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641 - 1821), Lisboa, 1941.

DICIONÁRIO da História de Portugal, Lisboa, 4 vol., 1963 - 1970.

FIGANIÈRE, Jorge César de - Bibliografia historica portugueza, Lisboa, 1850.

FIGUEIREDO, Mesquita de - Subsidios para a bibliografia da historia local portuguêsa, Lisboa, 1933.

GRANDE enciclopédia portuguesa e brasileira, Lisboa, 40 vol.

LAUTENSACH, Herman - Bibliografia geografica de Portugal, Lisboa, 1973 (reimpressão).

LEAL, Pinho - Portugal antigo e moderno, Lisboa, 12 vol., 1873 - 1890.

MARQUES, A. H. Oliveira - História de Portugal, Lisboa, 2 vol., 1972 - 1973.

MENDES, H. Gabriel - Catálogo de cartas da mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral (policopiado), Lisboa, 1969.

PEREIRA, A. X. da Silva - O jornalismo portuguez, Lisboa, 1895.

PEREIRA, Benjamin Enes - Bibliografia analítica de etnografia portuguesa, Lisboa, 1965.

SILVA, António de Morais - Diccionario da lingua portugueza, Lisboa, 2 vol., quarta edição, 1831

SILVA, Inocêncio da e Brito Aranha - Diccionario bibliografico portuguez, Lisboa, 22 vol., 1858 - 1914.

VERBO/Enciclopédia luso-brasileira de cultura, Lisboa, 18 vol., 1963 - 1976.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, Porto, 2 vol., ed. crítica, 1962 - 1964.

B - TRABALHOS QUE DIZEM RESPEITO A PORTUGAL

AFREIXO, José Maria da Graça - Memoria historico-economica do concelho de Serpa, Coimbra, 1884.

ALARCÃO, Alberto de - Mobilidade geográfica da população de Portugal. (Continental e Ilhas Adjacentes). Migrações internas, 1921 - 1960, Lisboa, 1969.

ALMEIDA, Fortunato de - História da Igreja em Portugal, Porto, 1967 - 1970.

- História das instituições em Portugal, Porto, 1903.

ALVES, Francisco Manuel - Memorias archeologico-historicas do distrito de Bragança, Porto, XI, vol, 1909 - 1948.

AMARAL, Diamantino Antunes do - "A laguna: vida, morte e ressurreição de Aveiro", Aveiro e seu distrito, 6, Aveiro, 1968, 34 - 45.

AMORIM, Maria Norberta de Simas Bettencourt - Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. (Estudo demográfico), Lisboa, 1973.

ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito - Memorias historico-estatisticas de algumas villas e povoações de Portugal com documentoe inéditos, Lisboa, 2ª edição, 1871.

BASTO, Artur de Magalhães - A fronteira hispano-portuguesa. (Ensaio de geografia política), Coimbra, 1923.

BOURDON, Léon - "Lettres inédites du duc de Lafões à José Corrêa da Serra, 1795 - 1804", Bulletin des Etudes Portugaises, Nouvelle Série, 32, 1971, 71 - - 97.

BRÁSIO, P. António - "Três diocesses pombalinas: Castelo Branco, Penafiel, Pinhel", Lusitania Sacra, III, 1958, 165 - 223.

BRITO, Elvino de - Memoria elucidativa sobre a estatistica em Portugal, Lisboa, 1886.

BRITO, Joaquim José Rodrigues de - Memorias politicas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, e principalmente de Portugal, Lisboa, 3 vol., 1803 - 1805.

BRITO, Raquel Soeiro de - "Lisboa. Esboço geografico", Boletim Cultural Junta Distrital de Lisboa, série III, 82, Lisboa, 1976.

CALDAS, António José Pereira - Guimarães. Apontamentos para a sua história, Porto, 2 vol., 1881.

CALDAS, Eugénio de Castro e Manuel de Santos Loureiro - - Regiões homogéneas no continente português. Primeiro ensaio de delimitação, Lisboa, 1966.

CAMPOS, Ezequiel de - O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos, Lisboa, 1943.

CÂNDIDO, L. Morgado - Aspectos regionais da demografia portuguesa, Lisboa, 1969.

CAVACO, Arminda - O Algarve oriental. As vilas, o campo e o mar, Faro, 2 vol., 1976.

COELHO, José Maria Latino - Historia politica e militar de Portugal desde os fins do XVIII século até 1814, Lisboa, III t., 1874 - 1891

CORREIA, Francisco António - História económica de Portugal, Lisboa, 2 vol., 1929 - 1931.

DULAC, António Maximino - Vozes dos leaes portugueses ou fiel echo das suas novas acclamações á religão, a el rei e ás Cortes destes reinos, com a franca exposição que a estas fazem das suas queixas, e remedios que lhes implorão dos seus males, Lisboa, 2 t., 1820.

ESTUDOS de Castelo Branco. Bicentenário da cidade de Castelo Branco, 1771 - 1971, 36, Castelo Branco, 1971.

FERRÃO, António - A 1ª invasão francesa. (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807 - 1808). Estudo político e social, Coimbra, 1923.

FIGUEIREDO, A. Lopes de - Noticia historica das cidades, vilas e casas ilustres da provincia do Minho, Braga, 1873.

GALVÃO, A. M. - Um século de história da Companhia de Pescarias do Algarve. Elementos para o estudo da pesca do atum no Algarve e da sua evolução historico-juridica, Faro, 1948.

GIRÃO, Aristides de Amorim - Geografia de Portugal, Porto, 3ª ed., 1965

- "Origens e evolução do urbanismo em Portugal", Revista do Centro de Estudos Demográficos, 1, Lisboa, 1945, 39 - 77.

GODECHOT, Jacques - "Le Portugal et la Révolution (1789--1814)", Arquivos do Centro Cultural Português, VII, Paris, 1973, 279 - 297.

GODINHO, Vitorino Magalhães - "L'émigration portugaise du XV^{e} siècle à nos jours: histoire d'une constante structurale", Conjoncture économique. Structures sociales. Hommage à Ernest Labrousse, Paris, 1974.

- "L'émigration portugaise (XV^{e} - XX^{e} siécles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde", Revista de História Económica e Social, 1, Lisboa, 1978, 5 - 32.
- A estrutura na antiga sociedade portuguesa, Lisboa, 1971
- Prix et monnaies au Portugal, 1750 - 1850, Paris, 1955.

GONÇALVES, Artur - Anais torrejanos, Torres Novas, 1939.

GUIMARÃES, Manuel da Silva - História de uma fábrica. A real fábrica de fiação de Thomar, Santarém, 1976.

LIVI BACCI, Massimo - A century of portuguese fertility, Princeton, 1971.

LOUREIRO, José Pinho - "Coimbra no século XIX", Arquivo Coimbrão, XXIII, Coimbra, 1968, 47 - 95.

MACEDO, Jorge Borges de - Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII, Lisboa, 1963.

MACHADO, F. Falcão - "Nótula sobre a população de Coimbra", Arquivo Coimbrão, XXV, Coimbra, 1970.

MADAIL, A.G. da Rocha - "O isento nullius diocesis de Santa Cruz de Coimbra", Arquivo Coimbrão, V, Coimbra, 1940, 214 - 286.

MARCADÉ, Jacques - "Le canton de Beja à la fin du XVIII^e siècle. Étude socio-économique", Portugaliae Historica, I, Lisboa, 1973, 102 - 174.

- Une comarque portugaise - Ourique - entre 1750 et 1800, Paris, 1971.
- "Le diocèse de Beja dans la seconde moitié du XVIII^e siècle", Bulletin des Études Portugaises, Nouvelle Série, 32, 1971, 55 - 69.
- Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, évèque de Beja, archevêque d'Evora (1770 - 1814), Paris, 1978.
- "Les hommes et la vie dans l'Alentejo du XVIII^e siècle", Arquivos do Centro Cultural Português, X, Paris, 1976, 185 - 211.

MARTINS, Francisco Assis de Oliveira - Pina Manique. O político. O amigo de Lisboa, 1948.

MENDES, Humberto Gabriel - Cartografia e engenharia da ria e barra de Aveiro no último quartel do século XVIII, Aveiro, 1974.

MONTEIRO, António Xavier de Sousa - Manual de direito ecclesiastico parochial para uso dos parochos, Coimbra, 2 vol., 1867 - 1868.

MOURA, Carneiro de - História economica de Portugal, Lisboa, 1913.

NAZARETH, J. Manuel - "Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930 - 1970)",

Análise Social, 52, Lisboa, 1977, 901 - 986.

- "A dinâmica da população portuguesa no período 1930 - 1970", Análise Social, XIV, (56) 1978, 729 - 800.

- O envelhecimento da população portuguesa, Lisboa, 1979.

OLIVEIRA, Artur Águedo de - "Um estudo sobre o centeio", Revista do Centro de Estudos Económicos, 7, Lisboa, 1948, 7 - 120.

OLIVEIRA, Aurélio de - A abadia de Tibães e seu domínio, (1630 - 1680). Estudo social e económico, Porto, 1974.

- Mappa historico e politico do Reyno de Portugal, Porto, 1974.

OLIVEIRA, Maria Celeste dos Santos Duarte de - A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760-- 1784. (Ensaio de demografia histórica), Lisboa, 1974.

PEREIRA, Miriam Halpern - "Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX", Análise Social, VII, 25 - 26, Lisboa, 1969, 85 - 117.

RAMOS, Luis António de Oliveira - O carteal Saraiva, Porto, 1971.

A REAL fábrica de lanifícios de Cascais, Cascais, 1964.

REFLEXÕES a favor do estabelecimento de um porto franco em Lisboa, Lisboa, 1825.

RIBEIRO, Orlando - Ensaios de geografia humana e regio-

nal, I, Lisboa, 1970.

- A evolução agrária no Portugal mediterrâneo, Lisboa, 1970

- Portugal, vol., V da Geografia de España y Portugal, Barcelona, 1955.

- Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico, Lisboa, 1963.

RUIZ MORALES, José Miguel - La economia del bloque hispano-portugués, Madrid, 1946.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - "A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX", Portugaliae Historica, I, Lisboa, 1973, 13 - 80.

SERRÃO, Joel - "Conspecto histórico da emigração portuguesa", Análise Social, VIII, 32, Lisboa, 1970, 597 - 617.

- "População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos fins do século XVIII", Análise Social, 47, Lisboa, 1976, 748 - 762 (com outros autores).

- 'Subsídios para o estudo da demografia de Trás-os-Montes nos fins do século XVIII', Lisboa, 1973 (com outros autores).

- Das razões históricas dos fracassos industriais portugueses, Lisboa, 1978.

SIDERI, Sandro - Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas, Lisboa, 1978.

SILBERT, Albert - "Contribuition à l'étude du mouvement du prix des céréales à Lisbonne(du milieu du 18 ème au milieu du 19 ème siècle)", Revista Econo-

mica, VI, fasc. II, Lisboa, 1953, p. 65 - 80.

- Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista. Lisboa, 1972.

- Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIII^{e}-début des XIX^{e} siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée, Paris, 2 vol., 1966.

SILVA, A. Vieira da - "A população de Lisboa", Dispersos, II, Lisboa, 1960, 11 - 83.

SILVA, Armando Carneiro da - "Evolução populacional coimbrã", Arquivo Coimbrão, XXIII, Coimbra, 1968, 193 - 288.

SILVA, Daniel Augusto da - Contribuição para o estudo comparativo do movimento da população em Portugal, Lisboa, 1870.

SILVA, F. Marques da - O povoamento da Metrópole observado através dos censos, Lisboa, 1970.

SILVA, José Gentil da - "Vida urbana e desenvolvimento: Portugal, país sem cidades", Arquivos do Centro Cultural Português, V, Paris, 1972, 734 - 746.

SORIANO, Simão José da Luz - História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, Lisboa, 17 vol., 1866 - 1890.

SOUSA, Fernando de - " A indústria das sedas em Trás-os-Montes", Revista de História Económica e Social, 2, Lisboa, 1978, 59 - 73.

- A indústria em Trás-os-Montes (1780 1813), Vila Real, 1977

- Portugal nos fins do Antigo Regime. (Fontes para

o seu estudo), Braga, 1977.

TABORDA, Virgílio - Alto Trás-os-Montes, Coimbra, 1932.

VALENTE, Vasco - O vidro em Portugal, Porto, 1960.

VASCONCELOS, José Leite de - "Acção episcopal na formação e desenvolvimento dos povoações portuguesas", Biblos, 7, 1931, 97 - 111.

VEIGA, Manuel Luís da - Escola mercantil sobre o commercio assim antigo como moderno, entre as nações commerciantes dos velhos continentes, Lisboa, 1802.

C - TRABALHOS DE CARÁCTER GERAL OU QUE DIZEM RESPEITO A OUTROS PAÍSES

ABEL, Wilhelm - Crises agraires en Europe (XIII^{e} - XX^{e} siècles), Paris, 1973.

ACTES du Colloque International de Démographie Historique, Paris, 1965.

ALONSO ALVAREZ, L. - Industrializacion y conflictos sociales en la Galicia del Antigo Regimen, 1750 - - 1830, Madrid, 1976

ANES ALVAREZ, Gonzalo - El Antiguo Régimen; los Borbones, vol., IV da Historia de España Alfaguara, Madrid, 1975.

- Las crisis agrarias en la España moderna, Madrid, 1974 (reimpressão).

ARIÈS, Philippe - L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime, Paris, 1973.

- Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII^{e} siècle, Paris, 1971.

- L'homme devant la mort, Paris, 1977.

BAIROCH, Paul - Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX^{e} siècle, Paris, 1976.

BARATA, Óscar Soares - Introdução à demografia, Lisboa, 1968.

BARDET, J. P. - "Enfants abandonnés et enfants assistés à Rouen dans la seconde moitié du XVIII^{e} siècle", Hommage à Marcel Reinhard. Sur la population fran-

çaise au XVIII^{e} siècles, Paris, 1973, 19 - 47.

BARREIRO MALLON, Baudilio - "Demografia y crisis agrarias en Galicia durante el siglo XIX", Las fuentes y los metodos. Trabajos de historia cuantitativa serial de Galicia, Santiago de Compostela, 1977, 215 - 241.

- "Interior y costa: dos muestras de uma estructura demografica antigua en la Galicia rural", Las fuentes y los metodos. Trabajos de historia cuantitativa serial de Galicia, Santiago de Compostela, 1977, 165 - 189.

BIRABEN, J. N. - "Essai sur la statistique des causes de décès en France sous la Révolution et le Premier Empire", Hommage à Marcel Reinhard. Sur la population française au XVIII^{e} et au XIX^{e} siècle, Paris, 1973, 59 - 70.

BOUVIER, Jean - "Les crises économiques. Problématique des crises économiques du XIX^{e} siècle et analyses historiques: le cas de la France", Faire de l'histoire. Nouvelles approches, II, Paris, 1974, 25 - - 50.

BRAUDEL, Fernand - "Pre-modern town", The Early Modern Town, New York, 1976, 53 - 90.

BURGUIÈRE, André - "La démographie", Faire de l'histoire. Nouvelles approches, II, Paris, 1974, 74 - 104.

CHAUNU, Pierre - La civilisation de l'Europe classique, Paris, 1961.

- La civilisation de l'Europe des Lumières, Paris, 1971.

- "Les Espagnes périphériques dans le monde moderne. (Notes pour une recherche)", Revue d'histoire économique et sociale, XLI, 1963, 145 - 182.
- Histoire. Science sociale. La dureé. l'espace et l'homme à l'Époque Moderne, Paris, 1974.
- Un futur sans avenir. Histoire et population, Paris, 1979.

CHEVALIER, Louis - "Towards a history of population", Population in History, London, 3ª ed., 70 - 78

CLARK, Colin - Population growth and land use, New York, 1967.

CLARK, Peter - "Introduction: the early modern town in the west", The Early Modern Town, 1976, 1 - 42.

COMBES, J. - "Population mouvante et criminalité à Versailles à la fin de l'Ancien Régime", Hommage à Marcel Reinhard. Sur la population française au XVIII^{e} et au XIX^{e} siècle, Paris, 1973, 135 - 159.

CONJONCTURE économique. Structures sociales. Hommage à Ernest Labrousse, Paris, 1974.

CORSINI, Carlos A. - "Self-regulating mechanisms of traditional populations before the demographic revolution: European civilizations", International Population Conference, 3, Mexico, 1977, 5 - 23.

DINET, D. - "Statistique de mortalité infantile sous de Consulat et l'Empire", Hommage à Marcel Reinhard. Sur la population française au XVIII^{e} et au XIX^{e} siècle, 215 - 230.

DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio - La sociedad española en el siglo XVIII, Madrid, 1955.

- Sociedad y Estado en el siglo XVIII español, Barcelona, 1976

EIRAS ROEL, Antonio - "Test de concordancia aplicado a la critica de vecindarios fiscales de la epoca preestadistica", Las fuentes y los metodos. Trabajos de historia cuantitativa serial de Galicia, 113 - 138.

THE EARLY Modern Town, New York, 1976

EVEDY, MC, Colin e Richard Jones - Atlas of world population history, Penguin Books, 1978

EVERITT, Alan - "The market towns", The Early Modern Town, 168 - 204.

FLANDRIN, Jean-Louis - Les amours paysannes (XVI^{e} - XIX^{e} siècle), Éditions Gallimard, 1975

FLEURY, Michel e Louis Henry - Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien, Paris, 1965

THE FONTANA Economic History of Europe. (The Industrial Revolution, IV, 1), Glasgow, 2ª edição, 1975.

FRANCISCO BUSTELO - Introducción ao estudo cuantitativo da poboación galega no século XVIII, Grial, s/d

LAS FUENTES y los metodos. Trabajos de historia cuantitativa serial de Galicia, Santiago de Compostela, 1977.

GARCIA-LOMBARDERO, Jaime - La agricultura y el estancamiento economico de Galicia en la España del Antiguo Regimen, Madrid, 1973.

GEORGE, Pierre - População e povoamento, Lisboa, 1975.

GÉRARD, Hubert e Guilhaume Wunsch - Comprendre la démographie. Méthodes d'analyse et problèmes de population, Marabout Université, 1973.

GLASS, D. V. - "Population and population movements in England and Wales, 1700 to 1850", Population in History, 220 - 246.

GODINHO, Vitorino Magalhães - "Histoire économique et économie politique", Revista de Economia, IV, fasc. III, Lisboa, 1951, 121 - 128.

GOUBERT, Pierre - L'Ancien Régine, Paris, 2 vol., 5ª ed., 1976.

- "Legitimate fertility and infant mortality in France during the eighteenth century: a comparison", Population and social Change, 1972, 320 - 330.
- "La mortalité en France sous l'Ancien Régime. Problèmes et hypothèses", Actes du Colloque International de Démographie Historique, 79 - 92.
- "Recent theories and research in french population between 1500 and 1700", Population in History, 457 - 506.

GUILLAUME, P. e J. Poussou - Démographie historique, Paris, 1970.

HABAKKUK, H. J. - "English population in the eighteenth century", Population in History, 268 - 284.

HAJNAL, J. - "European marriage patterns in perspective", Population in History, 100 - 143.

HÉLIN, Étienne - "Le déroulement de trois crises à Liège au XVIII^{e} siècle", Actes du Colloque International de Démographie Historique, 483 - 497.

HENRY, Louis - "Le contrôle des recensements", Population, 2, 1949, 231 - 249.

- Démographie. Analyse et modèles, Paris, 1972.
- "La Démographie au service de l'Histoire", Hommage à Marcel Reinhard. Sur la population fraçaise au XVIII^{e} et au XIX^{e} siècles, 341 - 350.
- "La masculinité par âge dans les recensements", Population, 1948, 9 - 31.
- The population of France in the eighteenth cetury", Population in History, 434 - 456.
- Técnicas de análise em demografia histórica, Curitiba, 1977.

HERLILY, David e Christiane Klapisch-Zuber - Les Toscans et leurs familles. Une étude du catasto florentin de 1427, Paris, 1978.

HISTOIRE économique et sociale de la France. (Des derniers temps de l'âge seigneurial aux préludus de l'âge industriel, 1660 - 1789), II, Paris, 1970.

Historia social y economica de España y America (Los Borbones. El siglo XVIII en España y America), IV, 1974.

HOMMAGE à Marchel Reinhard. Sur la population française au XVIII^{e} et au XIX^{e} siècles, Paris, 1973.

HUBER, M., H. Bunle e F. Boverat - La population de la France. Son évolution et ses perspectives, Paris, s/d.

HUGON, Paul - Démographie, Dalloz, 1971.

KRAUSE, J. T. - "The changing adequacy of english registration, 1690 - 1837", Population in History, 379 - - 393.

KEYFITZ, Nathan e Wilhelm Flieger - Population. Facts and methods of demography, São Francisco, 1971.

LABROUSSE, Ernest, Ruggierro Romano e F.-G. Dreyfus - Le prix du froment en France au temps de la monnaie stable (1726 - 1913), Paris, 1970.

LADURIE, Le Roy - Le territoire de l'historien, Éditions Gallimard, 1977.

LEBRUN, François - Les hommes et la mort en Anjou aux 17^{e} et 18^{e} siècles, Paris, 1971.

- La vie conjugale sous l'Ancien Régime, Paris, 1975.

LEVY, J. M. -"Contribution à l'histoire démographique du département de l'Ain à la fin du XVIII^{e} et au début du XIX^{e} siècle: le qualitatif et le quantitatif", Hommage à Marchel Reinhard, 427 - 438.

LIVI BACCI, Massimo - "Fertility and nuptiality changes in Spain from the late 18th to the early 20th century", Population Studies, XXII, nº I, 1968, 98 - - 102.

- "Fertility and population growth in Spain in the eighteenth and nineteenth centuries", Population and Social Change, London, 1972, 173 - 184.

LOPES, António Simões - As funções económicas dos pequenos centros, Lisboa, 1971.

LUCAS LABRADA, José - Descripción económica del Reino de Galicia, Vigo, 2ª edição, 1971.

MARSHALL, T. H. - "The population problem during the industrial revolution: a note on the present state of the controversy", Population in History, 246 - - 268.

MASSARI, M. - "Le recensement de l'an II à Sèvres", Hommage à Marcel Reinhard, 439 - 444.

MAULEON ISLA, Mercedes - La población de Bilbao en el siglo XVIII, Valladolid, 1916.

MEIJIDE PARDO, Antonio - "La emigracion gallega intrapeninsular en el siglo XVIII", Estudios de Historia Social de España, IV, 2º, Madrid, 1960, 461- - 606.

MELÓN, Amando - "Los censos de la población en España", Estudos Geograficos, 43, 203 - 281.

MEUVRET, Jean - "Les crises de subsistences et la démographie de la France d'Ancien Régime", Études d'Histoire Économique, Paris, 1971, 271 - 278.

- "Demographic crisis in France from the sixteenth to the eighteenth century", Population in History, 507 - 522.

MITCHELL, B.R. - European historical statistics, New York, 1975.

MOLS, Roger - Introduction à la démographie historique des villes d'Europe du XIV au XVIII siècle, Louvain, 3 vol., 1953.

MOUCHEZ, Philippe - Démographe, Paris, 1968.

NADAL-OLLER, Jorge - "Les grandes mortalités des années 1793 à 1812: effets à long terme sur la démographie catalane", Actes du Colloque International de Démographie Historique, 409 - 421.

- La población española. Siglos XVI a XX, Barcelona, 1966.

PELLER, Sigismund - "Births and deaths among Europe's ruling families since 1500", Population in History, 36 - 100.

PÉREZ GARCIA, José Manuel - "Demografia tradicional en dos localidades de la Galicia atlantica", Las fuentes y los metodos. Trabajos de historia cuantitativa serial de Galicia, 139 - 163

POPULATION and housing inquires in U. S. decennal censuses, 1790 - 1970, Washington, 1973.

POPULATION and Social Change, London, 1972

POPULATION in History. Essays in historical demography, London, 3ª ed., 1974.

POTTER, J. - "The growth of population in America, 1700 - - 1860", Population in History, 631 - 688.

PRESSAT, Roland - L'analyse démographique, Paris, 1969.

PROST, Marie-André - La hiérarchie des villes en fonction de leurs activités de commerce et de service, Paris, 1965.

REINHARD, Marchel - "Rapport sur les recherches et les méthodes en France", Actes du Colloque Interna-

tional de Démographie Historique, 63 - 78.

REINHARD, Marcel, André Armengaud e Jacques Dupaquier - - Histoire générale de la population mondiale, Paris, 3ª ed., 1968.

RODRIGUEZ FERREIRO, Hilario - "La demografia de Hio durante el siglo XVIII", Las fuentes e los metodos, 191 - 214.

ROMERO DE SOLIS, Pedro - La población española en los siglos XVIII y XIX, Madrid, 1973.

RUIZ ALMANSA, J. - "El censo de población en España de 1797", Revista Internacional de Sociologia, V, 1947, 233 - 247.

SAUVY, Alfred - L'Europe et sa population, Paris, 1953.

- A população, Lisboa, s/d.
- Théorie générale de la population, II - La vie des populations, Paris, 1966.

SHIROCK e Siegel - The methods and materials of demography, Academic Presse, 1975

SJOBERG, Gideon - "The nature of the pre-industrial city", The Early Modern Town, 43 - 52

SPENGLER, Joseph J. - "Demographic factors and early modern economic development", Population and Social Change, 87 - 98.

VILAR, Pierre - "Crecimiento económico y análisis histórico", Crecimiento y desarrollo. Economia e historia. Reflexiones sobre el caso español, Barcelona, 1976, 17 - 105.

WRIGLEY, E.A. - "Mortality in pre-industrial England: the example of Colyton, Devon, over three centuries", Population and Social Change, 243 - 273.

- Société et population, Paris, 1969.

WUNSCH, Guillaume J. e Marc G. Termote - Introduction to demographic analysis. Principles and methods, New York, 1978.

I

INTRODUÇÃO

Este trabalho, que tem por tema a população portuguesa em princípios do séc. XIX, baseia-se, fundamentalmente, nos recenseamentos efectuados em 1801 e 1802.

Do censo de 1801, conheciam-se já os seus resultados globais, divulgados nas primeiras décadas do séc. XIX (1) e, até, um resumo do mesmo, publicado em 1948, pelo Instituto Nacional de Estatística (2). Desconhecia-se, porém, o grau de confiança que tais fontes nos mereciam pois, não só se ignoravam os dados originais que teriam permitido chegar a tais resultados, como a crítica interna das referidas fontes, pondo em evidência lacunas graves e erros grosseiros, levantava sérias dúvidas quanto aos cálculos apresentados.

Do censo de 1802, desconhecia-se qualquer referência ou notícia relativa ao mesmo, tendo permanecido, até ao momento, inédito.

O fundo documental constituído por ambos os recenseamentos, faz parte do Arquivo da Assembleia da República, uma vez que, em 1821, os "mappas e papeis relativos á povoação do Reyno", que se encontravam na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, foram remetidos às Cortes Gerais e Extraordinárias a fim de servirem de base às instruções que deviam regular as eleições dos deputados às Cortes Constituintes (3).

O levantamento exaustivo das fichas que integram tais censos reservou-nos a desagradável surpresa de verificarmos que, se as lacunas do recenseamento de 1801 eram menosprezáveis, o mesmo não acontecia com o recenseamento de 1802, o qual, apesar de ter sido, como o censo do ano anterior, de âmbito nacional, não abrangia as populações de algumas dioceses do Reino, sobretudo, do Portugal me

ridional. As pesquisas efectuadas no Arquivo da Assembleia da República, no sentido de, eventualmente, detectarmos a parte do recenseamento de 1802 que falta, revelaram-se inúteis, embora aí se encontrem, ainda, fundos documentais por reconhecer ou inventariar, que não pudemos consultar. Inútil, também, se demonstrou a investigação que fizemos no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, atinente ao mesmo fim, aqui, muito facilitada, uma vez que a documentação relativa à Secretaria da Fazenda foi enviada para a quinta da Amora, onde se encontra a monte (não se deve exigir demasiado dos arquivos portugueses), sendo vedada a sua consulta!...

Assim e no que diz respeito ao censo de 1802, dispomos de dados que apenas nos permitem a cobertura parcial do país (4), facto tanto mais lamentável quanto este censo completa, em muitos aspectos, o recenseamento de 1801, principalmente, no que diz respeito à composição da população portuguesa por grupos de idades e estado civil e à distribuição da mortalidade por grupos etários.

O nosso trabalho não se limitou, contudo, ao levantamento e exploração destes recenseamentos, uma vez que nos servimos, igualmente, de todas as fontes, manuscritas ou impressas, que dizem respeito à população portuguesa dos finais de Setecentos e primeiros anos de Oitocentos, nomeadamente, dos recenseamentos do Minho, Trás-os-Montes e Algarve, levados a cabo nas últimas décadas do séc. XVIII, fontes que nos obrigaram a um labor crítico considerável, mas que forneceram preciosos contributos quanto ao estado e movimento da população.

Desde cedo, todavia, nos apercebemos que o nosso trabalho, de índole essencialmente demográfica, exigia o levantamento sistemático da divisão administrativa e eclesiástica do Reino, nos princípios de Oitocentos, a fim de conhecermos as freguesias e conce -

lhos que integravam as comarcas, províncias e dioceses, já para detectarmos possíveis lacunas, já para podermos comparar os dados relativos a uma mesma região ou circunscrição administrativa, em anos diferentes, já, ainda, para evitarmos o cálculo errado da população, a nível regional e nacional. Esse levantamento administrativo-eclesiástico, que nos vimos obrigados a elaborar, dada a inexistência de estudos deste carácter para o Antigo Regime, extenuante e complexo, por razões que se apontam mais adiante, constitui o apêndice deste trabalho, uma vez que julgamos mais útil e qualificada a sua apresentação, que a mera transcrição dos dados do recenseamento de 1801, por freguesias ou concelhos, os quais, porém, se encontram prontos para publicação.

A necessidade de avaliarmos a natureza e importância das fontes de que nos servimos e de, por outro lado, situarmos historicamente os recenseamentos de 1801-1802 - os quais, sem esquecer a influência dos censos espanhóis de 1787 e 1797, este, publicado em 1801, e dos censos francês e inglês realizados, também, em 1801, representam, sobretudo, o coroar de esforços contínuos, por parte do Estado português, no sentido de se calcular a população portuguesa -, levou-nos à análise da demografia portuguesa nas décadas finais do séc. XVIII, ao estudo das condições e da caracterização, ainda que sumária, dos anos em que se processaram os censos, e à crítica histórica e demográfica dos mesmos.

Seguidamente, abordamos o estado e movimento da população portuguesa, por províncias, e a nível nacional. Com efeito, pensamos que é útil e necessário analisar, por províncias, a realidade demográfica, pois, não podemos ignorar a diversidade regional que o nosso país (no passado, muito mais que no presente), mau grado a sua reduzida extensão, encerra. Numerosos, variados e complexos fac

tores exercem a sua influência, positiva ou negativa sobre a população, sua evolução, dinâmica, mentalidade, etc. Regiões diferentes, geográfica, histórica, económica e socialmente, apresentam, sob o aspecto demográfico, estruturas e características próprias.

A repartição da população por sexos e grupos de idades baseia-se, fundamentalmente, no censo de 1801, enquanto que a distribuição por estado civil, só foi possível através do recenseamento de 1802.

No capítulo relativo à população urbana e população rural, apresentamos vários critérios susceptíveis de permitir a distinção entre aqueles dois tipos de população, e procuramos caracterizar, em ligeiros traços, as vilas ou cidades que, nos finais de Setecentos, inícios de Oitocentos, teriam funções urbanas.

A densidade da população, por unidade de superfície e por fogos, permite-nos corrigir as estimativas até agora apresentadas e que se baseavam, em Franzini, para a densidade por unidade de superfície e em Balbi, para a dimensão média dos fogos.

No que diz respeito à natalidade, nupcialidade e mortalidade, basicamente, servimo-nos dos dois recenseamentos. Não consultamos os pobres e desprezados livros de registo paroquial, os quais, aliás, para algumas regiões, não são fáceis de localizar, encontrando-se, ainda, de um modo geral, por recolher e inventariar. Tal consulta, para alcançar resultados minimamente significativos, à escala nacional, deveria cobrir os anos compreendidos entre 1795-1805 e abranger algumas dezenas de paróquias. Tarefa incompatível com este estudo, fruto de um esforço meramente individual, a exigir trabalho de várias equipas.

Finalmente, tratamos dos movimentos migratórios que se faziam sentir no Portugal de então e, em especial, da intensidade da

emigração nas diferentes províncias do Reino.

Pensamos, assim, ter contribuido um pouco, para o conhecimento da ignorada demografia portuguesa anterior a 1864, conscientes, porém, que, este estudo, mais que um ponto de chegada é tão-só um ponto de partida para futuras e imprescindíveis investigações.

Resta-nos expressar o nosso reconhecimento a todos aqueles que, de algum modo, contribuiram para este trabalho.

À Faculdade de Letras do Porto, através do seu Conselho Científico, por todas as facilidades que nos foram concedidas a fim de concluirmos esta dissertação de doutoramento.

Ao professor doutor A. H. Oliveira Marques, director desta tese, pela orientação e ajuda que sempre nos concedeu durante a elaboração da mesma.

Ao professor doutor Manuel Nazareth que, pacientemente, nos guiou nos caminhos difíceis mas aliciantes da Demografia.

Ao professor doutor Vitorino Magalhães Godinho, pelos ensinamentos colhidos nas suas lições, pelas hipóteses de trabalho, sempre fecundas, que nos levantou, pelo espírito crítico que nos transmitiu.

Para eles, aqui fica expresso o testemunho da nossa profunda gratidão.

NOTAS

(1) - O volume I do Investigador Portuguez em Inglaterra, Londres, 1811, p. 106-121, publicou os resultados do censo de 1801, por bispados, incluindo os isentos do Priorado do Crato, de Santa Cruz de Coimbra e de Grijó, indicando o número de freguesias que formavam as dioceses, a população por sexos e grupos de idades, os nascimentos, óbitos e saldo fisiológico. Marino Miguel Franzini, no Roteiro das Costas de Portugal, Lisboa, 1812, serviu-se das "excellentes Taboas Estadisticas que se formárão em 1801", para fornecer a população dos portos do Reino. Nas Reflexões sobre o actual regulamento do exercito de Portugal, publicado em 1816; ou analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à nação: com o projecto de um plano de organisação para o mesmo exercito, illustrado com mappas da povoação do Reino, Lisboa, 1820, apresenta um mapa com os dados do recenseamento de 1801, indicando o número de fogos e habitantes, por comarcas e províncias. As Instrucções que devem regular as eleições dos deputados que vão a formar as Cortes Extraordinarias Constituintes no anno de 1821, Lisboa, 1820, apresentam um mapa dos eleitores e deputados que cabem aos concelhos e comarcas do Reino, baseado no censo de 1801, do qual se referem o número das freguesias, fogos e habitantes, por comarcas.

A Lei sobre a liberdade de imprensa, de 12 de Julho de 1821, indica, por comarcas, o número de fogos.

Finalmente, Adrien Balbi, no Essai statistique sur le royaume

de Portugal et d'Algarve comparé aux autres États de l'Europe, I, Paris, 1822, p. 192-193, fornece os resultados globais do censo de 1801, apresentando o número de paróquias, fogos e habitantes, por comarcas e províncias.

(2) - São as Taboas topograficas e estatisticas de todas as comarcas de Portugal e das terras de cada huma em ordem alfabetica, com a povoação existente no anno de 1801, trabalho de Manuel Travaços da Costa Araújo, que o apresentara, em 1804, à Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, e de que existe outra cópia na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Biblioteca Ernesto do Canto, códice 153, no qual especifica o número de freguesias, fogos e almas por concelhos, em sentido lato e, ainda, os nascimentos, óbitos, homens e mulheres, por comarcas. As lacunas são evidentes. Veja-se, por exemplo, a parte relativa à comarca de Lamego.

(3) - Consulte-se Fernando de Sousa, Portugal nos fins do Antigo Regime (Fontes para o seu estudo), Braga, 1977, (separata da Revista Bracara Augusta).

(4) - Para 1802, trabalhamos com 852 freguesias e 731 583 habitantes, embora o censo forneça resultados que dizem respeito a cerca de 2 000 000 habitantes.

II

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E ECLESIÁSTICA DE PORTUGAL NOS INÍCIOS DO SÉCULO XIX

"As divisões das Provincias, que já de seu são arbitrarias, e raras vezes reguladas por limites naturaes, assim mesmo, não quadrão perfeitamente com as dos Governos militares, nem com os districtos exactos de hum certo numero de Comarcas, ou de Provedorias, ao mesmo tempo que os districtos d'estas duas ultimas também se não ajustão entre si; se a isto se ajuntão novas irregularidades que resultão das encravações, e as anomalias, que as antigas jurisdicções de Donatarios tinhão creado, e que a ultima legislação a este respeito continuou a consagrar...".

(Cândido José Xavier, "Considerações sobre a Statistica", Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras, t. X, Paris, 1820, p. 150)

1. Divisão administrativa

Portugal, ao começar o séc. XIX, encontrava-se dividido em 43 comarcas de correição das quais, 27 pertencentes à Coroa, 9 à Casa do Infantado, 4 à Casa de Bragança e 3 à Casa das Rainhas (quadro nº 1).

Lisboa e seu termo gozava de um estatuto juridico-administrativo especial, embora, geralmente, fosse considerada como uma comarca.

A divisão regional tradicional do território português, em 6 províncias, - ainda que, até ao séc. XVI, a província tivesse existência administrativa, pois constituia uma comarca -, não tinha qualquer significado, a não ser sob o aspecto histórico-geográfico:

a - os seus limites não correspondiam aos limites das comarcas; unidades territoriais demarcadas umas vezes, por acidentes naturais, outras vezes, arbitrariamente, as linhas divisórias ignoram os concelhos, freguesias, povoações até, que se distribuíam, não raras vezes, por diferentes províncias;

b - não havia qualquer magistrado, quaisquer órgãos administrativos responsáveis pelas mesmas.

A comarca era, assim, a circunscrição administrativa (e judicial) básica, constituindo a área de jurisdição do corregedor, o qual, com atribuições civis e criminais, habitava, normalmente, a "capital" da comarca e, "em correição", percorria, todos os anos, as suas câmaras.

Circunscrição muito irregular, que estava longe de obedecer a quaisquer princípios de eficácia administrativa, de homo-

geneidade geográfica, demográfica ou sociocultural, a comarca, ora cobria vastas regiões - comarcas de Bragança, Coimbra, Tomar -, dispersas por mais de uma província - comarcas de Barcelos, Lamego, Crato, Beja -, sem qualquer continuidade geográfica - Valença, Porto, Coimbra, Avis -, ora se reduzia a pequenas áreas, como as comarcas de Chão de Couce, Elvas ou Ribatejo.

O mesmo acontecia no que diz respeito à sua população, a qual variava entre 6.000 e 200.000 almas.

A lei de 19 de Julho de 1790 e o alvará de 7 de Janeiro de 1792, tendo em consideração a extensão de algumas comarcas, de tal modo que os corregedores não podiam cumprir com as suas obrigações, "nem o Povo haver a Justiça, que se lhe deve" - os habitantes de algumas comarcas demoravam 3 dias a chegar à sede das mesmas -, expressamente determinaram uma nova demarcação das comarcas, a abolição de coutos e honras e a anexação das ouvidorias, então extintas, às comarcas em que se encontravam situadas, ou com as quais confinavam, sempre que o território das ouvidorias não pudesse formar novas comarcas (1).

A lei, porém, não se cumpriu e a comarca, até à reforma de Mousinho da Silveira - decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832 -, manteve a sua estrutura tradicional:

a - Concelhos, vilas, honras e coutos, fazendo parte de uma comarca, continuaram "encravados" noutras comarcas, sujeitos a várias jurisdições, já por parte dos donatários - como Águeda, na Beira, que sofria 4 senhorios -, já por parte dos magistrados - como Alhandra, na Estremadura, onde entravam 3 corregedores, o da Corte, por ser a vila compreendida no termo dela, o da comarca do Ribatejo, por Alhandra lhe ter sido adjudicada pela novíssima lei das jurisdições e o de Torres Vedras,

"por lhe ser assinada na demarcação antiga" (2).

b - Igualmente se mantiveram correições anexas a outras comarcas, como a de Mira, da Casa das Rainhas, anexa à comarca de Aveiro; a de Odemira, anexa à comarca e provedoria de Beja; e, até, a correição das terras do duque de Cadaval, anexa à comarca de Beja, na qual o donatário "da a carta ao ministro que lhe parece", no fundo, uma autêntica ouvidoria (3).

c - Por fim, pequenas ouvidorias, incapazes de darem origem a novos territórios de correição, não foram integradas ou anexadas a qualquer comarca, assim permanecendo, desgarradas, subtraindo-se totalmente à divisão administrativa do território português, ignoradas pelos corregedores e pela própria administração central:

- Vila de Ficalho, no Alentejo, ouvidoria do conde de Ficalho, integrada por nós, para efeitos populacionais, na comarca de Beja.
- Vila de Álvaro, na Estremadura, ouvidoria do marquês de Marialva, Casa de Cantanhede, constituindo com a vila de Oleiros uma comenda da Ordem de S. João de Jerusalém, integrada por nós na comarca de Crato.
- Vilas do Rabaçal, Arega e Alvaiázere, a primeira, da Beira, as outras duas, da Estremadura, ouvidoria do duque de Cadaval, integradas por nós na comarca de Tomar.
- Vila de Vale da Coelha, na Beira, raia de Espanha, "propria" do Mosteiro de Santa Cruz, ouvidoria dos coutos da Universidade de Coimbra, integrada por nós na comarca de Pinhel.

Lisboa e seu termo encontrava-se dividida em 13 bairros e 45 julgados. Os bairros agrupavam, indistintamente, freguesias

Distribuição dos concelhos, em sentido lato, por comarcas
1801 - 1802

Quadro nº 1

Comarcas	Cidades	Vilas	Concelhos	Coutos	Honras	Julgados	Reguengos	Total
ALCOBAÇA (Coroa)	-	13	-	-	-	-	-	13
ALENQUER (Casa das Rainhas)	-	7	-	-	-	-	-	7
ARGANIL (Coroa)	-	21	-	2	-	-	-	23
AVEIRO (Coroa)	1	35	-	2	-	-	-	38
AVIS (Coroa)	-	18	-	-	-	-	-	18
BARCELOS (Casa de Bragança)	-	9	8	6	2	-	-	25
BEJA (Infantado)	1	13	-	-	-	-	-	14
BRAGA (Coroa)	1	-	-	16	-	-	-	18
BRAGANÇA (Casa de Bragança)	1	11	-	-	7	-	-	19
CASTELO BRANCO (Coroa)	1	24	-	-	-	-	-	25

c/

Distribuição dos concelhos, em sentido lato, por comarcas
1801 - 1802

Comarcas	Cidades	Vilas	Concelhos	Coutos	Honras	Julgados	Reguengos	Total
CHÃO DE COUCE (Infantado)	-	5	-	-	-	-	-	5
COIMBRA (Coroa)	1	21	-	24	-	-	4	50
CRATO (Infantado)	-	14	-	-	-	-	-	14
ELVAS (Coroa)	1	6	-	-	-	-	-	7
ÉVORA (Coroa)	1	16	-	-	-	-	-	17
FARO (Casa das Rainhas)	2	1	-	-	-	-	-	3
FEIRA (Infantado)	-	6	-	4	-	-	-	10
GUARDA (Coroa)	1	31	-	-	-	-	-	32
GUIMARÃES (Coroa)	-	2	10	13	2	-	-	27
LAGOS (Coroa)	1	6	-	-	-	-	-	7

Distribuição dos concelhos, em sentido lato, por comarcas
1801 - 1802

Comarcas	Cidades	Vilas	Concelhos	Coutos	Honras	Julgados	Reguengos	Total
LAMEGO (Coroa)	1	57	4	1	1	-	-	64
LEIRIA (Coroa)	1	9	-	-	-	-	-	10
LINHARES (Infantado)	-	7	-	-	-	-	-	7
LISBOA	1	1	-	-	-	-	-	2
MIRANDA (Coroa)	1	13	-	-	-	-	-	14
MONCORVO (Coroa)	-	20	-	-	-	-	-	20
OURÉM (Casa de Bragança)	-	2	-	-	-	-	-	2
OURIQUE (Coroa)	-	17	-	-	-	-	-	17
PENAFIEL (Coroa)	1	-	7	5	3	-	-	16
PINHEL (Infantado)	1	3	-	-	-	-	-	4

c/

Distribuição dos concelhos, em sentido lato, por comarcas
1801 - 1802

Comarcas	Cidades	Vilas	Concelhos	Coutos	Honras	Julgados	Reguengos	Total
PORTALEGRE (Coroa)	1	11	-	-	-	-	-	12
PORTO (Coroa)	1	1	9	18	9	3	-	41
RIBATEJO (Infantado)	-	7	-	-	-	-	-	7
SANTARÉM (Coroa)	-	17	-	-	-	-	-	17
SETÚBAL (Coroa)	-	19	-	-	-	-	-	19
TAVIRA (Coroa)	1	3	-	-	-	-	-	4
TOMAR (Coroa)	-	23	-	-	-	-	-	23
TORRES VEDRAS (Coroa)	-	11	-	-	-	1	2	14
TRANCOSO (Coroa)	-	46	-	-	1	-	-	47
VALENÇA (Infantado)	-	2	1	1	-	-	-	4

c/

Distribuição dos concelhos, em sentido lato, por comarcas
1801 - 1802

Comarcas	Cidades	Vilas	Concelhos	Coutos	Honras	Julgados	Reguengos	Total
VIANA (Coroa)	-	6	13	12	-	-	-	31
VILA REAL (Infantado)	-	15	5	3	1	-	-	24
VILA VIÇOSA (Casa de Bragança)	-	12	-	-	-	1	-	13
VISEU (Coroa)	1	18	30	8	-	-	-	57
TOTAL	22	579	88	115	26	5	6	841

da cidade e do termo - Alfama, Andaluz, Bairro Alto, Belém, Castelo, Limoeiro, Mocambo, Mouraria, Remolares, Ribeira, Rocio, Rua Nova e Santa Catarina -, tendo, como magistrados, corregedores ou juízes do crime.

As comarcas eram constituidas por concelhos, designação genérica que, desde o séc. XVIII, abrangia as cidades e vilas, com os seus respectivos termos - Algarve, Alentejo, Estremadura - concelhos propriamente ditos - Minho e Beira -, coutos e honras -Minho, Beira e Trás-os-Montes -, julgados - Minho, Estremadura, Alentejo -, reguengos - Beira e Estremadura - e à frente dos quais se encontravam, de acordo com a importância dos mesmos, juízes de fora, ou juízes ordinários.

Por vezes, julgado aparece com o significado de concelho, em sentido lato, classificado, de acordo com o magistrado que o preside, como julgado de vara branca ou julgado ordinário.

Coutos, honras, julgados e reguengos, administrativamente, eram considerados como concelhos propriamente ditos, dos quais apenas diferiam na origem e privilégios.

Existiam concelhos que não tinham casa da câmara, pelourinho, ou cadeia; e, muito menos, moradores que soubessem ler e escrever para servirem nos cargos da governação.

Muitos deles eram minúsculos, constituídos por uma ou duas freguesias; numerosos, sobretudo na Beira, aqueles que não integravam uma só freguesia, circunscritos a uma ou mais vintenas, e dos quais, por vezes, a administração central, nem o nome conhecia.

A confusão tornava-se inevitável, de tal modo que, as informações de corregedores e provedores, atinentes aos concelhos de uma mesma comarca, nem sempre concordavam.

Quadro nº 2

Distribuição dos concelhos, em sentido lato, por províncias

1801 - 1802

Províncias	Cidades	Vilas	Concelhos	Coutos	Honras	Julgados	Reguengos	Total
MINHO	3	15	46	67	15	3	-	149
TRÁS-OS-MONTES	2	62	5	5	8	-	-	82
BEIRA	7	270	37	43	3	-	4	364
ESTREMADURA	2	122	-	-	-	1	2	127
ALENTEJO	4	99	-	-	-	1	-	104
ALGARVE	4	11	-	-	-	-	-	15
TOTAL	22	579	88	115	26	5	6	841

Em 1801-1802, o seu número atingia os 841 (quadros nº 1 e 2), dos quais, 49, sem "freguesia propria" (quadro nº 3).

Os concelhos, em sentido lato, por sua vez, dividiam-se em vintenas, em princípio, constituídas por 20 fogos, vizinhos ou casais, à frente das quais se encontravam os juízes de vintena ou juízes vinteneiros, chamados quadrilheiros na comarca do Porto, ou julgados - raramente, apenas nos casos em que os termos das cidades ou vilas eram muito extensos, como acontecia em Lisboa, Barcelos e Bragança.

Ainda que o livro 1, tt. 65, parágrafo 74 das Ordenações determinasse a existência de juízes de vintena nas aldeias com mais de 20 vizinhos, que distassem, no mínimo, uma légua da capital do concelho, a verdade é que, nos inícios do séc. XIX, tal se não cumpria. Os termos dos concelhos dividiam-se em vintenas, pequenos distritos de uma só freguesia, quando esta tinha uma área significativa, ou abrangendo toda uma freguesia, se esta era pequena, mas, em ambos os casos, sem qualquer relação com a distância a que ficavam da sede do concelho. As vintenas definiam-se, assim, em função de um certo território e não dos lugares ou povoados; e, por tal, os juízes de vintena passaram a exercitar a sua jurisdição em todos os lugares de que o seu distrito se compunha.

As vintenas tomavam o nome do lugar principal do distrito, de uma povoação, da freguesia, de uma capela, etc. Acontecia mesmo que, por vezes, a vintena, compreendendo uma freguesia, tivesse o nome da povoação mais populosa - p. ex., a vintena do Padrão, na comarca do Crato, correspondia a toda a freguesia do Esteval.

Alguns concelhos, porém, encontravam-se divididos, não em vintenas, mas em aldeias, povos ou povoações-concelhos de San-

Quadro nº 3

Concelhos sem "freguesia própria"

1801 - 1802

Províncias	Comarcas	Concelhos
MINHO	Barcelos	couto de Casais
	Guimarães	couto da Lajeosa couto da Pousadela
	Penafiel	couto de Vila Boa de Quires
	Porto	honra de Gosende couto de Loriz
TRÁS-OS-MONTES	Bragança	honra dos Místicos
	Vila Real	vila de Canelas vila de Galegos
BEIRA	Arganil	couto de Midões
	Aveiro	vila de Aguieira vila de Anadia vila de Assequins vila de Brunhido vila de Casal de Álvaro couto da Ermida vila de Paredes do Bairro vila do Pinheiro vila de Serém vila de Sorães
	Coimbra	reguengo das Abitureiras couto de Arazede de Sta. Cruz couto de Monte Redondo couto de Urmar couto de Vale de Todos couto de Zambujal

c/

Concelhos sem"freguesia propria"

1801 - 1802

Províncias	Comarcas	Concelhos
BEIRA	Feira	vila de Pereira Susã
	Lamego	vila de Burgo vila de Campo Benfeito vila de Medelo vila de Raiva honra de Ribelas vila de Rução vila de Soutosa
	Trancoso	vila de Casal do Monte
	Viseu	vila de Aguieira couto de Arcozelo concelho do Barreiro couto do Covelo concelho do Folhadal couto de Goje vila da Perselada concelho de Ranhados couto de Rio de Mel
ESTREMADURA	Torres Vedras	vila de Enxara dos Cavaleiros
ALENTEJO	Beja Elvas Évora Vila Viçosa	vila de Água de Peixes vila de Capelins vila de Vila Nova do Principe Regente vila de Reguengo

ta Marta de Penaguião, Arouca, etc.

2. Divisão eclesiástica

Eclesiasticamente, Portugal encontrava-se dividido em 17 dioceses, ou seja, três arcebispados - o Patriarcado, Braga e Évora - e 14 bispados sufragâneos dos anteriores.

A freguesia de Tourém, comarca de Bragança, pertencia à diocese de Orense.

Bispados e arcebispados contavam áreas e populações muito diversas, criados, por vezes, arbitrariamente, como na época pombalina, mais ao capricho do governante, com fins políticos, que das reais necessidades religiosas do povo.

Dioceses havia que não tinham 50 freguesias - Elvas, Portalegre - em oposição a outras com mais de 300 - Patriarcado, Porto, Bragança e Miranda. O imenso arcebispado de Braga abrangia 1290 freguesias, estendendo-se do Alto Minho ao leste transmontano, com regiões que, durante largas dezenas de anos, não eram visitadas pelos arcebispos.

As dioceses encontravam-se divididas em arciprestados, vigairarias ou comarcas eclesiásticas que, por sua vez, integravam um número variável de freguesias.

Os seus limites não coincidiam com os limites das circunscrições administrativas, pelo que, freguesias de um mesmo concelho, povoações de uma só freguesia repartiam-se por dioceses diferentes. Por outro lado, era vulgar uma só freguesia pertencer a vários concelhos, como Santa Maria Alta de Meinedo, no Minho, repartida pelos coutos de Casais e Bustelo, pelo concelho de Lousada e pela honra de Meinedo.

As dioceses não somavam todas as freguesias do Reino, pois, algumas delas, não dependiam dos bispos ou arcebispos, mas de abades ou prelados que, não só detinham a jurisdição religiosa das mesmas, como dependiam directamente da Santa Sé.

Eram os isentos, nullius diocesis, os quais, espalhados um pouco por todo o território, encravados nas dioceses, subtraiam-se não só à hierarquia eclesiástica nacional, a que não estavam vinculados, como, até, à administração central que, não raramente, os desconhecia. Criados, normalmente, para privilegiar algumas Ordens Militares ou mosteiros, formados por uma ou várias freguesias, atingindo num ou outro caso dimensões consideráveis -- o isento do Crato, distribuido por duas províncias, identificava-se com a comarca do mesmo nome -, os isentos constituiam em Portugal - como na Espanha, pois, o isento é uma realidade ibérica -, um sério obstáculo ao conhecimento do número total das freguesias do Reino.

E não é fácil conhecer as freguesias de Portugal nos finais do Antigo Regime e pensar-se que o seu número, num dado momento, continua válido passados alguns anos.

Não nos referimos, é evidente, às novas freguesias que surgiam quando o crescimento da população, o isolamento dos povos, ou outras razões assim o justificavam. Mas às freguesias anexas, as filiais das igrejas paroquiais que, os bispos, por sua livre vontade, anexavam ou desanexavam, aumentando ou diminuindo o número das freguesias das suas dioceses. Referimo-nos, ainda, às paróquias que os prelados diocesanos pura e simplesmente suprimiam, em definitivo, ou só durante algum tempo, como aconteceu, em 1801--1802, na diocese de Elvas, devido, possivelmente, às perturbações originadas pela Guerra das Laranjas.

Em 1801-1802, o número de freguesias existentes no Reino era de 4 092, pertencendo 3 976 às 17 dioceses, 115 a 18 isentos e uma freguesia à diocese de Orense (quadro nº 4).

Uma defeituosa e arcaica organização administrativa do território, na qual, sistema administrativo e judicial se confundiam, caracterizada pela inexistência de "um centro comum de administração", por uma multiplicidade e "mistura" de jurisdições e por um excessivo se não desconhecido número de concelhos, aliada a uma desigual repartição eclesiástica do Reino, fragmentada pelos isentos, explicam, em grande parte, os "poderosos inconvenientes" com que o Estado deparava, sempre que se pretendia efectivar um recenseamento da população, o qual, necessariamente, passava pelas autoridades eclesiásticas.

Mau grado as tentativas reformistas da última década do séc. XVIII, Portugal, nos inícios de Oitocentos, mantinha ainda, quase intacta, a estrutura pesada e inoperante do Antigo Regime.

Quadro nº 4

Divisão eclesiástica de Portugal
1801 - 1802

Dioceses	Nº de Freg.		Isentos	Nº de Freg.
ALGARVE	70		BARRANCOS	1
AVEIRO	70		CRATO	36
BEJA	119		FIÃES	1
BRAGA	1 290		FONTES	3
BRAGANÇA E MIRANDA	332		GRIJÓ	7
CASTELO-BRANCO	81		LEÇA DO BALIO	5
COIMBRA	282		MONTOUTO	1
			POIARES	9
ELVAS	38		REFÓIOS DE LIMA	2
ÉVORA	144		ROMEU	1
GUARDA	205		STA. CRUZ DE COIMBRA	6
LAMEGO	241		STA. CRUZ DE LAMEGO	1
LEIRIA	50		S. CRISTÓVÃO DE LAFÕES	2
LISBOA	334		S. JOÃO DE SALZEDAS	5
PINHEL	149		S. JOÃO DE TAROUCA	4
PORTALEGRE	41		S. PEDRO DAS ÁGUIAS	8
PORTO	330		SOALHÃES	2
VISEU	200		TOMAR	21
ORENSE	1			
TOTAL	3 977		TOTAL	115

NOTAS

(1)-Ver, de Fernando de Sousa, Portugal nos fins do Antigo Regime. (Fontes para o seu estudo), Braga, 1977.

(2)-Joaquim José Ferreira Gordo - Memorias sobre a Villa de Alhandra..., cod. 1662 da B.N.L.

(3)-Subsídios para a história da estatística em Portugal.
II - Taboas topográficas e estatisticas, 1801, Lisboa, 1948, quadro relativo à comarca de Beja.

III

OS RECENSEAMENTOS DE 1801 - 1802

"As noticias Estatisticas de qualquer genero poucas vezes se podem alcançar com alguma segurança ... he só a authoridade do Governo quem as pode subministrar; e quanto mais capas he esta authoridade de se fazer respeitar, e obedecer, tanto maior confiança merecem as relaçoens que se colligem".

(Manuel Travaços da Costa Araújo, na introdução às Taboas topograficas e estatisticas de 1801)

1. Antecedentes. Breve análise da demografia portuguesa nas últimas décadas do século XVIII

"Entre os objectos mais importantes de huma Republica deve ser numerada a População do seu paiz; porque sem a força que rezulta da população, he impossivel que a Republica possa conservar-se por muitos annos, sem ser dominada dos vizinhos, aos quaes a fraqueza dos Estados confinantes costuma fazer inimigos".

(Henriques da Silveira, "Racional discurso, sobre a Agricultura, e População da Provincia do Alem-Tejo", Memorias Economicas, I, Lisboa, 1789, p. 44-45).

"a felicidade da Republica não se mede pelas suas grandes conquistas, nem pela extensão dos seus limites, ou pelas minas de ouro, ou prata, que possue; mas sim pela sua povoação, e pelos braços que nella trabalhão".

(José Veríssimo Alvares da Silva, "Memoria Das Verdadeiras cauzas porque o Luxo tem sido nocivo aos Portuguezes", Memorias Economicas, I, p. 211)

Se o séc. XVIII, na sugestiva frase de Mols, é a primeira época a ressentir-se "da fascinação dos numeros exactos" (1), tal não parece aplicar-se a Portugal.

Com efeito, ao longo de quase todo o Setecentismo português, os números não surgem, como dados rigorosos, estatísticos , enquanto expressão de uma mentalidade quantitativa, mas como conjunto de algarismos representativos dos factos sociais, que permitem, apenas, estimar, ainda que grosseiramente, os tributos a recolher, os efectivos a recrutar.

Daí o carácter precário da sua importância, logo desprezados uma vez atingido o objectivo que se pretendia. Não só desprezados, destruidos, pois, ao contrário de outros países como a Espanha ou a França, as receitas dos impostos anual ou periodicamente cobrados pelo Estado, as séries de dízimos levantadas nas dioceses, as listas dos numeramentos de carácter militar ou eclesiástico chegaram até nós, em número tão reduzido que, só a destruição de tais fontes pode explicar tal facto.

Sob o aspecto demográfico, a preocupação do número dificilmente ultrapassou a esfera restrita do numeramento dos fogos . Quer para o Estado, quer para a Igreja, o fogo é, afinal, a célula significativa, se não única da sociedade portuguesa.

A sociedade organiza-se em função da família, não do indivíduo. O indivíduo conta, apenas, na medida em que, solteiro , casado ou viúvo, se assume como chefe de um agregado familiar economicamente capaz de satisfazer os encargos ou tributos que o Estado e a Igreja lhe impõem.

Os numeramentos ressentem-se, ainda, da pouca importância que era atribuida ao conhecimento da população do Reino, pelo que, até à última década de Setecentos, são raros os censos, nacionais ou regionais, que chegaram até nós.

Ao abrir o século, Carvalho da Costa, na sua Corografia, indica o número de vizinhos das freguesias do Reino e, por vezes,

o número de maiores e menores de comunhão.

Em 1732, por iniciativa da Academia Real da História, efectuou-se um verdadeiro recenseamento, por dioceses e freguesias, indicando os fogos, e distinguindo rapazes e raparigas - - até 15 anos -, moços e moças - 15 a 25 -, homens e mulheres - - 25 a 50 -, velhos e velhas - mais de 50 anos -, recenseamento publicado por Caetano de Lima na Geografia Historica, de que se desconhecem os originais manuscritos, a não ser para as dioceses de Évora, Beja e Elvas, que foram localizados por nós. Infelizmente, os dados conhecidos estão longe de cobrir todo o território (2).

Para meados do séc. XVIII, o Diccionario Geografico refere a população das freguesias do Reino, mas de modo irregular e lacunar, pelo que, a importância demográfica de tal fonte é limitada (3).

Em 1771, teria sido efectuado um levantamento geral do Reino, não de carácter "economico" mas "imperfeitamente militar". É a este numeramento que Soares de Barros parece referir-se, quando fala das listas das freguesias e fogos do Reino, elaboradas pouco antes da divisão dos bispados, possivelmente, com o fim de servir de base à criação das novas dioceses, a partir do desmembramento das já existentes (1770-1774) e que teria apurado 633 432 fogos (4).

É, também, a partir de 1771, que passam a ser remetidas à Intendência-Geral da Polícia as listas dos baptismos, casamentos e óbitos das diferentes circunscrições do Reino, - à semelhança do que acontecia em França, desde 1770 -, e que estão na base das notícias relativas ao movimento da população, que a Gazeta de Lisboa, por curiosidade, inseria nas suas páginas.

Em 1776, foram recolhidas as listas dos povos de todas as comarcas do Reino, graças "ao talento de indagação, e à curiosidade sempre activa do senhor Diogo Ignacio de Pina Manique". Tal levantamento apurou 744 980 fogos, total de pouco crédito, pois, as listas referentes às comarcas de Pinhel, Lamego, Tomar, Leiria e Setúbal não chegaram a apurar-se, tendo de se recorrer a Caetano de Lima para se suprir tal lacuna, o que demonstra o carácter precário do levantamento de 1771 (5).

A partir da penúltima década do séc. XVIII, são visíveis traços de uma renovação mental da sociedade portuguesa que, no domínio das ciências, se caracteriza por uma maior exigência crítica no tratamento dos assuntos.

Não quer dizer que a mentalidade das corografias e dos diccionarios não continue a ocupar lugar privilegiado nas inúmeras memorias dos finais de Setecentos e se reforce, até, nas primeiras décadas de Oitocentos.

Mas o conhecimento da realidade afirma-se de um modo mais profundo. As descrições "fisicas", económicas ou sociais, divididas em capítulos, tornam-se mais precisas. A indagação e apreensão das causas que estão na base dos temas ou problemas analisados, mais cuidadas e específicas. A preocupação de carácter quantitativo, estatístico, mais generalizada, a fim de justificar ou fundamentar o diagnóstico do corpo social. Os números deixam de ser unicamente "um elemento de descripção regional ou local", ou um "objecto de colecção", e passam a formar a"base de um cálculo" (6).

Esta nova mentalidade, "estrangeirada", de raiz iluminista, que é e será, ainda, por muito tempo, privilégio de alguns, ou seja, dos que se socorrem "de luzes, de observação, de experiencias" (7), detecta-se, simultâneamente, nos estudos de carácter

económico, social e demográfico.

A população, que constituira um dos fios condutores do mercantilismo - o homem é o principal factor de riqueza -, com o fisiocratismo, transforma-se numa das preocupações fundamentais do Estado. Para este, "he de sua primeira necessidade o ter muitos vassallos; porque he somente nos seus braços que reside a Força e a Riqueza de huma Nação". Mas a população só cresce "em proporção da facilidade que há d'empregar e sustentar os homens" (8), "em proporção da massa geral das subsistencias" (9), é uma consequência da agricultura.

Para que a população aumente, torna-se necessário desenvolver a economia, principalmente a agricultura que constitui o "primeiro ramo da Industria", a verdadeira riqueza do Estado. Ora, a produção agrícola, mais que da adopção de novas técnicas, da introdução de outras culturas ou de um aproveitamento mais intensivo dos terrenos já cultivados depende, principalmente, do "rompimento" dos incultos e baldios. Rompimento efectivado através do homem, que tem a vantagem não só de mobilizar novos braços e contribuir para a extinção da pobreza, mendicidade e vagabundagem, como de aumentar as rendas e tributos do Estado. Torna-se necessário eliminar as causas físicas e morais que impedem a expansão da agricultura, porque esta é que assegura a população, população que se pretende numerosa, sem dúvida, mas, igualmente, próspera.

A população constitui, pois, a base da riqueza - o homem, afirma Arthur Young na sua Political Arithmetic (1774-1779), obra que, através da tradução francesa, tanto influenciou os economistas portugueses de finais de Setecentos, como Mordau, José Antônio de Sá e Chichorro, não tem qualquer utilidade senão produzir um excedente de riqueza -, e da força do Estado. A riqueza pública d

nação tem de se definir "em proporção a sua povoação", pois, só o desenvolvimento daquela poderá adiantar esta.

Assim se explica o carácter necessário e confidencial dos censos.

Necessário porque é preciso conhecer "o estado dos campos", as forças do Reino" a fim de se verificar "a consistencia do Patrimonio da Coroa" e determinar as medidas necessárias à boa "administraçao da Agricultura" (10). As reformas que se pretendem efectuar, a boa gestão dos negócios públicos, o incremento agrícola, passam pelo conhecimento prévio da população.

Confidencial porque a divulgação dos resultados apurados atenta contra a segurança do Estado - sobretudo, de pequenos Estados, como o Reino de Portugal -, porque permite medir "a Grandeza e a Força" da nação e, mesmo, planear mais eficazmente as operações militares, em caso de conflito, por parte de um Estado invasor.

Surgia assim e pela primeira vez, a necessidade de se levantar a população das diversas comarcas ou províncias do Reino, não com fins imediatos de natureza fiscal, militar ou eclesiástica, não, certamente, com objectivos prioritariamente demográficos, mas "para beneficio dos Povos".

Após 1780, aceleram-se as medidas que visam ao conhecimento, total ou parcial, do "estado" da população portuguesa, quer através da Intendência da Polícia, quer através da Academia Real das Ciências, ao estatuir nos seus programas, descrições económicas das comarcas ou regiões, quer, finalmente, através do Corpo Real dos Engenheiros.

Desse mesmo ano, data o "plano da divisão e transladação" das paróquias de Lisboa, que fornece, por freguesias, o número de

fogos da capital.

A 3 de Fevereiro e 31 de Julho de 1781, Pina Manique dá instruções aos provedores, para que lhe sejam enviados os mapas estatísticos dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos nas comarcas e ouvidorias do Reino. Ordens reiteradas a 15 de Junho de 1782, desta vez, a todos os corregedores das comarcas do Reino, para que, em 1783, aqueles magistrados enviassem à Intendência, uma relação individual das almas existentes em cada comarca, referida a 1782 e da qual constassem os varões, as fêmeas e o número de nascimentos e óbitos relativos ao mesmo ano, que devia ser pedido aos párocos. Para tal, deviam os corregedores enviar cartas circulares aos juízes de fora e ordinários, a fim de estes fornecerem, até 20 de Dezembro de 1783, a relação exacta dos habitadores dos seus respectivos distritos, com a declaração dos chefes de família e seus filhos/as, o número de criados/as, escravos/as, religiosos/as, e eclesiásticos. Por ordem de 1 de Julho do mesmo ano, Pina Manique solicitava, ainda, o envio do número de casamentos efectuados em 1782. E, a partir deste ano, casamentos, nascimentos e óbitos deviam ser enviados, anualmente, no mês de Fevereiro, à Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino.

Tratava-se, pois, de um autêntico recenseamento, acompanhado da intenção de se detectar o movimento anual da população. Desconhecemos a extensão e valor dos resultados que estas medidas tiveram. Mas sabemos que as mesmas foram cumpridas, pelo menos , nalgumas províncias do Reino.

Assim, foram levantados, cuidadosamente, os mapas da população da comarca de Guimarães, anualmente, entre 1781-1790, indicando, por concelhos, homens e mulheres, religiosos/as, clérigos, ordinandos, casamentos, nascimentos - meninos/as e óbitos -

- masculinos e femininos (11).

Na sequência das mesmas ordens, D. Manuel do Cenáculo promove um inquérito na diocese de Beja, a fim de apurar os habitantes e óbitos anuais das suas paróquias, entre 1780-1786, tendo sido postos à disposição de Pina Manique os resultados finais (12).

E, em 1789, o desembargador Almeida Pais, na diligência de que foi incumbido, qual a de averiguar as causas que deram origem ao "despovoamento e ruína" da agricultura do Alentejo, regista, em 1788, a população da comarca de Beja e o movimento anual dos nascimentos e óbitos, incluindo os expostos, no concelho de Beja, entre 1781-1788 (13).

Em 1782, Ferrari Mordau elabora "hum formolario da carta, e rezumo das forças do Reino", primeiro esboço conhecido de um cadastro do Reino que, no domínio dos "indeviduos", deveria apurar por comarcas, os homens e mulheres, os casados e solteiros, os "nascidos", os mortos, as pessoas eclesiásticas - homens e mulheres -, os lavradores, artistas, criados, ganhões de todos os offícios, o total da população nacional, à excepção das tropas veteranas e os estrangeiros existentes no Reino (14).

Nesse mesmo ano, Rebelo da Fonseca, ao tratar da região do Douro, indica a povoação das freguesias de ambos os lados do rio, segundo os róis dos confessados, ou seja, indicando, somente, os maiores de comunhão (15).

Em 1783, José António de Sá, "o primeiro entre os Portuguezes" a apresentar um modelo para as observações filosófico-politicas que se devem fazer no Reino - obra que passou a exercer uma grande influência nos economistas de então -, entre os princípios que enuncia, inclui a averiguação do "número das Gentes da Provincia", as famílias existentes em cada povo, ocupação dos ha-

bitantes, etc. (16).

E, no ano seguinte, a Viagem mineralogico-botanica ... de Coimbra a Coja regista, para esta última vila, os fogos, almas, homens, mulheres, "meninos de diversas idades", casados, viúvos, distribuição da população por profissões e o movimento anual da população, incluindo os nascimentos, casamentos e óbitos, anuais, entre 1777 e 1783 (17).

Em 1786, José António de Sá passa da teoria à prática, com a descrição económica do concelho de Torre de Moncorvo e apresenta o mapa da sua população, por freguesias, com o número de fogos, maiores de confissão, menores de comunhão e os nascimentos, óbitos e casamentos ocorridos em 1784 (18).

O Almanach para o ano de 1788 insere nas suas páginas uma rúbrica intitulada "Arithmetica Politica", indicando calculos sobre natalidade, mortalidade, duração de vida, "taboada de mortalidade", etc. - artigo que, com o título de "Calculo Politico", saiu, novamente, no Almanach para 1789 -, e indica o número de nascimentos, casamentos e óbitos da cidade de Lisboa, entre 1788--1789, informação que, sempre atinente à mesma cidade, fornecerá para os anos de 1788, 1789 e 1790, nos almanaques referidos aos mesmos anos.

Em 1788, Rebêlo da Costa, ao descrever o Porto, refere os fogos, homens e mulheres existentes nas freguesias da cidade, em 1787 e os casamentos, nascimentos - meninos/as -, e "falecimentos" - homens e mulheres -, ocorridos nas mesmas freguesias, em 1786, através de um cálculo baseado num "laborioso exame" e numa "eficaz deligência", e não nos "catálogos paroquianos", já que, estes, não só se demonstravam "irregulares no seu método" como continham, ainda, muitas lacunas (19).

E, a esse mesmo ano, diz respeito uma das fontes mais importantes para a história económica e social de Portugal de fins do Antigo Regime, o Mappa do Reino do Algarve, que, sob o aspecto demográfico, indica, por concelhos, os varões e as fêmeas, distribuidos por fogos, filiações e "avulços", com as respectivas idades, desde os recém-nascidos até aos 100 anos, a classificação profissional da população e o número dos nascimentos e óbitos ocorridos, naquela província, em 1788. Pela primeira vez se recenseava, de modo sistemático, toda a população de uma vasta região, ultrapassando-se as limitações impostas pelos róis dos confessados (20).

Ainda em 1788, os engenheiros militares Teodoro Marques Pereira da Silva e Inácio José Leão executam o levantamento nominativo da população da vila de Salvaterra de Magos, apurando o número de cabeças de casal e donos das casas, homens e mulheres, distinguindo solteiros/as, casados/as, viúvos/as, clérigos e frades, a classificação profissional da população, distribuição da mesma por grupos de idades decenais, entre 1 e 110 anos, o número de nascimentos e óbitos, referidos a 1788, distinguindo, nos óbitos, a mortalidade das primeiras idades, ou seja, dos menores de 7 anos.

Obedecendo ao mesmo critério, os dois engenheiros, em 1789-1790, efectuam o levantamento da população de mais duas vilas, respectivamente, Samora Correia e Coruche (21).

Em 1790, o Almanach publica o mapa dos fogos das 40 paróquias de Lisboa, comparando tais dados com o número de fogos que a cidade possuía em 1780, a população do bispado de Portalegre, distinguindo homens e mulheres, os maiores e menores de confissão, o número de freguesias do Reino e, como curiosidade, os nomes de alguns portugueses/as com mais de um século de existência.

Em 1791, o Almanach, além da notícia das pessoas cente-

nárias, refere a população de alguns bispados do Reino, indicando os maiores de 7 anos, e a população total da ilha de São Miguel, com homens e mulheres. Informações relativas a algum recenseamento anterior, notícias pedidas aos prelados das diversas dioceses do Reino, ou novo recenseamento de que, porém, não colhemos qualquer notícia?

Em 1792, mas referido ao ano anterior, foi levantado o mapa da povoação da cidade de Leiria e de mais 10 freguesias da Alta Estremadura, indicando os homens e mulheres, maiores de 7 anos, os menores, os casamentos, nascimentos e óbitos - masculinos e femininos (22).

Nesse mesmo ano, Vila-Nova Portugal chama a atenção para a necessidade de uma numeração geral do Reino, da qual constasse o número de homens e mulheres, estado civil - os solteiros, divididos em maiores e menores de 15 anos -, respectivas profissões e os nascimentos, casamentos, óbitos - e causas que originaram estes -, que ocorriam, anualmente, no Reino (23).

Em 1792, o marechal de campo Francisco Xavier de Noronha, redige um parecer sobre o método mais vantajoso para se verificar a população do Reino, ponderando que, para tal exame, os magistrados mais indicados seriam os corregedores e provedores, por terem o perfeito conhecimento das vintenas da sua área de jurisdição e poderem dispôr dos "socorros" dos párocos, que lhes dariam as "clarezas necessarias". Por outro lado, devia-se lançar mão dos livros das ordenanças, existentes nas câmaras e dos quais constavam os fogos e moradores de cada concelho (24).

O numeramento desse ano, efectuado pela Intendência Geral da Polícia, apurou, em todos os bispados do Reino, prelazia de Tomar e mais alguns isentos, 3 974 freguesias e 637 382 fogos (25).

Relacionado, certamente, com este numeramento, o Almanach de 1793 informa, por bispados, o número de freguesias do Reino, num total de 4 057.

O Estado, em tentativas sucessivas, não abdicava da vontade de conhecer, com exactidão, a população do Reino, pelo menos, o número de fogos existentes. Tentativas votadas ao malogro, dada a multiplicidade de isenções e jurisdições dos donatários, a salpicarem de ouvidorias o território português.

A carta de lei de 19 de Julho de 1790, seguida do alvará de 7 de Janeiro de 1792, procura remediar tal situação, regulando as diversas jurisdições, abolindo as ouvidorias, preconizando a demarcação das províncias, comarcas e concelhos, a fim de se traçar uma nova divisão administrativa do Reino, "em beneficio da justiça e commodidade dos vassalos" (26).

Relacionado com esta lei, José António de Sá, em 1791, elabora o plano da correição da comarca de Moncorvo, no qual inclui o levantamento demográfico da sua circunscrição, a fim de se averiguar o número de pessoas por cada casa, cabeças de casal e seus filhos/as, criados/as, "avulsos", idade, ofício, naturalidade, estado, distribuição dos homens por grupos de idades - menores de 20 anos, 20 a 50, ou seja, dos capazes para o serviço das armas, e maiores de 50 anos - e os óbitos, nascimentos e casamentos, recolhidos anualmente, apresentando como modelo, o mapa da população do concelho de Vila Flor, por freguesias (27).

E, em 1792, o corregedor António Xavier Teixeira Homem, traça o mapa da população da comarca de Viana, por concelhos, de acordo com as relações fornecidas pelos párocos, distribuindo, homens e mulheres, por 4 grupos de idades: 1 a 14 anos, 14 - 30, 30 - 70 e mais de 70 anos (28).

Nesse mesmo ano, foram nomeados os juízes demarcantes das comarcas do Reino, que, em 1793, iniciam os seus trabalhos:

- José de Abreu Bacelar Chichorro, para a Estremadura;
- João Bernardo da Costa Falcão, para a Beira;
- Francisco António de Faria, para o Minho;
- Columbano Pinto Ribeiro de Castro, para Trás-os-Montes;
- Joaquim José Marques Torres Salgueiro, para o Alentejo;
- José António Barahona Fernandes, para o Algarve.

Cada magistrado, a par das averiguações de carácter económico e social, devia proceder ao apuramento da população da província que lhe coubera, de forma a, finalmente, se apurar a população total do Reino (29).

Em relação ao Algarve, não conhecemos qualquer trabalho que diga respeito a esta demarcação.

Torres Salgueiro, apesar da hostilidade que as autoridades regionais votaram ao juíz demarcante, efectuou a recolha, total ou parcial, da população do Alentejo, em 1794-1795, por freguesias, distinguindo homens e mulheres e fornecendo a classificação profissional da mesma. Infelizmente, de toda a documentação manuscrita, da autoria ou responsabilidade deste magistrado, conhecemos, apenas, os dados relativos ao concelho de Serpa, utilizados por José da Graça Afreixo na memória que elaborou sobre aquele concelho (30).

Bacelar Chichorro viu, igualmente, a sua diligência dificultada pelos magistrados locais. Escreveu algumas memórias relativas à Estremadura, mas não conseguiu efectivar o levantamento da população da província, uma vez que, quando o tentou, por 1797-

-1798, a ameaça de guerra trazia os povos tão alvoraçados, que não era possível qualquer recenseamento (31).

Para a Beira, não conhecemos qualquer documentação que exprima a actividade de João Bernardo da Costa Falcão.

Mas, na sequência das instruções impressas, remetidas , em 1794, pelo juíz demarcante, às câmaras da província, José António Leão, juíz de fora de Recardães, levantou a população daquela vila e anexas, referida a 1793, distribuindo homens e mulheres por grupos de idades (os homens, de 1 a 14 anos, 14 - 60 e mais de 60; as mulheres, de 1 a 12 anos, 12 - 60 e mais de 60 anos), estado civil, distinguindo, para ambos os sexos, casados, solteiros e viúvos. Apresenta, ainda, um mapa, por anos, dos nascimentos - de matrimónio legítimo, ilegítimo e expostos -, óbitos - mortes naturais e desastradas - e casamentos, compreendidos entre 1789 e 1793 (32).

E, em 1795, Jerónimo Couceiro de Almeida, secretário da demarcação da Beira, apura a tábua da população da cidade de Coimbra, aros e arrabaldes, distribuindo homens e mulheres por grupos de idades, iguais aos já referidos para Recardães, e estado civil, destrinçando celibatários/as, casados/as e viúvos/as (33).

Em 1794-1795, Columbano Pinto de Castro, num trabalho excepcional que acusa os ensinamentos colhidos na obra e nos contactos pessoais mantidos com José António de Sá - exerceu funções de provedor, em Moncorvo, quando este aí se encontrava como corregedor -, leva a efeito, "com diligencia", o recenseamento minucioso e sistemático da população de Trás-os-Montes, por vintenas, concelhos e comarcas, distinguindo homens e mulheres, fornecendo , ainda, o total dos óbitos - maiores e menores de comunhão - e nascimentos de toda a província, por concelhos, entre 1768-1772 e

1788-1792 (34).

Nos mesmos anos, Francisco António de Faria, assistido pelo tenente de engenharia Vilas Boas - cada juiz demarcante era acompanhado por um oficial de engenharia, encarregado de desenhar o mapa da respectiva província -, superintende ao censo da povoação do Minho, distribuindo homens e mulheres por dois grupos de idades, 1 a 14 anos e mais de 14 anos.

Os mapas da povoação do Minho e os papéis relativos à descrição económica da província, enviados pelas câmaras a António de Faria, na sequência do inquérito que este mandara imprimir e distribuir por todos os concelhos minhotos, encontravam-se já recolhidos em 1795, pelo que, aquele magistrado enviou toda a documentação para Lisboa.

Esses fundos documentais, após terem passado por outras mãos, foram entregues, em 17 de Agosto de 1796, a Vilas Boas, que continuava a trabalhar na carta geográfica do Minho, faltando-lhe, então, para completar aquela, levantar parte da comarca de Guimarães e a comarca de Penafiel (35).

O estudo cartográfico da província termina em 1798, tendo Vilas Boas registado no mapa, por comarcas, o quadro da população do Minho, anotando que, para o apuramento da mesma, se teria servido do concurso de párocos, de pessoas inteligentes e de um "laboriozo trabalho".

Em cópia posterior do mesmo mapa, foi registado, novamente, o quadro da população da província, referido a 1800 e que difere, apenas, em 80 pessoas, do total da população inserido no mapa de 1798 (36).

António Cruz, ao publicar o cadastro, não datado, do Minho, influenciado pela aprovação, em 1799, de um plano organizado

por Vilas Boas para uma descrição geográfica e económica da 'província, e pela data de 1800, registada na cópia do mapa que conheceu e reproduz, concluiu, erradamente, que o recenseamento constituia a parte demográfica daquela descrição e que, portanto, datava de 1800 (37).

Ora, na última década do séc. XVIII, apenas se efectivou, para o Minho, um só recenseamento, que data de 1794-1795. E, o facto de nos surgirem dois cômputos totais da população, que seriam, um, de 1798, outro, de 1800, não nos permite concluir que estamos perante dois recenseamentos distintos - ou três, se tivermos em consideração o de 1794 -, outrossim, que se trata, apenas, de duas versões de um só censo, registadas, em épocas diferentes, nas cartas geográficas de Vilas Boas.

Numa fase primária, em 1798, os resultados do censo foram integrados no mapa do Minho, resultados que acusam, até, um grosseiro erro na contagem dos fogos da comarca de Guimarães, justificável, devido à demarcação dos concelhos, então em curso. Numa segunda fase, após tratamento mais cuidado das fontes originais, os resultados do mesmo censo passaram a fazer parte de uma cópia da carta geográfica de Vilas Boas, atribuindo-se-lhe a data de 1800.

Mas outras fontes, além das informações do juiz demarcante, António de Faria - para não falarmos na ameaça de guerra que pairava sobre o Reino, nos anos de 1799-1800, confirmada pelo próprio Vilas Boas e que dificultaria terrivelmente qualquer levantamento demográfico -, confirmam que o recenseamento do Minho é de 1794-1795:

a - O cardeal Saraiva, autor das notas a Os Frades julgados no Tribunal da Razão, indica, para a população e para o clero regu-

lar e secular do Minho, os mesmos números que os referidos a 1800, na carta de Vilas Boas, mas, expressamente, declara "o exacto e miudo recenseamento, que fez o Engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas em 1794" (38).

b - No Arquivo Histórico Militar encontra-se a Rellação das jurisdicções e freguesias da provincia do Minho em 1794, cópia fiel do cadastro publicado por António Cruz, ignorando apenas o sexo feminino, a denunciar o seu fim militar (39).

c - Vilas Boas, em 1802, numa carta-resposta atinente à obra do encanamento do Cávado, fala da "numeração de 1794" e aponta, para este ano, o número de fogos de Esposende, iguais aos registados no Cadastro (40).

d - Finalmente, e datadas de 1800, conhecemos memórias manuscritas do punho de Vilas Boas, que dizem respeito ao Alto-Minho, indicando a população das vilas e concelhos das comarcas de Valença e Viana, nesse ano, números totalmente diferentes dos que se encontram no Cadastro (41).

O apuramento da população a norte do Douro, na última década do séc. XVIII, data de 1794-1795. Os censos do Minho e de Trás-os-Montes constituem, a nível populacional, os únicos recenseamentos provinciais que se conhecem, limitados resultados de uma demarcação que se pretendia extensiva a todo o Reino.

E que, em 1798, não se tinham contado, ainda, os portugueses, demonstra-o o censo de Pina Manique, por fogos, com propósito deliberadamente militar e para o qual concorreram os corregedores, juízes de fora e ordinários, oficiais do exército e capitães-mores, prometendo o Intendente Geral da Polícia, aos magistrados da administração local - tal a inércia dos mesmos em condições normais -, promoções imediatas, caso se desempenhassem di-

ligente e rapidamente da missão que lhes era confiada.

O cômputo final registou 4 239 freguesias - número bastante superior ao real, já que, algumas freguesias, distribuídas por mais que um concelho, foram contadas duas vezes -, e 746 864 fogos, total a necessitar igualmente de algumas correcções.

Censo conhecido e transcrito integralmente por D. José Cornide, que o publicou em apêndice aos três volumes do seu Estado de Portugal en el año de 1800 (42), novamente publicado por Veríssimo Serrão, sem qualquer aparato crítico e que o apresentou como inédito (43).

E, até 1801, não se renovam quaisquer tentativas sérias que visem o conhecimento da população portuguesa.

Em 1799, José de Lacerda elaborou o mapa geral da população da comarca de Castelo Branco, por freguesias, indicando homens e mulheres, tendo em vista o recrutamento do Corpo da Legião de Tropas Ligeiras, em conformidade com o alvará de 22 de Fevereiro desse ano (44).

Nesse mesmo ano, era aprovado, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, o minucioso plano de Vilas Boas para uma descrição geográfico-económica do Minho - plano, sem dúvida, inspirado na obra teorizadora de José António de Sá -, que, a nível demográfico, pretendia renovar o Cadastro de 1794 e recolher o número de óbitos, casamentos e nascimentos da província de "ha 10 anos a esta parte". Plano ambicioso que, infelizmente, não chegou a concretizar-se.

Em 1801, como resultado de um longo trabalho, iniciado em 1794 (45), - e que visava a um plano geral de correição, aprovado e impresso em 1797 -, são publicadas, da autoria de José António de Sá, as Instruções Gerais para se formar o Cadastro ou o

Mapa Arithmetico - Politico do Reino, as quais, no capitulo relativo à povoação, sintetizam todas as considerações que aquele magistrado até aí tecera sobre este tema, preconizando o apuramento do número de "pessoas", ou "habitantes", as suas idades, sexos, estados e "classe", os nascimentos, casamentos, mortes, causas do despovoamento de alguns lugares, etc.

Tornava-se necessário que, para a averiguação da população, como dos outros objectos do Cadastro do Reino, se escolhessem "comissarios", ou seja, "Ministros e Pessoas inteligentes nas materias respectivas" (46). A responsabilidade de tal apuramento seria, assim, do Estado, na continuação do plano da demarcação das províncias, iniciado em 1793, mas que não dera os resultados previstos.

Nesse sentido, a "saudosissima lei de 9 de Junho de 1801" determinava que, em cada comarca do Reino, existisse um matemático, que fosse o seu cosmógrafo, a fim de se levantar o cadastro das terras. Procurava-se, deste modo, criar um serviço especial "para as averiguações estatisticas", à semelhança dos departamentos oficiais responsáveis pela Estatística que, em 1800, tinham sido fundados na França e Inglaterra. O projecto, contudo, não vingou, ou pelas despesas que ocasionava, ou porque, não estando "em harmonia com as instituições ... podia produzir conflictos de jurisdicção" (47).

Mas, para já, terminada a Guerra das Laranjas e estabelecida a paz com a Espanha, não seria possível, pelo menos, no que dizia respeito à população, proceder ao recenseamento geral do Reino, através das autoridades eclesiásticas, uma vez que, ninguém melhor que os párocos podia fornecer com "maior certeza e commodidade", o número de habitantes das freguesias do Reino?

2. Valor e limites dos recenseamentos

"Tous les groupes de données ne présentent pas la même valeur. Les différences dépendent de considérations diverses se rattachant à la manière dont la donnée fut obtenue, à l'auteur du relevé, à son ancienneté et à d'autres encore".

(Roger Mols, Introduction à la démographie historique des villes d'Europe du XIV^{e} au XVIII^{e} siècle, II, Louvain, 1955, p. 499).

"La critique des sources demeure la discipline fondamentale de l'historien qui s'intéresse à la démographie ancienne; toutes les astuces statistiques et les théories mathématiques demeurent secondes, si non superflues. Ce qui importe, ce n'est pas l'abondance des chiffres et la complexité savante des graphiques, c'est la valeur critiquée des sources; hors de là, il n'est aucune vérité".

(Pierre Goubert, "La mortalité en France sous l'Ancien Régime. Problèmes et hypothèses", Actes du Colloque International de Démographie Historique, Paris , 1965, p. 84)

2.1. Os anos dos recenseamentos (1801-1802)

Os recenseamentos dizem respeito aos anos de 1801-1802.

Anos que se inscrevem na difícil conjuntura do séc. XVIII e princípios do séc. XIX, que afectou grande parte dos países da Europa ocidental (1790-1815) e que, demograficamente, se caracteriza, numa primeira fase, por um crescimento da população muito lento e, numa segunda fase, pela estagnação, se não recuo populacional.

A subida mundial dos preços que, em França, se agrava a partir de 1797, sobretudo no sul-sudoeste e atinge o seu máximo, como aliás em Inglaterra, em 1801, determina, na Península, amplas flutuações dos mesmos, a partir da última década do séc. XVIII, flutuações tanto mais violentas quanto os preços do trigo vão alcançar os níveis mais altos de todo o século.

É a crise da "escassez de pão", como a definiu Pierre Vilar para a Catalunha (1793-1812), agravada na Península pelas invasões francesas, que se prolonga, embora descontinuamente, até 1834-1836, coincidindo, assim, com as várias fases da liquidação política do Antigo Regime e determina um grande acréscimo de mortalidade.

Essa série de más colheitas (1784-1793 e 1793-1804) originadas, segundo tudo leva a crer, por más condições climáticas, provoca um agravamento dramático das condições de vida do campesinado e salda-se por várias epidemias, as quais, a partir de 1800 - - febre amarela em Cádiz -, fazem a sua aparição, dizimando as populações sub-alimentadas (48).

Em Portugal, as más colheitas parecem iniciar-se por 1790. A carestia do pão oprimiu todo o Minho em 1791. Na Beira litoral, os anos de 1789-1793 foram anos de penúria. Em 1793-1794, uma seca excepcional afecta todo o Reino, sobretudo o sul, pelo que, o "pão do mar", tem de ser enviado para o Alentejo. Em 1796, a importação de grão atinge os valores mais elevados da última dé

cada do século. O ano de 1797 caracteriza-se por um verão excessivo. Pelo contrário, 1799 revelou-se muito chuvoso e com um verão frio, colhendo poucos cereais. "Continuas chuvas" mantiveram-se no inverno e primavera de 1800. Em Janeiro, choveu "como não havia memória". Coimbra foi devastada por um furacão. O Alentejo sofreu grandes prejuízos, os campos assolados, as casas destruídas. Julho foi um mês de "ardentissimo calor". O ano é de esterilidade, com baixa produção de trigo e cevada. Lisboa sofre um duro inverno, com falta de lenha e carvão. Em 1801, a escassez dos cereais permanece. Em 1802, o mês de Janeiro, rigoroso, foi comparado aos "frios de 1762". A primavera, seca, exigiu preces, mandadas fazer pelo patriarca de Lisboa, implorando chuvas. O ano foi pouco abundante e a carestia de cereais continua em 1803-1804, originando neste último ano uma violenta importação de pão, superior às de 1796 e 1801 (49).

É certo que um mau ano agrícola nunca se revela mau para todas as produções. Alguns destes anos foram, de certo modo, compensados por boas colheitas de azeite e vinho (1801 e 1803). Mas o pão é a produção fundamental, o alimento quase único do Portugal rural de inícios do séc. XIX.

A carne de vaca ía apenas à mesa das famílias que viviam "com alguma abastança". A população das cidades e vilas do interior comia algum chibato. "A classe infima, que he a mais numerosa", sustentava-se de broa de milho nas províncias do norte, de pão de trigo ou centeio no Alentejo, Beira e interior trasmontano. Na Beira e no Minho via-se comer "com admiração metade de huma boroa com uma sardinha"; no Alentejo, a gente do campo tinha "por comida ordinaria açorda d'alho, e migas, cujo maior valor" consistia no pão. Em Trás-os-Montes, comia-se "muito pão sêco e em so -

pas", até 8 e 10 arráteis diários por pessoa. Pão e legumes constituem "o alimento mais comum da gente pobre das Aldeas, Villas,e Cidades" (50).

E o que era esse Portugal, na viragem do séc. XVIII para o séc. XIX, senão um País de pobres? A miséria é geral, "principalmente nos campos, onde na verdade tudo he pobreza". "As Villas, os Lugares, e as Aldeas deste Reino, que formão os tres quartos da sua população, devem antes chamar-se domicilios de pobres". Nas terras dos senhores ou donatários, "a condição dos colonos he tão miserável como a dos antigos servos da Russia. Rações de terço, e quarto; Jugada; Oitavas; Dizimos, Coimas; innumeraveis imposições; dureza dos exactores; Usura dos Rendeiros"; "tudo isto impede a população, em quanto defrauda os meios de subsistir" (51). Subsistência difícil, regulada pelo pão, sobretudo o pão de trigo que, segundo Rodrigues de Brito, constitui "o preço de todos os generos", não só dos produtos agrícolas como dos produtos manufacturados, ainda que o milho fosse muito comum nas províncias do norte, o centeio no Alentejo, o figo no Algarve, e as batatas e farinha de pau nalgumas regiões (52).

Ora, o pão consumido em Portugal, sobretudo em Lisboa, era importado, em grande parte, da Rússia, Berbéria, Sicília, Grécia e Estados Unidos. O Alentejo, em anos normais, não sustentava Lisboa por 6 meses e, nos maus anos, tinha de ser abastecido pelo grão vindo de fora. E o Portugal do interior recebia cereais vindos de Espanha. Assim, não é de estranhar que o trigo importado desse o preço ao trigo nacional. Preço muito elevado a partir da última década do séc. XVIII: o preço médio do trigo, em Lisboa, que, entre 1782-1794 fora de 437 réis, salta para 647 réis entre 1794-1801. O trigo, em Lisboa, vai atingir os mil réis em 1801,ar

rastando consigo outros preços: a cevada a 650 réis, a limpadura a 400 réis, os "farelos" a 360 réis, etc. (53). No Porto, Coimbra, Vila Real, Bragança, Abrantes, Santarém, Setúbal, Évora, o trigo, em 1801, ultrapassa, também, os mil réis.

A situação geral foi agravada, de facto, nesse ano, pela Guerra das Laranjas, campanha infeliz para o exército português, que teve como principal teatro de operações o Alentejo e onde Olivença, Juromenha, Campo Maior, Arronches, Portalegre e Castelo de Vide caíram nas mãos dos espanhóis, sem combate, ou mediante uma simbólica resistência. Campo Maior, uma das melhores vilas do Alentejo, ficou em estado lastimoso, com as suas casas abaladas ou arruinadas. Portalegre, uma cidade "das de mais nobreza do Reino, rica e populoza", sofreu rudemente a ocupação espanhola. No termo de Arronches, das suas 300 herdades, apenas uma não foi roubada e as searas destruídas ou ceifadas para a cavalaria. Os prejuízos foram calculados em mais de 18 milhões de cruzados, e a rica vila de Olivença, com o seu termo, passou definitivamente para domínio espanhol (54).

"Em tempo de guerra - escreveu Soares Franco reportando-se à campanha de 1801 - o Povo, que precisar absolutamente dos estrangeiros, em objectos de Agricultura, a não ser huma grande Potencia maritima, pode ser reduzido por assedio, como se fosse uma simples Praça. E ainda que lhe seja possível comprar, quanto carecer, que somma immensa de nummerario não será obrigado a dispender, para fornecer armazens militares, e as Praças, onde se extravia, corrompe, e perde tanta quantidade de generos" (55).

Ora, no caso português, o abastecimento do pão por via marítima não era tão fácil como à primeira vista se pode supôr, uma vez que, a guerra com a França, impede o tráfego dos navios

portugueses com o Báltico; corsários franceses percorrem a nossa costa, sobretudo junto do Porto e Lisboa - segundo Godechot, o montante dos navios portugueses capturados entre 1783-1801, atingiu os 200 milhões -, e, no sul, os carregamentos de trigo saídos de Mértola, através do Guadiana e com destino a Lisboa, são apresados pelos corsários argelinos, no alto mar, obrigando ao "comboy" dos mesmos (56). Assim, o abastecimento do pão depende fundamentalmente dos navios estrangeiros que aportam a Lisboa e Porto.

Em 1801, grandes quantidades de grão são importados das Ilhas, da Berbéria - as importações mais elevadas desde 1796 -, dos E.U.A., da Rússia, sobretudo deste país, que se mantém neutro quanto ao conflito que então envolve as nações europeias. Grandes carregamentos de trigo e cevada continuam a chegar a Portugal em 1802.

Importação de grão e farinhas em todo o Reino (57).

1796 - 84 194 moios	1801 - 145 053 moios
1797 - 159 661 moios	1802 - 109 683 moios
1798 - 111 937 moios	1803 - 95 763 moios
1799 - 88 875 moios	1804 - 178 891 moios
1800 - 69 311 moios	1805 - 186 926 moios

Preço médio do alqueire de cereal, na capital, em réis (58)

Anos	Trigo	Cevada	Milho	Centeio
1796	518	280	350	320
1797	525	300	420	-
1798	660	340	530	-
1799	629	430	500	400
1800	894	651	588	560
1801	1 000	665	-	926
1802	631	280	380	-
1803	649	440	580	520
1804	775	468	600	-
1805	845	496	440	-

Preço do alqueire de trigo nos anos de 1798 a 1802, em réis (59)

Localidades	1798	1799	1800	1801	1802
LISBOA	660	630	893	1 000	630
PORTO	800	960	1 200	1 400	1 250
SETÚBAL	550	490	680	1 100	590
ABRANTES	-	-	880	1 000	-
SANTARÉM	560	540	830	1 010	500
CASTELO BRANCO	-	-	640	920	626
ÉVORA	540	540	900	1 060	480
ELVAS	478	440	658	808	434
BRAGANÇA	-	-	1 750	-	-
VILA REAL	850	860	1 000	1 200	900

O preço da carne acusa, igualmente, nos últimos anos do séc. XVIII, uma grande subida, causada, segundo Rodrigues de Brito, pela escassez do gado e pelo grande consumo que dele fizeram as tropas inglesas estacionadas em Lisboa. A Beira, que não se ressarcira das perdas sofridas na guerra de 1762, por 1801, tinha ainda o seu gado vacum devastado.

No Minho e Trás-os-Montes, a escassez de gado vacum era também significativa, se bem que compensada pela entrada de cabeças de gado vindas, por contrabando, da Galiza.

O vinho, que em Setembro de 1800 atinge, no Minho, os 140 réis por canada, "preço nunca visto", salta para 200 réis em 1802. As fábricas de aguardente do Alentejo e Beira paralisam.

A carestia dos géneros repercute-se de modo doloroso e geral nas populações, sendo numerosos os testemunhos que comprovam o agravamento das condições de vida das populações nos últimos anos do séc. XVIII.

Nos inícios de 1790, no Alto-Douro, não há pão, ainda que procurado com dinheiro e "penhores", alimentando-se os rurais de caldo e uvas passas.

Por 1797-1798, no Alto-Douro, Trás-os-Montes e Beira, os camponeses passam muitos dias sem pão, pelo que os mais pobres comem os gomos das vides e colhem pelos campos os pés das couves galegas que ficaram do ano anterior, comendo-os crus (60). Entre 1798-1802, no Minho, a miséria pública é geral. No Mosteiro de Tibães, entre Maio de 1798 e Maio de 1799, repartiram-se 2 404 alqueires de pão cozido "a incrivel multidão de gente miseravel", vinda dos concelhos do Prado, Vilar, das freguesias circumvizinhas, dos barros mais remotos da cidade de Braga (61). D. Frei Caetano Brandão, arcebispo de Braga, não sabe como é que o Minho,

"onde a população he immensa, e se não vê senão farrapos e miséria" pode viver com o alqueire de milho a dois cruzados novos e o alqueire de trigo a três e mais cruzados, "de maneira que se não vê por toda a parte senão quadros tristissimos de miseria, e de prostituição", "hum povo immenso gritando á fome" (62). À fome, em Junho de 1801, morrem os pobres no Porto. E, em 1802, o pároco da freguesia de Mancelos, couto do mesmo nome, inquirido àcerca das enfermidades que causaram a morte aos seus fregueses, responde que "as mais das pessoas morrem a fome e frio, pela muita pobreza nesta freguesia" (63).

Coimbra sofre também a penúria do pão e proibe a saída do milho existente no seu termo, o qual só podia ser vendido no Terreiro da cidade, medida semelhante à tomada por muitos outros concelhos, que impediam a "sahida das mercadorias dos territórios da sua jurisdição" nos anos de fome, agravando ainda mais a carestia do pão nas regiões necessitadas (64).

Lisboa, desde 1799, sofre as "manobras odiosas" dos usurários monopolistas e negociantes de má fé. Em 1800, a carestia das carnes e do azeite é manifesta e, devido à falta de grão, o pão é racionado, distribuido ao povo, "por conta". A escassez do pão leva ao embargo do trigo e cevada nos anos de 1800-1801. Neste último ano, devido aos anos anteriores, "famintos" e à guerra europeia, os géneros continuam em preço "muito excessivo". O edital de 31 de Março de 1801, proibe o fabrico do pão de luxo, restrição levantada apenas em 6 de Abril de 1802. A falta de pão e a mistura de farinhas origina a 8 de Abril de 1801 um "alarido" levantado pelos padeiros e moleiros no mercado do Terreiro Público. O edital de 20 de Abril de 1801 dá o prazo de 3 dias para os monopolistas declararem os cereais em armazém e proibe a factura e ven

da de toda a qualidade de bolos e biscoitaria, a qual durou até 27 de Junho. O decreto de 24 de Abril isenta dos "direitos chamados do Porto" todas as embarcações que trouxerem trigo, milho e cevada ao porto de Lisboa. O edital de 17 de Julho regula a venda do pão a peso, tendo em atenção "os clamores do povo". A regulamentação revela-se, porém, ineficaz. Embargos e taxas beneficiavam apenas os monopolistas.

Em 1800-1801, no Algarve, não há pão. E, no Alentejo, Southey, em 1801, não encontra pão, leite ou vinho que possa comprar. O povo morre à fome (65).

O decreto de 8 de Fevereiro de 1803 reconhece uma grande carestia de frutos de todo o género devido à escassez dos anos anteriores; a fome devasta o Alentejo em 1803 e, no ano seguinte, estende-se a todo o Reino. Fome que foi acompanhada ou seguida de epidemias. As tropas aliadas que tinham chegado a Lisboa encontravam-se atacadas de escoburto e com febres. Nos finais de 1800 rezam-se preces para impedir que a peste de Cádiz entre em Portugal e o alvará de 4 de Novembro do mesmo ano manda abrir um empréstimo de 40 contos de réis, ao juro de 5%, para que, entre a Trafaria e a Torre do Bugio se estabeleça um Lazareto, medida de prevenção imitada, em breve, pela cidade do Porto. As epidemias continuam em 1801. De bexigas, em Lisboa, que ataca os infantes reais e vitima D. António, príncipe da Beira, em Junho. Moléstias epidémicas no concelho de Almada lançam a população "em grande consternação". O decreto de 12 de Dezembro de 1801 manda comutar as penas de galés, perpétuas ou temporárias e até as penas de morte, em trabalhos públicos na capital, a fim de os condenados limparem e desentupirem os canos da cidade de lamas e lixos e varrerem diariamente as suas ruas. Nos finais do ano, as epidemias alas

tram no Alentejo, onde morre muita gente e continuam em 1802. Os anos de 1803-1804 vão conhecer um recrudescimento geral de epidemias e peste, mesmo no norte do Reino.

Portugal começava mal o séc. XIX.

2.2. As operações dos recenseamentos

2.2.1. Recenseamento de 1801

Em Novembro de 1801, iniciaram-se os trabalhos para o levantamento geral da população do Reino. Nesse mês foram impressas na tipografia da Academia das Ciências as"certidões das desobrigas", ou "mappas da povoação", tendo importado a composição e impressão das mesmas em 5.800 réis (66).

O aviso de 3 de Novembro da Secretaria de Estado da Fazenda incumbiu os arcebispos das várias dioceses de fornecerem "com toda a legalidade os mappas exactos da população de cada hua das freguesias", a fim de se conhecer a população portuguesa e dar as mais justas providências para o adiantamento da mesma.

O bispo do Porto, por ordem de 25 de Novembro de 1801, manda aos reverendos párocos do seu bispado, que ponham todo o seu cuidado, diligência e exactidão em tal tarefa, a fim de os mapas serem preenchidos com "clareza", fazendo os eclesiásticos, para tal efeito, as necessárias averiguações pelos livros de assentos, róis dos confessados e inquirando dos seus fregueses a verdade das suas idades.

Em 11 de Janeiro de 1802, Pina Manique enviou aos corregedores das comarcas, uma ordem, no sentido de aqueles magistrados pedirem a todos os párocos de cada comarca, os mapas dos fregueses

26

MAPPA DA POVOAÇÃO

DA *FREGUEZIA* DE Gouvaes da Serra

NO *TERMO* DE N. Sra. Assunção d'Agueiras

DIECESE DE

ANNO DE 1801.

Idades.	Homens:	Mulheres.
DE 1 anno até 7	ϕ 50 :	ϕ 55
De 7 annos até 25	ϕ 22 :	ϕ 28
De 25 annos até 40	ϕ 55 :	ϕ 20
De 40 annos até 60	ϕ 25 :	ϕ 21
De 60 annos até 80	ϕ 6 :	ϕ 8
De 80 annos até 100	ϕ :	ϕ
De 100 annos para sima	ϕ :	ϕ
Nascêrão neste anno	ϕ 4 :	ϕ 3
(Somma)	ϕ 83 :	ϕ 110
Morrêrão — (Diminui.)	ϕ :	ϕ 1
(Differença)	ϕ :	ϕ 29
VIVEM a 31 de Dezembro	ϕ 182	
Em FÓGOS	ϕ 30	

404

CERTIDÃO.

Certifico eu o P. Manoel Alves Borges Parocho da Freguezia mencionada; que das antecedentes Declarações a das Pessoas de hum até sete annos he conforme aos Livros dos Assentos dos Baptismos e Obitos dos seis annos que findão hoje: a Declaração das Pessoas de sete annos para sima he quanto ao número conforme ao Rol da Desobriga da Quaresma deste anno, e quanto ás idades á noticias fidedignas: e a Declaração dos Nascimentos e Obitos he conforme aos Livros dos Assentos dos Baptismos e Obitos deste anno. Tambem tenho noticia, que além das Pessoas ditas ha na Freguezia:

Homens Ø 3 : *Mulheres* Ø 2

que por serem Ausentes não se desobrigão na mesma Freguezia. O que tudo affirmo *in verbo Sacerdotis*. S. Thomé de Jorge 31 de Dezembro de 1801.

O Parocho Manoel Alves Borges

RECONHECIMENTO.

Porto por fé ser verdadeiro o sinal acima. a 5 de Janeiro de 1802.

O Escrivão da Camara Ecclesiastica Antonio Nunes Ribeiro Sanches

NA TYPOGRAFIA DA ACADEMIA R. DAS SCIENCIAS.

Por Ordem de S. A. R.

das suas respectivas paróquias, especificando o seu número por grupos de idades (mais de 7 anos, 7 - 15, 15 - 20, 20 - 30 e mais de 30 anos), formando-se, assim, 5 relações diferentes, tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino.

Igualmente, deviam os corregedores pedir aos bispos, vigários gerais, ou àqueles em quem os bispos tivessem delegado as operações do recenseamento, os mapas da população das freguesias dos respectivos bispados, incluindo os casamentos, óbitos e nascimentos relativos a 1801.

Finalmente, competia a tais magistrados, elaborar os mapas das pessoas que andavam no mar, tanto das que andavam nas tripulações, como das que serviam nas pescarias; o mapa das fábricas estabelecidas em cada comarca, com o número de indivíduos que aí trabalhavam e, se possível, o estado de cada um dos operários; e um mapa de todos os eclesiásticos, tanto regulares como seculares, declarando os nomes ou "vocações" dos respectivos conventos e terras onde estavam localizados.

Podiam os corregedores dar comissão aos magistrados de vara branca para se deslocarem às jurisdições dos magistrados leigos e apurarem tudo o que fosse necessário. Pina Manique, por sua vez, dava "comissão" aos corregedores para entrarem em todas as terras dos donatários "tudo afim da boa execução e brevidade desta diligência".

Assim, teriam contribuído para este recenseamento, ministros hábeis e respeitáveis prelados, que preencheram as tábuas com "exemplarissimo zelo, e muita intelligencia", para se apurar a população portuguesa, distribuida, já pelas dioceses, já pelas comarcas e escalonada por diferentes grupos de idades.

Daí que, Balbi e, influenciados por ele, outros historia

dores, tenham erradamente falado de dois recenseamentos paralelos, um, levado a efeito pelo aparelho administrativo estatal, o outro, realizado pela Igreja.

Ora, só se conhecem os resultados do recenseamento efectuados pelas dioceses, pois, os dados populacionais por comarcas não chegaram a ser coligidos, pela simples razão de que muitos dos corregedores não conheciam as freguesias que integravam as suas circunscrições. E, ainda que os corregedores tivessem conseguido apurar a população das comarcas, tal não significava, de modo algum, um segundo recenseamento, mas um diferente reagrupamento da população, que teria, ainda e sempre, na base, a informação do pároco.

Sob este aspecto, a eficácia da Igreja sobrepujava largamente a eficácia do Estado, sendo ponto assente que, só por meio dos curas se poderia obter "alguma certeza" no cômputo da população.

Se as medidas e os meios necessários para a execução do recenseamento tinham sido accionados com brevidade, os resultados do mesmo tardavam a ser enviados à Secretaria de Estado da Fazenda.

A 30 de Junho de 1802 foi enviada uma circular aos bispos, para estes mandarem o cálculo da povoação de cada uma das freguesias das suas dioceses.

A 24 de Julho, outra circular, desta vez, pedindo aos corregedores que remetessem os mapas da divisão civil de cada comarca.

A 5 de Novembro, uma ordem solicita dos corregedores o número de ciganos existentes nas áreas das suas jurisdições.

A 15 de Novembro, nova circular aos prelados das ordens

regulares, para ser enviada àquela Secretaria a povoação das respectivas casas religiosas.

A 20 de Novembro, outra ordem aos corregedores para estes entregarem as tábuas administrativas das suas comarcas.

Finalmente, por aviso de 23 de Novembro de 1802, recomendava-se ao patriarca que procurasse activar o levantamento do clero regular do Reino.

As dificuldades, porém, revelavam-se difíceis de superar, já a nível administrativo, já a nível eclesiástico. Os mapas impressos, suficientes para a cobertura total das freguesias do Reino, ou tinham sido enviados em pequeno número para as dioceses, ou tinham sido extraviados e/ou inutilizados pelos párocos, pois, centenas deles, surgem-nos inteiramente manuscritos, copiados das fichas impressas. Por outro lado, os párocos, ou demoravam a expedição dos mapas preenchidos, ou enviavam-nos de tal modo rasurados que, na sede do bispado, exigiam novos mapas, ou copiavam, em códices, os resultados gerais do levantamento demográfico da diocese. Alguns eclesiásticos, como na diocese de Évora, sentiam grandes escrúpulos em jurar nos moldes que as fichas exigiam, pela impossibilidade de apurarem, com exactidão, as idades dos seus fregueses.

A nível administrativo, os corregedores, demonstravam-se ignorantes dos concelhos e vintenas existentes em cada comarca e lamentavam não poder concretizar as ordens recebidas, como os corregedores das comarcas de Viseu e Lamego, alegando o pequeno número dos juízes de vara branca e o facto de os juízes ordinários, que mal sabiam de lavoura, não entenderem, sequer, o que por escrito se lhes enviava e/ou solicitava. Assim, alguns corregedores, só em 1803 mandaram à Secretaria da Fazenda as tábuas administrati -

vas e, muitos, nunca chegaram a enviá-las.

Apesar de tudo, os mapas da população começaram a dar entrada na Secretaria de Estado a partir do segundo semestre de 1802 e continuaram a chegar até aos princípios de 1803, agrupados por dioceses - norte e centro de Portugal -, ou comarcas - sul do Reino -, em ambos os casos, contendo apenas as fichas que tinham sido distribuidas pelos párocos.

Todas as dioceses enviaram os mapas da população das suas freguesias, impressas ou manuscritas, à excepção da diocese do Porto que, em listas manuscritas muito simples, - pelo menos, as que chegaram até nós -, referiu apenas os fogos, homens e mulheres, nascimentos e óbitos.

As lacunas deste recenseamento geral do Reino limitam-se a uma ou outra freguesia de que se extraviou a ficha, a uma ou outra freguesia cujos dados não nos oferecem confiança e, sobretudo, aos isentos, uma vez que só temos dados relativos às freguesias dos isentos de Grijó, Santa Cruz de Coimbra, Prelazia de Tomar e Crato.

As tábuas da população distinguiam homens e mulheres, por 7 grupos etários (1 - 7 anos, 7 - 25, 25 - 40, 40 - 60, 60 - - 80, 80 - 100 e mais de cem anos); registavam os nascimentos e os óbitos ocorridos em 1801 e o número de pessoas que não comungavam.

De um modo geral, podemos afirmar que se encontram preenchidas com mais cuidado as fichas que dizem respeito ao sul de Portugal.

No norte - dioceses de Braga e Bragança -, surge um maior número de fichas rasuradas e os párocos esbarraram com mais dificuldades na contagem das almas do que os eclesiásticos do Portugal meridional.

A diocese do Porto, então, como já foi referido, exibe grande incúria nas averiguações demográficas de que foi incumbida.

Na Beira, enquanto as fichas relativas à diocese de Lamego acusam uma certa negligência no seu preenchimento, as dioceses de Aveiro e Coimbra, em fichas impressas e manuscritas, revelam preocupação na apresentação dos resultados, o bispado de Viseu reúne todos os dados num códice manuscrito, de modo uniforme, visto os originais se encontrarem, na suas maior parte, "em estado de não poderem ser remetidos" e a diocese da Guarda, também em códice manuscrito, apurou impecavelmente a sua população.

Frequentemente, também, os párocos desconhecem os concelhos a que as suas freguesias pertencem e, por vezes, as próprias comarcas, pelo que, ou nos dão informações erradas - indicam dois concelhos, concelhos inexistentes, confundem provedoria e comarca, etc. -, ou nada informam. Muitas vezes, fornecem apenas o orago da sua freguesia.

Aqui, são ainda o centro e o norte do País que oferecem maiores dificuldades, já pelo grande número de concelhos sem freguesia própria, já pela extensão de outros, já pela confusão que se fazia sentir em muitas freguesias, com "fogos meeiros", ou seja, com áreas distribuidas por mais de um concelho.

Tornava-se, pois, mais fácil, contar as almas no sul - - onde as freguesias eram mais esparsas, menos populosas e com um tipo de povoamento concentrado -, que no norte, onde as paróquias, mais numerosas e mais povoadas, tinham os fogos muito dispersos.

De qualquer modo e a título de mera hipótese, tendo em consideração o preenchimento das fichas, a soma das almas e a assinatura dos párocos, tanto no recenseamento de 1801 como no de 1802, parece-nos que o nível médio cultural do clero secular do

sul ultrapassava o nível médio cultural do clero da Beira, Minho e Trás-os-Montes.

2.2.2. Recenseamento de 1802

Nos finais de 1802, apesar de ainda se não terem recebido na Secretaria de Estado da Fazenda os resultados do censo de 1801, activava-se já a preparação de um novo recenseamento.

Por aviso de 22 de Novembro de 1802, dirigido aos prelados diocesanos, pede-se um novo censo dos povos, regulado pelos exemplares que se remetiam para tal fim.

De acordo com os 4 parágrafos do aviso, tornava-se necessário:

a - Em benefício dos "amados povos" organizar a enumeração distinta dos povos das freguesias de cada bispado, acrescentando-se nas fichas impressas o número de pessoas ausentes e/ou de fora, de ambos os sexos.

b- Indicar o número de recolhidas, os expostos de ambos os sexos, os nascimentos e óbitos relativos a 1802.

c - Dar notícia das enfermidades que causavam as mortes e, caso não fosse possível indicá-las em 1802, fazê-lo a partir do ano seguinte.

d - Preencher as tábuas com o mais correcto escrúpulo, já que "numerosos aritmeticos de muitas das tabellas do anno passado" preenchidas pelos párocos, revelavam-se ininteligíveis.

As tábuas da população eram, agora, totalmente diferentes das usadas no recenseamento de 1801, mais complexas, aumentando, assim, as dificuldades no preenchimento integral e correcto

ANNO DE 1802, AOS 31 DO MEZ DE DEZEMBRO.

Freguezia de Cattellões sita na Cidade de (ou) na Villa de (ou) no Termo de Cambra na Dioceſe de Aveiro na Correição da Villa da Feira na Provedoria de Aveiro.

IDADES	HOMENS						MULHERES				
		CASADOS.						CASADAS.			
	Solteiros.	Neſte anno.	Antes deſte anno.	Viuvos.	Eccleſiaſticos Seculares.	Eccleſiaſticos Regulares.	Solteiras.	Neſte anno.	Antes deſte anno.	Viuvas.	Freiras.
Até 5 annos inclusive -	174						165				
De 6 - até 10 dito -	51						42				
De 11 - até 15 dito -	102						96				
De 16 - até 20 dito -	64				1		102	2	1		
De 21 - até 25 dito -	22	1	15		1		53	1	25		
De 26 - até 30 dito -	11	1	20		1		28	1	48	2	
De 31 - até 35 dito -	5		25	1	3		14	3	36	2	
De 36 - até 40 dito -	5	1	35	4	2		15		57	2	
De 41 - até 45 dito -	2	1	30	1	1		11		26	5	
De 46 - até 50 dito -	2		26	3	1		21		32	12	
De 51 - até 55 dito -	1		28	2	2		12		21	6	
De 56 - até 60 dito -	2		21	6			15		21	12	
De 61 - até 65 dito -			12	7			4		8	7	
De 65 - até 70 dito -	1		4	7			3		10	10	
De 71 - até 75 dito -			5	1					3	1	
De 76 - até 80 dito -				2			2			1	
De 81 - até 85 dito -							1				
De 86 - até 90 dito -				1					1		
De 91 - até 95 dito -				1						1	
De 96 - até 100 dito -										1	
De 100 para cima - - -											

Auzentes - - -

Na Freguezia declarada retro morrêrão no decurso deste anno de 1802.

IDADES	HOMENS					MULHERES			
	Solteiros.	Casados.	Viuvos.	Ecclesiasticos Seculares.	Ecclesiastico Regulares.	Solteiras.	Casadas.	Viuvas.	Freiras.
Até 1 anno inclusive	5					7			
De 2 annos até 5 inclusive	2					3			
De 6 até 10 dito	2								
De 11 até 15 dito									
De 16 até 20 dito							1		
De 21 até 25 dito	1					1			
De 26 até 30 dito									
De 31 até 35 dito									
De 36 até 40 dito	1							1	
De 41 até 45 dito	1								
De 46 até 50 dito	1					1			
De 51 até 55 dito			1				1		
De 56 até 60 dito		1				3		1	
De 61 até 65 dito		1				2		1	
De 66 até 70 dito			1					2	
De 71 até 75 dito									
De 76 até 80 dito						1			
De 81 até 85 dito			1						
De 86 até 90 dito									
De 91 até 95 dito									
De 96 até 100 dito									
De 100 para cima									

Enfermidades de que morrêrão as Pessoas declaradas no Mappa acima.

IDADES	De Bexigas.		De Malignas.		De Sezões, e outras febres intermittentes.		De Apoplexias, e Paralyzias.		De outras causas, e molestias.	
	Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres	Homens.	Mulheres.
Até 1 anno inclusive										
De 2 até 5 dito										
De 6 até 10 dito										
De 11 até 15 dito										
De 16 até 20 dito										
De 21 até 25 dito										
De 26 até 30 dito										
De 31 até 35 dito										
De 36 até 40 dito										
De 41 até 45 dito										
De 46 até 50 dito										
De 51 até 55 dito										
De 56 até 60 dito										
De 61 até 65 dito										
De 66 até 70 dito										
De 71 até 75 dito										
De 76 até 80 dito										
De 81 até 85 dito										
De 86 até 90 dito										
De 91 até 95 dito										
De 96 até 100 dito										
De 100 para cima										

das mesmas.

Homens e mulheres dividiam-se em três classes, solteiros/as, casados/as, viúvos/as. Surgiam colunas independentes para os eclesiásticos seculares, regulares e freiras.

A população distribuia-se por grupos etários quinquenais, desde zero a 100 anos. Além dos nascimentos, procuravam-se averiguar os partos singelos, duplos ou triplos. Os óbitos distribuíam-se por tábuas que permitiam averiguar a mortalidade por idades, incluindo a mortalidade infantil e discriminar as doenças que provocaram as mortes.

O recenseamento de 1802, referido ao último dia do mesmo ano, efectuou-se, tendo sido remetidos à Secretaria da Fazenda, os mapas do mesmo.

Infelizmente, não se conhecem os dados relativos à população de todas as dioceses do Reino. Apenas se encontram recolhidas nos arquivos da Assembleia da República - para onde foram transferidos os fundos documentais atinentes aos dois recenseamentos, em 1821, conforme informámos já noutro trabalho, as fichas relativas às freguesias de 9 dioceses e alguns isentos que cobrem, fundamentalmente, o centro e norte de Portugal:

- diocese de Aveiro;
- diocese de Braga;
- diocese de Castelo Branco;
- diocese de Elvas;
- diocese de Lamego;
- diocese de Leiria;
- diocese de Portalegre;
- isento de Grijó.

A diocese de Lamego abrangia alguns isentos, incrustados

na sua área.

O recenseamento, contudo, cobriu todo o território. Um ofício de 25 de Maio de 1803 informa que o maço dos mapas populacionais do bispado de Bragança, ainda não tinha sido remetido. E uma pequena relação, assinada pelo provisor do bispado de Beja, datada de 25 de Fevereiro de 1803, fornece a tabela das freguesias que faltavam naquele bispado, prova evidente de que as tábuas da população desta diocese alentejana tinham sido apuradas e enviadas à Fazenda e que, pelo menos, esses mapas foram extraviados do núcleo documental que constitui o recenseamento de 1802, o que não é de admirar, tendo em consideração o estado em que se encontra a documentação relativa àquela Secretaria de Estado e às Cortes.

Mas também é provável que nem todas as dioceses tenham remetido para Lisboa os mapas da população das suas freguesias.

Em 1803, D. Rodrigo de Sousa Coutinho cai no desagrado do Príncipe Regente e, ao ver as suas iniciativas sistematicamente marginalizadas, mesmo recusadas, acaba por pedir a demissão de Presidente do Real Erário e de Secretário de Estado da Fazenda.

E, com a sua saída, extinguiam-se as preocupações estatísticas da Secretaria que, Sousa Coutinho desde 1801, chefiara com tanta inteligência e audácia. A partir desse ano e até 1820, não mais se efectivará qualquer recenseamento da população, incluindo o de 1803, já previsto nas instruções de Novembro de 1802.

2.3. Análise crítica das fontes

2.3.1. Fogos

A contagem dos fogos por parte dos párocos apresenta remota tradição em Portugal e, nos princípios do séc. XIX, não oferecia quaisquer dificuldades.

Os dízimos pagos à Igreja - ainda que o levantamento de tal tributo fosse normalmente executado por rendeiros, ou arrematantes -, exigiam que o bispo conhecesse com exactidão o número de fogos das freguesias da sua diocese. Por outro lado, a obrigação da desobriga anual, na Quaresma e a cobrança das prestações exigidas pelos eclesiásticos aos seus fregueses, de acordo com os "usos e costumes" das igrejas, levavam que os párocos registassem, no rol dos confessados, todas as famílias das suas freguesias, registo minucioso, pelo menos nos finais do Antigo Regime, onde os fogos, regra geral, eram numerados e escalonados até, no caso dos grandes aglomerados populacionais, por arruamentos.

Jacques Marcadé, para o Baixo Alentejo, refere que, em poucos anos, e para as mesmas freguesias, na segunda metade do séc. XVIII, o número de fogos se revela muito variável e que tais variações se tornam dificilmente explicáveis, levantando problemas quanto à validade de tais números ao pretendermos detectar o crescimento ou contracção da população das freguesias em estudo.

E põe a hipótese de o número de fogos ser arbitrariamente indicado pelos párocos, em função dos seus interesses, ou dos interesses dos povos, o que levaria a reduzir o número de fogos, tendo em atenção as côngruas pagas pelos seus fregueses, o recrutamento militar e até, o levantamento do imposto da décima (67).

António de Almeida, nos inícios do séc. XIX, referindo-

-se a Penafiel, afirma que ninguém ignora "o methodo imperfeito da designação dos fogos adoptado pelos Parochos, unica fonte onde se pode recorrer, e onde se pode encontrar alguma veracidade". Segundo ele, o aumento dos fogos é, por vezes, aparente, nascido do modo como o pároco conta os fogos no rol dos confessados, considerando "como fogos á parte qualquer pessoa existente e mesmo unida a huma familia, huma vez que não seja mulher, filho, ou domestico do chefe de familia, donde se occasiona que pela morte de hum chefe de familia que fazia somente hum fogo, se escrevem dahi por diante no mesmo rol tres, quatro, e ás vezes mais fogos, pratica nascida para multiplicar os benesses, que os fregueses pagão como chefes de familia, ou fazendo hum fogo separado. Sendo este motivo commum a todos os Parochos, está manifesta a origem da imperfeição dos mappas Estatisticos de Portugal neste particular" (68).

Assim, a hipótese de Marcadé entra, de certo modo, em contradição com a informação de António de Almeida. Ou os párocos exageravam o número de fogos, quando estavam em jogo os seus direitos e reduziam o seu número quando informavam as autoridades administrativas ou eclesiásticas?

Não nos parecem válidas tais críticas, pelo menos para os inícios do séc. XIX. Numa época em que o pagamento de certos direitos eclesiásticos era já bem contestado, tornava-se difícil, se não impossível, multiplicar os fogos com a facilidade que António de Almeida dá a entender.

E também não era natural que os párocos indicassem um número de fogos inferior ao real, sempre que se efectivasse o levantamento do contingente militar, instruido pelas autoridades administrativas, feito "á proporção" - isto é, de tal modo que a redução de algumas dezenas de fogos à freguesia se traduzia por um ou

dois recrutas a menos - e facilmente controlável, já pelos povos das freguesias limítrofes, já e sobretudo, pelos corregedores e juízes de fora, através dos livros das ordenanças e da décima.

Finalmente, o imposto da décima não era tributado por fogos, como Marcadé supõe, mas por prédios e através das câmaras que, para tal, anualmente, abriam livros de registo da décima, por arruamentos, destrinçando os prédios rústicos e urbanos.

Regra geral, o número de fogos indicados pelos párocos merece-nos confiança. Comparando o numeramento de Pina Manique, os levantamentos de Columbano para Trás-os-Montes e de Vilas Boas para o Minho, com os dados fornecidos pelos recenseamentos de 1801 e 1802, salvo um ou outro caso, facilmente detectável, verifica - mos que o número dos fogos das diversas freguesias concordam exemplarmente, ou de modo muito satisfatório.

A própria evolução da cidade de Penafiel através do número de fogos, entre 1771 e 1823, por António de Almeida, infirma as suas reservas quanto ao problema da contagem dos mesmos.

Por vezes, não era fácil indicar exactamente o número de fogos de uma paróquia, já que, sobretudo no Minho, muitas freguesias, além dos fogos "inteiros" tinham fogos meeiros/"isto é, fogos pertencentes a mais que uma freguesia e que dispunham mesmo de "sacerdotes meeiros". Os párocos, nos recenseamentos de 1801 e 1802, registam, escrupulosamente, o número de fogos inteiros e os fogos meeiros pelo que, nestes casos, incorporamos os fogos meeiros na freguesia em que estão indicados, à semelhança do critério usado no censo de Pina Manique e no levantamento da população do Minho por Vilas Boas.

O número de fogos de cada freguesia pode ser confirmado, directamente, através dos livros de registo das ordenanças e, in-

directamente, pelos livros da décima, uma vez que, estes, ao mencionarem os prédios, registam os chefes de família que neles vivem.

Mas não podemos confundir fogos com prédios, nem sequer apurar o número daqueles a partir do número destes, ou vice-versa, pois, a relação entre o número de fogos e o número de prédios de uma mesma freguesia varia de modo muito irregular, apenas nos permitindo afirmar que, nos finais do Antigo Regime, no mundo rural, os fogos são numericamente inferiores aos prédios, enquanto que , nos aglomerados urbanos, se passa o contrário.

2.3.2. Almas

Joaquim Varela, por 1816, reconhecia que "ninguém melhor do que os pastores eclesiasticos póde dar a perfeita e cabal descripção de hum pequeno circuito, aonde tem a sua effectiva residencia para dirigir as almas, e aonde hum espirito de recreio e curiosidade os póde levar ao mais miudo conhecimento daquella parte do seu rebanho, que lhe foi confiada" (69).

António de Almeida, porém, alguns anos mais tarde, cepticamente, considerava imperfeitas as informações dos mapas estatísticos da população, pois, os róis dos confessados, fonte de que os párocos se socorriam para apurar o número dos seus fregueses, não registavam os menores de 7 anos (70).

Cepticismo retomado por alguns historiadores que se têm preocupado com a sociedade do Antigo Regime, como, em Espanha, Dominguez Ortiz, o qual, reportando-se ao censo de 1768, se interroga sobre os meios de que se serviram os párocos ao calcular a população infantil não sujeita ao cumprimento pascal e se tais cálculos não terão sido feitos arbitrariamente (71).

Não nos parecem fundamentadas tais suspeitas, já porque os róis dos confessados, em finais do séc. XVIII registam, muitas vezes, os menores de 7 anos, como todas as outras pessoas que integram cada fogo, já porque os párocos tinham possibilidades de conhecer a população infantil através dos livros de registo paroquial, ou por conhecimento directo.

O rol dos confessados, livro do estado das almas, devia mencionar, por arruamentos, bairros, lugares, aldeias ou quintas -- conforme se tratava de freguesias urbanas e populosas ou de freguesias rurais -, as pessoas existentes em cada fogo, respectivo sexo, idade, estado civil, profissão e, no caso dos "menores impuberes, que são os homens até aos 14 annos e as mulheres até aos 12", pelo menos as idades (72).

Para tal, em cada ano, o pároco, acompanhado de um sacerdote "ou de algum freguez velho e honrado", devia correr toda a freguesia, "informando-se mui particularmente do numero, idade e qualidade das pessoas, que em cada casa houver" (73).

O rol dos confessados regista, assim, de um modo preciso e sistemático todas as pessoas que habitam cada fogo, incluindo até as crianças "mesmo as de mais tenra idade", como acontece, no rol dos confessados da freguesia da Sé, cidade de Castelo Branco, em 1794 (74).

Que as preocupações dos párocos, no que diz respeito ao número dos seus fregueses não se limitavam, apenas, aos maiores de 7 ou 12 anos, provam-no, também, os livros de visitas de finais de Setecentos, os quais, quase sempre, mesmo quando dizem respeito a freguesias rurais, apontam as pessoas de sacramento e os menores de 7 anos, distinguindo, até, por vezes, dentro de cada um desses dois grandes grupos etários, os varões e as fêmeas (75).

Mas, ainda que o rol dos confessados não indicasse os menores de 7 anos, os párocos podiam recorrer aos livros de registo paroquial para apuramento daqueles.

Os "mappas da povoação" do recenseamento de 1801 recomendam que, se a declaração das pessoas maiores de 7 anos deve ser conforme ao rol da desobriga da quaresma do mesmo ano, o número de menores de 1 a 7 anos seria conforme aos livros dos assentos de baptismos e óbitos dos últimos 6 anos.

Nós sabemos das lacunas que os livros de óbitos apresentam no que diz respeito às crianças. Mas, uma vez conhecido o número de crianças baptizadas durante esse período, seria difícil averiguar as que tinham morrido, ou aquelas que, juntamente com os seus familiares, tinham deixado de viver na freguesia?

Pensamos que não. Relacionando os nomes das crianças baptizadas com os seus pais, o pároco facilmente detectava as crianças existentes e que ainda não se confessavam.

E, se algumas dúvidas se lhe levantavam - alguns párocos estariam há pouco tempo nas paróquias, à data dos recenseamentos -, facilmente podiam ser eliminadas, através dos outros sacerdotes, do sacristão, dos juízes de vintena, enfim, de qualquer pessoa idosa da freguesia.

Há que ter em linha de conta, na verdade, para a compreensão deste problema, qual o de saber as possibilidades de apuramento do número de menores de comunhão, nas diversas freguesias, através dos párocos, o volume demográfico das paróquias, os eclesiásticos nelas existentes, o enquadramento das populações por parte da Igreja-que não se quebra com a simples transferência ou morte de um eclesiástico -, enfim, a importância do conhecimento directo das pessoas e das coisas que integram esse microcosmos.

Na freguesia, o pároco conhece bem todos os seus habitantes, desde as crianças que ele baptiza, até aos velhos inválidos que ele visita.

No Portugal de fins do Antigo Regime, são raras as freguesias que ultrapassam as 2 000 almas, como são raras as paróquias com um só sacerdote. A um maior número de fregueses ou a um povoamento mais disperso, corresponde, proporcionalmente, um maior número de eclesiásticos.

Numa época em que a vida dos povos é pautada e mesmo determinada pela Igreja (pelos seus ritos, procissões e festas religiosas, pela prática religiosa, etc.), o contacto do pároco, dos sacerdotes, com os seus fregueses, incluindo as crianças, era constante e profundo, robustecido por uma convivência quotidiana, diária, que identifica as crianças, filhas deste ou daquela, mesmo quando a mãe é uma pobre viúva, ou de "maus costumes", mesmo quando o pai é um eclesiástico se não o próprio pároco.

Os cálculos efectuados pelo pároco, relativamente aos menores de confissão, eram exactos ou aproximar-se-iam muito da realidade e dependiam mais da sua cultura ou da sua boa vontade que, propriamente, de quaisquer outras dificuldades.

Alguns párocos indicam nas fichas do recenseamento de 1801, no grupo de idade 1 - 7 anos, um número de rapazes ou raparigas muito superior à realidade, o qual, em nosso parecer, resultou da contagem das crianças baptizadas entre 1795-1801, sem ter em linha de conta as que tinham morrido, uma vez que o livro dos óbitos os não registaria.

Por outro lado, nalguns mapas, parece constatar-se no grupo de 1 - 7 anos, para 1801, ou no grupo 1 - 5 anos, para 1802, um sub-registo dos menores, embora, por vezes, os números apresen

tados, como advertiu o prior da freguesia de Frielas, termo de Lisboa, não sejam mais que a expressão de uma epidemia que, nesse ano, ou em anos anteriores, tenha dizimado as crianças.

Tais casos, porém, são raríssimos. A crítica dos números apresentados por ambos os recenseamentos demonstra que os párocos procuraram fornecer cuidadosamente a população masculina e feminina das suas paróquias.

Mesmo em situações excepcionais, o zêlo dos eclesiásticos é louvável, como no caso do prior da freguesia do Caia, concelho de Elvas, uma vez que, o facto de os espanhóis, na Campanha de 1801, lhe profanarem a Igreja e roubarem ou destruirem as imagens, vestes, vasos sagrados e os livros de registo paroquial, não o impediu de fornecer a população da freguesia, ou seja, "os números" dos que conhecia "com individuação".

Algumas dificuldades surgiriam, sem dúvida, numa ou noutra freguesia urbana mais populosa, em Lisboa ou no Porto e onde os párocos dificilmente apurariam o número de crianças menores de comunhão e, também, a população flutuante, existente nos grandes aglomerados urbanos, sobretudo, em Lisboa.

Mas, mesmo nas fichas da população das grandes freguesias da capital, os párocos mencionam, muitas vezes, as pessoas que não se desobrigam na freguesia, os "rebeldes", os vadios, os protestantes ou de comunhão estranha, os estrangeiros, os desobedientes, os irreligiosos, os "vacantes", enfim, todos aqueles que não cumpriam o preceito pascal.

Simplesmente, como tais informações nem são sistemáticas nem exaustivas, concluimos que a população das paróquias registada nos recenseamentos, corresponde à população"de facto", estável, logo, em número inferior à população total das mesmas.

Na verdade, o número de portugueses apurado pelo recenseamento de 1801 é significativamente inferior ao número real dos habitantes do Reino existentes nesse ano. Vários grupos sociais e numerosas pessoas, por razões várias, não foram registadas pelos párocos:

a) Forças armadas - grande parte dos militares que integravam o exército e a marinha não foram recenseados. As unidades militares, os navios de guerra tinham capelães, que asseguravam a desobriga dos seus efectivos ou guarnições.

b) Clero regular e população estudantil - A população dos conventos, recolhimentos, Universidade de Coimbra, colégios, seminários - incluindo familiares, alunos/as e criados/as -, também não fez parte do recenseamento, uma vez que os privilégios de que gozavam os religiosos e pessoas deles dependentes, os isentavam da sujeição paroquial.

c) Expostos - não foram registadas, também, as crianças abandonadas, existentes nas rodas ou entregues às amas. O recenseamento de 1802 procurou suprir esta lacuna, pedindo aos prelados diocesanos que apurassem, nas suas dioceses, o número das crianças expostas.

d) A numerosa população flutuante e os marginais - vadios, desertores, mendigos, pedidores, ermitães, ciganos, etc.

e) Os pescadores que andavam como tripulantes no alto mar e, até, parte dos pescadores da costa, "Gente grosseira, fugitiva da Igreja".

f) Os funcionários públicos, em comissão de serviço nas co

lónias.

g) Grande parte dos operários que trabalhavam nas fábricas - - foram objecto de um recenseamento industrial, cujos dados aproveitamos para este trabalho - e criados/as, sobretudo nos grandes centros urbanos, quando provenientes do mundo rural.

h) Os recolhidos/as em casas de polícia.

i) Os presos nos cárceres do Reino.

j) Os doentes dos hospitais, casas de misericórdia, albergarias e lazaretos.

k) As pessoas de outras religiões que não a católica, ateus e católicos "dispensados" ou "privilegiados".

l) Os "mentecaptos", doentes mentais, que não podiam comungar.

m) Os estrangeiros, entre os quais avultavam os milhares de galegos que trabalhavam em Portugal.

Homens e mulheres encontram-se distribuidos, como já foi referido, por grupos de idades. A averiguação das idades, de acordo com as instruções do recenseamento de 1801, devia basear-se em "notícias fidedignas".

É certo que os párocos, não raras vezes, no rol dos confessados, registavam as idades das pessoas. Mas, na esmagadora maioria das freguesias, só a pergunta directa permitiria saber a idade de cada um. Ora, acontecia que muitos adultos desconheciam a idade, como os pescadores da Póvoa de Varzim, por serem - afirma o pároco -, "muito rusticos".

Alguns padres, como o prior de Santos-o-Velho, freguesia

de Lisboa, esclarecem que a idade era indicada pelas pessoas, ou calculada, quando as mesmas ignoravam o ano do seu nascimento.

Algumas pessoas, por malícia ou ignorância, encobriam as idades, pelo que a distribuição por grupos etários se tornava menos precisa. As notícias - continua o prior -, não eram, assim, "de ordinario, fidedignas"(para esta época, só as reconstituições por famílias podem averiguar, com exactidão, as idades das pessoas).

A distribuição por grupos de idades é, apesar de tudo, relativamente correcta, uma vez que, tal distribuição, ao agrupar a informação, neutraliza, de certo modo, a imprecisão e as flutuações observadas a nível individual.

No recenseamento de 1802, em que a população se distribui por grupos de idades quinquenais, detecta-se, por vezes, um empolamento da proporção do grupo 6 - 10 anos, em relação ao grupo 0 - 5 anos, fenómeno semelhante ao "observado noutros países com baixo nível de desenvolvimento económico e social", mas que, nos recenseamentos em questão (no caso do censo de 1801, para o grupo de 1 - 6 anos), pode traduzir, também, um sub-registo dos menores de 7 anos.

Fenómeno semelhante se observa no grupo de idade de 36 - - 40 anos, o qual aparece ligeiramente empolado em relação aos grupos de idades 31 - 35 e 41 - 45 anos, que traduziria a repugnância por parte das pessoas em ultrapassar etapas simbolicamente importantes da vida, como os 30 ou 40 anos - e que Manuel Nazareth observa em recenseamentos portugueses do séc. XX, chamando a atenção para este "fenómeno sociológico muito característico de países com um sistema sociocultural semelhante ao português" - (76), ou um arredondamento feito pelo pároco, numa tentativa de simplificação

da distribuição das pessoas pelos grupos de idades.

Acima dos 60 anos constituimos um só grupo etário, pois, a partir dessa idade, as estimativas vão sendo cada vez menos dignas de crédito.

Finalmente, o recenseamento de 1802 distribuia homens e mulheres segundo o estado matrimonial, especificando solteiros/as, casados/as e viúvos/as.

Também, neste caso, nos parecem válidas as informações paroquiais, ainda que tal "registo civil" não considere as pessoas casadas que se separavam, nem tenha em linha de conta a população celibatária - sobretudo as mulheres solteiras -, que vive, pura e simplesmente, "com escandalo", "em mancebia".

E não eram poucos os casais "divididos" ou amancebados na sociedade portuguesa de fins do Antigo Regime, quer nos centros urbanos, quer no mundo rural.

No Alentejo, a mobilidade da mão de obra, que se desloca até regiões bem distantes das freguesias de origem, permite, esporadicamente, novo casamento e, prática mais corrente, o concubinato. O casamento, naquela província, de modo algum se revela indispensável aos olhos dos seus habitantes. D. Manuel do Cenáculo, nos fins de Setecentos, convenceu muitos casais do seu bispado a regularizarem a situação e entregou outros, dada a sua impenitência, ao braço secular (77).

No norte de Portugal, os livros de visitas e das devassas demonstram o que os livros dos expostos exemplificam de modo brutal, ou seja, que o concubinato, mancebia, adultério e incesto se encontravam amplamente difundidos, mesmo nas regiões rurais, como no Barroso ou na região do Douro - em 1795, os "maos costumes" são responsáveis por 90% das 332 pessoas culpadas pela devassa,

nas 40 freguesias da Visita da primeira parte de Villa Real (78).

Em conclusão, podemos afirmar que os párocos portugueses, nos inícios do séc. XIX, à semelhança do que Ladurie afirma em relação aos párocos franceses de fins do séc. XVIII, são "bons conhecedores dos seus efectivos paroquiais" .

Os dados relativos ao volume da população, sexo e estado dos habitantes revelam-se, em princípio, exactos, no que diz respeito à população estável e católica. Contar os habitantes é contar as almas.

Nas freguesias muito populosas, sobretudo as urbanas, essa contagem ignora a população flutuante, todos aqueles que vivem à margem da comunidade católica e acusa, possivelmente, um ligeiro sub-registo dos menores de 7 anos.

A distribuição da população por grupos de idades, quando transformada em estruturas relativas é, sem dúvida, utilizável e passível de interpretação, quer numérica, quer gráfica.

2.3.3. Nascimentos, casamentos e óbitos

Tanto num como noutro recenseamento, os párocos deviam declarar os nascimentos e óbitos ocorridos nas suas freguesias e, ainda, no caso do censo de 1801, os casamentos.

Que confiança nos merecem tais declarações?

Efectuar-se a análise crítica de tais dados implica, necessariamente, medir o valor dos registos paroquiais portugueses, nos finais do Antigo Regime, valor esse que está longe de ser uniforme para todo o país.

Com efeito, os registos paroquiais variam de diocese para diocese, de região para região, de pároco para pároco, sobretudo, pois, os assentos de baptismos, casamentos e óbitos não são

mais que o reflexo do zelo, mentalidade, hábitos e grau de cultura dos párocos.

Não conhecemos qualquer estudo crítico sobre os registos paroquiais de uma diocese, ou de uma região. Lamentavelmente, nem sequer temos recolhidos e/ou inventariados, de modo exaustivo, os livros de registos paroquiais, os quais, dispersos pelo A.N.T.T., pelos arquivos distritais - onde deviam ser recolhidos - e/ou diocesanos, se encontram, também, pelas freguesias, atirados para qualquer canto da igreja ou da residência paroquial, em bibliotecas particulares e, de quando em vez, pelos alfarrabistas.

Sem esta prévia e sistemática recolha, como fazer o estudo dos registos paroquiais das diversas dioceses?

José António de Sá, nos finais do séc. XVIII, chamava a atenção para a "incerteza" dos extractos paroquiais, já "porque são diminutos os assentos; já por falta de noticias, principalmente nas Terras maiores; já porque os de differente Religião se não alistão nas Parochias; já porque a pobreza de muitos dá causa a descuidos no Officio de que se não percebe utilidade", pelo que, não só preconizava o Alistamento Geral do Reino, por famílias, como achava necessário enviar aos bispos e repartições competentes, um modelo por onde se deviam regular os assentos paroquiais (79).

O alvará de 27 de Abril de 1802 expressamente determinou que os livros dos assentos dos baptismos, casamentos e óbitos de todas as paróquias seriam selados, medida que foi comunicada aos prelados diocesanos.

Por 1817, José Varela sugeria que, para evitar enganos e tornar mais fácil e cómodo o registo paroquial, os livros deviam conter "os dizeres communs impressos" (80).

Mas nada se concretizou. Se a Igreja, em geral, ou os

prelados em particular não se preocupavam com a uniformidade e rigor dos assentos, o Estado, também não tomou qualquer iniciativa para solucionar a questão, pelo que, ao longo do séc. XIX, os registos paroquiais continuaram a ser arbitrariamente preenchidos pelos párocos ou seus coadjutores.

De um modo geral, podemos afirmar que os livros de registo paroquial nos aparecem mais cedo e de uso mais regular no norte de Portugal e se encontram conservados e preenchidos mais cuidadosamente - o que pouco tem a ver com rigor ou exactidão -, nas freguesias urbanas que nas freguesias rurais.

No Alentejo, muitos livros de registo teriam sido iniciados, apenas, nos finais de Setecentos, nomeadamente, na diocese de Beja - e devido à iniciativa de D. Manuel do Cenáculo (1770--1802). Para algumas paróquias, não aparece, sequer, um livro paroquial (81).

No Patriarcado, nomeadamente, para a região de Lisboa, o número dos livros paroquiais desaparecidos é considerável.

Nas dioceses de Braga e Bragança-Miranda, surgem, igualmente, muitas lacunas nas séries dos livros de registo de numerosas paróquias rurais.

Porém, como já referi, muitos destes códices encontram--se, ainda, nas freguesias, tornando provisória qualquer estimativa quanto ao número dos livros que chegaram até aos nossos dias.

A elaboração dos assentos revela-se muito irregular.

Na época em questão, os livros que dizem respeito às paróquias alentejanas encontram-se mal preenchidos, com actos omissos, erros cronológicos, registos copiados alguns anos mais tarde, etc...

José Varela, nos inícios de Oitocentos, chama a atenção

para a fragilidade dos registos paroquiais da região de Montemor-o-Novo, "encontrando entre as folhas dos livros dos nascidos e mortos pequenos papeis, que continhão algumas lembranças e declarações que não forão lançadas no lugar competente" (82). O cura de Santo António de Vendas Novas "Patenteava", então, "as consideraveis omissões do seu antecessor, que havia negado o devido assento a muitos nascidos e mortos" (83).

No Patriarcado, mesmo para a região de Lisboa, a qualidade dos registos paroquiais não é a melhor.

Alterações cronológicas, laconismo de formulário, folhas arrancadas, ou, por vezes, implantadas posteriormente, surgem-nos, de igual modo, nos livros de registos paroquiais do bispado de Bragança-Miranda, referentes à segunda metade do séc. XVIII.

Mas passemos à análise dos três tipos de livros de registos paroquiais.

a) Livros de baptismos - O recenseamento de 1801 declara que o número dos nascimentos relativos a esse ano devia ser conforme aos respectivos assentos de baptismos.
É certo que o número de nascimentos não coincide com o número de baptismos mas, em demografia histórica, pouco mais se pode fazer do que desprezar a margem de erro que a identificação nascimentos/baptismos necessariamente implica.
Com efeito, os livros de baptismos ignoram os nados-mortos e os nados-vivos que morriam antes de receberem o baptismo, o qual, era administrado no prazo concedido pelas constituições diocesanas, de 8 a 10 dias após o nascimento das crianças.
E, nem sempre era cumprido tal prazo, como na diocese de

Beja, que chegava a ir até aos 20 dias. D. Manuel do Cenáculo verbera este baptismo tardio e lembra aos párocos a necessidade de baptizarem as crianças o mais cedo possível, pois, muitas morriam sem este sacramento (84). "Descuido" que, no Alentejo, é menos da responsabilidade dos párocos que dos pais, pouco preocupados com o baptismo dos seus filhos, como reconhece o pároco da freguesia de S. Gregório, comarca de Vila Viçosa, diocese de Évora, informando, em 1801, que, parte das crianças de 1 a 7 anos, só consta por informação, uma vez que não era costume baptizá-los.

Até que ponto este costume se encontrava generalizado nas populações daquela província, ou, mesmo, de outras regiões?

O não registo das crianças baptizadas em casa e que vieram a morrer antes de receberem na igreja os santos óleos, parece ser prática comum, mesmo nas dioceses do norte de Portugal.

Finalmente, temos de considerar as perturbações causadas pelo registo dos enjeitados nos livros de baptizados das cidades e vilas que tinham casas de expostos e às quais concorriam as crianças abandonadas de outras freguesias ou concelhos, aumentando, sem qualquer compensação nos óbitos, os baptismos, determinando um acréscimo da natalidade local, que é, afinal, aparente.

Perturbações tanto mais sensíveis, quanto grande parte destas crianças baptizadas à sua entrada na roda, se encontravam já registadas nas freguesias em que tinham sido encontradas.

b) Livros de casamentos - O recenseamento de 1802 fornece, por freguesias e por grupos de idades quinquenais, o número de casamentos efectuados nesse ano, assim como o número total de homens e mulheres casados.

Teoricamente, os livros de registo de casamentos são fidedignos, apesar de uma ou outra imprecisão, lacuna ou omissão que, necessariamente, contêm. Temos de atender, porém, às formas de casamento não registadas, às "promessas, pactos e convenções esponsalicias", que originavam "muitos e gravissimos abusos", levando à "clandestinidade dos matrimonios", frequentes nalgumas regiões do país, sobretudo, no sul, os quais, numerosas vezes, não mais eram sacralizados pela Igreja (85). Temos de atender, ainda, a que estas fontes registam, apenas e num dado momento, um acto, o casamento, não se preocupando mais com a vida do casal, a não ser, em caso de viuvez seguida de segundas núpcias, ou de morte e que, portanto, através de tais fontes, nunca se poderão surpreender as alterações surgidas na vida dos cônjugues.

c) Livros de óbitos - Estes livros levantam problemas muito mais graves que os livros de baptismos ou casamentos, pois, o número de mortos aí registados era "mui inferior ao verdadeiro", por ser "prática geralmente seguida não se fazer assento dos menores de sete annos" que faleciam antes de completarem aquela idade (86), prática essa que estava longe de ser exclusiva dos registos paroquiais portugueses.

Em Inglaterra, os registos paroquiais só se tornam dignos de confiança a partir de 1820 (87).

Nos finais do séc. XVIII, em França, os curas, sobretudo na França do Meio-Dia, negligenciam, voluntária e sistematicamente, o registo das crianças mortas antes da primeira comunhão, a tal ponto que Pierre Goubert se interroga até que ponto as diferenças de vitalidade entre algumas regiões da França não traduzem senão diferenças na qualidade dos registos paroquiais, principalmente nos livros de óbitos (88).

Em Espanha, tal omissão é, também, característica dos livros de óbitos. Mauleón Isla constata para Bilbau e à semelhança do que acontecia noutras paróquias do norte da Espanha, que são raríssimos os assentos dos menores, pretextando os curas das freguesias daquela cidade, nos inícios do séc. XIX, não ser costume o seu registo. Os gráficos relativos aos óbitos daquela cidade, adverte Mauleón Isla, dizem respeito, quase unicamente, aos falecidos com idade superior aos 17 anos, pelo que, os óbitos não registados, aproximar-se-íam dos 50% do total dos óbitos (89).

O Almanach para 1788, referindo-se a Lisboa, advertia que as "computações" dos nascimentos e baptizados eram exactas, mas não os "falecimentos", pois, muitos mortos, "especialmente os menores", eram expostos às portas dos conventos ou igrejas dos regulares, onde se não fazia assento dos sepultados.

Lamentável prática que, os párocos da capital, nas tábuas da população de 1801, confirmam.

O padre da freguesia da Ajuda adverte que, no número dos óbitos, não entram muitas crianças mortas, expostas a fim de se

lhes dar sepultura, ignorando-se a identidade desses menores e os nomes dos pais.

O padre de Santa Marinha lembra não haver assentos de óbitos até à idade de 7 anos, pois, os meninos eram sepultados indevidamente, nas igrejas dos religiosos, a quem pagavam, acrescenta o pároco de Nossa Senhora da Encarnação, "contra todo o Direito, e em prejuizo notavel dos Parochos".

Os familiares das crianças que morriam, "por hum abuso tão incompativel com a civilisação, como com a humanidade", depositavam os cadáveres daquelas "nos adros e no interior de todas as Igrejas, para serem enterrados por caridade", quer fossem "filhos reconhecidos, ou expostos", ou levavam-nos aos conventos, onde os religiosos, por uma pequena quantia, quando não gratuitamente, os enterravam, evitando, assim, as despesas que as cerimónias fúnebres, por parte dos clérigos seculares, ocasionavam.

Despesas obrigatórias, mesmo para os pobres, pelo que, os cadáveres dos indigentes, ainda que adultos, eram levados a alguma Misericórdia, ou abandonados à porta de uma igreja, à mercê da discrição ou caridade eclesiásticas. O corpo aí ficava, para espanto e horror dos estrangeiros que viviam em Lisboa, muitas vezes, com uma bacia junto dele, para receber as esmolas que o padre considerava necessárias para cobrir as despesas do enterro (90).

O não registo sistemático dos menores de 7 anos constituía prática frequente da maioria das freguesias do Reino, nas primeiras décadas do séc. XIX.

Na diocese de Évora, o pároco da freguesia de S. Marcos da Abóbeda informa, em 1801, que morreram, além das que regista, mais 9 crianças, ignorando se masculinas ou femininas.

Na diocese do Porto, a partir de 1779, começaram a ser

registados os óbitos dos menores, mas apenas esporadicamente, como se verifica, por exemplo, nas cidades de Penafiel e Porto. António de Almeida, por 1830, escreve que, em Penafiel, nos livros de óbitos, não se costumavam lançar os termos de todos os menores falecidos (91).

Rebelo da Costa, na descrição que faz da cidade do Porto, em 1787, declara que, nos "catálogos paroquianos", não se exara "o número dos meninos e meninas que não chegam aos sete anos de idade" (92). As irrisórias taxas de mortalidade que esta cidade acusa nos fins do séc. XVIII, princípios do séc. XIX, demonstram um nítido sub-registo dos menores de 7 anos. Bastava o não registo das crianças expostas que morriam, anualmente, a ritmo impressionante, no Porto, como nos grandes centros urbanos, para os livros de óbitos acusarem, quanto aos menores de comunhão/confissão, um número substancialmente inferior ao número real de mortos.

Mas os livros de óbitos não apresentam, apenas, tal lacuna, que é, porém, quantitativamente, a mais grave.

Ignoram, também, os religiosos e "pessoas annexas" - familiares, donatos, fâmulos, criados, etc. -, sepultados nos conventos, doentes que morriam nos hospitais e Casas de Misericórdia - - a Misericórdia do Porto, nos finais de Setecentos, enterrava, todos os anos, "pelo amor de Deus mais de quatrocentos pobres" (93) -, pescadores que sucumbiam nos naufrágios, etc.

Os livros de óbitos desconhecem, finalmente, muitos daqueles que viviam à margem da sociedade ou da Igreja Católica, os "vagos", mendigos, os "irreligiosos" ou "rebeldes" e os que professavam outra religião. E, se estes últimos não eram numerosos, o mesmo já não se podia dizer dos vagabundos e dos ateus ou indiferentes à religião.

Neste sector, volta novamente a destacar-se a especificidade do Alentejo, onde a laicisação da morte é, nos finais de Setecentos, prática corrente, não só nos povoados do Baixo Alentejo - justificável pela ignorância dos camponeses e pelo fraco enquadramento clerical -, como em Beja, onde se verificam enterramentos sem cruz, padres ou toque de sino, numa cidade episcopal que contava algumas dezenas de padres. Esta indiferença perante a religião tem a sua origem, segundo o bispo de Beja, na miséria (94).

Para se pertencer à comunidade católica, para se participar dos ritos e festas religiosas, para se cumprirem os preceitos que as constituições diocesanas estipulam, enfim, para se ter direito ao registo paroquial, é preciso pagar. E os "miseráveis", não o podendo fazer, marginais perante a sociedade, depressa se afastam da Igreja.

2.4. Análise demográfica da qualidade dos dados

Uma vez efectuada a crítica das fontes, entendemos que seria útil proceder a uma análise dos dados, ainda que elementar, numa perspectiva demográfica.

2.4.1. Relação de masculinidade dos nascimentos

Um dos índices frequentemente utilizados para se verificar a qualidade do estado civil consiste na relação de masculinidade dos nascimentos, ou seja, o número de nascimentos masculinos por 100 nascimentos femininos, uma vez que tem sido observado em vários países "que as irregularidades de registo acompanham, na maior parte dos casos, uma distorção desta relação de masculinida

de".

Sabe-se que a relação de masculinidade dos nascimentos anda à volta de 105 sempre que se excluem as variações aleatórias.

Assim, a "existência de desvios acentuados em relação a este valor médio não pode ser senão a consequência da existência de erros de observação" (95).

Em cada 1 000 nascimentos temos, teoricamente, 512 nascimentos masculinos e 488 nascimentos femininos. Os limites do intervalo de confiança a 95% são

$$0.512 \pm 1.96\sqrt{\frac{0.512 \times 0.488}{n}}$$

em que n = número de nascimentos (96).

"Se a relação de masculinidade observada se situa no exterior do intervalo de confiança, podemos, em princípio... atribuir o desvio à existência duma subdeclaração ou dum registo imperfeito mais acentuado por um sexo do que por outro. Inversamente, se a relação de masculinidade se situa no interior deste intervalo, não podemos concluir automaticamente que a observação é perfeita: podemos estar em presença de omissões com um mesmo nível relativo nos dois sexos" (97).

O quadro nº 5 apresenta as relações de masculinidade e os intervalos de confiança calculados para o recenseamento de 1801, por comarcas. Globalmente, podemos afirmar que se constata uma boa qualidade dos dados. Flutuações aleatórias um pouco acentuadas devem-se, sem dúvida, aos efectivos reduzidos de algumas comarcas. E só as comarcas de Alenquer e Lisboa apresentam valores que ultrapassam, ligeiramente, intervalos de cofiança: no caso de Alenquer um ligeiro sub-registo das mulheres; a comarca de Lisboa acu

Quadro nº 5

Recenseamento de 1801

Relações de masculinidade dos nascimentos e intervalos de confiança a 95%

Comarcas	Relações de mascul.	Intervalos de confiança
ALCOBAÇA	115.3	98.0/116.5
ALENQUER	120.7	93.8/117.4
ARGANIL	102.8	93.0/118.3
AVIS	92.8	91.6/120.3
BEJA	105.9	96.9/105.9
BRAGA	109.4	95.3/115.5
BRAGANÇA	107.4	96.1/114.6
CASTELO-BRANCO	101.4	96.9/113.7
CHÃO DE COUCE	88.0	76.0/145.0
COIMBRA	106.5	99.2/111.0
ELVAS	96.0	92.3/119.3
ÉVORA	100.0	95.7/115.0
FARO	109.5	94.6/116.4
GUARDA	102.2	98.0/112.3
GUIMARÃES	102.3	98.8/111.4

c/

Recenseamento de 1801

Relações de masculinidade dos nascimentos e intervalos de confiança a 95%

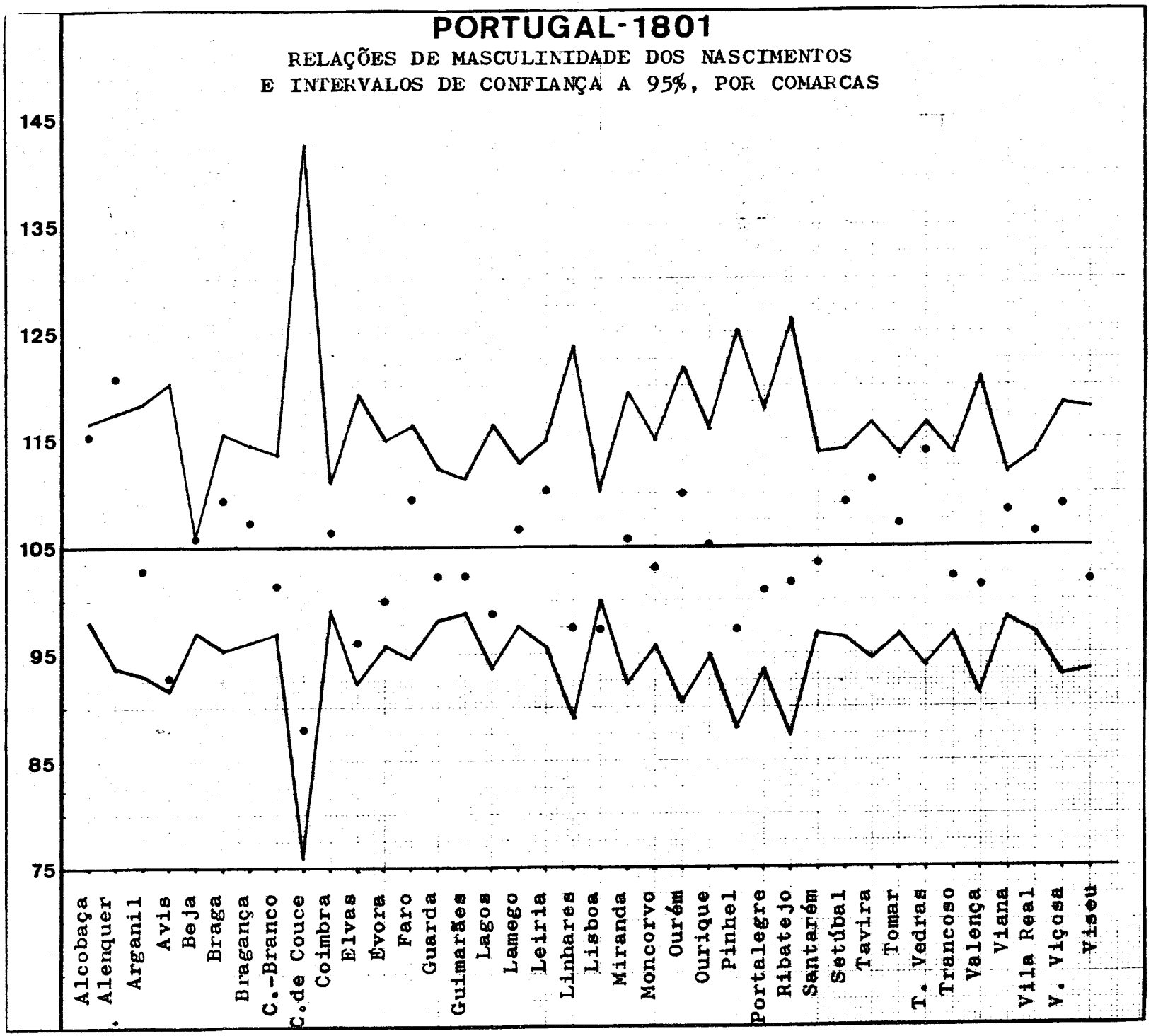
Comarcas	Relações de mascul.	Intervalos de confiança
LAGOS	98.7	93.8/117.4
LAMEGO	106.7	97.6/112.8
LEIRIA	110.3	95.7/115.0
LINHARES	97.4	89.0/123.7
LISBOA	97.3	100.0/110.1
MIRANDA	105.7	92.3/119.3
MONCORVO	103.0	95.7/115.0
OURÉM	110.0	90.5/121.7
OURIQUE	105.3	94.9/116.0
PINHEL	97.3	88.0/125.2
PORTALEGRE	100.9	93.4/117.9
RIBATEJO	101.7	87.3/126.2
SANTARÉM	103.5	96.9/113.7
SETÚBAL	109.2	96.5/114.1
TAVIRA	111.2	94.6/116.5

c/

Recenseamento de 1801

Relações de masculinidade dos nascimentos e intervalos de confiança a 95%

Comarcas	Relações de mascul.	Intervalos de confiança
TOMAR	107.2	96.9/113.7
TORRES VEDRAS	113.9	93.8/116.5
TRANCOSO	102.3	96.9/113.7
VALENÇA	101.4	91.2/120.8
VIANA	108.4	98.4/111.9
VILA REAL	106.4	96.9/113.7
VILA VIÇOSA	109.0	93.1/118.3
VISEU	101.9	93.4/117.9


PORTUGAL-1801
RELAÇÕES DE MASCULINIDADE DOS NASCIMENTOS
E INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95%, POR COMARCAS
145
135
125
115
105
95
85
75
Alcobaça
Alenquer
Arganil
Avis
Beja
Braga
Bragança
C.-Branco
C.de Couce
Coimbra
Elvas
Évora
Faro
Guarda
Guimarães
Lagos
Lamego
Leiria
Linhares
Lisboa
Miranda
Moncorvo
Ourém
Ourique
Pinhel
Portalegre
Ribatejo
Santarém
Setúbal
Tavira
Tomar
T. Vedras
Trancoso
Valença
Viana
Vila Real
V. Viçosa
Viseu

sa um pequeno sub-registo (ou subdeclaração) das crianças do sexo masculino, facto de modo algum invulgar, uma vez que a mesma anomalia se detecta nos dados relativos à mesma região, em pleno séc. XX (98).

A relação global de masculinidade dos nascimentos observada é de 104.4, ou seja, praticamente igual ao valor teórico e o intervalo de confiança, de 103.4/106.4, o que, segundo o método utilizado, parece confirmar uma boa qualidade no registo ou declaração dos nascimentos, a não ser que, o fenómeno de sub-avaliação fosse igual para os dois sexos, o que é pouco provável.

2.4.2. Relações de masculinidade

Uma maneira simples de apreciar a qualidade dos dados obtidos através dos recenseamentos "consiste em observar o desvio em relação a 100 da relação global de masculinidade. Com efeito, uma relação de masculinidade dos nascimentos que se situe por volta do valor 105, combinada com uma relação de masculinidade dos mortos que varia entre 105 e 125, implica a existência de uma relação global de masculinidade no recenseamento sensivelmente igual a 100 desde que os movimentos migratórios não sejam muito importantes" (99).

O quadro que se segue, apresenta as relações globais de masculinidade calculadas por províncias.

Relações globais (x 100) de masculinidade - 1801

Províncias	Homens	Mulheres	RM %
MINHO	315 118	352 058	89.5
TRÁS-OS-MONTES	129 763	136 089	95.4
BEIRA	446 294	487 090	91.6
ESTREMADURA	335 534	336 646	99.6
ALENTEJO	137 035	133 739	102.5
ALGARVE	50 088	53 219	94.1
PORTUGAL	1 413 832	1 498 841	94.3

Verificamos, assim, que, à excepção do Alentejo, as relações globais de masculinidade das províncias do Reino apresentam valores que se situam abaixo de 100.

Se estivessemos perante uma população fechada e sem migrações internas dignas de monta, as oscilações observadas seriam, apenas, explicáveis pelas alterações existentes na qualidade das estatísticas dos nascimentos e óbitos.

Ora, no capítulo anterior, acabamos de verificar que, segundo a metodologia utilizada, a qualidade dos registos dos nascimentos parece ser boa, pelo menos, no que diz respeito ao equilíbrio entre os sexos. Assim, uma vez que parecem não existir grandes problemas na qualidade dos dados do movimento natural da popu

lação, temos de admitir que a variável migro-demográfica responsável pelas flutuações observadas não pode deixar de ser outra senão os movimentos migratórios.

Por outro lado, também se sabe que, de uma maneira geral, nas migrações internas, os sexos são relativamente equilibrados, por oposição às emigrações externas em que existe, sempre, uma grande preponderância do sexo masculino, mesmo nos casos em que ocorra uma grande reconstituição das famílias nos países de destino da emigração.

Neste contexto, é no Minho que verificamos as relações de masculinidade mais afastadas do seu valor teórico, seguindo-se-lhe a Beira, o Algarve e Trás-os-Montes, sequência que concorda inteiramente com as informações que temos sobre a intensidade da emigração por províncias: é na primeira que a intensidade deste fenómeno é maior e é na última que ele é menor. A Estremadura, ao apresentar uma relação de masculinidade praticamente igual a 100.0, aponta-nos para a existência de uma emigração reduzida, o que parece confirmar aquilo que sabemos sobre o destino dos fluxos migratórios desta província, quase exclusivamente dirigidos a Lisboa. Finalmente, o Alentejo, a única província cuja relação de masculinidade ultrapassa 100, parece ignorar a emigração e, até, a atracção urbana da capital. O facto deste valor nos aparecer relativamente elevado não significa a existência de uma deterioração da qualidade dos dados nesta região pois, o empolamento de sexo masculino que altera o equilíbrio da relação de masculinidade é provocado pela existência da importante praça militar de Elvas. Com efeito, nesta cidade, o censo de 1801 regista 7614 homens para 5258 mulheres, fazendo supôr que os efectivos da guarnição foram incorporados no total daqueles. O recenseamento de 1802 confirma

esta suposição, uma vez que nos dá um número proporcionado de homens e mulheres casados, um número de viúvas triplo dos viúvos mas, no que diz respeito à população celibatária, o número de solteiros é superior ao número de solteiras em 2 240.

E, assim, uma vez excluida dos nossos cálculos a comarca de Elvas, a relação de masculinidade surge-nos igual ao seu valor teórico (100.1).

Em conclusão, pensamos que existe uma indiscutível ligação entre a relação global de masculinidade e a emigração, embora não nos seja possível deduzir automaticamente que a emigração explica todas as oscilações observadas. É de admitir que uma deficiente qualidade dos dados pode ter a sua quota-parte explicativa mas, em função de tudo o que dissemos anteriormente, podemos igualmente afirmar que, a haver tal deficiente qualidade, a sua importância é muito reduzida.

2.5. CONCLUSÃO

Os anos em que se efectivaram os recenseamentos são anos de carestia e de fome, devido a maus anos agrícolas e à guerra com a Espanha, em 1801. Não são, porém, anos excepcionais, uma vez que, tanto nos finais de Setecentos - 1793, 1794, 1796, 1800 -, como nos inícios de Oitocentos - 1803, 1804, 1806 -, nos surgem anos que igualam e, por vezes, ultrapassam as difíceis condições de vida que se fizeram sentir em 1801-1802. Assim, pensamos que os resultados obtidos através dos recenseamentos, exprimem, significativamente, o estado e movimento da população portuguesa de então.

Os recenseamentos, de iniciativa do Estado, mas assegu-

rados pela Igreja - e, por isso, fornecendo resultados mais fidedignos -, são fruto de um labor sério, cuidado e, sob o aspecto qualitativo - sobretudo o recenseamento de 1801 -, podem enfileirar ao lado do recenseamento espanhol de 1787 e dos recenseamentos, francês e inglês, que tiveram lugar em 1801.

O recenseamento inglês de 1801, de todos os censos de finais de Setecentos e princípios de Oitocentos, o mais rico em informações no que toca à população local, exige crítica minuciosa, sob pena de reservar ao investigador, desagradáveis surpresas. Ora, o mesmo se passa quanto aos recenseamentos portugueses, que exigiram o conhecimento prévio e rigoroso do quadro administrativo - - eclesiástico a fim de se determinar a integridade geográfica e demográfica dos mesmos e detectarem as lacunas existentes; o levantamento sistemático dos dados em bruto, das fichas originais, para criticarmos, severamente, todas as parcelas e verificarmos da sua credibilidade, comparando, sempre que possível, os números oferecidos pelos recenseamentos com os dados dos recenseamentos locais ou regionais de que dispunhamos para a época em questão.

Os problemas suscitados pela efectivação dos recensea - mentos, destituídos de qualquer objectivo de natureza fiscal ou militar, os longos meses gastos na execução dos mesmos e recolha dos resultados, o carácter uniforme das fichas que serviam de modelo para a concretização dos mesmos, a individualidade das listas, autenticadas pelos párocos ou pelas autoridades religiosas, as rasuras e os erros aritméticos que as listas exibem, comprovando as dificuldades encontradas para o exacto preenchimento das mesmas, a inexistência ou extrema raridade dos números redondos que, quando frequentes denunciam cálculos ou estimativas de base, a refe - rência dos censos a uma mesma data, confirmam-nos, por outro lado,

que estamos perante verdadeiros recenseamentos.

Os números que traduzem os fogos, o volume da população e sua distribuição por sexos, idades e estado civil, em nosso parecer, são correctos e constituem, para já, os únicos elementos numéricos válidos, de que dispomos para todo o Antigo Regime português, a cobrir todo o território.

Os números que dizem respeito aos nascimentos e casamentos revelam-se aceitáveis mas, o mesmo não podemos afirmar quanto aos óbitos, pois, em todo o Reino, tanto nas cidades como nos campos, o sub-registo das pessoas que morriam, principalmente, dos menores de 7 anos, incluindo os expostos, é uma constante variável cuja importância, só a análise regional dos livros paroquiais e o estudo dos livros de expostos, poderão determinar.

Não somos partidários da estimativa fácil mas, em função dos elementos recolhidos quanto à mortalidade infantil e das percentagens encontradas quanto à mortalidade das primeiras idades na mortalidade geral (ver capítulo relativo à mortalidade), pensamos que a mortalidade não registada, em relação aos indivíduos baptizados, poderá oscilar, para a época em estudo, entre os 20 e os 40%. No único trabalho que conhecemos, a abordar este problema e que diz respeito à freguesia de Rebordões, no nordeste transmontano, região que acusa um forte enquadramento clerical, a mortalidade não registada, para o séc. XVIII, relativamente aos indivíduos baptizados, seria de 40.7%.

Apesar de tudo e mesmo no que concerne aos óbitos, as informações colhidas nos recenseamentos quanto ao movimento natural da população, são, parece-me, de uma qualidade um pouco superior aos registos paroquiais, na medida em que o pároco, ao fornecer tais informações, de modo directo e imediato, entraria em linha de

conta com alguns acontecimentos que (ainda) se não encontravam lançados nos livros de registos; são de um valor inestimável, pela vastidão de informações, de um valor único, em muitos casos, devido à inexistência de livros de registo paroquial, em 1801-1802, nalgumas freguesias e à destruição ou desaparecimento subsequente dos registos paroquiais de muitas outras.

A análise demográfica da qualidade dos dados, quer para os nascimentos, quer para a população, confirma, de modo sobremaneira satisfatório, tudo o que acabou de se afirmar.

Assim, não podemos, de modo algum, corroborar o cepticismo de alguns historiadores, sobretudo estrangeiros - Pierre Chaunu, Albert Silbert, Jacques Marcadé, etc. -, baseados, fundamentalmente, em Balbi, que considerava as listas da população portuguesa de fins do séc. XVIII e primeiras décadas do séc. XIX "muito inexactas" e não oferecendo mais que resultados "muito incertos" (100), cepticismo só equivalente ao desconhecimento em que até agora se tem mantido a realidade demográfica do Portugal de fins do Antigo Regime.

O atraso de Portugal "em matéria de estatísticas demográficas", como refere Chaunu (101), acentua-se, sobretudo, a partir do segundo quartel do séc. XIX. É bem menos evidente nos finais do Antigo Regime, uma vez que, as imperfeições, as lacunas, os erros que se detectam nos censos nacionais ou regionais de então, são extensivos, de um modo geral, a muitos dos países da Europa Ocidental, como a Espanha, Itália, França e Inglaterra.

NOTAS

(1) - Roger Mols, Introduction a la démographie historique des villes d'Europe, II, Louvain, 1955, p. 15.

(2) - Rellação universal de todas as pessoas existentes nas freguezias do arcibispado de Evora, B.N.L., cx 1, nº 6.

(3) - A.N.T.T.

(4) - José Joaquim Soares de Barros, "Memoria sobre as cauzas da differente populaçao de Portugal", Memorias Economicas, I, Lisboa, 1789, p. 139; e Tomás António Portugal, "Observações...", Memorias Economicas, III, Lisboa, 1791, p. 300.

(5) - Soares de Barros, "Memoria sobre as cauzas...", ob. e vol. cits., p. 138-139.

(6) - Mols, ob. cit., III, 1955, p. 125.

(7) - Discurso de José Correia da Serra, Memorias Economicas, I, p. X.

(8) - José Bacelar Chichorro, Memoria...da Estremadura, Lisboa, 1943, p. 45 e 49.

(9) - "Viagem mineralogico-botanica...", Jornal Encyclopedico, Lisboa, Setembro de 1789, p. 307.

(10) - Ferrari Mordau, Despertador da agricultura, Lisboa, 1951, p. 101.

(11) - Mapa da população da comarca de Guimarães, ms. do A.H.M.

(12) - Jacques Marcadé, Une comarque portuguaise..., Paris, 1971, p. 54-57.

(13) - Gervásio Pais, Observaçoens e exames feitos...na provincia do Alentejo..., códice ms. de biblioteca particular.

(14) - Ferrari Mordau, ob. cit., mapa final.

(15) - Francisco Rebelo da Fonseca, "Descripção economica do...Alto-Douro", Memorias Economicas, III, Lisboa, 1791.

(16) - Compendio de observaçoens..., Lisboa, 1783.

(17) - Ver nota (9).

(18) - "Descripção...da Torre de Moncorvo", Memorias Economicas, III, p. 289.

(19) - Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto, Porto, 2ª ed., 1945, p. 76 a 80.

(20) - Códice 922 da B.N.L., que temos em vias de publicação.

(21) - População da villa de Salvaterra de Magos; População da villa de Samora Correa; e População da villa de Coruche, códices ms. do A.H.M.F.

(22) - Da povoação das freguezias comprehendidas no mappa, ms. do A.H.M.

(23) - "Observações...", ob. e vol. cits., p. 299-300.

(24) - Parecer sobre a propozição do methodo...para se verificar a populaçao do Reyno..., ms. do A.H.M.

(25) - Povoação do Reyno, 1792, ms. do A.H.M.

(26) - Fernando de Sousa, ob. cit.

(27) - Plano da correição. Mappas, A.N.T.T., Reino, mç. 326.

(28) - Mapas da população...da comarca de Viana, 1792, códice ms. 902 da B.N.L.

(29) - Fernando de Sousa, ob. cit.

(30) - Memoria historico-economica do concelho de Serpa, Coimbra, 1884, p. 226.

(31) - Plano do novo regulamento das comarcas da provincia da Extremadura; e Memoria economico politica da provincia da Extremadura, códices e ms. da B.A.R., cx 104 e 106.

(32) - Memorias sobre o estado actual da villa de Recardaens e annexas, 1794, códice ms. da B.A.R., cx 104.

(33) - Taboa da popullação...da cidade de Coimbra..., 1795, códice ms. da B.A.R., cx 104.

(34) - Mappa do estado actual da provincia de Tras os Montes; Nova demarcação e regulação das comarcas, e districtos da provinçia de Tras os Montes; e Respostas das camaras da provinçia de Tras os Montes, códices ms. da B.A.R., cx 103.

(35) - B.A.R., cx 104 e 105. Consulte, ainda, de Custódio Vilas Boas, Mémoire sur les forces militaires de la province du Minho..., datada de 1796, publicada por António Pedro Vicente, "Memórias políticas, geográficas e militares de Portugal - - 1762/1796", Boletim do Arquivo Histórico Militar, 41º vol., Lisboa, 1971, p. 204.

(36) - Mapas da província de Entre Douro e Minho, datados de 1798, existentes no Instituto Geográfico e Cadastral, registados sob os números 60 e 61, por Gabriel Mendes, Catálogo de Cartas antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa, 1969 (dactilografado). O resumo do quadro da população do Minho, que nos aparece na carta de Vilas-Boas, foi publicado por Cândido José Xavier, em anexo às "Considerações sobre a statistica", Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras, X, Paris, 1820. Os mapas que referem a população do Minho ao ano de 1800, podem ser consultados no I.G.C., A.H.M. e B.N.L.

(37) - Geografia e economia da província do Minho nos fins do séc. XVIII, Porto, 1970.

(38) - Lisboa, 1814, nota (1) à p. 15 e nota (3) à p. 20.

(39) - Censo da provincia do Minho em 1794, códice ms. do A.H.M.

(40) - A.D.B., ms. 912/7.

(41) - A.H.M. e B.N.L., nas quais nos encontramos a trabalhar, a fim de contribuirmos para o estudo do Alto Minho nos finais de Setecentos.

(42) - Publicado no Memorial Histórico Español, XXVI, XXVII e XXVIII, Madrid, 1893, 1894 e 1898.

(43) - A população de Portugal em 1798, Paris, 1970.

(44) - Mappa geral da...Comarca de Castello-Branco, A.H.M.

(45) - Index geral dos titulos e provas do plano de correição, B.A.R., cx 103.

(46) - Cadastro do Reino 1801-1812, Lisboa, 1945, p. 6-7.

(47) - Candido José Xavier, "Considerações sobre a statistica", ob. e vol. cits., p. 149.

(48) - Consulte Wilhelm Abel, Crises agraires en Europe (XIII^{e}-XX^{e} siècles), Paris, 1973; Paul Bairoch, Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX^{e} siècle, Paris, 1976; Le Roy Ladurie Le territoire de l'historien, Éditions Gallimard, 1977; B. R. Mitchell, European Historical Statistics, New York, 1975; Joseph J. Spengler, "Demographic factors and early modern economic development", Population and Social Change, Londres, 1972, p. 87-98; The Fontana Economic History. The Industrial Revolution, Glasgow, 2ª ed., 1975. Para Espanha, Gonzalo Alvares Anes, Las crises agrarias en la España moderna, Madrid, 1974, (reimpressão). Para França, J. Meuvret, "Demographic crisis in France from the sixteenth to the eighteenth century", Population in History, Londres, 3ª ed., 1974, p. 507-522; do mesmo autor, "Les crises de subsistances et la démographie de la France d'Ancien Régime", Études d'Histoire Économique, Paris, 1971, p. 271-

-278; e Ernest Labrousse, Ruggiero Romano e F.-G. Dreyfus, Le prix du froment en France au temps de la monnaie stable (1726-1913), Paris, 1970.

(49) - António de Almeida, História da febre que grassou na cidade de Penafiel em 1791 e 1792, Coimbra, 1792; Memorias sobre o estado actual da villa de Recardaens e annexas, 1794, códice ms. da B.A.R.; Dietario do mosteiro de S. Bento da Saude de Lisboa (1798-1812), códices 731 e 732 da B.N.L.; Link e Hoffmansegg, Voyage en Portugal..., III, Paris, 1805, José Alvares da Silva, "Observações botanico-meteorologicas do anno de 1800...", Memorias Economicas, V, Lisboa, 1815, p. 138-144; Albert Silbert, Le Portugal Méditerranéen a la fin de l'Ancien Régime..., Paris, 1966, p. 541; Albert Silbert, "Contribuition a l'étude du mouvement du prix des cereales a Lisbonne", Revista de Economia, VI, Lisboa, 1953, p. 65-80; Vitorino Magalhães Godinho, Prix et monnaies au Portugal, Paris, 1955.

(50) - Rodrigues de Brito, ob. e vol. cits., nota (a) à p. 33; e José António de Sá, Memoria academica da provincia de Traz-os-Montes, passagem transcrita por António Pereira Coutinho, Annaes agricolas do districto de Bragança, Porto, 1878, p. 27-28.

(51) - Os frades julgados no tribunal da Razão, p. 36 e 38-39.

(52) - Rodrigues de Brito, ob. e vol. cits., nota (b) à p. 22 e notas (b) e (c) à p. 34.

(53) - Idem, p. 65, 69 e 90.

(54) - Henrique José da Silva, "Relação da entrada e sucessos dos hespanhóis na província do Alentejo...", Boletim do Arquivo Histórico Militar, 6º vol., Lisboa, 1936, p. 211.

É curioso verificar que o plano de acção das nossas tropas em campanha foi decalcado do plano concebido por Vilas-Boas, em 1796, o qual, preconizava uma acção defensiva no Alentejo - província por onde os espanhóis necessariamente iniciaram as hostilidades -, e uma forte ofensiva sobre a Galiza por parte das tropas estacionadas a norte do Douro, como manobra de diversão, a fim de obrigar as forças espanholas a acudirem ao noroeste, e diminuirem a pressão no sul, ofensiva essa que se adivinhava fácil, tendo em consideração:

a - a debilidade das defesas e forças existentes na Galiza;

b - o espírito galego predisposto a uma simpatia natural pelos portugueses, tendo em atenção o grande número de galegos que trabalhavam em Portugal;

c - o descontentamento dos galegos face ao governo central de Madrid, devido à proibição que sobre eles impendia de exportarem o gado para Portugal e de importarem o sal português, o que originava um grande contrabando por Valença, Melgaço, Montalegre, Chaves, etc.

Mas nada se fez. Aliás, é notável a indiferença que Portugal exibe perante a hostilidade que se faz sentir de Madrid e os prenúncios de uma guerra que, pelo menos desde 1786, como salientaram Vilas-Boas e outros vultos esclarecidos da época, se tem por inevitável.

Perante a nossa negligência e apatia ressalta ainda mais a estratégia verdadeiramente moderna que os espanhóis demonstram nesta guerra, que continua por estudar, mas na qual sobressaiem alguns aspectos ainda não devidamente

referidos:

a - estudo prévio da situação militar portuguesa, nomeadamente, das condições operacionais das nossas praças de armas, por Cornide que, em 1799-1800, inspeccionou minuciosamente todo o País;

b - licenciamento de tropas portuguesas, mesmo após a retirada das forças britânicas que, desde 1797, se encontravam no nosso território pois, a Espanha - pelo menos, assim o garante a corte de Madrid à corte portuguesa - não fará guerra a Portugal;

c - declaração de guerra por parte da Espanha a Portugal, nos inícios de Fevereiro de 1801, embora não acompanhada de quaisquer acções militares, reforçando a suposição do governo português de que tal declaração não é mais que uma satisfação formal às exigências francesas;

d - início das operações do Alentejo por parte dos espanhóis nos fins de Maio, ou seja, a tempo de colher o trigo e alimentar os seus homens e as cavalgaduras, privando, simultâneamente, Lisboa de pão no período da "soldadura", ou seja, nos meses mais difíceis do ano, quanto a cereais;

e - campanha relâmpago, de tal modo que, o início da mobilização geral dos recrutas em Portugal é posterior ao tratado de paz luso-espanhol de Badajoz, negociado sob a ameaça da intervenção das forças francesas.

(55) - Diccionario de agricultura..., I, Lisboa, 1804, p. VII.

(56) - "Le Portugal et la Révolution (1789-1914), Arquivos do Cen-

tro Cultural Português, VII, Paris, 1973, p. 285; e A.H.U., Col. Reino, mç 33.

(57) - Diario do Governo de 9 de Fevereiro de 1856.

(58) - Idem.

(59) - Quadro construido a partir da ob. cit. de Vitorino Magalhães Godinho, de informações fornecidas por David Justino - Abrantes, Castelo Branco, Santarém e Elvas, e recolidas por nós próprios, para Vila Real, preços, sempre que possível, referidos aos meses de Junho e Julho.

(60) - Para a Beira, João de Campos e Mesquita, "Extracto da memoria sobre o destroço...", Memorias Economicas, IV, Lisboa, 1812, p. 417-418; para o Minho, o Dietario, ms. cit.; e, para o Alto-Douro, Trás-os-Montes e Beira, José Jacinto de Sousa, Discurso sobre o paiz do Douro..., códice ms. 563 da B. P.M.P.

(61) - Luís de Oliveira Ramos, Inéditos do cardeal Saraiva, Braga, 1976, p. 58-59.

(62) - António Caetano do Amaral, Memorias para a historia...do arcebispo de Braga, II, Braga, 2ª ed., 1868, p. 438 e 445-446.

(63) - José Jacinto de Sousa, ms. cit.; e ficha do recenseamento de 1802, relativa a Mancelos.

(64) - José Pinto Loureiro, "Coimbra no séc. XIX", Arquivo Coimbrão XXIII, Coimbra, 1968, p. 60-61.

(65) - Journals of a residence in Portugal 1800-1801, Oxford, 1960, p. 39 a 55.

(66) - Livro das férias e recibos da Typographia da Academia; e Livro das férias da Typographia, códices ms. da A.C.L.

(67) - Une comarque portugaise..., Paris, 1971, p. 48-50.

(68) - "Descripção...de Penafiel", Historia e Memorias da Academia,

X, parte II, Lisboa, 1830, p. 48 e 71.

(69) - Joaquim Varela, "Memoria...de Monte Mor o Novo", Historia e Memorias da Academia, V, parte I, Lisboa, 1817, nota (b) à p. 70.

(70) - "Descripção...de Penafiel", ob. e vol. cits, p. 71.

(71) - Sociedad y Estado em el siglo XVIII español, Barcelona, 1976, p. 384.

(72) - António Sousa Monteiro, Manual de direito eclesiastico parochial, II, Coimbra, 1868, p. 374-375.

(73) - Idem, I, Coimbra, 1867, p. 154.

(74) - Vasco Salema, "Castelo Branco no final do séc. XVIII", Estudos de Castelo Branco, nº 20, Castelo Branco, 1966, p. 58.

(75) - Cf. os Livros de Visitas existentes no A.D.B. ou A.E.B.; ver, Fernando de Sousa, Subsídios para a história social do arcebispado de Braga, Braga, 1976.

(76) - "Análise regional do declínio da fecundidade...", Análise Social, segunda série, XIII, 1977, 4º, p. 941.

(77) - Jacques Marcadé, ob. cit., p. 114.

(78) - Fernando de Sousa, Subsídios...

(79) - Cadastro do Reino 1801-1812, Lisboa, 1945, p. 6-7.

(80) - "Memoria...de Monte Mor o Novo", ob. e vol. cits., nota (b) à p. 70.

(81) - Jacques Marcadé, Frei Manuel do Cenáculo..., Paris, 1978, p. 122 e nota 156 à mesma página.

(82) - "Memoria...de Monte Mor o Novo", ob. e vol. cits., nota (a) à p. 70.

(83) - Idem, p. 70.

(84) - Jacques Marcadé, "Les hommes et la vie dans l'Alentejo...", Arquivos do Centro Cultural Português, X, Paris, 1976, p.209.

(85) - Carta de lei de 6 de Outubro de 1784. Cf. António Gouveia Pinto, Exame critico..., Lisboa, 1828, p. 73-74; e Joaquim Varela, "Memoria de Monte Mor o Novo", ob. e vol. cits., p. 14: "alguns mancebos levados ao estado conjugal, sem vergonha nem pejo desprezão suas mulheres, até na proximidade dos dias das bodas".

(86) - Marino Franzini, "Noticias estadisticas...", Almanach Portuguez, Lisboa, 1825, p. 11.

(87) - J. T. Krause, "The changing adequacy of english registration, 1690-1837", Population in History, Londres, 3ª ed., 1974, p. 379-393.

(88) - "La mortalité en France...", ob. e vol. cits., p. 84.

(89) - La poblacion de Bilbao en el siglo XVIII, Valladolid, 1961.

(90) - J. B. Carrère, Tableau de Lisbonne en 1796, Paris, 1797, p. 225-226.

(91) - "Descripção...de Penafiel", ob. e vol. cits., p. 164.

(92) - Agostinho da Costa, Descripção...da cidade do Porto, Porto, 2ª ed., 1945, p. 79.

(93) - Idem, p. 133.

(94) - Jacques Marcadé, "Les hommes et la vie...", ob. e vol. cits, p. 209-210.

(95) - J. Manuel Nazareth, O envelhecimento da população portuguesa, Lisboa, 1979, p. 62.

(96) - Para se passar aos limites de confiança das relações de masculinidade, dividem-se os limites calculados pela diferença à unidade desses limites.

(97) - J. Manuel Nazareth, O envelhecimento..., p. 63.

(98) - Idem, p. 63-64.

(99) - Idem, p. 74.

(100) - Essai statistique..., I, Paris, 1822, p. 185 e 211-212.

(101) - La civilisation de l'Europe classique, Paris, 1961, p. 179.

IV

A POPULAÇÃO PORTUGUESA EM 1801-1802

1. Estado da população

"La connaissance du chiffre de population totale est d'une importance unique en démographie. De la connaissance de cette donnée fondamentale dépend, pour une bonne part, l'utilité des investigations démographiques ultérieurs".

(Roger Mols, Introduction a la démographie historique des villes d'Europe du XIV^{e} au XVIII^{e} siècle, II, Louvain, 1955, p. 500)

1.1. Distribuição da população por sexos, grupos de idades e estado civil

1.1.1. Minho

O Minho, entre o Atlântico, a Galiza e o Douro, estava limitado, a este, pelas serras do Gerez-Marão e rio Tâmega, que o separavam de Trás-os-Montes.

A fronteira com a Espanha encontrava-se indefinida na região do Lindoso onde, desde séculos, os limites fronteiriços - terras em questão, pagando os dízimos ao arcebispado de Braga, mas integradas no território do país vizinho -, forneceram contínuas querelas entre portugueses e galegos.

A província, em 1801, era constituída por 1 188 freguesias, que integravam 149 concelhos distribuidos por 7 comarcas.

Comarcas	Freguesias	Concelhos	Observações
VALENÇA	49	4	-
VIANA	274	31	-
BARCELOS	265	17	sem 8 concelhos pertencentes à Beira
BRAGA	73	16	sem Dornelas e Ervededo
GUIMARÃES	244	27	-
PENAFIEL	99	16	-
PORTO	184	38	-
TOTAL	1 188	149	-

Sob o aspecto eclesiástico, o seu território era abrangido por duas dioceses e 4 isentos.

Dioceses e Isentos	Freguesias
BRAGA	949
PORTO	229
ISENTOS	10
TOTAL	1 188

Nos finais de Setecentos, o Minho constituia a região mais povoada do Reino. Nos vales, viajava-se sempre entre gente. As habitações sucediam-se. As aldeias e lugares eram tantos, que parecia haver "huma povoação continuada".

Em 1794, segundo o recenseamento de Vilas-Boas, o Minho contava 636 557 habitantes, dos quais, 294 775 homens e 341 782 mulheres (quadros nºs 6 e 7).

O recenseamento de 1801 somou 667 176 almas, com 315 118 homens e 352 058 mulheres (quadro nº 8).

A província teria, assim, aumentado a sua população, nos últimos 7 anos do séc. XVIII, em 30 619 almas, à média anual de 4 374 pessoas. A taxa de crescimento anual médio foi de 0.7%, valor ligeiramente inferior ao registado para Trás-os-Montes, no mesmo período, com taxas mínimas para as comarcas de Viana - 0.14% -, Valença e Braga - 0.16% -, taxa média para Penafiel - 0.4% -, Guimarães - 0.46% - e taxas de crescimento bastante elevadas para as comarcas de Barcelos - 0.95%, e do Porto - 1.4% - (1).

Assim, ainda que o censo de 1794 acuse, porventura, um

Quadro nº 6

População do Minho - 1794-1795

Comarcas	Nº de Freg.	Fogos	% Fogos no tt.	Almas	% Almas no tt.	A./F.	Homens	Mulheres	% H. na Pop. tt.	% M. na Pop. tt.
VALENÇA	49	7 549	4.4	28 449	4.5	3.8	13 099	15 350	2.1	2.4
VIANA	276	32 144	18.7	123 797	19.4	3.9	57 225	66 572	9.0	10.5
BARCELOS	262	28 518	16.6	104 356	16.4	3.7	48 758	55 598	7.7	8.7
BRAGA	73	12 088	7.1	46 810	7.4	3.9	22 151	24 659	3.5	3.9
GUIMARÃES	245	32 788	19.1	125 523	19.7	3.8	57 603	67 920	9.0	10.6
PENAFIEL	100	14 797	8.6	54 123	18.5	3.7	25 032	29 091	3.9	4.6
PORTO	182	43 741	25.5	153 499	24.1	3.5	70 907	82 592	11.1	13.0
TOTAL	1 182	171 625	100.0	636 557	100.0	3.7	294 775	341 782	46.3	53.7

Nota - Quadro constituído e rectificado (encontraram-se ligeiros erros na soma das parcelas) a partir da versão final do censo do Minho (datado erradamente de 1800, nalgumas cópias da carta geográfica do Minho, de Vilas-Boas, elaboradas nos inícios do século XIX), a única que corresponde ao cadastro da província, por freguesias.

Quadro nº 7

População do Minho - 1794-1795

Comarcas	Nº de Freg.	Fogos	% Fogos no tt.	Almas	% Almas no tt.	A./F.	Homens	Mulheres	% H. na Pop. tt.	% M. na Pop. tt.
VALENÇA	49	7 438	4.4	28 406	4.5	3.8	12 725	15 681	2.0	2.5
VIANA	274	31 421	18.7	123 620	19.4	3.9	57 195	66 425	9.0	10.4
BARCELOS	256	27 419	16.3	102 278	16.1	3.7	47 869	54 409	7.5	8.6
BRAGA	75	11 967	7.1	46 274	7.3	3.9	21 492	24 782	3.4	3.9
GUIMARÃES	244	33 522	20.0	125 484	19.7	3.7	57 524	67 960	9.0	10.7
PENAFIEL	103	13 279	7.9	47 048	7.4	3.5	22 851	24 197	3.6	3.8
PORTO	182	43 001	25.6	163 002	25.6	3.8	80 767	82 235	12.7	12.9
TOTAL	1 183	168 047	100.0	636 112	100.0	3.8	300 423	335 689	47.2	52.8

Nota - Quadro constituído e rectificado (o nº de fogos da comarca de Guimarães, 40994, por se encontrar errado, foi substituído pelo nº de fogos do censo de Pina Manique), a partir da primeira versão do censo do Minho, de 1794-1795, e que aparece na primeira carta geográfica do Minho, elaborada por Vilas-Boas, como sendo de 1798.

ligeiro sub-registo de habitantes, uma vez que foi efectivado através das autoridades administrativas, a verdade é que a população minhota, nos últimos anos de Setecentos, revela um crescimento demográfico global, insignificante para o Alto Minho, considerável em relação à zona do centro, importante em relação à região sul, principalmente, para o Porto e seu termo.

População em que o número de homens é muito inferior ao número de mulheres, com a relação global de masculinidade mais baixa do Reino - 86.2 em 1794, 89.5 em 1801 -, a apontar para a existência de uma emigração que afectava toda a província, de um modo mais agudo, as comarcas de Valença, Viana, e Penafiel.

A distribuição da população por dois grandes grupos de idades, menos de 14 anos e mais de 14 anos, através do censo de 1794, demonstra uma significativa importância do grupo dos jovens, 25.8%, no total da população minhota, atingindo um máximo de 28.9%, na comarca de Barcelos e o valor mínimo, 20.8%, na comarca do Porto.

A repartição da população por 5 grupos de idades, através do recenseamento de 1801, apresenta, para o grupo 1 - 6 anos, um valor de 16.8%, igual ao encontrado a nível global nacional; a proporção mais baixa no Reino do grupo etário de 25 - 39 anos, que é de 20.8%, e o peso relativo mais elevado do país, de 9.5%, no grupo das pessoas mais idosas, valores estes que nos parecem típicos de uma população afectada fortemente pela emigração, a qual, normalmente, provoca um "rejuvenescimento na base" e um "envelhecimento no topo" (2).

A análise por comarcas não revela irregularidades dignas de monta. No grupo etário de 1 - 6 anos constata-se uma maior importância relativa da comarca de Braga, com 17.8%, logo seguida das

Quadro nº 8

População do Minho - 1801

Comarcas	Nº de Freg.	Fogos	% Fogos no tt.	Almas	% Almas no tt.	A./F.	Homens	Mulheres	% H. na Pop. tt.	% M. na Pop. tt.
VALENÇA	49	7 762	4.5	28 778	4.3	3.7	13 207	15 571	2.0	2.4
VIANA	274	32 265	18.7	125 027	18.8	3.9	58 639	66 388	8.8	10.0
BARCELOS	265	27 828	16.2	111 516	16.7	4.0	51 985	59 531	7.8	8.9
BRAGA	73	11 506	6.7	47 321	7.1	4.1	22 846	24 475	3.4	3.7
GUIMARÃES	244	34 016	19.8	129 592	19.4	3.8	60 587	69 005	9.1	10.3
PENAFIEL	99	14 872	8.6	55 631	8.3	3.7	26 187	29 444	3.9	4.4
PORTO	184	43 923	25.5	169 311	25.4	3.9	81 667	87 644	12.2	13.1
TOTAL	1 188	172 172	100.0	667 176	100.0	3.9	315 118	352 058	47.2	52.8

comarcas de Valença e Viana, respectivamente, com 17.1% e 17.0% e uma menor proporção na comarca do Porto, com 16.4%, a confirmar, neste último caso, os valores fornecidos pelo recenseamento de 1794.

Minho - 1794

População em números absolutos e em percentagem

Comarcas	Homens		Mulheres		Almas
	- de 14 anos	+ de 14 anos	- de 14 anos	+ de 14 anos	
VALENÇA	3 496 12.3	9 603 33.8	3 372 11.8	11 978 42.1	28 449 100.0
VIANA	17 461 14.1	39 764 32.1	17 523 14.2	49 049 39.6	123 797 100.0
BARCELOS	15 184 14.6	33 574 32.2	14 962 14.3	40 636 38.9	104 356 100.0
BRAGA	6 571 14.0	15 580 33.3	6 511 13.9	18 148 38.8	46 810 100.0
GUIMARÃES	16 544 13.2	41 059 32.7	16 438 13.1	51 482 41.0	125 523 100.0
PENAFIEL	7 038 13.0	17 994 33.2	7 185 13.3	21 906 40.5	54 123 100.0
PORTO	15 953 10.4	54 954 35.8	16 040 10.4	66 552 43.4	153 499 100.0
TOTAL	82 247 12.9	212 528 33.4	82 031 12.9	259 751 40.8	636 557 100.0

O grupo das pessoas mais idosas tem as proporções mais elevadas nas comarcas de Valença, Viana e Penafiel (valores iguais ou superiores a 10.0%), comarcas essas que são as mais pobres e as menos densa -

mente povoadas da província, enquanto que a proporção de velhos mais baixa, 7.9%, se observa na comarca do Porto. Estas proporções são confirmadas pelo recenseamento de 1802, uma vez que, neste, os valores percentuais, por comarcas, oscilam entre 7.9% e 11.3% (quadro nº 22).

A repartição da população por sexos e grupos de idades confirma, tanto para homens como para mulheres, tudo o que já foi dito: primazia das comarcas de Braga, Valença e Viana na proporção das crianças; individualidade da comarca do Porto, com as proporções mais baixas da província, nos grupos de idades 1 - 6 anos e mais de 60 anos.

Em todas as comarcas, no grupo 1 - 6 anos, o número de homens é superior ao número de mulheres, enquanto que, nos restantes grupos etários com excepção de Braga, no grupo das pessoas com mais de 60 anos, o número de homens é inferior ao número de mulheres (quadros 19 a 22).

A distribuição da população por estado civil apresenta altas percentagens de população solteira, oscilando, por comarcas, entre 59.8% e 69.3%, sendo o número de mulheres solteiras um pouco superior ao dos homens. O número de homens e de mulheres casadas é sensivelmente igual, o mesmo não acontecendo entre os viúvos, em que o elemento feminino se revela muito superior ao elemento masculino, principalmente, nas comarcas do Alto Minho e Barcelos (quadro nº 23).

1.1.2. Trás-os-Montes

Província interior, Trás-os-Montes era limitada a sul pelo rio Douro, confinava a este com Castela, a norte com a Galiza e, a ocidente, o rio Tâmega e as serras do Alvão, Marão e Gerez, sepa

ravam-na do Minho.

A fronteira com a Galiza encontrava-se ainda mal definida no Barroso, onde o couto "mistico", constituido pelas povoações de Santiago, Meãos e Rubiães, era habitado indiscriminadamente por galegos e portugueses.

A província, em 1801-1802, contava 705 freguesias que integravam 82 concelhos, distribuidos por 6 comarcas.

Comarcas	Freguesias	Concelhos	Observações
MIRANDA	129	14	-
MONCORVO	164	20	-
BRAGANÇA	264	19	-
VILA REAL	138	24	-
BRAGA	3	2	Dornelas e Ervededo
LAMEGO	7	3	Mesão Frio, Barqueiros, e Teixeira
TOTAL	705	82	-

Eclesiasticamente, Trás-os-Montes era abrangido por 3 dioceses e 3 isentos, sem contar com a diocese de Orense, à qual pertencia a freguesia de Tourém.

A população transmontana, segundo o censo de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, em 1794, totalizava 251 521 almas, sendo 122 966 homens e 128 555 mulheres (quadro nº 9).

O recenseamento de 1801 assinalou-lhe 265 852 habitantes,

Quadro
nº 9

População de Trás-os-Montes - 1794-1795

Comarcas	Nº de Freg.	Fogos	% Fogos no tt.	Almas	% Almas no tt.	A./F.	Homens	Mulheres	% H. na Pop. tt.	% M. na Pop. tt.
MIRANDA	129	8 388	12.3	31 364	12.5	3.7	15 379	15 985	49.0	51.0
MONCORVO	164	14 446	21.2	51 611	20.5	3.6	25 684	25 927	49.8	50.2
BRAGANÇA	264	21 478	31.6	82 686	32.9	3.8	40 430	42 256	48.9	51.1
VILA REAL	138	21 976	32.3	79 673	31.7	3.6	38 466	41 207	48.3	51.7
BRAGA	3	359	0.5	1 323	0.5	3.7	675	652	50.7	49.3
LAMEGO	7	1 407	2.1	4 864	1.9	3.5	2 336	2 528	48.0	52.0
TOTAL	705	68 054	100.0	251 521	100.0	3.7	122 966	128 555	48.9	51.1

dos quais, 129 763 homens e 136 089 mulheres (quadro nº 10).

Divisão eclesiástica

Dioceses e Isentos	Freguesias
BRAGANÇA	332
BRAGA	341
PORTO	18
ORENSE	1
ISENTOS	13
TOTAL	705

A província teria aumentado a sua população, durante 7 anos, em 14 331 almas, à média anual de 2 047 pessoas. A taxa de crescimento anual médio foi de 0.8%, com valores mínimos para as comarcas de Moncorvo e Miranda - respectivamente, 0.13% e 0.14% -, 0.5% para a comarca de Bragança e uma alta taxa, 1.8%, para a rica comarca de Vila Real (3).

A população da província, à excepção da região do Douro, regista, assim, em finais do séc. XVIII, um fraco crescimento demográfico. População em que o número de homens é um pouco inferior ao número de mulheres, facto verificado para todas as comarcas, com uma relação de masculinidade de 95.7, em 1794 e de 95.4 em 1801, a testemunhar uma ligeira emigração masculina que se fazia sentir na província, sobretudo, nas comarcas de Bragança e Vila

Quadro nº 10

População de Trás-os-Montes - 1801

Comarcas	Nº de Freg.	Fogos	% Fogos no tt.	Almas	% Almas no tt.	A./F.	Homens	Mulheres	% H. na Pop. tt.	% M. na Pop. tt.
MIRANDA	129	8 312	12.1	31 682	11.9	3.8	15 664	16 018	5.9	6.0
MONCORVO	164	14 448	21.0	52 065	19.6	3.6	25 317	26 748	9.5	10.1
BRAGANÇA	264	22 017	32.0	85 596	32.2	3.9	41 694	43 902	15.7	16.5
VILA REAL	138	22 218	32.3	90 126	33.9	4.0	44 019	46 107	16.5	17.3
BRAGA	3	377	0.6	1 519	0.6	4.0	733	786	0.3	0.3
LAMEGO	7	1 407	2.0	4 864	1.8	3.5	2 336	2 528	0.9	1.0
TOTAL	705	68 779	100.0	265 852	100.0	3.9	129 763	136 089	48.8	51.2

Real.

A repartição da população por grupos de idades, de um modo geral, aproxima-se dos valores percentuais nacionais e dos valores encontrados para o Minho, exceptuando o grupo 25 - 39 anos.

A análise regional, por comarcas, mostra-nos que, Vila Real é a comarca mais afectada pela emigração e que, tanto no grupo etário 1 - 6 anos, 17.7%, como no grupo das pessoas com mais de 60 anos, acusa os valores percentuais mais elevados da província, em contraste com Miranda que, nos mesmos grupos etários, apresenta os níveis percentuais mais baixos - respectivamente, 16.0% e 8.4% -.

A distribuição por sexos e grupos de idades confirma, para os grupos de idades já referidos, a primazia da comarca de Vila Real, tanto nos homens como nas mulheres.

Em todas as comarcas, no primeiro grupo de idade, o número de homens é superior ao número de mulheres. No grupo etário dos 7 - 24 anos constata-se um igual número de homens e mulheres, equilíbrio que logo se rompe nos grupos de idades 25 - 39 e 40 - - 59, a favor das mulheres que, em todas as comarcas, se encontram em maior número. No grupo de idade das pessoas com mais de 60 anos, o número de homens é superior ao número de mulheres nas comarcas de Miranda e Moncorvo.

A repartição da população por estado civil dá-nos, quer para homens, quer para mulheres, uma percentagem de população solteira superior a 60.5%, uma percentagem de população casada compreendida entre os 26.1% e os 29.3% e, finalmente, um estrato de população viúva em que o elemento feminino sobreleva, consideravelmente, o elemento masculino (quadros 19 a 23).

1.1.3. Beira

A Beira, a província mais extensa do Reino, entre os rios Douro e Tejo, a Espanha e o Atlântico, constituia, como a Estremadura, uma zona de transição entre o norte e o sul, nela se distinguindo três regiões distintas, a Beira Alta interior, a Beira Baixa e a Beira Mar.

A fronteira com Leão e a Estremadura espanhola era a actual, embora, a vila de Bouça, no reino de Leão, junto da raia, pertencesse ao convento de Nossa Senhora de Aguiar, sendo portugueses os seus habitantes; e no termo de Castelo Branco, os moradores da freguesia de Malpica lavrassem nas terras da vila espanhola de Ferreirim, aí moendo o seu pão, no estio.

A Beira, em 1801, contava 1 284 freguesias, que integravam 364 concelhos, distribuídos por 14 comarcas.

Da comarca de Barcelos, pertenciam a esta província os concelhos de Castelo de Paiva, Ferreiros dos Tendais, Eixo, Óis da Ribeira, Paús, Sobrado, Tendais e Vilarinho do Bairro.

Sob o aspecto eclesiástico, o seu território repartia-se por 8 dioceses e 8 isentos.

O recenseamento de 1801 apurou, para a Beira, 933 384 habitantes, dos quais, 446 294 homens e 487 090 mulheres (quadro nº 11).

Em todas as comarcas, o número de homens revela-se inferior ao número de mulheres, registando-se, para a província, uma baixa relação de masculinidade, 91.6%, a comprovar uma importante emigração.

A distribuição da população por grupos etários revela,

nos grupos 1 - 6, 7 - 24 anos, valores percentuais superiores aos encontrados para o país e, nos restantes grupos, valores inferiores aos registados a nível nacional. À excepção do Algarve, a importância relativa dos dois primeiros grupos de idades é, até, a mais elevada do Reino.

Divisão administrativa

Comarcas	Freguesias	Concelhos	Observações
LAMEGO	146	61	-
AVEIRO	68	38	-
VISEU	185	57	-
PINHEL	40	4	-
GUARDA	198	32	-
FEIRA	72	10	-
LINHARES	40	7	-
ARGANIL	47	21	-
COIMBRA	143	50	-
TRANCOSO	195	47	-
CASTELO-BRANCO	99	25	-
TOMAR	5	1	Rabaçal
PORTO	21	3	Grijó, Avintes e V. N. de Gaia
BARCELOS	25	8	-
TOTAL	1 284	364	-

A análise regional, por comarcas, indica, no grupo etário de 1 - 6 anos, a proporção mais alta para a Feira, 20.0% e a proporção mais baixa para as comarcas de Pinhel e Aveiro, respec-

Quadro nº 11

População da Beira - 1801

Comarcas	Nº de Freg.	Fogos	% Fogos no tt.	Almas	% Almas no tt.	A./F.	Homens	Mulheres	% H. na Pop. tt.	% M. na Pop. tt.
LAMEGO	146	24 306	10.2	94 654	10.1	3.9	46 161	48 493	4.9	5.2
AVEIRO	68	23 666	9.9	91 559	9.8	3.9	42 872	48 687	4.6	5.2
VISEU	185	36 609	15.3	152 861	16.4	4.2	72 999	79 862	7.8	8.6
PINHEL	40	4 266	1.8	15 043	1.6	3.5	7 104	7 939	0.8	0.9
GUARDA	198	26 535	11.1	104 039	11.1	3.9	49 510	54 529	5.3	5.8
FEIRA	72	17 590	7.4	71 114	7.6	4.0	33 947	37 167	3.6	4.0
LINHARES	40	4 825	2.0	18 514	2.0	3.8	8 767	9 747	0.9	1.0
ARGANIL	47	8 441	3.5	34 897	3.7	4.1	16 510	18 387	1.8	2.0
COIMBRA	143	43 098	18.0	161 891	17.3	3.7	76 940	84 951	8.2	9.1
TRANCOSO	195	19 959	8.3	73 488	7.9	3.7	35 236	38 252	3.8	4.1
CASTELO BRANCO	99	15 791	6.6	59 697	6.5	3.8	28 822	30 875	3.1	3.3
TOMAR	5	965	0.4	3 748	0.4	3.9	1 811	1 937	0.2	0.2
PORTO	21	7 503	3.1	29 201	3.1	3.9	14 804	14 397	1.6	1.5
BARCELOS	25	5 691	2.4	22 678	2.5	4.0	10 811	11 867	1.2	1.3
TOTAL	1 284	239 245	100.0	933 384	100.0	3.9	446 294	487 090	47.8	52.2

tivamente, 15.6% e 15.8%. Os valores percentuais mais elevados, nos grupos de idades 7 - 25 e 25 - 39 anos, encontram-se nas comarcas do interior - Guarda, Linhares, Castelo-Branco, Trancoso e Pinhel -, ao passo que, as comarcas de Lamego, para os 7 - 25 anos e da Feira, para os 25 - 39 anos, têm os valores percentuais mais baixos da província.

Divisão eclesiástica

Dioceses e Isentos	Freguesias
AVEIRO	70
CASTELO-BRANCO	54
COIMBRA	249
GUARDA	202
LAMEGO	241
PINHEL	149
PORTO	83
VISEU	200
ISENTOS	36
TOTAL	1 284

No grupo das pessoas com mais de 60 anos, as proporções mais elevadas localizam-se na Beira Mar - comarcas da Feira, Ar-

ganil, Coimbra e Aveiro -, com valores percentuais que andam à volta dos 9.0%, enquanto que as proporções menos elevadas dizem respeito às comarcas do interior - Pinhel, Guarda, Trancoso -, rondando os 6.5% e atingindo até 5.9% na comarca de Castelo-Branco, proporção esta que se situa a nível das encontradas para as comarcas do Alentejo. Os valores percentuais encontrados através dos resultados parciais do recenseamento de 1802, confirmam, de um modo geral, para o grupo das pessoas idosas, o quadro regional definido.

A distribuição da população por sexos e grupos de idades comprova a primazia da comarca da Feira, no primeiro grupo etário e a posição especial da comarca de Castelo-Branco no grupo das pessoas com mais de 60 anos.

Em todas as comarcas, no grupo 1 - 6 anos, o número de homens é superior ao número de mulheres - à excepção de Pinhel e Guarda, em que as mulheres estão em número ligeiramente superior aos homens -, ao passo que, nos restantes grupos etários, à semelhança do Minho, o número de homens é inferior ao número de mulheres.

A repartição da população por estado civil indica, para as comarcas de que dispomos de dados, percentagens de população solteira compreendidas entre 52.6% e 61.8%, valores ligeiramente inferiores aos encontrados para o Minho e Trás-os-Montes, sendo, proporcionalmente, o número de mulheres solteiras, igual ao número de homens solteiros. Encontra-se ainda uma proporção idêntica de homens e mulheres casados; e, finalmente, um número de viúvos muito inferior ao número de viúvas (quadros 19 a 23).

1.1.4. Estremadura

A Estremadura, no centro litoral de Portugal, abrangia uma área bastante superior à actual, estendendo-se desde as imediações do Mondego até Grândola, bem ao sul do Tejo.

A província, em 1801, contava 505 freguesias que integravam 127 concelhos, distribuidos por 13 comarcas.

Comarcas	Freguesias	Concelhos	Observações
LISBOA	76	2	-
TORRES VEDRAS	46	14	-
ALENQUER	55	7	-
ALCOBAÇA	22	13	-
RIBATEJO	11	7	-
LEIRIA	44	10	-
OURÉM	17	2	-
SETÚBAL	48	18	sem o Torrão
SANTARÉM	88	17	-
TOMAR	66	21	sem Rabaçal e Ponte de Sor
CHÃO DE COUCE	5	5	-
CRATO	23	9	-
ARGANIL	4	2	Alvares e Pampilhosa da Serra
TOTAL	505	127	-

Da comarca do Crato, dividida pelo Tejo entre a Estremadura e o Alentejo, pertenciam àquela, os concelhos de Alvaro, Belver (só a freguesia do mesmo nome), Cardigos, Carvoeiro, Envendos,

Oleiros, Pedrógão Pequeno, Proença-a-Nova e Sertã.

Sob o aspecto eclesiástico, a província era abrangida por 7 dioceses e dois isentos, o isento do Crato e a prelazia de Tomar.

Dioceses e Isentos	Freguesias
CASTELO-BRANCO	27
COIMBRA	33
ÉVORA	16
GUARDA	3
LEIRIA	50
PATRIARCADO	334
ISENTOS	42
TOTAL	505

A província da Estremadura, segundo o recenseamento de 1801, contava 672 180 almas, das quais, 335 534 homens e 336 646 mulheres (quadro nº 12).

O número de homens era, pois, ligeiramente inferior ao número de mulheres, sendo a relação de masculinidade, de 99.8%, à excepção do Alentejo, o valor mais alto do Reino. A nível de comarcas, a diversidade é evidente, pois, enquanto nas comarcas de Alenquer, Alcobaça, Ribatejo, Setúbal, Santarém e Torres Vedras, o número de homens é superior ao número de mulheres, nas comarcas de Chão de Couce, Crato, Leiria, Lisboa, Ourém e Tomar se passa o con

Quadro nº 12

População da Estremadura - 1801

Comarcas	Nº de Freg.	Fogos	% Fogos no tt.	Almas	% Almas no tt.	A./F.	Homens	Mulheres	% H. na Pop. tt.	% M. na Pop. tt.
LISBOA	76	52 350	30.0	206 523	30.7	3.9	101 197	105 326	15.0	15.7
TORRES VEDRAS	46	12 113	7.0	48 732	7.3	4.0	25 534	23 198	3.8	3.4
ALENQUER	55	10 902	6.3	42 213	6.3	3.9	22 022	20 191	3.3	3.0
ALCOBAÇA	22	5 843	3.3	22 231	3.3	3.8	11 244	10 987	1.7	1.6
RIBATEJO	11	3 412	2.0	12 963	1.9	3.8	6 764	6 199	1.0	0.9
LEIRIA	44	16 864	9.7	61 777	9.2	3.7	29 747	32 030	4.4	4.8
OURÉM	17	6 324	3.6	23 500	3.5	3.8	11 469	12 031	1.7	1.8
SETÚBAL	48	16 308	9.4	63 400	9.4	3.9	34 151	29 249	5.0	4.4
SANTARÉM	88	20 989	12.0	77 391	11.5	3.7	38 695	38 696	5.8	5.8
TOMAR	66	20 532	11.8	78 860	11.7	3.8	38 308	40 552	5.7	6.0
CHÃO DE COUCE	5	1 496	0.9	5 872	0.9	3.9	2 779	3 093	0.4	0.5
CRATO	23	5 683	3.3	23 302	3.5	4.1	10 976	12 326	1.7	1.8
ARGANIL	4	1 139	0.7	5 416	0.8	4.8	2 648	2 768	0.4	0.4
TOTAL	505	173 955	100.0	672 180	100.0	3.9	335 534	336 646	49.9	50.1

trário. De uma maneira geral, podemos afirmar que, na Alta Estremadura, mais pobre e afectada por fenómenos (e)migratórios, predominam as mulheres, à semelhança da Beira litoral, enquanto que, na Estremadura média e, sobretudo na Estremadura transtagana, como no Alentejo, são os homens que estão em maior número.

A distribuição da população por grupos de idades mostra que o conjunto dos grupos de 1 - 6 e 7 - 24 anos apresenta uma importância relativa, 46.0%, inferior ao valor global do país, 48.1%, e constitui, mesmo, a proporção mais baixa do Reino, enquanto que, nos restantes grupos etários, os valores percentuais se revelam acima dos valores médios nacionais. A proporção do grupo das pessoas mais idosas, 9.3%, é igual à de Trás-os-Montes, muito aproximada do valor percentual encontrado para as populações a norte do Douro e da Beira Mar, sendo a importância relativa deste grupo etário comprovada pelos resultados do recenseamento de 1802.

A análise regional, por comarcas, acusa, para o grupo 1 - - 6 anos, o valor percentual mais baixo para Lisboa, 15.1% - a apontar, porventura, como no Porto, além de uma mortalidade acentuada nas primeiras idades, um ligeiro sub-registo dos menores de comunhão -, e os valores percentuais mais elevados para as comarcas do Crato, Torres Vedras e Alenquer - respectivamente, 18.4%, 17.5% e 17.1%. No grupo etário de 7 - 24 anos, os valores percentuais oscilam entre 28.6% para a comarca de Lisboa e 32.4% para a comarca de Tomar. No grupo de idades 25 - 39 anos, encontramos para as comarcas de Alcobaça e Leiria as proporções mais baixas, respectivamente, 19.7% e 21.2% e as proporções mais significativas para as comarcas de Lisboa e Ribatejo, ou seja, 25.0% e 28.5%. No grupo etário das pessoas com mais de 60 anos verifica-se a preeminência das comarcas de Ourém, Alcobaça, Chão de Couce, Leiria e Torres Vedras ,

todas com valores percentuais superiores a 10.0% e que, nas comarcas de Lisboa, Setúbal, Santarém e Crato, se encontra um peso relativo mais ténue da população idosa, a constituirem, por assim dizer, a zona de transição para a província do Alentejo.

A distribuição da população por sexos e grupos de idades confirma quanto já foi referido. No grupo etário de 1 - 6 anos, o número de homens é superior ao número de mulheres em todas as comarcas, à excepção do Crato. Nos restantes grupos de idades, as comarcas da Estremadura reflectem uma grande variedade de situações, sem dúvida, influenciadas por Lisboa - migrações internas para a capital, quer de homens, quer de mulheres. Registe-se, nas comarcas de Lisboa, Torres Vedras, Alenquer e Setúbal, para o grupo etário de mais de 60 anos, um número de homens superior ao de mulheres.

A repartição da população segundo o estado civil, para as comarcas de que temos informações, fornece-nos uma percentagem de população solteira que oscila entre os 54.3% e os 59.3%, logo, com valores inferiores aos registados nas comarcas do norte e em que a proporção dos celibatários é superior á das celibatárias. A percentagem da população casada ronda os 36, 37% e, como sempre, o número de viúvas é muito superior ao número de viúvos (quadros 19 a 23)

1.1.5. Alentejo

O Alentejo, nos inícios do séc. XIX, entre a serra algarvia, a Espanha e o Tejo, apresentava uma superfície inferior à actual, pois, a Estremadura, abrangendo a comarca de Setúbal, estendia-se até Grândola, limitando a fachada atlântica da província ao Baixo Alentejo, ou seja, à comarca de Ourique e ao concelho de Odemira, da correição anexa à provedoria de Beja.

A fronteira com a Espanha, indefinida nalgumas áreas, so

fre alterações em 1801, quando, o Alentejo, na sequência da Guerra das Laranjas, é amputado do rico concelho de Olivença, o que não impediu os habitantes de Juromenha de continuarem a cultivar as terras além-Guadiana. Na comarca de Beja, o território da contenda de Moura encontrava-se "mistico" entre portugueses e espanhóis, originando conflitos entre os povos fronteiriços. Os moradores de Barrancos, na sua grande parte, eram de origem espanhola. E muitos espanhóis, trabalhadores rurais, encontravam-se "servindo nas fabricas de lavoura" de Olivença e outras freguesias da comarca de Elvas.

A província era constituída por 340 freguesias que integravam 105 concelhos, distribuidos por 10 comarcas:

Comarcas	Freguesias	Concelhos	Observações
CRATO	12	5	-
ÉVORA	68	17	-
PORTALEGRE	37	12	-
ELVAS	22	7	sem as 6 freg. de Olivença
VILA VIÇOSA	48	13	-
AVIS	37	18	sem a freg. de Vila Real
BEJA	61	14	-
OURIQUE	50	17	-
SETÚBAL	3	1	Torrão
TOMAR	2	1	Ponte de Sor
TOTAL	340	105	-

Sob o aspecto eclesiástico, o Alentejo era abrangido por

4 dioceses e 3 isentos:

Dioceses e Isentos	Freguesias	Observações
ELVAS	38	não incluidas as 7 freg. perdidas em 1801
ÉVORA	128	-
PORTALEGRE	41	-
BEJA	119	-
ISENTOS	14	-
TOTAL	340	-

Em 1801, a população do Alentejo era de 270 774 almas, sendo 137 035 homens e 133 739 mulheres, a única província do Reino em que o número de homens se revelava superior ao número de mulheres, com uma relação de masculinidade de 102.6%, a indicar, assim, que a província não é afectada por movimentos emigratórios (quadro nº 13). O número de homens revelava-se ligeiramente superior ao número de mulheres nas comarcas de Avis, Évora e Vila Viçosa, fortemente superior na comarca de Elvas e inferior nas comarcas do Crato, Portalegre, Beja e Ourique.

A distribuição da população por grupos de idades apresenta, nos grupos etários 1 - 6, 7 - 24 e mais de 60 anos, valores percentuais inferiores às médias nacionais, à semelhança, para o grupo das crianças, da Estremadura e, para o último grupo etário, do Algarve.

A análise regional por grupos de idades reflecte, nos gru

População do Alentejo - 1801

Quadro nº 13

Comarcas	Nº de Freg.	Fogos	% Fogos no tt.	Almas	% Almas no tt.	A./F.	Homens	Mulheres	% H. na Pop. tt.	% M. na Pop. tt.
CRATO	12	2 052	2.7	6 981	2.6	3.4	3 288	3 693	1.2	1.4
ÉVORA	68	14 096	18.6	52 186	19.3	3.7	26 174	26 012	9.7	9.6
PORTALEGRE	37	8 503	11.2	31 669	11.7	3.7	15 509	16 160	5.7	6.0
ELVAS	22	8 046	10.6	26 705	9.8	3.3	14 915	11 790	5.5	4.3
VILA VIÇOSA	48	8 567	11.3	30 781	11.4	3.6	15 748	15 033	5.8	5.6
AVIS	37	6 526	8.6	22 983	8.5	3.5	11 977	11 006	4.4	4.0
BEJA	61	13 529	17.9	49 931	18.4	3.7	24 748	25 183	9.1	9.3
OURIQUE	50	13 343	17.7	45 585	16.8	3.4	22 631	22 954	8.4	8.5
SETÚBAL	3	643	0.9	2 413	0.9	3.8	1 228	1 185	0.5	0.4
TOMAR	2	412	0.5	1 540	0.6	3.7	817	723	0.3	0.3
TOTAL	340	75 717	100.0	270 774	100.0	3.6	137 035	133 739	50.6	49.4

pos etários de 1 - 6 e mais de 60 anos, uma certa individualidade do Baixo Alentejo - comarcas de Beja e Ourique -, uma vez que se detectam, no primeiro, a proporção mais elevada da província - 19.3% para Beja e 17.7% para Ourique - e, no último grupo etário, a proporção mais baixa - respectivamente, 6.1% e 6.6% -, o que faz aproximar a estrutura da população do Baixo Alentejo, da estrutura da população algarvia.

A importância relativa mais baixa, terrivelmente baixa, no grupo das crianças, de 11.6%, regista-se na comarca de Elvas, a acusar, porventura, uma grande mortalidade nas primeiras idades, ocasionada pela campanha de 1801, hipótese que parece confirmar-se pelo pouco peso relativo que este grupo etário demonstra, de igual modo, na comarca de Avis, 14.5%, a comarca mais afectada, logo a seguir a Elvas, pela Guerra das Laranjas. No grupo de idade 25 - - 39 anos, os valores percentuais oscilam entre 21.5% para as comarcas de Évora e Vila Viçosa e 24.0% para a comarca de Elvas. No grupo etário 40 - 59 anos, os valores percentuais mais baixos, 20.3% e 20.7%, são, ainda, das comarcas de Beja e Ourique. Os dados de 1802, para o grupo das pessoas mais idosas corroboram a reduzida importância relativa que este grupo etário tem no conjunto total da população.

A composição da população por sexos e grupos de idades reafirma uma importância relativa mais acentuada do primeiro grupo de idade, no Baixo Alentejo e uma importância relativa mais significativa, do último grupo etário, no Alto Alentejo.

Em todas as comarcas, no grupo 1 - 6 anos, o número de homens é superior ao número de mulheres, à excepção da comarca de Avis, onde homens e mulheres apresentam números absolutos iguais. Nos restantes grupos etários e constituindo o caso mais acentuado

a nível de províncias, o número de homens é, numerosas vezes, superior ao número de mulheres, como nas comarcas de Elvas, em todos os grupos de idades, devido à guarnição militar da praça de Elvas, na comarca de Évora, nos grupos 7 - 24 e 40 - 59 anos, em Avis, onde, apenas no grupo das pessoas mais idosas, o sexo masculino iguala o sexo feminino, etc. No contexto alentejano, só a comarca de Portalegre regista, para além dos 7 anos, um número de homens inferior ao número de mulheres.

A repartição da população, segundo o estado civil, indica-nos fortes percentagens de população celibatária, compreendidas entre 48.7% e 66.9% - valores, de qualquer modo, inferiores aos registados para as populações do norte, em que a proporção de homens solteiros é superior à proporção das mulheres solteiras. O volume percentual da população casada varia entre 30.2 para os homens e 40.6 para as mulheres, verificando-se, para os viúvos e viúvas, um violento desnível entre os homens, 2.9% para a comarca de Elvas e as mulheres, 10.7% para as comarcas de Elvas e Portalegre (quadros 19 a 23).

1.1.6. Algarve

O Algarve, situado no extremo sul de Portugal, era a província mais pequena do Reino, entre o Atlântico e o Guadiana, separada a norte, do Alentejo, pela ribeira de Odeceixe, serras de Monchique e Caldeirão, e pelo rio Vascão.

A província, em 1801, era constituída por 70 freguesias que integravam 15 concelhos distribuidos por 4 comarcas.

Sob o aspecto eclesiástico, caso único no Portugal de então, o bispado do Algarve, com sede em Faro, tinha os mesmos limites que a província, contando, do mesmo modo, 70 freguesias.

A população do Algarve, em 1787, "por conta exacta feita

pelos livros das parochias", era de 93 377 habitantes dos quais, 45 540 homens e 47 837 mulheres (quadro nº 14).

Divisão administrativa

Comarcas	Freguesias	Concelhos	Observações
LAGOS	25	7	-
FARO	21	3	-
TAVIRA	18	4	-
BEJA	6	1	concelho de Alcoutim
TOTAL	70	15	-

O censo da sua população, levado a cabo em 1797 pela Sociedade Real Marítima, apurou 96 025 almas, ou seja, 46 925 homens e 49 100 mulheres (4).

O recenseamento de 1801 registou 103 307 almas, com 50 088 homens e 53 219 mulheres (quadro nº 15).

A província teria, assim, aumentado a sua população, nos últimos 15 anos de Setecentos, em 9 930 almas, ou seja, à média anual de 662 almas. A taxa de crescimento anual médio foi de 0.68% para todo esse período, muito reduzida para a primeira década - 0.28%-, consideravelmente elevada para o período compreendido entre 1797--1801, ou seja, de 1.47%, o que, à partida, nos levaria a suspeitar de um ligeiro sub-registo da população, no caso do censo de 1797, o único de que apenas conhecemos os totais, de ambos os sexos, para a

Quadro
nº 14

População do Algarve - 1787

Comarcas	Nº de Freg.	Fogos	% Fogos no tt.	Almas	% Almas no tt.	A./F.	Homens	Mulheres	% H. na Pop. tt.	% M. na Pop. tt.
LAGOS	25	5 943	24.4	22 645	24.3	3.8	11 045	11 600	11.8	12.4
FARO	21	9 003	37.0	34 569	37.0	3.8	17 026	17 543	18.2	18.8
TAVIRA	18	8 013	32.9	30 492	32.7	3.8	14 702	15 790	15.8	16.9
BEJA	6	1 386	5.7	5 671	6.0	4.0	2 767	2 904	3.0	3.1
TOTAL	70	24 345	100.0	93 377	100.0	3.8	45 540	47 837	48.8	51.2

Quadro
nº 15

População do Algarve - 1801

Comarcas	Nº de Freg.	Fogos	% Fogos no tt.	Almas	% Almas no tt.	A./F.	Homens	Mulheres	% H. na Pop. tt.	% M. na Pop. tt.
LAGOS	25	6 783	24.0	25 996	25.2	3.8	12 749	13 247	12.4	12.8
FARO	21	10 764	38.1	39 169	37.9	3.6	19 035	20 134	18.4	19.5
TAVIRA	18	8 732	31.0	31 147	30.1	3.6	14 913	16 234	14.4	15.7
BEJA	6	1 939	6.9	6 995	6.8	3.6	3 391	3 604	3.3	3.5
TOTAL	70	28 218	100.0	103 307	100.0	3.7	50 088	53 219	48.5	51.5

província. É possível que o censo da Sociedade Marítima não tenha sido efectivado através das autoridades eclesiásticas e que, portanto, ao contrário dos recenseamentos de 1787 e 1801, não revestisse um carácter tão sistemático como estes. O facto de a relação de masculinidade do censo de 1797 - 95.6 -, ser exactamente igual à do censo de 1787 não invalida a hipótese apontada, uma vez que poderá ter havido um sub-registo em ambos os sexos (5).

A taxa de crescimento da província, 1.1% em 1801, contrasta, em absoluto, com a taxa de crescimento referida a 1787, fortemente negativa.

A população algarvia, na segunda metade de Setecentos, teria, pois, crescido muito lentamente até à última década do século e, após 1795-1797, exasperaria o seu ritmo de crescimento.

Crescimento inegável, sem dúvida, assinalado para todas as comarcas algarvias, ainda que muito débil para a comarca de Tavira. A análise da população por concelhos, em 1787 e 1801 (quadro nº 16), confirma a predominância de Faro, a prosperidade demográfica de Castro Marim, Alcoutim, Portimão e Lagos, insignificante saldo fisiológico dos dois grandes concelhos agrícolas da província, Loulé e Silves, o marasmo de Monchique, a decadência acentuada de Tavira. Em finais do séc. XVIII, são os concelhos localizados na costa, economicamente caracterizados pelas actividades marítimas, que parecem garantir a vitalidade e a renovação da população algarvia.

População que, globalmente, regista um número de homens significativamente inferior ao número de mulheres, facto verificado para todas as comarcas, nos recenseamentos de 1787 e 1801 - embora, neste último, a relação de masculinidade, 94.1, seja inferior à de 1787, 95.6 e a afectar, particularmente, os concelhos da

Algarve

Quadro nº 16

População em 1787 e 1801

Comarcas	Concelhos	Almas		T.V. (%)
		1787	1801	
LAGOS	Albufeira	4 193	4 530	+ 8.0
	Aljezur	1 375	1 773	+ 28.9
	Lagos	8 330	9 790	+ 17.5
	Monchique	4 725	4 653	- 1.5
	Portimão	3 335	4 153	+ 24.5
	Sagres	172	413	+ 140.1
	Vila do Bispo	515	684	+ 32.8
FARO	Faro	19 690	23 754	+ 20.6
	Lagoa	4 674	4 903	+ 4.9
	Silves	10 205	10 512	+ 3.0
TAVIRA	Castro Marim	3 317	5 020	+ 51.3
	Loulé	13 038	13 498	+ 3.5
	Tavira	12 219	10 547	- 13.7
	V. R. Sto. António	1 918	2 082	+ 8.6
BEJA	Alcoutim	5 671	6 995	+ 23.3
TOTAL	-	93 377	103 307	+ 10.6

orla marítima, sinónimo da emigração masculina que se faz, então, sentir no Algarve.

A distribuição da população por grupos de idades, embora não demonstre irregularidades dignas de monta, tem, no entanto, uma particularidade que a distingue das demais províncias: a existência de uma acentuada importância relativa dos grupos de idades 1 - 6 e 7 - 24 anos em relação ao total da população (51.6%, enquanto a média geral do país é de 47.1%), bem como uma fraca proporção da população no último grupo de idade (5.7% contra a média nacional de 8.7%).

Semelhante situação é observável em todas as comarcas, o que, logo à partida, exclui a hipótese de os números médios apresentados a nível da província poderem ocultar profundas assimetrias no espaço algarvio. Tal não impede, porém, a existência de algumas diferenças entre as comarcas, diferenças essas que justificam algumas considerações suplementares. Assim, na comarca de Lagos, encontramos a maior proporção nos dois grupos etários da população mais jovem e a proporção de pessoas com mais de 60 anos, ao passo que, na comarca de Tavira, se observa o inverso. Com base em trabalhos já elaborados (6), é possível afirmar que o declínio da fecundidade provoca uma contração dos grupos mais jovens (envelhecimento na base) e um aumento no grupo das pessoas idosas (envelhecimento no topo). Por outro lado, também sabemos que a emigração, embora origine, igualmente, um aumento proporcional naquele último grupo etário provoca, no entanto e ao contrário da fecundidade, um rejuvenescimento na base, ou seja, um aumento proporcional nos primeiros grupos de idades.

Neste contexto e sabendo nós que a comarca de Lagos é a menos afectada pela emigração e a comarca de Tavira parece ser a

mais atingida pelo fenómeno emigratório, os resultados obtidos não são mais que o reflexo dos princípios já enunciados, ou seja, o efeito da emigração nas estruturas etárias.

A especificidade referida verifica-se, quer nos homens quer nas mulheres, tanto no que diz respeito aos grupos de idades de 1 - 6 e 7 - 24 anos, quer no grupo das pessoas mais idosas.

Em todas as comarcas, no grupo etário de 1 - 6 anos, o número de rapazes é sempre superior ao número de raparigas. Nos grupos de idades de 7 - 24, 25 - 39 e 40 - 59 anos, ainda em todas as comarcas, o número de homens revela-se sempre inferior ao número de mulheres, a comprovar, tanto quanto sabemos, a emigração que afectava, então, esta província meridional (quadros 19 a 23).

1.1.7. Conclusão

O recenseamento de 1801 contabilizou 2 912 673 almas, das quais, 1 413 832 homens e 1 498 841 mulheres (quadros nºs 17 e 18).

Quanto à repartição da população por sexos, verificamos que, à excepção do Alentejo, em que os homens se encontram em maior número que as mulheres, todas as províncias do Reino acusam uma relação de masculinidade inferior a 100, a denunciar os efeitos de importantes fluxos emigratórios que se fizeram sentir nas últimas décadas de Setecentos. Com efeito, se no grupo etário 1 - 6 anos, o número de crianças do sexo masculino nos aparece, invariavelmente superior ao número de crianças do sexo feminino, a demonstrar a existência da sobre-masculinidade dos nascimentos, nos restantes grupos de idades, à excepção de algumas comarcas da Estremadura e Alentejo, o número de homens revela-se, sempre, inferior ao número de mulheres.

No Porto e Lisboa, à semelhança do que, normalmente, se

Quadro
nº 17

População de Portugal - 1801

Províncias	Nº de Freg.	Fogos	% Fogos no tt.	Almas	% Almas no tt.	A./F.	Homens	Mulheres	% H. na Pop. tt.	% M. na Pop. tt.
MINHO	1 188	172 172	22.7	667 176	22.9	3.9	315 118	352 058	10.8	12.1
TRÁS-OS-MONTES	705	68 779	9.1	265 852	9.1	3.9	129 763	136 089	4.5	4.7
BEIRA	1 284	239 245	31.6	933 384	32.0	3.9	446 294	487 090	15.3	16.7
ESTREMADURA	505	173 955	23.0	672 180	23.1	3.9	335 534	336 646	11.5	11.6
ALENTEJO	335	75 717	9.9	270 774	9.3	3.6	137 035	133 739	4.7	4.6
ALGARVE	70	28 218	3.7	103 307	3.6	3.7	50 088	53 219	1.7	1.8
TOTAL	4 092	758 086	100.0	2 912 673	100.0	3.8	1 413 832	1 498 841	48.5	51.5

Quadro nº 18

População de Portugal - 1801

Comarcas	Freguesias	Fogos	Homens	Mulheres	Almas	A./F.
ALCOBAÇA	22	5 843	11 244	10 987	22 231	3.8
ALENQUER	55	10 902	22 022	20 191	42 213	3.9
ARGANIL	51	9 580	19 158	21 155	40 313	4.2
AVEIRO	68	23 666	42 872	48 687	91 559	3.9
AVIS	37	6 526	11 977	11 006	22 983	3.5
BARCELOS	290	33 519	62 796	71 398	134 194	4.0
BEJA	67	15 468	28 139	28 787	56 926	3.7
BRAGA	76	11 883	23 579	25 261	48 840	4.1
BRAGANÇA	264	22 017	41 694	43 902	85 596	3.9
CASTELO-BRANCO	99	15 791	28 822	30 875	59 697	3.8
CHÃO DE COUCE	5	1 496	2 779	3 093	5 872	3.9
COIMBRA	143	43 098	76 940	84 951	161 891	3.7
CRATO	35	7 735	14 267	16 016	30 283	3.9
ELVAS	22	8 046	14 915	11 790	26 705	3.3
ÉVORA	68	14 096	26 174	26 012	52 186	3.7
FARO	21	10 764	19 035	20 134	39 169	3.6

c/

População de Portugal - 1801

Comarcas	Freguesias	Fogos	Homens	Mulheres	Almas	A./F.
FEIRA	72	17 590	33 947	37 167	71 114	4.0
GUARDA	198	26 535	49 510	54 529	104 039	3.9
GUIMARAES	244	34 016	60 587	69 005	129 592	3.8
LAGOS	25	6 783	12 749	13 247	25 996	3.8
LAMEGO	153	25 713	48 497	51 021	99 518	3.9
LEIRIA	44	16 864	29 747	32 030	61 777	3.7
LINHARES	40	4 825	8 767	9 747	18 514	3.8
LISBOA	76	52 350	101 197	105 326	206 523	3.9
MONCORVO	164	14 448	25 317	26 748	52 065	3.6
MIRANDA	129	8 312	15 664	16 018	31 682	3.8
OURÉM	17	6 324	11 469	12 031	23 500	3.8
OURIQUE	50	13 343	22 631	22 954	45 585	3.4
PENAFIEL	99	14 872	26 187	29 444	55 631	3.7
PINHEL	40	4 266	7 104	7 939	15 043	3.5
PORTALEGRE	37	8 503	15 509	16 160	31 669	3.7
PORTO	205	51 426	96 471	102 041	198 512	3.9

c/

População de Portugal - 1801

Comarcas	Freguesias	Fogos	Homens	Mulheres	Almas	A./F.
RIBATEJO	11	3 412	6 764	6 199	12 963	3.8
SANTARÉM	88	20 989	38 695	38 696	77 391	3.7
SETÚBAL	51	16 951	35 379	30 434	65 813	3.9
TAVIRA	18	8 732	14 913	16 234	31 147	3.6
TOMAR	73	21 909	40 936	43 212	84 148	3.8
TORRES VEDRAS	46	12 113	25 534	23 198	48 732	4.0
TRANCOSO	195	19 959	35 236	38 252	73 488	3.7
VALENÇA	49	7 762	13 207	15 571	28 778	3.7
VIANA	274	32 265	58 639	66 388	125 027	3.9
VILA REAL	138	22 218	44 019	46 107	90 126	4.0
VILA VIÇOSA	48	8 567	15 748	15 033	30 781	3.6
VISEU	185	36 609	72 999	79 862	152 861	4.2
TOTAL	4 092	758 086	1 413 832	1 498 841	2 912 673	3.8

passava nas grandes cidades e por razões conhecidas - maior número de viúvas e mulheres adultas não casadas, sobretudo, nas classes médias; preponderância do sexo feminino no pessoal doméstico; sobremortalidade masculina devido às más condições de trabalho, etc.-, testemunha-se um excedente feminino. Nas vilas ou cidades com mais de 10 000 habitantes a situação apresenta-se diversa, pois, enquanto Braga, Coimbra e Elvas seguem a regra geral, Elvas, Ovar e Setúbal dão-nos um número de homens superior ao número de mulheres.

Quanto à distribuição da população portuguesa por grupos de idades encontramos uma significativa importância relativa das crianças no conjunto da população total (16.8% para o grupo etário de 1 - 6 anos) importância tanto mais significativa quanto não foram recenseadas algumas dezenas de milhares de expostos. Este valor percentual é superior ao registado para a França de fins do séc. XVIII, 16.1% e aproxima-se dos valores percentuais encontrados para a Espanha, 18.2% em 1768-1769, 18.2% em 1787, 18.7% em 1797, uma vez que, para estes países, as proporções registadas dizem respeito aos 0 - 6 anos (quadros nºs 19 a 26).

A importância relativa da população jovem portuguesa, nos grupos etários 1 - 6 e 7 - 24 anos, aproxima-se, também, das proporções encontradas para outros países europeus (nestes, 0 - 24 anos), principalmente, da Suécia, e do Portugal de 1864 (7).

Constata-se, também, um peso relativo considerável da população com mais de 60 anos (8.7%, segundo o recenseamento de 1801, 8.3%, de acordo com os dados parciais do censo de 1802), proporções superiores às encontradas para a Finlândia, 6.4% em 1800, mas, curiosamente, igual à registada para a Suécia, 8.6% em 1800. Proporção ligeiramente superior à encontrada para a população portuguesa, de 1864, 7.3%, facto à primeira vista surpreendente, mas que deve ter

Quadro nº 19

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades (números absolutos e em percentagem)

Províncias	1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
MINHO	111 183 16.8	208 959 31.6	137 797 20.8	140 988 21.3	62 696 9.5	661 623 100.0
TRÁS-OS-MONTES	44 327 16.7	80 709 30.5	58 925 22.3	56 211 21.2	24 701 9.3	264 873 100.0
BEIRA	159 976 17.2	299 231 32.2	201 074 21.7	191 261 20.6	76 658 8.3	928 200 100.0
ESTREMADURA	107 525 16.0	201 811 30.0	156 187 23.2	144 847 21.5	62 230 9.3	672 600 100.0
ALENTEJO	45 664 16.6	85 335 31.1	61 296 22.4	60 291 22.0	21 557 7.9	274 143 100.0
ALGARVE	18 499 18.1	34 253 33.5	22 450 22.0	21 140 20.7	5 781 5.7	102 123 100.0
TOTAL	487 174 16.8	910 298 31.3	637 729 22.0	614 738 21.2	253 623 8.7	2 903 562 100.0

Quadro nº 20

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades
(números absolutos e em percentagem)

Comarcas	1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
ALCOBAÇA	3 628 16.3	6 956 31.2	4 402 19.7	4 863 21.8	2 444 11.0	22 293 100.0
ALENQUER	7 346 17.1	12 879 30.0	9 204 21.5	9 417 22.0	4 016 9.4	42 862 100.0
ARGANIL	7 369 18.5	12 587 31.5	8 407 21.0	8 006 20.0	3 607 9.0	39 976 100.0
AVEIRO	14 490 15.8	29 256 31.9	19 809 21.6	19 993 21.8	8 163 8.9	91 711 100.0
AVIS	3 384 14.5	7 088 30.4	5 044 21.6	5 544 23.8	2 247 9.7	23 307 100.0
BARCELOS	22 337 16.8	41 484 31.2	27 523 20.7	28 453 21.4	13 163 9.9	132 960 100.0
BEJA	10 948 19.3	17 757 31.3	13 019 23.0	11 510 20.3	3 429 6.1	56 663 100.0
BRAGA	8 597 17.8	14 980 31.1	10 315 21.4	9 960 20.7	4 340 9.0	48 192 100.0
BRAGANÇA	13 670 16.0	26 484 31.0	18 284 21.4	18 966 22.2	8 031 9.4	85 435 100.0
CASTELO-BRANCO	10 887 18.4	20 170 34.2	12 784 21.6	11 746 19.9	3 505 5.9	59 092 100.0
CHÃO DE COUCE	954 15.9	1 846 30.7	1 410 23.5	1 147 19.1	651 10.8	6 008 100.0
COIMBRA	25 830 16.1	49 831 31.1	37 450 23.3	32 191 20.1	15 055 9.4	160 357 100.0
CRATO	5 577 18.4	9 252 30.6	6 514 21.5	6 270 20.7	2 670 8.8	30 283 100.0

c/

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades
(números absolutos e em percentagem)

Comarcas	1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
ELVAS	3 156 11.6	8 758 32.1	6 537 24.0	6 425 23.5	2 404 8.8	27 280 100.0
ÉVORA	8 711 16.2	16 283 30.3	11 544 21.5	12 505 23.3	4 639 8.7	53 682 100.0
FARO	7 123 18.3	12 741 32.8	8 535 22.0	8 124 20.9	2 313 6.0	38 836 100.0
FEIRA	14 117 20.0	22 539 32.0	12 224 17.4	14 770 21.0	6 744 9.6	70 394 100.0
GUARDA	17 568 17.0	35 714 34.5	22 510 21.8	20 820 20.1	6 819 6.6	103 431 100.0
GUIMARÃES	21 531 16.8	39 486 30.7	27 246 21.2	27 482 21.4	12 723 9.9	128 468 100.0
LÁGOS	5 115 19.9	8 793 34.3	5 530 21.5	4 986 19.4	1 251 4.9	25 675 100.0
LAMEGO	17 433 17.6	30 607 30.9	21 989 22.2	20 305 20.5	8 717 8.8	99 051 100.0
LEIRIA	9 976 16.2	18 784 30.5	13 099 21.2	13 382 21.7	6 432 10.4	61 673 100.0
LINHARES	3 141 17.1	6 285 34.3	3 776 20.6	3 734 20.3	1 409 7.7	18 345 100.0
LISBOA	31 159 15.1	59 085 28.6	51 680 25.0	46 333 22.5	18 098 8.8	206 355 100.0
MIRANDA	5 032 16.0	9 855 31.5	7 095 22.7	6 682 21.4	2 627 8.4	31 291 100.0
MONCORVO	8 588 16.6	15 499 29.9	12 195 23.5	11 087 21.4	4 435 8.6	51 804 100.0

c/

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades
(números absolutos e em percentagem)

Comarcas	1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
OURÉM	3 791 16.3	7 033 30.2	5 056 21.7	4 668 20.1	2 715 11.7	23 263 100.0
OURIQUE	8 170 17.7	14 502 31.4	10 879 23.6	9 566 20.7	3 044 6.6	46 161 100.0
PENAFIEL	9 284 16.8	17 794 32.2	10 058 18.2	12 544 22.7	5 581 10.1	55 261 100.0
PINHEL	2 357 15.6	4 986 33.0	3 446 22.8	3 354 22.2	967 6.4	15 110 100.0
PORTALEGRE	5 083 15.9	10 891 34.1	6 906 21.7	6 749 21.2	2 271 7.1	31 900 100.0
PORTO	32 154 16.4	67 052 34.2	41 172 21.0	40 192 20.5	15 488 7.9	196 058 100.0
RIBATEJO	2 113 16.4	3 181 24.6	3 686 28.5	2 759 21.4	1 179 9.1	12 918 100.0
SANTARÉM	12 633 16.3	24 247 31.2	18 069 23.2	16 038 20.6	6 734 8.7	77 721 100.0
SETÚBAL	10 463 15.9	19 912 30.2	15 911 24.1	14 310 21.7	5 328 8.1	65 924 100.0
TAVIRA	5 027 16.4	10 416 33.9	6 743 21.9	6 655 21.7	1 887 6.1	30 728 100.0
TOMAR	13 152 15.7	27 143 32.4	18 681 22.3	17 006 20.3	7 791 9.3	83 773 100.0
TORRES VEDRAS	8 562 17.5	14 298 29.3	10 501 21.5	10 511 21.5	5 002 10.2	48 874 100.0
TRANCOSO	12 689 17.3	24 571 33.5	15 989 21.8	15 256 20.8	4 841 6.6	73 346 100.0

c/

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades
(números absolutos e em percentagem)

Comarcas	1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
VALENÇA	4 892 17.1	8 753 30.6	6 122 21.4	5 979 20.9	2 860 10.0	28 606 100.0
VIANA	21 212 17.0	36 809 29.5	26 453 21.2	27 326 21.9	12 977 10.4	124 777 100.0
VILA REAL	15 920 17.7	26 892 29.9	19 967 22.2	18 168 20.2	8 994 10.0	89 941 100.0
VILA VIÇOSA	5 283 17.0	8 872 28.5	6 677 21.5	7 196 23.2	3 053 9.8	31 081 100.0
VISEU	26 722 17.5	47 947 31.4	33 288 21.8	31 760 20.8	12 979 8.5	152 696 100.0
TOTAL	487 174 16.8	910 298 31.3	637 728 22.0	614 739 21.2	253 623 8.7	2 903 562 100.0

em linha de conta a estrutura da população, igualmente afectada pela emigração, tanto em 1801 como em 1864, mas de modo diverso e a terrível mortalidade que se fez sentir no Reino, entre 1804-1813, a ceifar, sobretudo, a população das primeiras idades, a qual, em 1864, constitui o grupo das pessoas com mais de 60 anos.

Países - anos	0-24 %	+ de 24 %
PORTUGAL - 1801	48.1	51.9
PORTUGAL - 1864	50.7	49.3
ESPANHA - 1768	51.2	48.8
ESPANHA - 1787	51.8	48.2
ESPANHA - 1797	50.4	49.6
FRANÇA - 1775	51.8	48.2
SUÉCIA - 1800	49.6	50.4

Este peso relativo do grupo das idades mais avançadas, traduzirá um declínio da natalidade? Este simultâneo rejuvenescimento e envelhecimento que a estrutura da população portuguesa, nos inícios de Oitocentos, parece acusar, é uma manifestação da passagem de uma demografia tipo Antigo Regime para regime demográfico moderno, ou hipótese que nos parece bem mais provável, o reflexo da emigração que se fazia sentir?

Mas é preciso ter em consideração que os valores percentuais nacionais, encontrados para os vários grupos de idades, não representam situações de homogeneidade, antes pelo contrário, são o resultado de uma certa diversidade regional.

A província do Algarve é, simultâneamente, aquela que

Portugal - 1801

Quadro nº 21

Distribuição da população por grupos de idades.
Homens e mulheres (números absolutos)

Províncias		1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
MINHO	H	57 074	101 263	59 817	64 516	29 524	312 194
	M	54 109	107 696	77 980	76 472	33 172	349 429
TRÁS-OS-MONTES	H	22 587	40 715	27 306	26 841	11 828	129 277
	M	21 740	39 994	31 619	29 370	12 873	135 596
BEIRA	H	81 376	146 244	90 537	89 969	35 534	443 660
	M	78 600	152 987	110 537	101 292	41 124	484 540
ESTREMADURA	H	54 581	101 458	75 935	73 075	30 943	335 992
	M	52 944	100 353	80 252	71 772	31 287	336 608
ALENTEJO	H	23 381	43 271	30 517	31 203	10 463	138 835
	M	22 283	42 064	30 779	29 088	11 094	135 308
ALGARVE	H	9 586	16 528	10 123	10 317	2 874	49 428
	M	8 913	17 725	12 327	10 823	2 907	52 695
TOTAL	H	248 585	449 479	294 235	295 921	121 166	1 409 386
	M	238 589	460 819	343 494	318 817	132 457	1 494 176

Portugal - 1801

Quadro nº 22

Distribuição da população por grupos de idades.
Homens e mulheres (números absolutos)

Comarcas		1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
ALCOBAÇA	H	1 922	3 651	2 081	2 446	1 179	11 279
	M	1 706	3 305	2 321	2 417	1 265	11 014
ALENQUER	H	3 856	6 806	4 692	4 936	2 106	22 396
	M	3 490	6 073	4 512	4 481	1 910	20 466
ARGANIL	H	3 697	6 206	3 749	3 780	1 585	19 017
	M	3 672	6 381	4 658	4 226	2 022	20 959
AVEIRO	H	7 457	14 138	8 664	9 138	3 707	43 104
	M	7 033	15 118	11 145	10 855	4 456	48 607
AVIS	H	1 692	3 634	2 659	3 032	1 186	12 203
	M	1 692	3 454	2 385	2 512	1 061	11 104
BARCELOS	H	11 482	19 749	11 920	13 086	6 116	62 353
	M	10 855	21 735	15 603	15 367	7 047	70 607
BEJA	H	5 571	8 763	6 286	5 836	1 616	28 072
	M	5 377	8 994	6 733	5 674	1 813	28 591
BRAGA	H	4 519	7 215	4 634	4 599	2 226	23 193
	M	4 078	7 765	5 681	5 361	2 114	24 999
BRAGANÇA	H	6 991	13 537	8 240	8 898	3 941	41 607
	M	6 679	12 947	10 044	10 068	4 090	43 828

c/

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades.
Homens e mulheres (números absolutos)

Comarcas		1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
CASTELO-BRANCO	H	5 549	9 816	5 856	5 714	1 649	28 584
	M	5 338	10 354	6 928	6 032	1 856	30 508
CHÃO DE COUCE	H	477	905	652	520	299	2 853
	M	477	941	758	627	352	3 155
COIMBRA	H	13 300	24 053	16 905	15 114	6 663	76 035
	M	12 530	25 778	20 545	17 077	8 392	84 322
CRATO	H	2 711	4 623	2 782	2 939	1 212	14 267
	M	2 866	4 629	3 732	3 331	1 458	16 016
ELVAS	H	1 656	4 916	3 755	3 638	1 283	15 248
	M	1 500	3 842	2 782	2 787	1 121	12 032
ÉVORA	H	4 492	8 198	5 692	6 360	2 146	26 888
	M	4 219	8 085	5 852	6 145	2 493	26 794
FARO	H	3 648	6 368	3 734	3 902	1 149	18 801
	M	3 475	6 373	4 801	4 222	1 164	20 035
FEIRA	H	7 085	10 611	5 339	7 186	3 357	33 578
	M	7 032	11 928	6 885	7 584	3 387	36 816
GUARDA	H	8 719	17 634	10 147	9 648	3 090	49 238
	M	8 849	18 080	12 363	11 172	3 729	54 193

c/

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades.
Homens e mulheres (números absolutos)

Comarcas		1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
GUIMARÃES	H	10 862	19 090	11 647	12 426	5 921	59 946
	M	10 669	20 396	15 599	15 056	6 802	68 522
LAGOS	H	2 645	4 220	2 637	2 455	626	12 583
	M	2 470	4 573	2 893	2 531	625	13 092
LAMEGO	H	8 921	15 287	10 223	9 693	4 099	48 223
	M	8 512	15 320	11 766	10 612	4 618	50 828
LEIRIA	H	5 083	9 279	5 977	6 414	2 919	29 672
	M	4 893	9 505	7 122	6 968	3 513	32 001
LINHARES	H	1 593	3 042	1 658	1 686	699	8 678
	M	1 548	3 243	2 118	2 048	710	9 667
LISBOA	H	15 605	28 061	24 866	23 403	9 334	101 269
	M	15 554	31 024	26 814	22 930	8 764	105 086
MIRANDA	H	2 521	4 925	3 384	3 289	1 321	15 440
	M	2 511	4 930	3 711	3 393	1 306	15 851
MONCORVO	H	4 380	7 835	5 727	5 210	2 038	25 190
	M	4 208	7 664	6 468	5 877	2 397	26 614
OURÉM	H	1 932	3 524	2 291	2 344	1 261	11 352
	M	1 859	3 509	2 765	2 324	1 454	11 911

c/

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades.
Homens e mulheres (números absolutos)

Comarcas		1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
OURIQUE	H	4 132	7 243	5 171	4 867	1 529	22 942
	M	4 038	7 259	5 708	4 699	1 515	23 219
PENAFIEL	H	4 675	8 539	4 252	5 810	2 755	26 013
	M	4 627	9 255	5 806	6 734	2 826	29 248
PINHEL	H	1 158	2 380	1 550	1 586	472	7 146
	M	1 199	2 606	1 896	1 768	495	7 964
PORTALEGRE	H	2 625	5 360	3 290	3 358	982	15 615
	M	2 458	5 531	3 616	3 391	1 289	16 285
PORTO	H	16 661	33 378	18 721	19 161	7 363	95 284
	M	15 493	33 674	22 451	21 031	8 125	100 774
RIBATEJO	H	1 154	1 608	1 962	1 488	551	6 763
	M	959	1 573	1 724	1 271	628	6 155
SANTARÉM	H	6 331	12 589	8 677	7 995	3 348	38 940
	M	6 302	11 658	9 392	8 043	3 386	38 781
SETÚBAL	H	5 273	10 598	8 759	7 830	2 984	35 444
	M	5 190	9 314	7 152	6 480	2 344	30 480
TAVIRA	H	2 659	4 877	2 970	3 261	932	14 699
	M	2 368	5 539	3 773	3 394	955	16 029

c/

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades.
Homens e mulheres (números absolutos)

Comarcas		1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
TOMAR	H	6 799	13 558	8 754	8 143	3 460	40 714
	M	6 353	13 585	9 927	8 863	4 331	43 059
TORRES VEDRAS	H	4 392	7 655	5 402	5 497	2 619	25 565
	M	4 170	6 643	5 099	5 014	2 383	23 309
TRANCOSO	H	6 420	12 033	7 157	7 262	2 210	35 082
	M	6 269	12 538	8 832	7 994	2 631	38 264
VALENÇA	H	2 504	4 147	2 478	2 674	1 239	13 042
	M	2 388	4 606	3 644	3 305	1 621	15 564
VIANA	H	10 854	17 857	11 496	12 138	6 010	58 355
	M	10 358	18 952	14 957	15 188	6 967	66 422
VILA REAL	H	8 127	13 399	9 313	8 830	4 261	43 930
	M	7 793	13 493	10 654	9 338	4 733	46 011
VILA VIÇOSA	H	2 766	4 477	3 359	3 747	1 526	15 875
	M	2 517	4 395	3 318	3 449	1 527	15 206
VISEU	H	13 707	23 695	14 727	14 582	6 197	72 908
	M	13 015	24 252	18 561	17 178	6 782	79 788
TOTAL	H	248 585	449 479	294 235	295 921	121 166	1 409 386
	M	238 589	460 819	343 494	318 817	132 457	1 494 176

apresenta uma maior juventude, quer na base quer no topo, ou seja as maiores proporções nos primeiros grupos etários, facto que o recenseamento de 1864 confirma, uma vez que o distrito de Faro regista a maior proporção de jovens do Continente, 47.3% para o grupo 0 - 19 anos, e uma baixa proporção de pessoas idosas, 5.3% para o grupo etário de mais de 60 anos. Todas as outras províncias são, incontestavelmente mais envelhecidas, variando, no entanto, de caso para caso, o nível de envelhecimento. Assim, o Minho, apesar de ser a província que maior proporção de pessoas idosas regista, encontra-se, no entanto, em conjunto com o Alentejo, com valores idênticos à média do país no que diz respeito à importância relativa dos primeiros grupos de idades. Por outro lado, a Estremadura, embora sendo a província que tem menores proporções de população nos primeiros grupos de idades apresenta, no entanto, um peso de pessoas idosas igual ao Minho e a Trás-os-Montes.

Assim, podemos dizer que, de uma maneira geral, a proporção das pessoas idosas aumenta de sul para norte, e do interior para a costa, com as proporções mais elevadas nas comarcas do Minho, Beira-Mar e Estremadura. Os grupos de idades dos jovens acusam, igualmente, uma certa orientação geográfica, pois, à medida que caminhamos de sul para norte, vamos encontrando uma progressiva diminuição na importância relativa destes grupos de idades, 1 - 6 e 7 - - 24 anos, se bem que, tanto para estes como para o último grupo etário, as províncias da Estremadura e da Beira funcionem, sempre, como região de transição entre o norte e o sul.

A proporção mais baixa dos primeiros grupos de idades constata-se na comarca de Lisboa, 43.7%, posição relativa que o distrito de Lisboa mantém, igualmente, em 1864, 37.2% para o grupo 0 - 19 anos (8).

Quadro nº 23

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades.

Homens e mulheres (%)

Províncias		1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
MINHO	H	18.3	32.4	19.2	20.7	9.4	100.0
	M	15.5	30.8	22.3	21.9	9.5	100.0
TRÁS-OS-MONTES	H	17.5	31.5	21.1	20.8	9.1	100.0
	M	16.0	29.5	23.3	21.7	9.5	100.0
BEIRA	H	18.3	33.0	20.4	20.3	8.0	100.0
	M	16.2	31.6	22.8	20.9	8.5	100.0
ESTREMADURA	H	16.2	30.2	22.6	21.8	9.2	100.0
	M	15.7	29.8	23.9	21.3	9.3	100.0
ALENTEJO	H	16.8	31.2	22.0	22.5	7.5	100.0
	M	16.5	31.1	22.7	21.5	8.2	100.0
ALGARVE	H	19.4	33.4	20.5	20.9	5.8	100.0
	M	16.9	33.6	23.4	20.6	5.5	100.0
TOTAL	H	17.6	31.9	20.9	21.0	8.6	100.0
	M	16.0	30.8	23.0	21.3	8.9	100.0

Portugal - 1801 — Quadro nº 24

Distribuição da população por grupos de idades.
Homens e mulheres (%)

Comarcas		1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
ALCOBAÇA	H	17.0	32.4	18.5	21.7	10.4	100.0
	M	15.5	30.0	21.1	21.9	11.5	100.0
ALENQUER	H	17.2	30.4	21.0	32.0	9.4	100.0
	M	17.1	29.7	22.0	21.9	9.3	100.0
ARGANIL	H	19.5	32.6	19.7	19.9	8.3	100.0
	M	17.5	30.4	22.2	20.2	9.7	100.0
AVEIRO	H	17.3	32.8	20.1	21.2	8.6	100.0
	M	14.5	31.1	22.9	22.3	9.2	100.0
AVIS	H	13.9	29.8	21.8	24.8	9.7	100.0
	M	15.2	31.1	21.5	22.6	9.6	100.0
BARCELOS	H	18.4	31.7	19.1	21.0	9.8	100.0
	M	15.4	30.8	22.1	21.7	10.0	100.0
BEJA	H	19.8	31.2	22.4	20.8	5.8	100.0
	M	18.8	31.5	23.5	19.9	6.3	100.0
BRAGA	H	19.5	31.1	20.0	19.8	9.6	100.0
	M	16.3	31.1	22.7	21.4	8.5	100.0
BRAGANÇA	H	16.8	32.5	19.8	21.4	9.5	100.0
	M	15.2	29.6	22.9	23.0	9.3	100.0
CASTELO-BRANCO	H	19.4	34.3	20.5	20.0	5.8	100.0
	M	17.5	33.9	22.7	19.8	6.1	100.0
CHÃO DE COUCE	H	16.7	31.7	22.9	18.2	10.5	100.0
	M	15.1	29.8	24.0	19.9	11.2	100.0
COIMBRA	H	17.5	31.6	22.2	19.9	8.8	100.0
	M	14.9	30.6	24.4	20.1	10.0	100.0
CRATO	H	19.0	32.4	19.5	20.6	8.5	100.0
	M	17.9	28.9	23.3	20.8	9.1	100.0

c/

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades.
Homens e mulheres (%)

Comarcas		1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
ELVAS	H	10.9	32.2	24.6	23.9	8.4	100.0
	M	12.5	31.9	23.1	23.2	9.3	100.0
ÉVORA	H	16.7	30.5	21.2	23.6	8.0	100.0
	M	15.8	30.2	21.8	22.9	9.3	100.0
FARO	H	19.4	33.9	19.9	20.7	6.1	100.0
	M	17.3	31.8	24.0	21.1	5.8	100.0
FEIRA	H	21.1	31.6	15.9	21.4	10.0	100.0
	M	19.1	32.4	18.7	20.6	9.2	100.0
GUARDA	H	17.7	35.8	20.6	19.6	6.3	100.0
	M	16.3	33.4	22.8	20.6	6.9	100.0
GUIMARÃES	H	18.1	31.9	19.4	20.7	9.9	100.0
	M	15.6	29.7	22.8	22.0	9.9	100.0
LAGOS	H	21.0	33.5	21.0	19.5	5.0	100.0
	M	18.9	34.9	22.1	19.3	4.8	100.0
LAMEGO	H	18.5	31.7	21.2	20.1	8.5	100.0
	M	16.8	30.1	23.2	20.8	9.1	100.0
LEIRIA	H	17.1	31.3	20.2	21.6	9.8	100.0
	M	15.3	29.7	22.2	21.8	11.0	100.0
LINHARES	H	18.4	35.1	19.1	19.4	8.0	100.0
	M	16.0	33.6	21.9	21.2	7.3	100.0
LISBOA	H	15.4	27.7	24.6	23.1	9.2	100.0
	M	14.8	29.5	25.5	21.8	8.4	100.0
MIRANDA	H	16.3	31.9	21.9	21.3	8.6	100.0
	M	15.9	31.1	23.4	21.4	8.2	100.0
MONCORVO	H	17.4	31.1	22.7	20.7	8.1	100.0
	M	15.8	28.8	24.3	22.1	9.0	100.0

c/

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades.
Homens e mulheres (%)

Comarcas		1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
OURÉM	H	17.0	31.1	20.2	20.6	11.1	100.0
	M	15.6	29.5	23.2	19.5	12.2	100.0
OURIQUE	H	18.0	31.6	22.5	21.2	6.7	100.0
	M	17.4	31.3	24.6	20.2	6.5	100.0
PENAFIEL	H	17.9	32.8	16.4	22.3	10.6	100.0
	M	15.8	31.6	19.9	23.0	9.7	100.0
PINHEL	H	16.2	33.3	21.7	22.2	6.6	100.0
	M	15.1	32.7	23.8	22.2	6.2	100.0
PORTALEGRE	H	16.8	34.3	21.1	21.5	6.3	100.0
	M	15.1	34.0	22.2	20.8	7.9	100.0
PORTO	H	17.5	35.0	19.7	20.1	7.7	100.0
	M	15.4	33.4	22.3	20.8	8.1	100.0
RIBATEJO	H	17.1	23.8	29.0	22.0	8.1	100.0
	M	15.6	25.6	28.0	20.6	10.2	100.0
SANTARÉM	H	16.3	32.3	22.3	20.5	8.6	100.0
	M	16.3	30.1	24.2	20.7	8.7	100.0
SETÚBAL	H	14.9	29.9	24.7	22.1	8.4	100.0
	M	17.0	30.6	23.5	21.2	7.7	100.0
TAVIRA	H	18.1	33.2	20.2	22.2	6.3	100.0
	M	14.8	34.6	23.5	21.2	5.9	100.0
TOMAR	H	16.7	33.3	21.5	20.0	8.5	100.0
	M	14.8	31.5	23.1	20.6	10.0	100.0
TORRES VEDRAS	H	17.2	30.0	21.1	21.5	10.2	100.0
	M	17.9	28.5	21.9	21.5	10.2	100.0
TRANCOSO	H	18.3	34.3	20.4	20.7	6.3	100.0
	M	16.4	32.7	23.1	20.9	6.9	100.0

c/

Portugal - 1801

Distribuição da população por grupos de idades.
Homens e mulheres (%)

Comarcas		1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
VALENÇA	H	19.2	31.8	19.0	20.5	9.5	100.0
	M	15.3	29.6	23.5	21.2	10.4	100.0
VIANA	H	18.6	30.6	19.7	20.8	10.3	100.0
	M	15.6	28.5	22.5	22.9	10.5	100.0
VILA REAL	H	18.5	30.5	21.2	20.1	9.7	100.0
	M	16.9	29.3	23.2	20.3	10.3	100.0
VILA VIÇOSA	H	17.4	28.2	21.2	23.6	9.6	100.0
	M	16.6	28.9	21.8	22.7	10.0	100.0
VISEU	H	18.8	32.5	20.2	20.0	8.5	100.0
	M	16.3	30.4	23.3	21.5	8.5	100.0
TOTAL	H	17.6	31.9	20.9	21.0	8.6	100.0
	M	16.0	30.8	23.0	21.3	8.9	100.0

Quadro nº 25

Portugal - 1802

Distribuição da população por grupos de idades (%)

Comarcas	0-20	21-59	+ de 60
AVIS	32.5	61.5	6.0
BARCELOS	36.7	53.5	9.8
BRAGA	39.9	48.8	11.3
BRAGANÇA	40.1	54.4	5.5
CASTELO-BRANCO	45.8	48.5	5.7
ELVAS	32.9	59.1	8.0
GUIMARÃES	41.8	50.3	7.9
LAMEGO	35.3	55.2	9.5
LEIRIA	40.9	50.7	8.4
MIRANDA	40.5	52.8	6.7
MONCORVO	38.0	55.4	6.6
OURÉM	42.9	47.6	9.5
PENAFIEL	39.8	50.9	9.3
PINHEL	44.9	50.2	4.9
PORTALEGRE	42.3	51.3	6.4

c/

Portugal - 1802

Distribuição da população por grupos de idades (%)

Comarcas	0-20	21-59	+ de 60
PORTO	39.2	50.2	10.6
TOMAR	44.5	48.9	6.6
TRANCOSO	41.2	52.2	6.6
VALENÇA	39.7	50.9	9.4
VIANA	37.8	50.9	11.3
VILA REAL	38.6	52.4	9.0
TOTAL	39.8	51.9	8.3

Quadro nº 26

Portugal - 1802

Distribuição da população por estado civil

Comarcas	Solteiros %		Casados %		Viúvos %	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
AVEIRO	61.3	58.7	32.5	31.4	6.2	9.9
AVIS	61.3	55.9	33.2	33.7	5.5	10.4
BARCELOS	69.3	70.8	26.7	22.9	4.0	6.3
BRAGA	66.4	67.4	27.7	25.1	5.9	7.5
BRAGANÇA	69.0	67.2	26.1	25.5	4.9	7.3
CASTELO-BRANCO	54.4	53.1	42.3	37.9	3.3	9.0
ELVAS	66.9	48.7	30.2	40.6	2.9	10.7
GUIMARÃES	60.9	62.0	33.8	30.5	5.3	7.5
LAMEGO	61.0	61.6	35.0	34.1	4.0	4.3
LEIRIA	58.3	57.4	37.4	34.1	4.3	8.5
MIRANDA	65.9	64.9	29.3	27.9	4.8	7.2
MONCORVO	60.5	60.7	34.4	28.4	5.1	10.9
OURÉM	59.3	56.6	36.2	34.7	4.5	8.7
PENAFIEL	62.2	61.8	32.9	31.2	4.9	7.0
PINHEL	52.6	61.8	32.5	29.5	3.8	8.7

c/

Portugal - 1802

Distribuição da população por estado civil

Comarcas	Solteiros %		Casados %		Viúvos %	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PORTALEGRE	55.8	53.8	39.8	35.5	4.4	10.7
PORTO	61.7	65.1	33.5	28.3	4.8	6.6
TOMAR	58.1	54.3	38.6	36.6	3.3	9.1
TRANCOSO	58.3	56.4	36.3	33.7	5.4	9.9
VALENÇA	62.0	60.7	33.6	30.9	4.4	8.4
VIANA	59.8	63.4	34.8	28.5	5.4	8.1
VILA REAL	64.5	65.4	31.4	26.8	4.1	7.8

No que diz respeito à repartição da população por estado civil, verificamos que a população celibatária acusa valores percentuais muito altos, da ordem dos 60%, mas, de modo algum, invulgares em sociedades de Antigo Regime. Os valores máximos foram observados na comarca de Castelo-Branco, 70.8%, para as mulheres, 52.6%, para os homens. De um modo geral, a proporção de homens solteiros e mulheres solteiras parece ser mais elevada nas províncias do norte de Portugal que na Estremadura e Alto Alentejo. Os valores percentuais da população casada situam-se, normalmente, entre os 25 e os 37% sendo, regra geral, a proporção dos homens casados superior à proporção das mulheres casadas (quadro nº 26). Finalmente, quanto aos viúvos, encontramos valores percentuais muito diversos, para os homens e para as mulheres - 10.9% para as mulheres, na comarca de Moncorvo, 2.9% para os homens, na comarca de Elvas - e que, sempre a proporção das viúvas é muito superior à proporção dos viúvos, facto já constatado por Vila Nova Portugal, em fins de Setecentos, o que, segundo ele, "póde attribuir-se á pouca nutrição dos homens do campo, e muito trabalho que tem, a que supprem o vigor momentaneo, que lhe dá o vinho" (9). As mulheres casam mais cedo do que os homens, vivem mais tempo e, mais raramente, contraiem segundas núpcias.

1.2. População urbana e população rural

Não é fácil definir população urbana quando sociólogos, historiadores e geógrafos, como já o referiu, entre outros, Mols, não chegam a acordo quanto a tal conceito e os países têm adoptado diferentes critérios, quase sempre, de natureza demográfica - a ní

vel comparativo, os únicos critérios aplicáveis são os quantitativos -, para destrinçarem população urbana e população rural.

O problema complica-se ainda mais quando procuramos distinguir população urbana e população rural numa determinada época, nomeadamente, em sociedades de Antigo Regime - como é o caso da sociedade portuguesa, nos inícios do séc. XIX -, devido à escassez das fontes e à inexistência de estudos quanto à evolução do urbanismo.

No que diz respeito a Portugal, a utilização de qualquer critério urbanístico, restringiria a população urbana a dois ou três aglomerados populacionais, dada a pobreza do espaço habitável, a inexistência de infra-estruturas materiais-canalizações, redes de esgotos, etc. -, a penetração do mundo rural até bem dentro das grandes cidades, já a nível geográfico, já a nível populacional. A fronteira entre mundo rural e urbano revela-se muito ténue ou inexistente. Todas as freguesias "urbanas" - e só podemos trabalhar a nível de freguesias - contêm, em maior ou menor extensão, áreas agrícolas e registam uma certa percentagem de população rural - na freguesia da Sé, cidade de Castelo-Branco, em 1794, 11.4% dos seus habitantes vivem no campo; na freguesia de Penafiel, por 1800-1801, 24.1% da sua população vive fora da cidade; no Porto, por 1780--1785, nas 16 profissões mais representadas na cidade, trabalhadores e lavradores ocupam, respectivamente, as 8ª e 9ª posições; etc. (10).

O critério jurídico - administrativo, ou seja, o considerar-se população urbana aquela que habita as cidades, revela-se, também, falível, uma vez que o simples estatuto de cidade em nada modifica a realidade sócio-económica de um aglomerado. Esta concepção institucional é, porém, no caso português, reforçada pelo ca-

riz eclesiástico, pois, das 22 cidades portuguesas existentes em 1801, apenas Lagos e Tavira não são ou não foram sedes de diocese, mantendo-se, ainda, nos finais do séc. XVIII, o conceito medieval de cidade, que outorgava tal categoria ao burgo, ainda o mais insignificante, que se transformasse em cabeça de um bispado. Estão, neste caso, Miranda, Pinhel, Guarda e Penafiel, enquanto que importantes localidades como Guimarães, Covilhã, Estremoz ou Loulé, se mantinham como simples vilas.

O critério demográfico levanta, igualmente, fortes reservas, não só quanto à determinação, absoluta ou relativa, do número de habitantes que um aglomerado deve ter para que possa ser considerado urbano, como sabemos que dois aglomerados com a mesma população podem apresentar modos de vida completamente diversos, ou, ainda, que uma localidade pode atingir os 10 000 habitantes sem que tal, ponha em causa o carácter rural da mesma. E, para o Portugal de inícios do séc. XIX, que limite mínimo devemos considerar: 2 500, 3 000, 4 000 como pretende Mols para a Europa ocidental do séc. XVIII, ou os 5 000, número preferido por muitos historiadores do Oitocentismo europeu?

Finalmente, um critério de natureza sócio-económica, baseado na especificidade da organização social, no tipo de actividades da população das vilas ou cidades face às regiões em que se situam, também nos parece pouco correcto para a época em estudo, uma vez que, grande parte dos aglomerados "urbanos" portugueses - no Alentejo, Trás-os-Montes, etc. - subsiste, predominantemente, à semelhança do mundo rural, da agricultura. Claro que a população realmente urbana integrava, apenas, os sectores secundário e terciário: funcionários da administração civil e eclesiástica, os membros das profissões liberais, industriais, comerciantes, proprietários

e todos os outros que gravitavam em torno destas profissões, como o pessoal doméstico. Desconhecemos a repartição da população pelas diferentes formas de actividade no Portugal de inícios de Oitocentos, mas sabemos que a especialização profissional, mesmo nas grandes vilas e cidades, é muito reduzida. A indústria, artesanal, dispersa, desempenha um papel muito limitado na estrutura urbana nacional - à excepção de Lisboa, Porto, Braga e Covilhã. A "função central suficientemente desenvolvida" que, para Mols, deve distinguir o aglomerado urbano da região circundante, no Portugal de então, só pode interpretar-se a nível de "mercado", fundamentalmente agrícola e dos "serviços" de base, caracterizados pelas actividades administrativo-judiciais, culturais e comércio a retalho.

Assim, tendo em consideração que só a análise regional, os estudos monográficos podem ou não atribuir a uma localidade a categoria de "urbana", tarefa incompatível com este trabalho, mais que tratarmos de "centros urbanos", que teriamos, previamente, de definir, procuramos caracterizar as localidades com "funções urbanas". Ora, durante o Antigo Regime, a lentidão dos meios de transporte, o mau estado das vias de comunicação, limitando, sobremaneira, as zonas de influência das localidades com funções urbanas contribuem, por isso mesmo, para que o número destas seja significativo. Todas as regiões rurais, mesmo as mais pobres, obrigam a que certas localidades, por vezes, de pequenas dimensões, acabem por assumir uma "função urbana", garantindo às populações locais a resolução dos seus problemas juridico-administrativos ou de natureza religiosa, funcionando como mercados rurais que permitem às populações locais, a colocação dos produtos agro-pecuários ou de pequeno artesanato e a compra do que se torna indispensável à vida e que tem de ser importado do exterior.

Não podemos, pois, confundir "densidade" e "fragilidade" urbanas: a rede das localidades com funções urbanas no Portugal de inícios do séc. XIX é, simultaneamente, "densa", cobrindo todo o território e "frágil", dado o reduzido volume populacional das mesmas.

Em face da problemática esboçada mais que adoptarmos um critério, necessariamente lacunar e imperfeito, procuramos estabelecer vários níveis de abordagem da população que vivia nos centros com "funções urbanas", não só para cingirmos a realidade demográfica da época, mas também para acharmos valores que possam servir como termos de comparação, quer para períodos anteriores, quer para os sécs. XIX e XX.

Assim, numa primeira fase e a nível de províncias, distinguimos a população que vive em freguesias, com mais ou menos de 2 000 habitantes. Num país eminentemente rural, como era o nosso, este índice, à primeira vista surpreendente e manifestamente baixo, fornece-nos uma primeira filtragem quantitativa da sociedade portuguesa.

Numa segunda fase, por províncias e a nível nacional, contabilizamos a população que habitava as cidades, em sentido administrativo.

Numa terceira fase, por províncias e comarcas, definimos o critério que nos parece mais adequado à realidade portuguesa, considerando centros com funções urbanas:

a - as povoações como o estatuto de cidades;

b - as vilas, cabeças de comarca, com mais de 3 000 habitantes;

c - as vilas com mais de 3 500 habitantes.

Com efeito, todas as cidades, à excepção de Lagos, Miranda Penafiel, Silves e Tavira, são sedes de diocese. E todas as cida-

des, excepto Silves, são cabeças de comarcas. Lagos e Tavira ultrapassam os 5 000 habitantes. Sérias dúvidas se nos levantaram, porém, quanto a Silves e à Guarda - que viram decrescer progressivamente a sua importância desde o séc. XV -, a Penafiel e a Pinhel - - que, parece, nunca tiveram uma história "urbana" -, cidades adormecidas que, porventura, apenas se distinguem do mundo rural por uma maior densidade de prédios e pelo seu núcleo histórico monumental. Miranda do Douro, a única cidade com menos de 2 000 habitantes, não apresenta, manifestamente, funções urbanas. Apesar de tudo, resolvemos considerá-las a todas, mesmo à cidade do nordeste transmontano, pela sua localização, pela sua história, pela sua condição de praça militar, porto seco, cabeça de comarca e de provedoria.

Por outro lado, vilas e não freguesias, ainda que muito populosas - Olhão com 4 736 habitantes, Santa Marinha, no concelho de Vila Nova de Gaia com 5 075 habitantes e outras, localizadas nos arredores de Lisboa e Porto -, uma vez que se situam, quase sempre, na periferia de centros urbanos e não têm qualquer importância jurídico-administrativa. Vilas, ainda, e não quaisquer outros tipos de concelhos em sentido lato, pois, regra geral, as vilas apresentam uma densidade de construções e uma certa tradição histórica "urbana" que, julgados, reguengos, coutos, honras ou concelhos propriamente ditos não possuem.

Finalmente, e para o Portugal de 1801-1802, se nos parece que o limite mínimo de 2 500 habitantes é inaceitável, julgamos exagerados os 5 000, mesmo, talvez, os 4 000. Para o sul do Reino, tais valores revelam-se admissíveis. Não para o Portugal do norte e interior. Trás-os-Montes, por exemplo, ficaria desprovido de qualquer aglomerado "urbano" e, no entanto, Chaves, Vila Real e Bragança revelavam-se, indiscutivelmente, aglomerados "funcionalmente ur

banos". O que não quer dizer que, acima dos 5 000, todas as vilas apresentem características urbanas. Ílhavo, com mais de 7 000 habitantes, Ovar, com perto de 11 000 habitantes, seriam centros urbanos?

Numa quarta e última fase, atendemos, a nível nacional, ãs cidades e vilas com mais de 5 000 habitantes.

Expostos os critérios usados, analisemos, por províncias, o fenómeno urbano português.

1.2.1. Minho

O Minho, em 1801, contava 3 cidades, Porto, Braga e Penafiel, nas quais viviam 62 357 pessoas, ou seja, 9.3% da população total da província.

Em freguesias com mais de 2 000 habitantes existiam 105 163 almas, 15.8% da população.

Comarcas	Freg. (+ de 2 000)	Freg. (- de 2 000)	Freg. (+ de 2 000) %	Freg. (- de 2 000) %
VALENÇA	-	28 778	-	100.0
VIANA	7 298	117 729	5.8	94.2
BARCELOS	6 011	105 505	5.4	94.6
BRAGA	16 266	31 055	34.4	65.6
GUIMARÃES	6 557	123 035	5.1	94.9
PENAFIEL	4 925	50 706	8.9	91.1
PORTO	65 106	104 205	38.4	61.6
TOTAL	105 163	561 013	15.8	84.2

Segundo o critério estabelecido, apenas 12.7% da popula-

ção habitava localidades com funções urbanas.

Comarcas	Pop. urb.	Pop. rural	Pop. urb. %	Pop. rural %
VALENÇA	-	28 778	-	100.0
VIANA	7 298	117 729	5.8	94.2
BARCELOS	3 604	107 912	3.2	96.8
BRAGA	16 266	31 055	34.4	65.6
GUIMARÃES	6 557	123 035	5.1	94.9
PENAFIEL	2 873	52 758	5.2	94.8
PORTO	48 889	120 422	28.8	71.1
TOTAL	85 487	581 689	12.7	87.3

Com mais de 5 000 habitantes, apenas o Porto, Viana, Braga e Guimarães, que agrupavam 73 344 habitantes, 11% da população da província.

Numa província de povoamento rural disperso, estreitamente ligado à pequena propriedade e à cultura de milho, avultavam as cidades do Porto e Braga, as vilas de Guimarães e Viana do Castelo.

Destes aglomerados urbanos só o Porto cresce nos finais do séc. XVIII. Crescem, de igual modo, as vilas junto da costa, portos de mar que beneficiam da prosperidade comercial que então se faz sentir, como Valença, Póvoa do Varzim e Vila do Conde.

Valença é um pequeno burgo fronteiriço animado pelo trânsito do sal e produtos industriais que se destinam à Galiza, pelo comércio de cereais e gado vindo da Galiza para Portugal.

Vila do Conde, embora com a barra assoreada, alimenta algum comércio, sobretudo, de cabotagem. Na última década do séc. XVIII, 10 hiates faziam carreira para Lisboa e Brasil. Centro de

pesca com 354 pescadores.

Aglomerados Populacionais	1794 (almas)	1801 (almas)
VALENÇA	1 188	1 486
VIANA	**8 475**	7 293
BARCELOS	2 841	2 407
BRAGA	16 884	16 266
GUIMARÃES	6 036	6 557
PENAFIEL	3 155	2 873
PORTO	40 191	44 218
PÓVOA DO VARZIM	4 141	4 671
VILA DO CONDE	2 977	3 604

A Póvoa do Varzim, a vila mais piscatória do Minho, re - gista, pela mesma época, 1 340 pescadores.

Barcelos e Penafiel vivem quase exclusivamente da agricultura, acusam recuos populacionais, mantêm-se a nível rural.

Guimarães é um centro industrial de vulto, com numerosas fábricas de cutelaria, espingardaria e panos de mesa, lavrados, em linho, vendidos para Lisboa e colónias. Possuía, ainda, a fábrica mais importante de lenços e toalhas adamascadas do norte do Reino. A sua população, porém, mantém-se estacionária - 6 641 habitantes em 1787, 6 655 em 1790, 6 555 almas em 1801 (11).

Viana encontra-se em "decadencia", com a sua população a diminuir progressivamente ao longo do séc. XVIII. Pescarias arruinadas, com 100 a 120 pescadores, incapazes de abastecer a vila, pelo que o peixe era importado de outros portos do Minho, do Algarve e, em grande quantidade, da Galiza. Comércio muito reduzido, quase

todo de cabotagem, devido ao assoreamento da barra, de tal modo que só fora dela se podiam carregar os hiates e as caravelas. Admitindo apenas navios de pequeno e médio porte, até 150-200 toneladas, o seu porto não tinha ancoradouro, pelo que os navios carregados viam-se obrigados a ficar em seco. Os patachos e as caravelas costeiras traziam a Viana fazendas, peixe e sal e levavam para Lisboa, Setúbal, Peniche, Algarve e, por vezes, para as Ilhas e Brasil, vinho, vinagre, aguardente, milho, centeio, feijão, citrinos, cebolas, alhos, panos de linho, rendas e tábuas para construção. A sua indústria, em 1801, estava reduzida a duas fábricas de atanados, com 16 operários. Escasseavam os artistas e a emigração para o Brasil era "continuada".

Braga transformara-se numa das cidades mais industriosas do Reino, armazém geral da indústria da província, toda ela uma fábrica, "aonde a maior parte dos habitadores não cultivão os campos por serem officiaes e artistas". Era a terceira cidade mais populosa do Reino, se bem que, na última década do séc. XVIII, a sua população não acuse qualquer crescimento. A cidade contava, então, 155 estabelecimentos de chapéus, nos quais trabalhavam 155 mestres, 803 oficiais, 80 aprendizes e 75 operários especializados. A produção atingia os 1 470 chapéus diários, finos e grossos, sobretudo os desta última qualidade, vendidos para todo o Reino, exportados para a América, introduzidos na Galiza. Nos últimos anos de Setecentos faz-se sentir um certo "empate" na saída dos carregamentos de chapéus grossos, não só porque o governo espanhol proibia a sua importação - ao mesmo tempo que procurava incrementar as fábricas da Galiza, às quais atraíra, com melhores salários, largas dezenas de operários idos de Braga -, mas também, porque se difundia rapidamente, no Reino e Ultramar, o uso de chapéus finos. Mais de 200 ho

mens trabalhavam o osso e o chifre, manufacturando caixas de tabaco, pentes, frascos e outras obras. Por 1801, segundo Luís da Veiga, Braga tinha ainda 400 oficinas. Os seus produtos inundavam as feiras da raia, em Valença, Caminha e Chaves, às quais concorriam os galegos (12). A grande cidade do Minho é o Porto, que cresce significativamente ao longo do séc. XVIII, com o desenvolvimento contínuo do comércio dos vinhos do Alto-Douro, com as famílias vindas de Lisboa, que aqui vieram estabelecer-se, após o terramoto de 1755 e, sobretudo, "desde que se transportou para esta cidade todo o comércio das vilas de Viana ... Vila do Conde, Aveiro e outros portos" (13).

Para se compreender o crescimento demográfico e económico do Porto, é preciso ter em linha de conta este último facto. O Porto cresce, devido ao desaparecimento dos portos de Viana do Castelo e Aveiro, assoreados, que permitem apenas um fraco comércio de cabotagem. O Porto, conseguindo "exclusiva protecção", tornando privativas da sua alfândega as fazendas seladas, transforma-se no centro monopolizador do comércio das três províncias do norte.

A cidade transborda os seus limites tradicionais, contando uma forte densidade de casario. Os montes escarpados desaparecem, com as muitas pedreiras abertas para o fabrico de novas casas e edifícios públicos. Sentira-se uma certa quebra após 1875, mas continuaram a abrir-se novas ruas e praças, definindo-se, urbanisticamente, a fisionomia da cidade que chegou até ao séc. XX.

Cidade constituída por 7 freguesias, que integravam 4 bairros, cuja população, segundo Agostinho da Costa, em 1787, atingia os 52 010 habitantes. Não se serviu, porém, dos dados fornecidos pelos párocos e integrou, naquele número, os eclesiásticos, os estrangeiros e pessoas que não professavam a religião católica, os

"trabalhadores, obreiros e mais gente do serviço público, que residindo actualmente na cidade se descrevem nas listas das freguesias em que nasceram" e, possivelmente, os efectivos da guarnição militar do Porto (14). O recenseamento de 1794 apurou 40 191 moradores e, em 1801, contaram-se 44 218 habitantes (quadro nº 27). A sua população vivia predominantemente do comércio - os negociantes, nos finais do séc. XVIII, ocupam o primeiro lugar na lista das profissões mais representadas na cidade (15) - e da indústria, havendo muita gente ocupada nos ofícios mecânicos e servis, a qual habitava a parte velha da cidade, dentro da antiga muralha.

Grande centro comercial, o seu tráfego marítimo sofrera bastante, nos últimos anos de Setecentos, com a actividade dos corsários franceses junto da costa portuguesa, a qual originou a ruína de várias casas comerciais. Comércio com as colónias, sobretudo, com o Brasil, para onde remetia os produtos das províncias do norte e as mercadorias estrangeiras que passavam necessariamente pelas mãos dos seus negociantes. Comércio no qual os estrangeiros, como em Lisboa, estão presentes, embora, aparentemente, desempenhem um papel mais apagado que na capital - em 238 comerciantes, apenas 38, ou seja, 19% daqueles, são estrangeiros.

Nesse comércio, empregavam-se 80 fragatas, que levavam, para o Brasil, panos e estopas de lã, tafetás, sedas, ferro, papel, etc., transportando, no retorno, couros curtidos e crus, algodão em rama, cacau do Maranhão, café, açúcar, madeiras, aguardente de cana e melaço, farinhas, anil, arroz, salsaparrilha, bálsamos e gomas e, até, algum ouro e pesos fortes que, por contrabando, saíam das possessões americanas espanholas.

O comércio com o Báltico, de vinhos e produtos coloniais, encontrava-se quase interrompido devido à guerra com a França. A

Quadro
nº 27

População do Porto

Freguesias	1787		1794		1798		1801	
	Fogos	Almas	Fogos	Almas	Fogos	Almas	Fogos	Almas
SÉ	3 185	13 892	2 113	10 065	2 356	9 188	2 355	10 167
S. NICOLAU	1 374	5 289	924	3 394	998	3 892	990	3 799
VITÓRIA	1 281	5 652	1 089	3 494	1 099	4 286	1 000	3 983
STO. ILDEFONSO	4 390	18 814	4 462	14 444	4 572	17 830	4 709	16 546
MIRAGAIA	661	2 757	650	2 463	615	2 398	657	2 830
CEDOFEITA	805	4 061	1 257	5 173	1 206	4 703	1 312	5 469
MASSARELOS	324	1 545	333	1 156	322	1 255	322	1 424
TOTAL	12 020	52 010	10 828	40 191	11 168	43 552	11 345	44 218

NOTA: Os dados de 1787 não são fornecidos pelos párocos.
Os dados de 1794 pertencem ao censo de Vilas-Boas.
Os dados de 1798 são do censo de Pina Manique, tendo-se multiplicado os fogos pelo coeficiente 3.9, ou seja, o número médio de almas por fogo, registado em 1801.

exportação mais importante era constituída por vinhos e aguardentes, cerca de 80 000 pipas anuais, das quais, 1/3 seguia para Inglaterra, sobretudo os vinhos do Alto-Douro, o produto mais importante do comércio do Reino. Com Lisboa, o Porto alimentava um importante tráfego de cabotagem, por meio de hiates, patachos e um ou outro barco a vapor, que transportavam, anualmente, para a capital, 4 a 5 000 pipas de vinho, 20 a 25 000 alqueires de milho, lenços caseiros, estopas, cutelaria de Guimarães, etc.

Segundo o visconde de Balsemão, o grande número de fabricas estabelecidas no Porto obstava ao progresso da agricultura do Minho, pois, os rurais abandonavam os campos, atraídos pelas fábricas de tecidos de seda, brocados, veludos, veludilhos, algodões, estamparia, chapéus, louça fina, cutelaria, serralharia, etc.

Entre as fábricas propriamente ditas, contavam-se:

a - fábricas de pintura e preparação de telas - telas de algodão importadas da Índia Oriental e os demais ingredientes, da Espanha e Holanda;

b - fábricas de chapéus finos, quase todas fundadas entre 1799-1801, a acompanharem o ritmo da moda;

c - uma fábrica de gangas, lisas e pintadas;

d - uma pequena fábrica de paramentos;

e - 4 fábricas de louça fina, uma de louça vidrada, outra de pó em pedra - na qual se empregavam barros nacionais, areias vindas de Lisboa, chumbo e estanho vindos de fora - e que procurava imitar a louça estrangeira;

f - inúmeras fábricas de serralharia, de produção grosseira.

Avultavam, com centenas de operários, a cordoaria; a fábrica de tabaco; a fábrica de pipas e tonéis de Massarelos, para a qual eram importadas as aduelas de Hamburgo e Stetin; a fábrica de

algodões de Lordelo do Ouro; a fábrica de panos de lã, de Domingos Martins Gonçalves; e a fábrica de arcaria de ferro, em Crestuma. Independentemente desta produção industrial, concentrada, existia uma imensa e dispersa actividade industrial, sobretudo no sector dos lanifícios, pois, panos de algodão, fustões, acolchoados, manufacturados com tramas inglesas - alegava-se que a fábrica de Tomar não produzia fio suficiente para as necessidades do mercado nacional -, não tinham qualquer centro fabril específico. Os teares encontravam-se nas casas dos obreiros e fabricantes, os quais trabalhavam por conta de negociantes, de quem recebiam um salário certo e as matérias primas.

Em geral, uma indústria não competitiva, a usar matérias primas vindas de fora, alimentada pelos mercados coloniais, apetrechada com um reduzido e antiquado número de máquinas, efectivada por uma numerosa mão de obra, cujos jornais faziam aumentar, substancialmente, os preços das manufacturas. Uma indústria dispersa e artesanal, definindo já uma das características específicas da indústria portuense, pertinazmente individualista e caseira, que se manteve até ao séc. XX (16).

O Minho, revela-se predominantemente rural. Raras são as freguesias com mais de 2 000 habitantes e essas, quase todas localizadas nos arredores do Porto. A importância de Braga, no centro da província, e a vitalidade do Porto não apagam a rusticidade do Alto Minho, a pobreza do interior, o predomínio geral das actividades agrícolas, completadas pelas manufacturas caseiras. O crescimento urbano pauta-se com lentidão. Apenas o Porto funciona como polo de atracção demográfica, não podendo, porém, impedir o êxodo sistemático da população campesina para o Brasil.

1.2.2. Trás-os-Montes

Trás-os-Montes, em 1801, contava duas cidades, Bragança e Miranda, com uma população global de 3 801 almas, 1.4% da população da província.

Em freguesias com mais de 2 000 habitantes vivia 6% da população total.

Comarcas	Freg. (+ de 2 000)	Freg. (- de 2 000)	Freg. (+ de 2 000) %	Freg. (- de 2 000) %
MIRANDA	650	31 032	2.0	98.0
MONCORVO	-	52 065	-	100.0
BRAGANÇA	7 746	77 850	9.0	91.0
VILA REAL	7 737	82 389	8.6	91.4
BRAGA	-	1 519	-	100.0
LAMEGO	-	4 864	-	100.0
TOTAL	16 133	249 719	6.1	93.9

Segundo o critério definido, apenas 4.5% da população podia ser considerada "urbana".

Nenhuma cidade ou vila alcançava os 5 000 habitantes. Trás-os Montes é o exemplo típico do Portugal rural do interior.

As duas cidades - fortalezas, ambas localizadas no nordeste, a atestarem a importância daquela região nos sécs. XV a XVII, por 1801, encontravam-se decadentes.

Sobretudo Miranda, a "deserta" Miranda, apesar de sede de provedoria e comarca. Destruída e saqueada pelos castelhanos em

1710-1711, arruinada pela explosão do castelo, em 1762, na qual morreram mais de 600 pessoas, abandonada pelo bispo, cabido e muitas outras famílias, em 1781, com a transferência da sede da diocese para Bragança, desprovida do regimento da infantaria, também mudado para Bragança, sem qualquer indústria apesar da abundância das lãs e couros, desprovida de trocas comerciais significativas com a Espanha, Miranda, nos finais do séc. XVIII, é uma cidade morta, com 650 habitantes, população inferior à da vila de Vinhais.

População urbana segundo o critério definido

Comarcas	Pop. urb.	Pop. rural	Pop. urb. %	Pop. rural %
MIRANDA	650	31 032	2.0	98.0
MONCORVO	-	52 065	-	100.0
BRAGANÇA	7 746	77 850	9.0	91.0
VILA REAL	3 484	86 642	3.9	96.1
BRAGA	-	1 519	-	100.0
LAMEGO	-	4 864	-	100.0
TOTAL	11 880	253 972	4.5	95.5

A evolução de Bragança foi diferente. Após 1780, a indústria e comércio das sedas vão transformá-la na maior e mais rica povoação transmontana. Praça militar, sede de bispado e de comarca, provida de numerosas lojas de mercadorias mantém, na última década do séc. XVIII, um comércio muito importante, devido à guerra anglo-espanhola. Prosperidade, porém, efémera. A sua população, de 5 178 almas por 1793, baixa para 3 151 almas em 1801. A decadência da indústria das sedas, que levou muitas famílias ligadas a tal manufac

tura a abandonarem a cidade e a diminuição do comércio com a Espanha, estão na origem do seu afundamento. Na viragem do séc. XVIII para o séc. XIX, Bragança é ultrapassada e definitivamente por Chaves e Vila Real.

O desenvolvimento de Chaves, na última década de Setecentos é, na verdade, contínuo. Capital militar da província, situada num dos vales mais ricos de Trás-os-Montes, esta vila alimenta um comércio muito activo, sendo a sua alfândega, a partir de 1801-1802, a de maior rendimento da província. Muito bem provida de todas as mercadorias, com uma centena de lojas, desenvolvendo a fiação de tecidos de linho, Chaves, com 3 400 almas por 1793, salta para 4 600 almas em 1801.

Finalmente, Vila Real, na passagem da estrada mais importante da província, com um rico e extensíssimo termo, beneficiando de grande desenvolvimento do Alto-Douro, no séc. XVIII, com o vinho de feitoria, regista 50% do total dos almocreves e negociantes da província. A sua população, na última década do séc. XVIII, mantém-se estacionária, ao redor das 3 500 almas, mas a sua prosperidade económica é inegável (17).

Trás-os-Montes, nos primeiros anos de Oitocentos, é uma província eminentemente rural e onde a importância demográfica e económica da região ocidental, definida pelo eixo Chaves - Vila Real - Douro é já bem perceptível. O quadro urbanístico da província manter-se-á por muitas décadas fiel ao modelo que o séc. XVIII lhe legou.

1.2.3. Beira

A Beira, em 1801, registava 7 cidades episcopais, nas

quais viviam 43 788 almas, ou seja, 4.7% da população da província.

Em freguesias com mais de 2 000 habitantes contava-se 1/4 da população.

Comarcas	Freg. (+ de 2 000)	Freg. (- de 2 000)	Freg. (+ de 2 000) %	Freg. (- de 2 000) %
LAMEGO	19 555	75 099	20.7	79.3
AVEIRO	44 172	47 387	48.2	51.8
VISEU	18 535	134 326	12.1	87.9
PINHEL	4 545	10 498	30.2	69.8
GUARDA	13 027	91 012	12.5	87.5
FEIRA	18 740	52 374	26.4	73.6
LINHARES	-	18 514	-	100.0
ARGANIL	2 585	32 312	7.4	92.6
COIMBRA	70 950	90 941	43.8	56.2
TRANCOSO	2 610	70 878	3.6	96.4
CASTELO-BRANCO	14 381	45 316	24.0	76.0
TOMAR	-	3 748	-	100.0
PORTO	13 862	15 339	47.5	52.5
BARCELOS	5 443	17 235	24.0	76.0
TOTAL	228 405	704 979	24.5	75.5

Segundo o critério por nós definido, apenas 8.6% da população habitava localidades com funções urbanas.

Com mais de 5 000 habitantes, Coimbra, Ovar, Ílhavo, Lamego, Viseu, Covilhã e Castelo-Branco que, em conjunto, somavam 60 020 almas, 6.4% do total da província.

Na Beira interior, as cidades da Guarda - triste e deser

ta, segundo Link -, e Pinhel, esgotado o papel que tinham desempenhado, outrora, como praças fronteiriças defensivas, assumem-se como centros administrativos e diocesanos.

População urbana segundo o critério definido

Comarcas	Pop. urb.	Pop. rural	Pop. urb. %	Pop. rural %
LAMEGO	6 013	88 641	6.4	93.6
AVEIRO	18 914	72 645	20.1	79.4
VISEU	9 059	143 802	5.9	94.1
PINHEL	2 103	12 940	14.0	86.0
GUARDA	9 000	95 039	8.7	91.3
FEIRA	10 822	60 292	15.2	84.8
LINHARES	-	18 514	-	100.0
ARGANIL	-	34 897	-	100.0
COIMBRA	19 083	142 808	11.8	88.2
TRANCOSO	-	73 488	-	100.0
CASTELO-BRANCO	5 161	54 536	8.6	91.4
TOMAR	-	3 748	-	100.0
PORTO	-	29 201	-	100.0
BARCELOS	-	22 678	-	100.0
TOTAL	80 155	853 229	8.6	91.4

Castelo-Branco, praça militar, na estrada que ligava Colhã a Abrantes, revelava-se o único aglomerado urbano da Beira Baixa, vivendo de uma agricultura rica, da criação de gado, da indústria da lã, indústria artesanal, na qual trabalhavam, em 1801, 400 teares para as fábricas da Covilhã. A sua população cresceu sensi-

velmente na segunda metade do séc. XVIII.

O centro populacional mais importante da Beira interior e o único de toda a província em que a indústria se revelava a actividade económica predominante, era a vila da Covilhã. A sua população duplicara ao longo do séc. XVIII, trabalhando nas fábricas de panos que forneciam o fardamento ao exército e o vestuário ao povo humilde. Principal centro da indútria de lã, contava, em 1801, com 5 fábricas nas quais laboravam, na vila e termo, mais de 1 000 pessoas, manufacturando, nesse ano, 1 256 arrobas de lã, que renderam 2 183 peças de lanifícios (18).

Na Beira Alta, só os vinhos do Douro permitiram que, Lamego, situada numa fértil região, saísse do torpor em que se encontrava desde o séc. XVI, favorecendo um certo desenvolvimento que a cidade acusa ao longo de Setecentos.

Viseu, no cruzamento de inúmeras estradas entre a costa e o interior, centro de uma excelente região agrícola, prospera de igual modo.

Coimbra é a maior cidade da Beira e uma das maiores do Reino, numa situação privilegiada entre a Beira Litoral e a Beira Alta, ponto de passagem obrigatório entre o norte e o sul. Desprovida de indústrias significativas - fábricas de louça e uma ou outra fábrica de chapéus -, a cidade vivia, sobretudo, da Universidade (1 649 estudantes em 1801-1802) e dos 22 colégios que albergavam cerca de 2 000 religiosos (19).

No litoral, a Figueira da Foz transformara-se no porto da província, encontrando-se em expansão na última década de Setecentos, com a construção ininterrupta de novos edifícios. O comércio de cabotagem-exportação de sal, vinho e frutas -, o desenvolvimento dos seus estaleiros, a exploração do sal e das minas de carvão de

Buarcos, traduzem-se, demograficamente num crescimento populacional violento. Nas suas 1 150 marinhas, todas cultivadas, trabalhavam 1 150 obreiros e a produção anual de sal orçava pelos 34 500 moios. (20).

Mas não foi só a Figueira que se desenvolveu em finais de Setecentos. Ílhavo e Ovar, respectivamente, a sul e a norte de Aveiro, aumentam a sua população a ritmo vertiginoso. Ílhavo, em 1801, regista 7 143 habitantes, quase todos pescadores, que exercem a sua profissão, "com artes", nas costas de S. Jacinto, Mira, Lavos da Figueira, Pederneira, Tejo, costa de Lisboa, e se dedicam, ainda, ao comércio do sal. A povoação, todavia, devido à estagnação das águas da ria, e aos charcos que proliferam nas suas ruas, acusa uma infinidade de moléstias.

Ovar, situada na margem de um canal que comunicava com a ria de Aveiro, era o segundo aglomerado mais populoso da Beira. Escalonada ao longo de uma só rua, a vila apresentava casas asseadas e de"boa fabrica". Os seus habitantes dedicavam-se à pesca, à recolha do moliço na ria, vendido, como estrume, aos camponeses, ao transporte de pessoas, em numerosas barcas de passagem, ao comércio do sal, que, da região de Aveiro, seguia para o Porto, e da sardinha que abastecia a Beira, o Alto Minho e Trás-os-Montes. A vila crescera muito, após 1778, devido à iniciativa de um industrial francês que, com o apoio de catalães, incrementara a indústria das conservas e ensinara "a tirar" o azeite das sardinhas, levando a que aí se estabelecessem numerosas famílias vindas de fora (21).

A prosperidade destas duas vilas, para não falar na Figueira da Foz, deve-se fundamentalmente, ao lamentável estado em que jaz Aveiro. Esta cidade, há séculos que não consente navios de vulto no seu porto. Apenas embarcações de pequeno e médio porte -

- estes, pouco carregados -, franqueiam a sua perigosa barra e só pequenos barcos chegam até à cidade. A sua alfândega, em 1801, deu, de rendimento líquido, 4 000 réis. Na pesca, em finais de Setecentos, trabalham, apenas, 160 pescadores, com dois barcos. Das suas 500 marinhas, inundadas pela água doce, 8 a 9 meses no ano, apenas 178 se encontravam cultivadas, nelas trabalhando e só nos meses de extracção do sal, 178 obreiros. A sua produção anual rondava os 4 450 moios. As condições sanitárias são péssimas devido à estagnação das águas da ria. As febres intermitentes, constantes, dizimam as populações da cidade e da região, como a vila da Esgueira, reduzida à última pobreza. Algumas das freguesias do termo de Aveiro registavam o "espantoso exemplo" de o número de mortos, na última década do séc. XVIII, ser quase o dobro do número de nascimentos. A freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, da cidade aveirense, entre 1760-1799, através dos livros de registo paroquial, acusa 1 248 nascimentos e 1 101 óbitos, logo, um saldo fisiológico de 147 pessoas. Aveiro encontrava-se em "absoluta decadencia" com partes consideráveis dos seus bairros convertidos em quintas, tendo, em 1802, cerca de 900 pardieiros e casas desabitadas. E, das 15 ou 16 casas, com sege montada, restavam duas. A população da cidade diminuira consideravelmente no séc. XVIII: 4 387 maiores de comunhão em 1732, 4 400 almas em 1767, 3 868 em 1801 (22).

A pobreza da vida urbana da Beira é inegável. Na costa, Ílhavo e Ovar, se bem que bastante populosas, não passam de vilas de pescadores. E bem sabemos a pobreza que caracteriza(va) a vida dessa pobre gente. A Figueira da Foz é uma esperança, Aveiro uma desolação. No interior, apenas a Covilhã demonstra um certo dinamismo económico-mau grado a recessão industrial que se faz sentir entre

1800-1803 -, mobilizando quase todas as vilas importantes das comarcas da Guarda e Castelo-Branco. Na zona de transição entre a Beira litoral e a Beira do interior, Coimbra e Viseu, sem dúvida, os dois grandes mercados e centros urbanos da província, crescem a ritmo lento, que o desenvolvimento económico de ambas as cidades não permite saltos bruscos. A Beira mantém-se solidária com o norte do Reino...profundamente rural.

1.2.4. Estremadura

A Estremadura, em 1801, tinha duas cidades, Lisboa e Leiria, as quais somavam 167 429 almas, ou seja, 24.9% da sua população.

Em freguesias com mais de 2 000 habitantes viviam 362 777 habitantes, ou seja, 54% da população da província.

De acordo com o critério estipulado, 36.4% da população da Estremadura habitava "centros urbanos".

Com mais de 5 000 habitantes, apenas Lisboa, Abrantes, Santarém e Setúbal, que totalizavam 194 385 almas, 28.9% da população da província.

O tipo de povoamento rural, relativamente concentrado, característico do Portugal meridional, está na origem da importância que a população urbana assume nesta província, sobretudo na Baixa Estremadura. Com efeito, a sul do Tejo, na comarca de Setúbal, a população urbana, à excepção de Lisboa e seu termo, acusa os valores mais elevados da província, só comparável aos níveis atingidos pela população do Alto Alentejo.

Se compararmos, porém, a população dos principais aglomerados urbanos entre 1758 e 1801, vemos que a estrutura urbana da Estremadura, à excepção de Lisboa e Setúbal, não se altera signifi

cativamente.

População das freguesias com mais ou menos de 2 000 habitantes

Comarcas	Freg. (+ de 2 000)	Freg. (- de 2 000)	Freg. (+ de 2 000) %	Freg. (- de 2 000) %
LISBOA	180 008	26 515	87.2	12.8
TORRES VEDRAS	21 775	26 957	44.7	55.3
ALENQUER	14 454	27 759	34.2	65.8
ALCOBAÇA	2 182	20 049	9.8	90.1
RIBATEJO	5 917	7 046	45.6	54.4
LEIRIA	19 087	42 690	30.9	69.1
OURÉM	12 609	10 891	53.7	46.3
SETÚBAL	43 936	19 464	69.3	30.7
SANTARÉM	24 330	53 061	31.4	68.6
TOMAR	28 659	50 201	36.3	63.7
CHÃO DE COUCE	-	5 872	-	100.0
CRATO	5 493	17 809	23.6	76.4
ARGANIL	4 327	1 089	79.9	20.1
TOTAL	362 777	309 403	54.0	46.0

Na Alta Estremadura, assentando a sua economia na agricultura, 6 vilas ultrapassavam os 3 500 habitantes, Pombal, Soure, Porto de Mós, Ourém, Tomar e Torres Novas, encontrando-se a primeira e a última prestes a atingirem os 5 000 habitantes.

Alcobaça, apesar de sede de comarca e de contar com uma fábrica de tecidos de algodão, na qual trabalhavam, em 1801, 500 operários e operárias, não reunia 2 000 almas. O pequeno burgo en-

contrava-se "lamentavelmente despovoado", com numerosas casas arruinadas. Os grandes tributos cobrados pelos frades - 1/4 da produção - faziam "gellar aquelles povos na pobreza, e inacção" (23).

População urbana segundo o critério estabelecido

Comarcas	Pop. urb.	Pop. rural	Pop. urb. %	Pop. rural %
LISBOA	164 731	41 792	79.8	20.2
TORRES VEDRAS	3 356	45 376	6.9	93.1
ALENQUER	3 153	39 060	7.5	92.5
ALCOBAÇA	-	22 231	-	100.0
RIBATEJO	3 839	9 124	29.6	70.4
LEIRIA	11 345	50 432	18.4	81.6
OURÉM	7 712	15 788	32.8	67.2
SETÚBAL	23 449	39 951	37.0	63.0
SANTARÉM	14 066	63 325	18.2	81.8
TOMAR	12 947	65 913	16.4	83.6
CHÃO DE COUCE	-	5 872	-	100.0
CRATO	-	23 302	-	100.0
ARGANIL	-	5 416	-	100.0
TOTAL	244 598	427 582	36.4	63.6

Ourém encontrava-se igualmente despovoada. Após o terramoto de 1755, que afectou fortemente a vila, a sua população passou a fixar-se nas paróquias do seu fértil termo.

A vila do Pombal, importante centro agrícola e comercial, desenvolvia-se, apesar da decadência a que tinha chegado a sua indústria de chapéus.

População dos principais aglomerados populacionais, em 1758 e 1801

Aglomerados Populacionais	1758		1801		
	Fogos	Maiores de 7 anos	Fogos	Maiores de 7 anos	Pop. Total
ABRANTES	1 196	3 881	1 316	4 614	5 142
ALMADA	956	3 867	1 032	3 706	4 203
CASCAIS	771	2 592	717	2 561	2 750
LEIRIA	652	2 773	701	2 453	2 698
OURÉM	1 246	5 468	1 214	3 457	4 126
POMBAL	-	3 550	1 407	4 018	4 846
SANTARÉM	1 981	7 441	2 290	7 888	9 164
SESIMBRA	881	3 334	1 032	3 105	3 898
SETÚBAL	2 066	8 536	3 552	11 385	15 348
TOMAR	953	3 120	1 003	3 692	4 261
TORRES NOVAS	1 195	4 029	1 432	4 290	4 902
TORRES VEDRAS	763	3 047	829	2 831	3 356

Tomar e Torres Novas cresciam lentamente, com uma agricultura muito rica - vinho, azeite, cereais, etc. -, beneficiando, ainda, de uma intensa circulação de produtos e do desenvolvimento industrial - duas prósperas fábricas de chitas, nos finais de Setecentos, em Torres Novas; uma fábrica de fiação de algodão, em Tomar, dando trabalho a mais de 500 pessoas.

Leiria, cidade episcopal, vivendo de uma agricultura rica e variada, com 722 fogos e 2 867 almas em 1791, demonstra uma quebra demográfica na segunda metade de Setecentos, só explicável pelo desenvolvimento da Marinha Grande, freguesia do seu termo, "miseravel aldeia" que, após a instalação da fábrica de vidros, em

1769, triplicou a sua população (2 000 habitantes em 1801) e pela emigração.

Abrantes, o grande centro da navegação do Tejo, crescia, apesar do seu ar monótono, no parecer de Southey. Ponto de passagem obrigatório do comércio que se efectuava entre o Alentejo - uma ponte de barcas ligava as duas margens do rio -, a Beira Baixa e Lisboa, colhia, no seu termo, vinho, frutas e legumes, que abasteciam a capital.

Santarém, centro de serviços considerável, prospera do mesmo modo, no ponto de encontro de regiões diversas que a definem como importante mercado agrícola - azeite, vinho, cereais - e de gado.

É, também, da agricultura, que vivem Alenquer e Torres Vedras. Esta última vila exportava para Lisboa, nos finais do séc. XVIII, 15 000 pipas de vinho por ano (24).

Oeiras, Cascais, Belas e Sintra acompanham a prosperidade da capital, a quem abastecem de vinhos, cereais, frutas de pomar e legumes. Cascais, em 1801, desenvolve grande actividade industrial, com três fábricas de lanifícios e de chitas, nas quais trabalham 400 pessoas.

Vivendo do trânsito dos passageiros e das mercadorias - vinho, sal, frutas, lenha, carvão, pescado, etc. -, que se destinam a Lisboa, prosperam, igualmente, na margem esquerda do Tejo, as vilas de Aldeia Galega, Moita, Barreiro e Almada, ultrapassando, esta última, os 4 000 habitantes.

Na Estremadura transtagana, Grândola, Alcácer do Sal, Palmela, Sesimbra e Setúbal revelavam-se como os principais aglomerados populacionais.

Grândola era uma pequena vila de 2 160 habitantes mas,

dada a sua posição, no cruzamento de estradas que, do Baixo Alentejo se dirigiam a Alcácer do Sal e Setúbal, desenvolve um considerável comércio. Cornide refere-se-lhe como uma das povoações melhor desenhadas do Reino, dividida em 5 ruas bem alinhadas, com boas casas de nobreza, de casario muito alvo e asseado. Vários espanhóis do condado de Niebla aí se encontravam estabelecidos, comerciando em cera, mel e peles de cabra, com Lisboa, Córdova e outros povos da Andaluzia, trazendo, do sul de Espanha, tecidos de seda.

Palmela é uma vila rural de "decente casario".

Alcácer do Sal alimenta um activo comércio, porta do Alentejo, a quem abastece de sal e peixe - o Sado era navegável até Porto de Rei, três léguas acima desta vila.

Em todos estes aglomerados, mau grado a diversificação das actividades económicas, a charneca está presente, pela importância dos gados, mel, lenha, carvão e caça.

Sesimbra define-se como porto piscatório, entretendo comércio de cabotagem com Lisboa e vários outros portos do Reino.

Setúbal é um dos centros urbanos mais populosos e ricos do Reino. Do seu termo, em anos regulares, exportavam-se 20 000 pipas de vinhos brancos e moscatéis. O valor da exportação anual das laranjas e limões oscilava entre os 60 e 80 000 cruzados. Nas 352 salinas do Sado, trabalhavam, na última década de Setecentos, 1 760 marmoteiros e o sal, 230 a 270 000 moios por ano, era carregado por 400 a 500 barcos estrangeiros, sem contar os barcos nacionais (25).

A estrutura urbana da província, à excepção de Setúbal, articulava-se em função das relações económicas mantidas com Lisboa.

O peso da capital, cabeça disforme de um débil corpo, é violento, não só em relação à Estremadura, mas ao próprio Reino.

A cidade ostenta, ainda, numerosas feridas do terramoto,

com "pilhas de escombros" e "vastas zonas em aberto", mas exibe, inequivocamente, um acelarado desenvolvimento urbanístico, com a abertura de novas ruas e a construção de inúmeras casas.

Lisboa regista 33 683 fogos em 1780, 38 102 em 1790, 43 805 em 1800. O censo de 1801 dá-lhe uma população de 164 731 almas. O número dos seus habitantes era, porém, muito superior. Araújo Travassos calculava em cerca de 40 000 as pessoas não registadas pelo censo e que aí viviam, como os estrangeiros - entre os quais, alguns milhares de galegos -, os inúmeros domésticos que serviam nas suas casas, os religiosos de ambos os sexos e seus familiares, a guarnição militar, os professores e escolares dos colégios e seminários, as pessoas isentas ou privilegiadas, os não católicos, marinheiros, vagabundos, desertores, mendigos, prostitutas, etc.

A população total de Lisboa atingiria, assim, ao abrir o séc. XIX as 190 a 200 000 almas, 6.7% da população portuguesa, orgulhando-se de ser uma das principais cidades da Europa.

Cidade suja, sem esgotos, com as ruas cheias de dejectos e inundícies - as "caldeiradas" domésticas eram lançadas para as ruas -, onde, a cada esquina, jazem animais mortos e, não raras vezes, cadáveres humanos. Cidade escura e pouco segura, nomeadamente, em 1801, apesar da mão férrea de Pina Manique, devido ao grande número de tropas, marinheiros e corsários que aí se encontram. Nesse ano, as desordens, roubos e assassínios perpetram-se a ritmo assustador, obrigando a que sejam sumariamente processados os crimes cometidos pelos militares que atentam ao sossego e tranquilidade públicas. Uma finta geral imposta aos seus habitantes permite a criação de uma guarda a cavalo e, novamente, a iluminação da cidade.

Cidade surpreendente, de panorama majestoso, garantem os estrangeiros como Pacca, Link, Cornide e Southey, que visitam Por-

tugal entre 1797 e 1801 e pasmam com o grande número de barcos que aportam a Lisboa, ao tempo, "porto franco" e onde flutuam as bandeiras de inúmeras nações, constituindo, com Londres, o principal traço de união da Europa com o resto do mundo (26).

Com efeito, é o comércio e não a indústria - de que, dificilmente poderemos ter a dimensão exacta, dada a inexistência de fontes -, que caracteriza a capital, na viragem do séc. XVIII para o séc. XIX.

Lisboa é o porto por excelência do Reino, ao qual, apenas o Porto dá uma diminuta réplica e só no que diz respeito ao comércio com a Inglaterra e o Brasil.

Nessa época, "todo o mundo trabalhava, e lucrava, ou pelo menos tinha em que; a cidade baixa era hum armazem immenso; hum mercado copiozissimo para o qual os largos, as cazas, e as ruas erão poucas, e estreitas; o Tejo cuberto de navios; a Praça empachada de negociantes; os transportes do mar, e terra insufficientes; e os trabalhadores escassos" (27).

A capital do império monopoliza avaramente as relações comerciais do Reino com a África, Ásia, Berbéria e vários países europeus, principal protagonista da euforia comercial que Portugal vive na última década do séc. XVIII, estreitamente ligada à alta de preços e dependente de uma favorável conjuntura internacional (28).

Comércio do qual ignoramos a parte considerável pertencente ao contrabando, mas que sabemos efectivado e dirigido, em grande parte, por estrangeiros. Em 1801, dos navios entrados e saídos em Lisboa, apenas 28% e 26%, respectivamente, são portugueses. No mesmo ano, 37% dos 400 negociantes existentes na praça de Lisboa são estrangeiros (29).

Esta imensa metrópole, abastecia diariamente, dada a ine

xistência de uma rede de armazenamento - "quando os barcos não conseguem atravessar do Alentejo, os mercados ficam vazios" -, mobiliza, quase exclusivamente, o comércio interno da Estremadura e grande parte do comércio da Beira e Alentejo (30).

Movimento do porto de Lisboa

Anos	Navios entrados	Navios saídos
1794	1 066	1 008
1795	1 036	958
1796	1 519	1 265
1797	1 811	1 850
1798	1 723	1 584
1799	1 492	1 430
1800	1 452	1 423
1801	1 476	1 405
1802	1 471	1 444
1803	1 268	1 207
1804	1 538	1 327
1805	1 650	1 119

Da Beira, recebe azeite, queijos, frutas, gado vacum, madeiras, etc., através do porto da Figueira da Foz ou pelos portos do Tejo, Vila Velha de Rodão, Abrantes, Punhete, Paio de Pele, Atalaia, Tancos e Barquinha.

O Alentejo fornece a capital de trigos, cevadas, porcos, carneiros, lenha e carvão vegetal, via Abrantes, Porto de Rei, Setúbal, Alcácer do Sal, Aldeia Galega, Moita, Barreiro, ou Mértola, Alcoutim e até Sines.

Do Algarve, chegam-lhe os frutos e o peixe salgado. Finalmente, o Minho fornecia-lhe milhos, vinhos e madeiras.

Regra geral, os aglomerados urbanos da Estremadura que vivem da agricultura evoluem muito lentamente, quando não acusam uma certa tendência para a ruralização. O crescimento demográfico verifica-se nos centros urbanos em que o comércio se revela a actividade económica predominante, de que Abrantes, Setúbal e Lisboa são flagrante exemplo.

1.2.5. Alentejo

O Alentejo, em 1801, tinha 4 cidades, Beja, Elvas, Évora e Portalegre, cuja população somava 37 329 almas, 13.8% da população total da província.

Em freguesias com mais de 2 000 habitantes vivia 1/3 da população.

Segundo o critério por nós estabelecido, 1/4 da população da província podia ser considerada "urbana".

Com mais de 5 000 habitantes, além das 4 cidades, tinhamos Estremoz e Castelo de Vide, num total de 50 911 almas, ou seja, 18.8% da população alentejana.

Se compararmos a população dos aglomerados populacionais do Alentejo com mais de 2 000 habitantes, entre 1758 e 1801, verificamos que a estrutura urbana do Alentejo não se alterou ao longo da segunda metade do séc. XVIII (quadro nº 28).

Os grandes aglomerados populacionais, à excepção de Elvas, chave militar da província, não crescem e, nalguns casos, acusam até perdas sensíveis de população. A atracção urbana que, necessariamente, se faria sentir ao longo do século, de modo algum

Quadro
nº 28

Alentejo

Aglomerados populacionais com mais de 2 000 habitantes

Aglomerados Populacionais	1758		1801			
	Fogos	Maiores de 7 anos	Fogos	Maiores de 7 anos	Almas	A./F.
ALMODOVAR	703	2 374	693	1 796	2 182	3.1
BENAVENTE	732	2 570	598	1 920	2 126	3.6
BEJA	1 850	6 044	1 732	5 331	6 289	3.6
BORBA	870	3 150	835	2 763	3 227	3.9
CAMPO MAIOR	1 155	4 286	1 287	4 336	4 950	3.8
CASTELO DE VIDE	1 726	6 140	1 851	5 548	6 560	3.5
CASTRO VERDE	356	1 500	743	1 587	2 005	2.7
CORUCHE	500	-	727	1 888	2 109	2.9
ELVAS	2 644	9 677	4 277	12 158	13 267	3.1
ESPÍRITO SANTO	406	2 367	412	1 226	1 436	3.5
ESTREMOZ	2 066	8 225	1 783	6 306	7 022	3.9

c/

Alentejo

Aglomerados populacionais com mais de 2 000 habitantes

Aglomerados Populacionais	1758		1801			
	Fogos	Maiores de 7 anos	Fogos	Maiores de 7 anos	Almas	A./F.
ÉVORA	4 000	12 500	3 206	8 851	11 375	3.5
MÉRTOLA	619	2 042	588	1 453	1 859	3.2
MOURA	1 854	3 990	1 356	3 173	4 475	3.3
NISA	554	1 998	605	1 703	2 112	3.5
OURIQUE	132	330	637	1 630	2 190	3.4
PORTALEGRE	1 817	5 906	1 856	6 124	6 855	3.7
PORTEL	559	2 326	612	2 085	2 391	3.9
REDONDO	678	-	676	2 155	2 527	3.7
SERPA	1 260	4 219	1 281	4 036	4 762	3.7
VIDIGUEIRA	600	2 500	589	2 702	3 277	5.6
VILA VIÇOSA	1 128	4 173	1 010	2 770	3 515	3.5

parece compensar a mortalidade das grandes vilas e cidades, pois, a hipótese da emigração, para fora da província, não nos parece viável.

População das freguesias com mais ou menos de 2 000 habitantes

Comarcas	Freg. (+ de 2 000)	Freg. (- de 2 000)	Freg. (+ de 2 000) %	Freg. (- de 2 000) %
CRATO	24 600	6 981	-	100.0
ÉVORA	24 600	27 586	47.1	52.9
PORTALEGRE	15 198	16 471	48.0	52.0
ELVAS	17 822	8 883	66.7	33.3
VILA VIÇOSA	6 524	24 257	21.2	78.8
AVIS	4 235	18 748	18.4	81.6
BEJA	18 208	31 723	36.5	63.5
OURIQUE	6 377	39 208	14.0	86.0
SETÚBAL	-	2 413	-	100.0
TOMAR	-	1 540	-	100.0
TOTAL	92 964	177 810	34.3	65.7

Estrutura urbana definida sobretudo pelo Alto Alentejo, ou melhor, pelo Alentejo do interior, já que, nesta província, caso único do Portugal de então, nem a densidade populacional aumenta da costa para o interior, nem existe qualquer aglomerado com mais de 2 000 habitantes vivendo do comércio marítimo ou das pescas.

Todos os centros urbanos com mais de 2 000 habitantes, exceptuando Beja, pertencem ao Alto Alentejo e encontram-se, em

grande parte, virados para a fronteira, para a Espanha, a permitir o único comércio externo significativo, que Elvas e Olivença, antes de 1801, exemplificam.

População urbana segundo o critério estabelecido

Comarcas	Pop. urb.	Pop. rural	Pop. urb. %	Pop. rural %
CRATO	-	6 981	-	100.0
ÉVORA	18 664	33 522	35.8	64.2
PORTALEGRE	13 086	18 583	41.3	58.7
ELVAS	17 822	8 883	66.7	33.3
VILA VIÇOSA	3 515	27 266	11.4	88.6
AVIS	-	22 983	-	100.0
BEJA	14 931	35 000	30.0	70.0
OURIQUE	-	45 585	-	100.0
SETÚBAL	-	2 413	-	100.0
TOMAR	-	1 540	-	100.0
TOTAL	68 018	202 756	25.1	74.9

Aglomerados urbanos que vivem em função da agricultura, tanto mais populosos quanto mais férteis são as terras em que se localizam, grandes focos de actividade agrícola, mercados de gados e de lã, mas dos quais a indústria está ausente.

Vilas e cidades, em geral, com características de grandes centros rurais, exuberantes ao tempo das grandes feiras, ou nos dias dos mercados, e cuja vida social depende da animação que as guarnições militares lhe conferem.

No Baixo Alentejo, Beja, sede de diocese, da Casa do In-

fantado, de provedoria e de comarca, é o único aglomerado urbano importante. No coração de uma das zonas mais férteis da província, - cereais, vinho, frutas, legumes -, grande foco agrícola, não conta, porém, com qualquer indústria que absorva parte da lã que anima o seu mercado.

Almodovar e Mértola, na comarca de Ourique, desempenham o papel de pequenos centros comerciais de trigo e centeio, nas rotas da província com o Algarve, sobretudo Mértola, com ligação a Gibraltar e Lisboa.

Serpa e Moura, junto do Guadiana, gozam de uma certa prosperidade agrícola e até comercial, tendo em atenção o contrabando, que a proximidade da fronteira justifica.

No Alto Alentejo a malha urbana torna-se densa.

Borba é um grande produtor de vinho e azeite.

Vila Viçosa, sede de comarca, vive de uma agricultura rica e variada, onde o vinho, azeite, frutas e legumes desempenham papel importante.

Évora, sede de comarca, provedoria e diocese, embora, globalmente, apresente uma economia mais pobre que Beja ou Elvas, é o celeiro de Lisboa, o mercado mais importante de trigo do Portugal meridional e onde o vinho e as culturas ricas não são de desprezar.

Campo Maior, Estremoz e Elvas localizam-se na região mais fértil da província, sobretudo Elvas, a maior cidade do Alentejo, praça de armas importante, mercado de lã e de trigo, rodeada de jardins, laranjeiras, olivais, hortas e outras culturas de pomar.

Campo Maior sofreu rudemente com a guerra das Laranjas, em 1801, destruida, em grande parte, pelos bombardeamentos.

Finalmente, mais a norte, Portalegre e Castelo de Vide, além da agricultura, desenvolvem um razoável comércio de madeiras

de castanho, enviadas, principalmente para a capital do Reino. Portalegre, sede de diocese e de comarca, é o único centro urbano do Alentejo em que a indústria desempenha algum papel. Mas, ao iniciar o séc. XIX, a fábrica de lãs desta cidade encontra-se já em franca decadência, decadência agravada pela campanha de 1801, que originou a destruição dos "instrumentos" existentes nas escolas e o apresamento de toda a "fazenda acabada" em armazém, pelos espanhóis (31).

A rede urbana do Alentejo é considerável, ressaltando tanto mais quanto se insere numa província despovoada, mas que, desde o séc. XVII, parece nostalgicamente saudosa do passado, perdendo, progressiva mas definitivamente, o peso inegável que desempenhara na estrutura urbana do Reino.

1.2.6. Algarve

O Algarve, em 1801, contava 4 cidades, Lagos, Silves, Faro e Tavira, cuja população somava 23 294 almas, ou seja, 22.5% da população total da província.

Em freguesias com mais de 2 000 habitantes, vivia 55% da população total do Algarve.

De acordo com o critério definido, 30% da população algarvia vivia em aglomerados com funções urbanas.

Faro, Lagos e Tavira ultrapassavam os 5 000 habitantes, somando 27 945 almas, 27.1% da população total.

Comparando a população dos aglomerados populacionais do Algarve com mais de 2 000 habitantes, entre 1758 e 1801, verificámos que, no espaço de meio século, a estrutura urbana do Algarve pouco se alterou (quadro nº 29). Apenas Lagos, Loulé e Olhão aumen

Quadro
nº 29

Algarve

Aglomerados populacionais com mais de 2 000 habitantes

Aglomerados Populacionais	1758		1801			
	Fogos	Maiores de 7 anos	Fogos	Maiores de 7 anos	Almas	A./F.
ALBUFEIRA	771	2 189	813	2 305	2 835	3.5
ALPORTEL	863	2 917	860	2 559	3 128	3.6
CASTRO MARIM	819	2 233	649	2 195	2 890	4.4
ESTÓI	570	1 895	713	2 015	2 597	3.6
FARO	1 827	6 951	1 805	6 146	7 336	4.0
LAGOA	768	2 299	812	2 421	2 920	3.6
LAGOS	1 040	3 813	1 693	5 344	6 628	3.9
LOULÉ	1 750	5 374	1 809	6 113	7 146	4.0
MONCHIQUE	553	1 557	668	1 611	2 033	3.0
OLHÃO	787	2 440	1 202	3 786	4 736	3.9
PORTIMÃO	522	1 802	618	2 118	2 865	4.6
S. Bartolomeu de Messines	784	2 426	799	1 977	2 284	2.9
SILVES	714	2 286	712	2 096	2 495	3.5
TAVIRA	1 981	6 494	2 209	5 865	6 835	3.0

taram a sua população, Faro e Tavira, as grandes cidades de meados do séc. XVIII, não crescem. Os outros aglomerados acusam subidas muito ligeiras, igual população ou, mesmo, decréscimos populacionais.

População das freguesias com mais ou menos de 2 000 habitantes

Comarcas	Freg. (+ de 2 000)	Freg. (- de 2 000)	Freg. (+ de 2 000) %	Freg. (- de 2 000) %
LAGOS	14 361	11 635	55.2	44.7
FARO	25 496	13 673	65.0	35.0
TAVIRA	16 871	14 276	54.2	45.8
BEJA	-	6 995	-	100.0
TOTAL	56 728	46 579	54.9	45.1

S. Bartolomeu de Messines, Alportel, Estói, Lagoa e Albufeira são apenas grandes aldeias, vivendo da agricultura.

Portimão, praça de armas e o melhor porto algarvio, alimenta um comércio razoável nos últimos anos do séc. XVIII.

Silves, apesar de se encontrar na região agrícola mais fértil do Algarve, encontra-se paralisada. O assoreamento do rio, a mudança do bispo e cabido para Faro, a limitação do seu antigo e extenso termo, as moléstias outonais provenientes da estagnação das águas ajudam a explicar a decadência desta cidade.

Castro Marim apresenta um tipo de economia mista - agricultura, extracção do sal, pesca, actividade comercial -, com 100 pescadores e 3 centenas de marmoteiros. Muitos dos seus homens, jun

tamente com os mareantes de Vila Real de Santo António, trabalham na exportação do sal e sardinha para Espanha e na condução de géneros para Gibraltar, comércio este muito importante, por 1800-1801, devido à guerra anglo-espanhola. A vila, porém urbanisticamente, não se alterou.

População urbana segundo o critério estabelecido

Comarcas	Pop. urb.	Pop. rural	Pop. urb. %	Pop. rural %
LAGOS	6 628	19 368	25.5	74.5
FARO	9 831	29 338	25.0	75.0
TAVIRA	13 981	17 166	44.9	55.1
BEJA	-	6 995	-	100.0
TOTAL	30 440	72 867	29.5	70.5

Tavira, praça de armas, sede de comarca, tem a barra fechada desde há séculos, embora, em 1787, a sua alfândega, fosse ainda a de maior rendimento do Algarve. Com uma economia mista - comércio, agricultura e pesca -, registava 640 pescadores e 80 marmoteiros na última década do séc. XVIII.

Loulé define-se como centro de uma fértil região agrícola. Diversas indústrias, a seda, cortumes, olarias e têxteis contribuem para a sua prosperidade. Os seus pequenos panos, manufacturados pelas mulheres, exportavam-se para diversas partes do Reino.

Lagos, praça militar e cabeça de comarca, aumenta consi-

deravelmente a sua população nas últimas décadas de Setecentos. Arruinada pelo terramoto, com 1 200 fogos em 1774 - "por toda a parte viam-se destroços e pobreza" -, torna-se um grande centro piscatório e comercial, com 600 pescadores na última década do séc. XVIII. O aforamento dos terrenos contíguos à cidade pelos soldados da sua guarnição, trouxera-lhe um certo desenvolvimento agrícola.

É também nessa década que Olhão cresce espectacularmente, apesar de ser apenas uma freguesia. Com 1 133 fogos, 3 412 almas e 800 ausentes, em 1790-1791 - um "desordenado ajuntamento de cabanas" de palha, embora a maior parte das casas sejam de alvenaria -, por 1801, quase atinge os 5 000 habitantes. O comércio marítimo é importante, mas vive sobretudo da pesca, actividade a que se dedica mais de 30% da sua população total (32).

Faro, praça militar, sede da diocese do Algarve, de comarca e província era, segundo Link, o centro comercial mais importante da província, embora as suas duas barras se encontrassem pouco operacionais. Comércio, agricultura, sal - 48 marmoteiros - e pesca - 450 pescadores - definem a sua economia.

A estrutura urbana do Algarve, à excepção de Loulé e Silves, define-se pela costa, fundamentalmente ligada ao comércio marítimo e à pesca.

Comércio marítimo e pescas que, na última década do séc. XVIII, parecem ser responsáveis por um certo dinamismo das populações costeiras e pelo crescimento da população de Lagos e Olhão. Mas que não pode fazer esquecer a importância da terra, da produção agrícola. O rendimento per capita das populações dos concelhos algarvios, em 1787, confirma o papel primordial da agricultura, um superior nível de vida das populações campesinas e justifica uma

emigração de pescadores, que se revela importante até finais do século (33).

Agricultura	Comércio marítimo, pesca e agricultura	Pescas e comércio marítimo
Albufeira	Castro Marim	Olhão
Loulé	Faro	
Silves	Lagos	
	Portimão	
	Tavira	

Por outro lado, importa ainda focar a pobreza dos aglomerados urbanos no que diz respeito aos materiais de construção, tendo em atenção as destruições causadas pelo terramoto de 1755.

A ruína das casas de alvenaria, por um lado, a miséria das populações, sobretudo dos pescadores, por outro, originaram a proliferação das cabanas de colmo, as quais, só lentamente, no séc. XIX, foram desaparecendo, substituidas por construções regulares.

Sob este aspecto, isto é, no que diz respeito à "boa simetria das ruas e Architectura dos Edificios", Vila Real de Santo António é única em todo o Algarve. O seu crescimento, porém, apesar da protecção oficial, é muito lento e, em 1801, não atinge, sequer, os 2 000 habitantes, mantendo-se, por largo tempo, uma pequena vilória de casas vazias.

População urbana e população rural tem, assim, algum significado, atendendo apenas à concentração e número dos habitantes

de um ou outro aglomerado e à importância administrativa e/ou eclesiástica de algumas vilas e cidades, com o consequente peso do "sector terciário". Pouco tem a ver com o comércio - não há uma burguesia comercial - e nada tem a ver com a indústria.

Algarve - 1787

Concelhos	Pop. agrícola na pop. tt. (%)	Rendimento per capita (em réis)	Observações
SILVES	79.8	9 901	
ALBUFEIRA	74.6	8 330	
CASTRO MARIM	68.9	7 871	A vila de
ALCOUTIM	85.6	7 675	Olhão faz
LOULÉ	84.1	7 165	parte do
LAGOS	48.4	4 876	concelho
PORTIMÃO	55.3	3 207	de Faro
FARO	18.8	2 345	

Toda a população vive da agricultura e da pesca, incluindo as mulheres que, aqui, como no norte de Portugal, trabalham nos campos - ceifando, sachando os milhos, apanhando os frutos -, preparam e salgam a sardinha e o atum, ou manufacturam o artesanato local.

Portugal - 1801 Quadro nº 30

População urbana (freguesias com mais de 2 000 habitantes).
População rural (freguesias com menos de 2 000 habitantes).

Províncias	Pop. urb.	Pop. rural	Pop. urb. %	Pop. rural %
MINHO	105 163	562 013	15.8	84.2
TRÁS-OS-MONTES	16 133	249 719	6.0	94.0
BEIRA	228 405	704 979	24.5	75.5
ESTREMADURA	362 777	309 403	54.0	46.0
ALENTEJO	92 964	177 810	34.3	65.7
ALGARVE	56 728	46 579	54.9	45.1
TOTAL	862 170	2 050 503	29.6	70.4

Portugal - 1801

População urbana e população rural
segundo o critério definido

Províncias	Pop. urb.	Pop. rural	Pop. urb. %	Pop. rural %
MINHO	85 487	581 689	12.7	87.3
TRÁS-OS-MONTES	11 880	253 972	4.5	95.5
BEIRA	80 155	853 229	8.6	91.4
ESTREMADURA	244 598	427 582	36.4	63.6
ALENTEJO	68 018	202 756	25.1	74.9
ALGARVE	30 440	72 867	29.5	70.5
TOTAL	520 578	2 392 095	17.9	82.1

Portugal - 1801

Quadro nº 31

População urbana e população rural segundo o critério definido

Comarcas	População urbana	População rural	População urbana %	População rural %	Pop. urb. A./F.	Pop. rur. A./F.
ALCOBAÇA	-	22 231	-	100.0	-	3.8
ALENQUER	3 153	39 060	7.5	92.5	4.0	3.9
ARGANIL	-	40 313	-	100.0	-	4.2
AVEIRO	18 914	72 645	20.7	79.3	3.8	3.9
AVIS	-	22 983	-	100.0	-	3.5
BARCELOS	3 604	130 590	2.7	97.3	3.4	4.0
BEJA	14 931	41 995	26.2	73.8	3.5	3.7
BRAGA	16 266	32 574	33.3	66.7	4.0	4.1
BRAGANÇA	7 746	77 850	9.0	91.0	3.4	3.9
CASTELO-BRANCO	5 161	54 536	8.6	91.4	3.7	3.8
CHÃO DE COUCE	-	5 872	-	100.0	-	3.9
COIMBRA	19 083	142 808	11.8	88.2	3.5	3.8
CRATO	-	30 283	-	100.0	-	3.9
ELVAS	17 822	8 883	66.7	33.3	3.2	3.5
ÉVORA	18 664	33 522	35.8	64.2	3.7	3.7
FARO	9 831	29 338	25.0	75.0	3.9	3.6

c/

Portugal - 1801

População urbana e população rural
segundo o critério definido

Comarcas	População urbana	População rural	População urbana %	População rural %	Pop. urb. A./F.	Pop. rur. A./F.
FEIRA	10 822	60 292	15.2	84.8	3.5	4.1
GUARDA	9 000	95 039	8.7	91.3	3.7	3.9
GUIMARÃES	6 557	123 035	5.1	94.9	3.1	3.9
LAGOS	6 628	19 368	25.5	74.5	3.9	3.8
LAMEGO	6 013	93 505	6.0	94.0	3.9	3.9
LEIRIA	11 345	50 432	18.4	81.6	3.4	3.7
LINHARES	-	18 514	-	100.0	-	3.8
LISBOA	164 731	41 792	79.8	20.2	3.9	3.9
MONCORVO	-	52 065	-	100.0	-	3.6
MIRANDA	650	31 032	2.0	98.0	3.1	3.8
OURÉM	7 712	15 788	32.8	67.2	3.6	3.8
OURIQUE	-	45 585	-	100.0	-	3.4
PENAFIEL	2 873	52 758	5.2	94.8	3.2	3.8
PINHEL	2 103	12 940	14.0	86.0	3.0	3.6
PORTALEGRE	13 086	18 583	41.3	58.7	3.6	3.8
PORTO	48 889	149 623	24.6	75.4	3.9	3.8

c/

Portugal - 1801

População urbana e população rural
segundo o critério definido

Comarcas	População urbana	População rural	População urbana %	População rural %	Pop. urb. A./F.	Pop. rur. A./F.
RIBATEJO	3 839	9 124	29.6	70.4	3.4	4.0
SANTARÉM	14 066	63 325	18.2	81.8	3.8	3.7
SETÚBAL	23 449	42 364	35.6	64.4	4.2	3.8
TAVIRA	13 981	17 166	44.9	55.1	3.5	3.6
TOMAR	12 947	71 201	15.4	84.6	4.0	3.8
TORRES VEDRAS	3 356	45 376	6.9	93.1	4.0	4.0
TRANCOSO	-	73 488	-	100.0	-	3.7
VALENÇA	-	28 778	-	100.0	-	3.7
VIANA	7 298	117 729	5.8	94.2	4.2	3.9
VILA REAL	3 484	86 642	3.9	96.1	3.4	4.0
VILA VIÇOSA	3 515	27 266	11.4	88.6	3.5	3.6
VISEU	9 059	143 802	5.9	94.1	4.3	4.2
TOTAL	520 578	2 392 095	17.9	82.1	3.8	3.9

1.2.7. Conclusão

Nos inícios do séc. XIX, em freguesias com mais de 2 000 habitantes, vivem 862 170 almas, 29.6% da população total (quadro nº 30).

Segundo o critério definido, em centros com funções urbanas, habitam 520 578 pessoas, 17.9% da população recenseada (quadros nºs. 30 e 31).

Nas 22 cidades de Portugal de então contam-se 337 998 almas, ou seja, 11.6% da população (quadro nº 32).

Nos 25 aglomerados com mais de 5 000 habitantes, registam-se 406 595 habitantes, 14.0% do total da população (quadro nº 33).

Com mais de 10 000 almas, 8 localidades, Braga, Coimbra, Elvas, Évora, Lisboa, Ovar, Porto e Setúbal, com 290 102 almas, 10.0% dos habitantes do Reino.

Acima de 20 000 pessoas, apenas Lisboa e Porto.

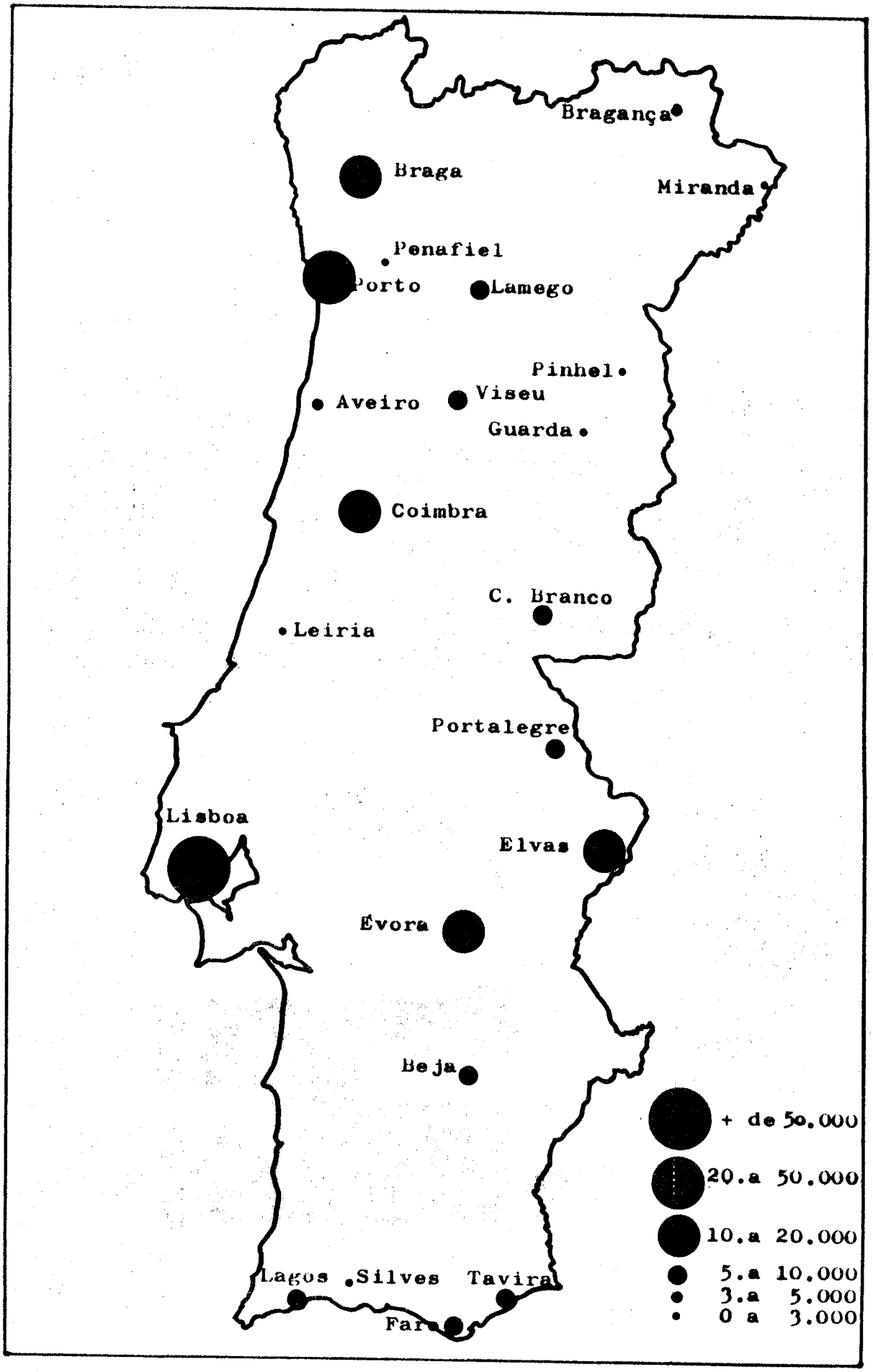
Se tivermos em consideração as actividades económicas predominantes que caracterizam os aglomerados com mais de 5 000 habitantes, depara-se-nos o seguinte quadro.

a - centros industriais - não existem, à excepção de Braga e Covilhã; o crescimento demográfico considerável que estes dois aglomerados revelam ao longo do séc. XVIII, atenua-se a partir dos últimos anos de Setecentos, devido ao "empate" dos produtos das suas fábricas, à recessão industrial que se começa a fazer sentir;

b - centros comerciais - Abrantes, Faro, Ílhavo, Lagos, Lisboa, Ovar, Porto, Setúbal e Viana, à excepção do primeiro, todos localizados no litoral, acusando, em finais de Setecen

PORTUGAL
1801

AS CIDADES



Quadro nº 32

Portugal - 1801

População urbana. As cidades.

Cidades	Fogos	Almas	A./F.
AVEIRO	1 059	3 868	3.7
BEJA	1 732	6 289	3.6
BRAGA	4 020	16 266	4.0
BRAGANÇA	1 088	3 151	2.9
CASTELO BRANCO	1 384	5 161	3.7
COIMBRA	4 153	15 203	3.7
ELVAS	4 218	12 872	3.0
ÉVORA	3 259	11 642	3.6
FARO	1 805	7 336	4.0
GUARDA	780	2 381	3.1
LAGOS	1 693	6 628	3.9
LAMEGO	1 526	6 013	3.9
LEIRIA	701	2 698	3.8
LISBOA	41 709	164 731	3.9
MIRANDA DO DOURO	209	650	3.1
PENAFIEL	906	2 873	3.2
PINHEL	706	2 103	3.0
PORTALEGRE	1 753	6 526	3.7
PORTO	11 345	44 218	3.9
SILVES	712	2 495	3.5
TAVIRA	2 209	6 835	3.0
VISEU	2 093	9 059	4.3
TOTAL	89 060	337 998	3.8

tos, uma significativa prosperidade económica, que os transforma em pólos de atracção dos trabalhadores rurais e de estrangeiros, sobretudo, de galegos, que neles trabalham, aos milhares, nos serviços mais duros e vis;

c - centros burocráticos - agrários - todas as outras cidades e vilas, em número de 14, localidades sonolentas, estreitamente ligadas à terra, reflectindo, por vezes, uma certa prosperidade, devido à riqueza agrícola das regiões em que se situam - Estremoz, Lamego, Loulé, Santarém, Viseu -, mas cujo desenvolvimento se revela muito ténue.

Quanto à distribuição geográfica das mesmas localidades, vislumbram-se já as características essenciais do urbanismo português dos sécs. XIX e XX:

a - contraste entre o norte e o sul - as províncias do Minho, Trás-os-Montes e a Beira, com um tipo de povoamento essencialmente disperso, revelam-se eminentemente rurais, com várias comarcas que não contam, sequer, uma freguesia com mais de 2 000 habitantes; as províncias da Estremadura, Alentejo e Algarve, com um tipo de povoamento sobretudo concentrado, mesmo abstraindo do peso da capital, acusam uma estrutura urbana considerável;

b - contraste entre o litoral e o interior - a norte do Tejo, raridade de centros urbanos no interior, já que, Bragança afunda-se a partir dos últimos anos do séc. XVIII e só a Covilhã e Castelo Branco ultrapassam os 5 000 habitantes; a sul do Tejo, concentração urbana no Alto Alentejo e na orla marítima algarvia. Nos finais de Setecentos, devido ao incremento do comércio marítimo, assiste-se ao reforço da vida urbana na faixa litoral e na qual se impõem, de um mo

do esmagador, Lisboa - que, directa ou indirectamente, é responsável pelo desenvolvimento e prosperidade dos numerosos aglomerados existentes na Estremadura média, aquém e além Tejo, cuja população varia entre os 3 500 e 5 000 habitantes - e o Porto.

Reforço da vida urbana do litoral que não consegue, apesar de tudo, apagar a sensação de imobilismo que a estrutura urbana portuguesa, de um modo global, parece reflectir ao longo de grande parte do séc. XVIII, nem preencher o vazio existente entre a macrocéfala capital e os débeis centros urbanos do Reino e dos quais, o Porto, constitui a única excepção.

Com efeito, o desfasamento entre Portugal e a Europa ocidental não reside na proporção dos habitantes existentes nos aglomerados que, demograficamente, podem considerar-se urbanos. Para uma Europa com 152.5 milhões de habitantes - exceptuam-se os 53.0 milhões da Rússia -, que, em 1801, regista 12.3% da sua população a viver em localidades com mais de 5 000 habitantes, Portugal, como já foi referido, conta 14.0% e, mesmo que apenas entrássemos em linha de conta com as vilas e cidades de mais de 10 000 almas, mesmo assim, 10.0% dos portugueses podem ser considerados população urbana. O desfasamento não existe, também, a nível das grandes cidades, pois, Lisboa, constitui uma das 10 cidades europeias que, ao abrir o séc. XIX, têm mais de 150 000 habitantes.

O fosso entre Portugal e a Europa cava-se fundamentalmente, a nível das localidades compreendidas entre os 20 e os 100 000 habitantes.

Com efeito, a Inglaterra, por 1801, além de Londres, a maior cidade europeia, com 900 000 habitantes, regista 5 aglomerados entre 50 e 100 000, Birmingham, Bristol, Leeds, Liverpol, Man-

chester - 14 entre 20 e 50 000 habitantes, e 9 com mais de 10 000, ou seja, 19% da sua população total.

A França, além de Paris, com 550 000 almas, conta duas cidades com mais de 100 000, Lyon, Marselha, 5 cidades com mais de 50 000, Bordéus, Estrasburgo, Lille, Nantes e Ruão, 12 cidades com mais de 30 000 habitantes, 50 com mais de 10 000 almas, 15% da sua população.

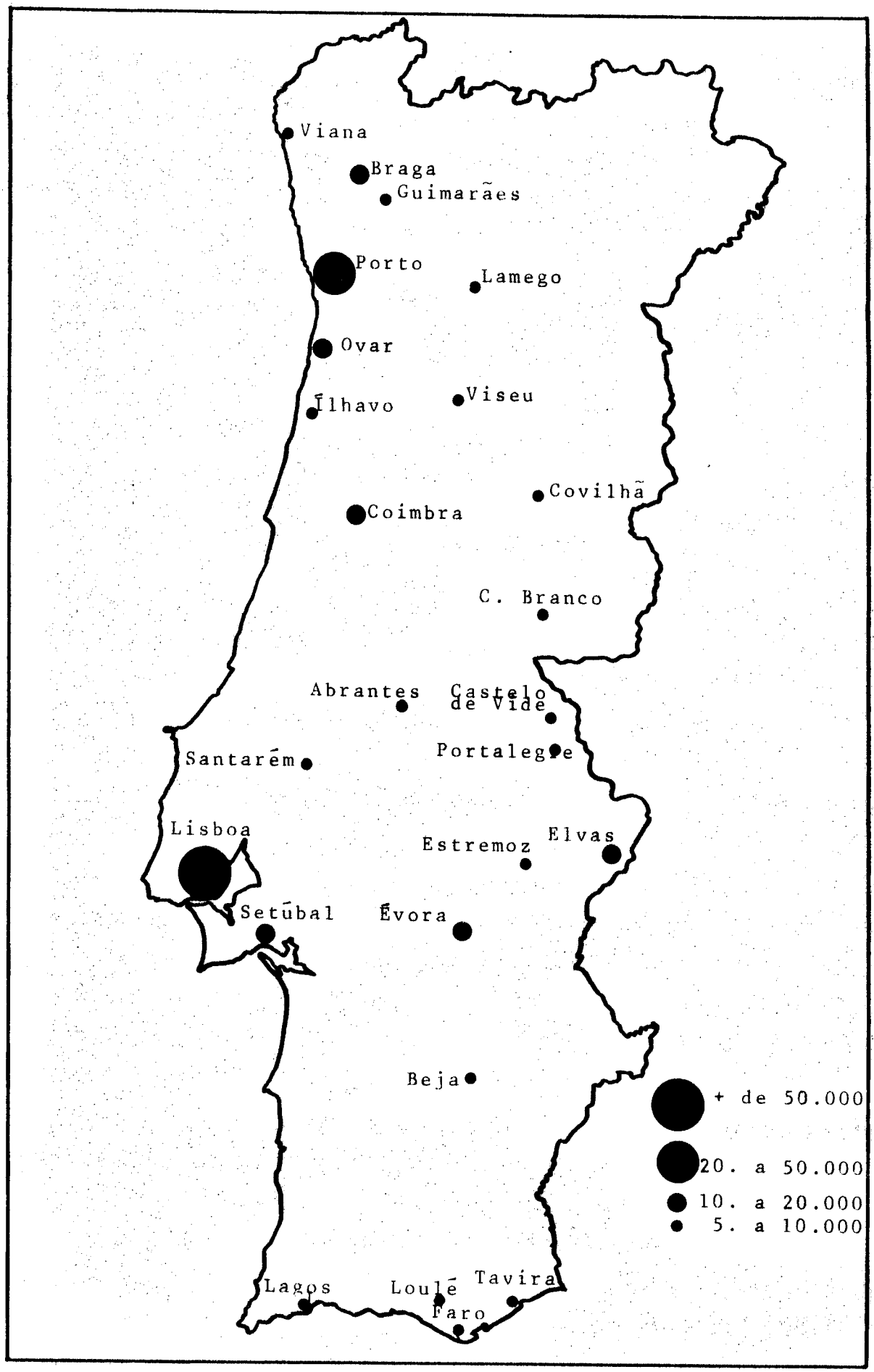
A Itália mantém-se o que sempre foi, um país essencialmente urbano, com 6 cidades cuja população ultrapassa os 100 000, Génova, Nápoles, Milão, Palermo, Roma e Veneza e 3 cidades com mais de 50 000, Bolonha, Florença e Turim.

E, mesmo a Espanha, com uma cidade ao nível de Lisboa, Madrid, regista Barcelona, com 100 000 habitantes, 4 cidades entre 50 e 100 000, Cádis, Málaga, Sevilha e Valência, 3 cidades com 40 000, Granada, Múrcia, Saragoça e 40 aglomerados com mais de 10 000 habitantes, revelando um nível de urbanização muito superior ao do nosso país.

O fosso entre Portugal e a Europa exprime-se, finalmente, a nível da qualidade de vida urbana, uma vez que, a maioria dos aglomerados do Reino, vivem da agricultura, definindo-se como agro-vilas, centros rurais, animados, apenas, pelas feiras e mercados.

E, no entanto, por 1801, como refere Vitorino Magalhães Godinho, a estrutura urbana do Reino "está já ao mesmo nível que estará em 1864" (34) e, só na década de 80, será ultrapassada. Nos inícios do séc. XIX, o desfasamento entre Portugal e os outros países europeus, nomeadamente, a Espanha, quanto à urbanização, é já uma realidade, realidade, porém, bem menos evidente e dolorosa nessa época, que nos finais de Oitocentos ou, mesmo, no nosso século.

PORTUGAL
1801
AGLOMERADOS URBANOS COM MAIS DE 5000 HAB.



Quadro nº 33

Portugal - 1801

População urbana.

Aglomerados com mais de 5 000 habitantes.

Cidades ou vilas	Fogos	Almas	A./F.
ABRANTES	1 316	5 142	3.9
BEJA	1 732	6 289	3.6
BRAGA	4 020	16 266	4.0
CASTELO BRANCO	1 384	5 161	3.7
CASTELO DE VIDE	1 851	6 560	3.5
COIMBRA	4 153	15 203	3.7
COVILHÃ	1 648	6 619	4.0
ELVAS	4 218	12 872	3.0
ESTREMOZ	1 783	7 022	3.9
ÉVORA	3 259	11 642	3.6
FARO	1 805	7 336	4.0
GUIMARÃES	2 116	6 557	3.1
ÍLHAVO	1 796	7 143	4.0
LAGOS	1 693	6 628	3.9
LAMEGO	1 526	6 013	3.9

c/

Portugal - 1801

População urbana.

Aglomerados com mais de 5 000 habitantes.

Cidades ou vilas	Fogos	Almas	A./F.
LISBOA	41 709	164 731	3.9
LOULÊ	1 809	7 146	4.0
OVAR	3 052	10 822	3.5
PORTALEGRE	1 753	6 526	3.7
PORTO	11 345	43 218	3.8
SANTARÉM	2 290	9 164	4.0
SETÚBAL	3 552	15 348	4.3
TAVIRA	2 209	6 835	3.0
VIANA	1 736	7 293	4.2
VISEU	2 093	9 059	4.3
TOTAL	105 848	406 595	3.8

1.3. Densidade da população

Três tipos de densidade costumam atrair as atenções dos demógrafos:

1 - o número de habitantes por unidade de superfície;

2 - o número de habitantes por fogo;

3 - o número de habitantes por habitação ou prédio.

O último tipo de densidade não vai ser tratado por nós, uma vez que, nas fontes de que temos conhecimento, raramente nos surge o número de fogos ou habitantes de um concelho ou comarca, acompanhado do número de "predios" da respectiva circunscrição administrativa. É certo que o número de prédios de um dado concelho, em finais do Antigo Regime, pode ser apurado através dos livros da decima, rustica e urbana, fontes preciosas para o estudo da sociedade portuguesa de então e que, até hoje, se têm mantido praticamente inexplorados. O seu carácter de fonte local é, porém, incompatível com este trabalho e quaisquer números que, porventura, adiantassemos, relativamente aos prédios de um ou outro concelho - e possuímos, efectivamente, dados recolhidos para dois concelhos transmontanos, de um modo sistemático -, a fim de os compararmos com o número de fogos ou habitantes do mesmo, teriam reduzido valor.

O número de habitantes por unidade de superfície será explorado a um nível elementar, de província. A inexistência de um cadastro, de cartas geográficas, de fontes ou estudos que nos forneçam a superfície das províncias ou das várias circunscrições administrativas, forçou-nos a tal posição, pois, só o levantamento rigoroso das áreas dos concelhos nos poderá fornecer a superfície das comarcas e das províncias.

O número de habitantes por fogo, - esta unidade de ordem

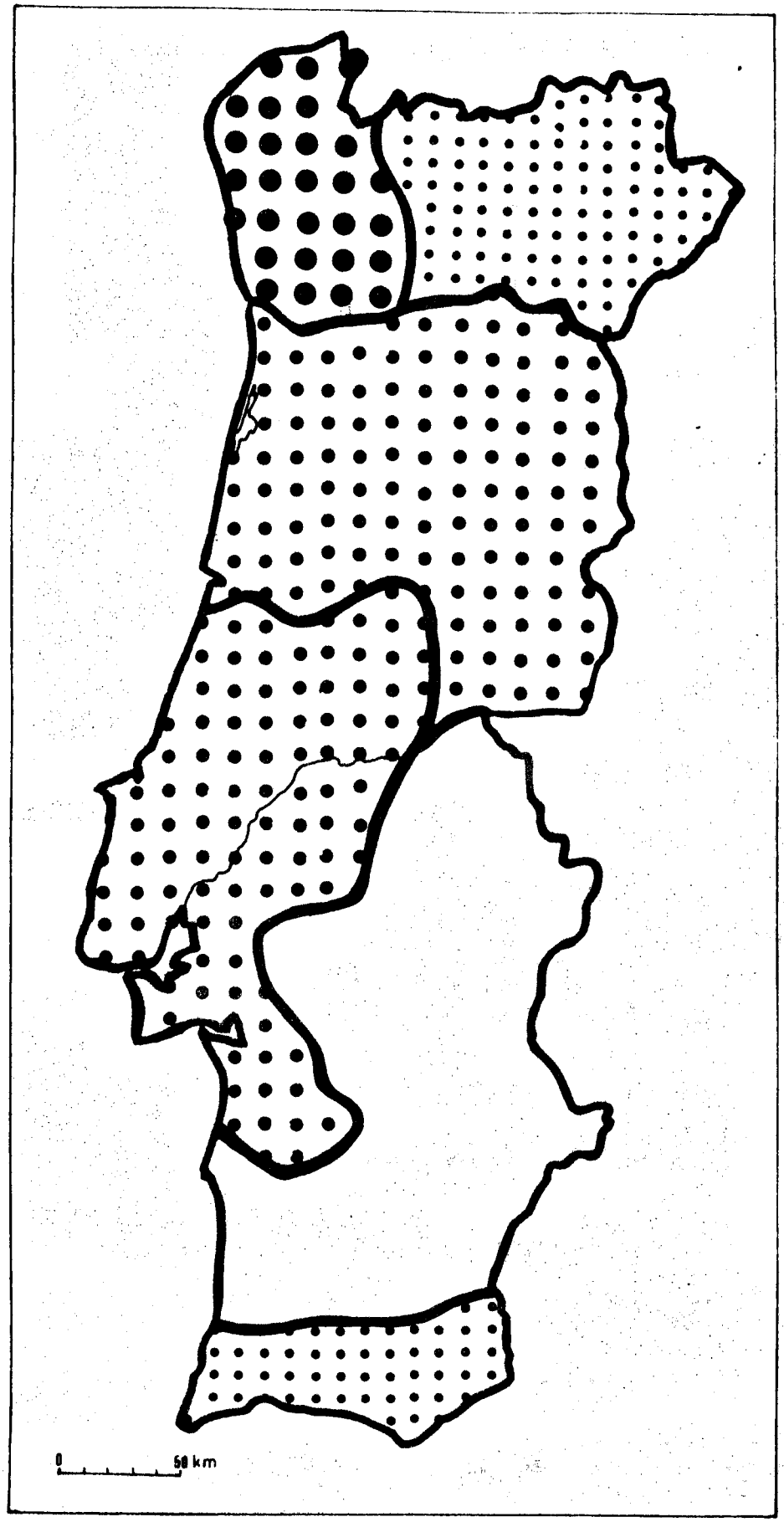
sócio-económica é, principalmente, uma realidade de natureza demográfica - que constitui o tipo de densidade, simultâneamente, o mais polémico e o mais fecundo para a demografia do Antigo Regime, foi aquele que pudemos analisar de modo mais profundo.

1.3.1. Número de habitantes por unidade de superfície

O número de habitantes recenseados, por Km^2, em 1801, era de 33, densidade média que ocultava violentos contrastes entre as várias províncias do Reino. Com efeito, Trás-os-Montes, Algarve e Alentejo apresentavam densidades inferiores à registada para o país, enquanto que o Minho, Beira e Estremadura ultrapassavam a densidade nacional.

Províncias	População recenseada	Superfície Km^2	Densidade Hab./Km^2
MINHO	667 176	6 953	96.0
TRÁS-OS-MONTES	265 852	10 784	24.7
BEIRA	933 384	23 303	40.1
ESTREMADURA	672 180	18 370	36.6
ALENTEJO	270 774	24 400	11.1
ALGARVE	103 307	5 071	20.4
PORTUGAL	2 912 673	88 881	32.8

A província do noroeste português, com 96 hab./Km^2, ou seja, com uma densidade tripla da média do Reino, era, de longe, a mais densamente povoada, enquanto que, o Alentejo, com 11 hab./Km^2, um terço da densidade do continente, se encontrava praticamente "deserto".



PORTUGAL - 1801

DENSIDADE POPULACIONAL

POR PROVINCIAS

+ DE 45 hab/km²

30-45 " "

15-30 " "

0-15 " "

Mesmo a nível de províncias, as assimetrias regionais demonstravam-se acentuadas. Assim, no Minho, a região a norte do rio Lima - comarcas de Valença e Viana -, caracterizava-se por baixas densidades, com valores oscilando entre os 20 a 35 hab./Km^2, ao passo que, no território compreendido entre os rios Lima e Ave - - comarcas de Barcelos, Braga e Guimarães -, a densidade ultrapassava os 110 hab./Km^2. A sul do rio Ave, excluindo o Porto e arredores - comarcas do Porto e Penafiel -, a densidade era um pouco inferior à média da província.

A repartição da população na província transmontana apresenta-se igualmente matizada. Assim, à região da Terra Fria - comarca de Bragança - e, sobretudo, do nordeste - comarca de Miranda-, com densidades inferiores à média da província e que chegam, por vezes, a atingir densidades comparáveis, a nível nacional, às do Alentejo - 10 a 15 hab./Km^2 -, opõe-se, nitidamente, a região do Douro que, após um crescimento demográfico violento, ao longo do século XVIII, por 1801, tem uma densidade da ordem dos 45 a 50 hab./Km^2.

Na Beira, o contraste entre a Beira Mar e a Beira Interior, a Beira Alta e a Beira Baixa revela-se acentuado.

Com efeito, a região da Beira Mar - comarcas de Aveiro e Feira -, acusa densidades compreendidas entre 60 a 80 hab./Km^2, números que se aproximam, significativamente, da densidade do Minho; a comarca de Lamego continua a densidade da região do Douro transmontano; a Beira do interior - comarcas de Pinhel e Trancoso - e a Beira Baixa - comarca de Castelo Branco -, com densidades compreendidas entre os 10 e 16 hab./Km^2, estabelecem a continuidade entre o nordeste transmontano e o Portugal meridional.

No que diz respeito à Estremadura, não podemos ignorar o peso da população de Lisboa, a empolar, consideravelmente, a densi

dade da província. Assim, sem a população da capital, o número de hab./Km^2 desce, logo, de 36.6 para 28, aproximando-se, pois, da densidade de Trás-os-Montes. De uma maneira geral, pode-se opôr a Alta Estremadura - comarcas de Alcobaça e Leiria - com baixas densidades, à Estremadura média - comarcas de Alenquer, Torres Vedras, Lisboa e parte norte da comarca de Setúbal -, cuja densidade é superior à densidade da província. A Estremadura transtagana apresenta as mais baixas densidades do Reino, comparáveis, apenas, à densidade do Baixo Alentejo.

No Alentejo, não encontramos diferenças regionais acentuadas. A sua população relativa aumenta do litoral para o interior e do sul para norte. O Alto Alentejo acusa uma densidade ligeiramente superior à média da província. O Baixo Alentejo regista 8 hab./Km^2 e desce para 7 hab./Km^2, na comarca de Ourique.

Finalmente, num Algarve debilmente povoado, é evidente a oposição entre a planície litoral e o interior montanhoso; na costa, alguns concelhos exprimem-se por densidades próximas da média nacional, ao passo que, na serra, o número de hab./Km^2 se mantém igual aos referidos para o Alentejo.

1.3.2. Número de habitantes por fogo

O recenseamento de 1801 permite-nos uma análise minuciosa e sistemática da população portuguesa quanto à densidade média dos fogos, análise que vamos efectuar a dois planos:

a - densidade média dos fogos, a nível regional.

b - densidade média dos fogos nos centros urbanos e mundo rural.

a - No Minho, a dimensão média dos fogos, de 3.7 por 1794, passou para 3.9 em 1801. O número de fogos manteve-se quase o mesmo,

nesses 7 anos, ao passo que a população aumentou consideravelmente. As comarcas de Viana, Guimarães e Penafiel, respectivamente, com 3.9, 3.8 e 3.7, mantiveram o número médio de almas por fogo, enquanto que a comarca de Braga subia de 3.9 para 4.1 e, as comarcas de Barcelos, 3.7 e do Porto, 3.5, acusaram, respectivamente, 4.1 e 3.9, no primeiro ano de Oitocentos.

Em 1801, todas as comarcas minhotas ultrapassavam ou igualavam a média nacional, 3.8, com relevo para a comarca de Braga, 4.1 à excepção das comarcas de Valença e Penafiel, 3.7, que se encontravam abaixo da mesma. As densidades mais baixas coincidem, pois, com as regiões economicamente mais pobres da província.

Na província de Trás-os-Montes, entre 1794 e 1801, passa-se idêntico fenómeno ao referenciado na província do Minho: a dimensão média dos fogos que, em 1794, era de 3.7, passa, igualmente, para 3.9, em 1801. O número médio de almas por fogo, naqueles 7 anos, mantém-se o mesmo, 3.6, para a comarca de Moncorvo, sobe de 3.7 para 3.8, na comarca de Miranda, de 3.8 para 3.9, na comarca de Bragança e salta de 3.6 para 4.0 na comarca de Vila Real. Verificamos, pois, que a alteração significativa registada a norte do Douro, entre 1794-1801, quanto à dimensão média dos fogos, afecta particularmente e de modo idêntico, a comarca de Vila Real, em Trás-os-Montes e as comarcas de Braga, Barcelos e Porto, no Minho, fenómeno que parece estar relacionado com uma baixa sensível de emigração.

Em 1801, de todas as comarcas transmontanas, Bragança iguala a média nacional e só Vila Real a ultrapassa, assumindo-se como uma das comarcas do Reino com maior densidade de almas por fogo. Nesta província e como no Minho, as densidades mais baixas coincidem com as regiões economicamente mais pobres.

A Beira, com uma dimensão média de fogos, 3.9, superior à média nacional é, também, a província em que surgem as comarcas com maior densidade de almas por fogo, nomeadamente, Viseu e Arganil, com 4.2 e com 4.0, a comarca da Feira. As comarcas com as densidades mais baixas da província são as de Coimbra e Trancoso, com 3.7, e Pinhel, com 3.5, a única comarca do Reino que iguala as mais baixas densidades das comarcas alentejanas. As comarcas de Lamego, Aveiro e Guarda apresentam um número de almas por fogo igual à média nacional, enquanto que a comarca de Castelo Branco, com 3.8, estabelece a transição entre a Beira e o Alto Alentejo. Mais uma vez podemos concluir que às regiões agricolamente mais férteis da Beira Mar e Beira Alta correspondem as densidades mais elevadas e que às regiões mais pobres, do interior, correspondem os coeficientes mais baixos.

A Estremadura, com um coeficiente de almas por fogo igual às três províncias do norte, 3.9, acima portanto, da média nacional, regista as densidades mais elevadas para as comarcas do Crato e Torres Vedras, respectivamente, 4.1 e 4.0, seguindo-se-lhes, com 3.9, as comarcas de Lisboa, Alenquer, Setúbal e Chão de Couce. Os coeficientes mais baixos encontram-se nas comarcas de Leiria e Santarém, com 3.7 e, com 3.8, nas comarcas de Alcobaça, Ribatejo, Ourém e Tomar.

As densidades mais elevadas correspondem à Estremadura média, ao passo que as densidades mais fracas se localizam na Alta Estremadura e na Estremadura transtagana.

O Alentejo acusava o coeficiente mais baixo do Reino, 3.6, sendo, também, a província em que situavam as comarcas com a densidade mais fraca de fogos, como a comarca de Elvas, com 3.3 - muito provavelmente, afectada pela campanha de 1801 - as comarcas do Cra

to e Ourique, com 3.4, seguindo-se-lhes, com 3.5, a comarca de Avis. A comarca de Vila Viçosa iguala o coeficiente encontrado para a província, as comarcas de Évora, Portalegre e Beja superam a média alentejana, 3.7, mas nenhuma comarca iguala o coeficiente nacional. A densidade média dos fogos diminui do norte para sul e do interior para a costa.

No Algarve, o coeficiente encontrado, 3.7, é, como no Alentejo, inferior ao coeficiente nacional. Nesta província e ao contrário do Minho e Trás-os-Montes, a dimensão média dos fogos diminuiu nos finais de Setecentos - 3.8 em 1787 para 3.7 em 1801 -, quebra que, possivelmente, a aceleração do fenómeno emigratório ajudará a explicar. O estudo comparativo, por comarcas, entre os referidos anos, diz-nos que a comarca de Lagos manteve o mesmo coeficiente, 3.8, que as comarcas de Faro e Tavira passaram de 3.8 para 3.6 e que o concelho de Alcoutim, com 4.0 em 1787, caiu para 3.6, em 1801. Neste ano, só a comarca de Lagos acusa uma densidade média de fogos superior à densidade da província e igual ao coeficiente nacional.

b - A comparação da densidade dos fogos urbanos com a densidade dos fogos rurais permite-nos, igualmente, chegar a resultados significativos.

No Minho, Porto e Viana registam uma densidade média de fogos superior à densidade média das comarcas a que dão o nome. Em relação ao coeficiente da província, 3.9, Viana, com 4.2 e Braga, com 4.0, acusam coeficientes superiores, o Porto com 3.9, iguala-o e, finalmente, Guimarães e Penafiel, respectivamente, com 3.1 e 3.2, revelam-se muito abaixo daquele.

Em Trás-os-Montes, nenhuma das cidades, Bragança e Miranda do Douro, ou das suas principais vilas, Chaves e Vila Real, apre-

senta densidades médias de fogos superiores ou iguais às da população das respectivas comarcas. E, de igual modo, nenhum desses aglomerados atinge o coeficiente da província: Chaves, com 3.8, é o que se aproxima mais daquele; Vila Real, com 3.4, Miranda do Douro, com 3.1 e Bragança, com 2.9, situam-se muito abaixo da densidade média dos fogos desta província.

Na Beira, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Ovar e Pinhel registam uma densidade média de fogos inferior às comarcas em que estão inseridas; Covilhã, Ílhavo e Viseu acusam coeficientes superiores aos das comarcas de que fazem parte. Em relação ao coeficiente da província, 3.9, são, igualmente, estes três últimos aglomerados, a Covilhã e Ílhavo, com 4.0, e Viseu, com 4.3, que ultrapassam aquele. Aveiro, Castelo Branco e Coimbra, com 3.7, Ovar, com 3.5 e sobretudo, a Guarda, com 3.1 e Pinhel, com 3.0, apresentam uma densidade média de fogos muito fraca.

Na Estremadura, todos os aglomerados urbanos considerados, Abrantes, Leiria, Lisboa, Santarém, Setúbal e Tomar acusam densidades médias de fogos superiores às densidades médias dos fogos das comarcas em que se localizam, à excepção de Lisboa, em que o seu coeficiente é igual ao do seu termo. Em relação ao coeficiente da província, 3.9, todos os aglomerados urbanos ultrapassam tal coeficiente - Setúbal, 4.3, Tomar, 4.2, Santarém, 4.0, à excepção de Lisboa e Abrantes, que o igualam e de Leiria, cuja densidade média de fogos, 3.8, é ligeiramente inferior àquele.

No Alentejo, Beja, Castelo de Vide, Elvas, Évora e Portalegre acusam densidades médias de fogos inferiores às densidades médias dos fogos das respectivas comarcas e, só Estremoz, com 3.9, ultrapassa a densidade média dos fogos da comarca de Évora. Relativamente ao coeficiente da província, 3.6, Elvas, com 3.0 e Castelo

de Vide, com 3.5, revelam-se abaixo daquele, Beja e Évora, com 3.6, igualam-no, só Portalegre, com 3.7 e Estremoz o ultrapassam, sendo esta última vila, a única que iguala o coeficiente nacional.

No Algarve, Faro, Lagos e Loulé apresentam uma densidade média de fogos superior à densidade média dos fogos das suas comarcas, enquanto que Silves e Tavira acusam densidades médias inferiores. Relativamente ao coeficiente algarvio, 3.7, Faro e Loulé, com 4.0 e Lagos, com 3.9 ultrapassam-no; Silves, com 3.5 e Tavira, com 3.0, definem-se abaixo do mesmo (quadros 6 a 17).

1.3.3. Conclusão

No que diz respeito à dimensão média dos fogos verificámos, pois, que o coeficiente nacional é de 3.8, coeficiente que nos parece correcto, aproximando-se de 4, ou seja do número que, segundo Mols, é o mais comum para finais do séc. XVIII. Coeficiente que não pode ter em linha de conta o facto de uma pequena parte da população não ter sido recenseada - privilegiados, marginais, parte dos domésticos, etc. -, pois, se essas pessoas não entram no número dos habitantes, a verdade é que integram, igualmente, fogos que não foram contabilizados por nós. Sobre este aspecto, parece haver uma certa confusão entre número de habitantes por unidade de superfície e número de habitantes por fogo, ou seja, entre duas densidades totalmente distintas.

De acordo com a dimensão média dos fogos encontrada a nível regional, podemos dividir o país em duas zonas distintas:

1 - O Portugal a norte do Tejo, constituido pelas províncias do Minho, Trás-os-Montes, Beira e Estremadura - parte da comarca de Setúbal, ainda que a sul do Tejo, identifica-se com a Estremadura média -, em que a densidade média dos fogos, 3.9, ultrapassa o coe

ficiente nacional. Em toda essa região, constatamos, de um modo expressivo, que as densidades mais elevadas quanto ao número médio de pessoas por fogo se encontram nas regiões agricolamente mais férteis - Minho inferior, região do Douro, Beira Mar e parte da Beira Alta, Estremadura média - e que, inversamente, as densidades mais baixas, correspondem às regiões agrícolas mais pobres - Alto Minho, Alto Trás-os-Montes, interior transmontano e beirão, Beira Baixa, Alta Estremadura e quase toda a Estremadura transtagana.

A região a norte do Douro, na última década de Setecentos, reforça a densidade média dos fogos, em geral, mas, sobretudo, nas regiões que parecem ter sido mais afectadas pela emigração, facto que traduziria, assim, uma diminuição na intensidade dos fenómenos emigratórios.

2 - O Portugal a sul do Tejo, constituido pelo Alentejo, Algarve e quase toda a Estremadura transtagana, em que a densidade média dos fogos se revela abaixo do coeficiente nacional - 3.6 para o Alentejo, 3.7 para o Algarve. Em toda esta região verificamos que os coeficientes mais elevados correspondem à região de Lagos, no Algarve e ao Alto Alentejo - a região mais fértil desta província - - e que os coeficientes mais baixos dizem respeito ao Baixo Alentejo e à região costeira atlântica, ou seja, às regiões agricolamente menos produtivas.

Assim, pensamos que existe uma estreita correlação entre a densidade de habitantes por unidade de superfície e a densidade média de habitantes por fogo: quanto maior é aquela, mais significativa se revela esta.

Quanto à dimensão média dos fogos a nível de aglomerados urbanos e de mundo rural constatamos que, regra geral, o coeficiente daqueles é tanto mais elevado quanto mais alto se revela o coe-

ficiente encontrado para a população rural da região circundante. As únicas localidades com mais de 5 000 habitantes e com uma forte densidade média de fogos, que se distinguem nitidamente da população rural das suas comarcas, são Viana, no Minho; Faro e Lagos, no Algarve; Santarém e Setúbal, na Estremadura, todos eles, à excepção de Santarém, portos de mar. E, as cidades ou localidades que, pelo contrário, se distinguem da região em que se inscrevem, por uma menor densidade médias de fogos são, Guimarães e Penafiel, no Minho; Bragança, Miranda e Vila Real, em Trás-os-Montes; Guarda, Ovar e Pinhel, na Beira; Castelo de Vide e Elvas, no Alentejo; Tavira, no Algarve (quadros 28 e 29).

Assim, e no caso português, não podemos aceitar a tese de Mols, de que a densidade média dos fogos urbanos, normalmente, é inferior à densidade média dos fogos rurais - segundo ele, quanto mais as localidades apresentam um carácter urbano ou industrial, mais importante é o número de fogos minúsculos; os fogos de composição fraca, de viúvos/as, ou de duas pessoas, são mais frequentes nos centros urbanos, nos quais, também, os adolescentes sairiam mais precocemente da família para ganharem a sua própria subsistência e fundarem novo lar (35).

Com efeito, não são, certamente, as cidades e localidades mencionadas, com baixa densidade média de fogos, localizadas, sobretudo, no Minho, Trás-os-Montes e Beira que apresentam características vincadamente urbanas. Pelo contrário, os aglomerados que exibem um coeficiente superior a 3.9 é que, indubitavelmente revestem uma feição tipicamente urbana e parecem encontrar-se em expansão demográfica, quando esse coeficiente é superior ao coeficiente do mundo rural em que se situam. A aceitarmos tal hipótese, que nos parece fundamentada, a província com uma estrutura urbana mais con

sistente seria a Estremadura, seguindo-se-lhe o Algarve, enquanto que Trás-os-Montes ocuparia, sem sombras de dúvida o último lugar na escala das províncias, hipótese que parece confirmar as conclusões a que chegamos no capítulo relativo à população urbana e população rural: as localidades que, além de exercerem uma função urbana, se assumiam, demograficamente, como centros essencialmente urbanos e prósperos seriam, além de Lisboa e do Porto - onde, sem dúvida, a parcela da população não recenseada, sobretudo, a doméstica, elevaria o coeficiente que cada uma regista, de 3.9, para 4.0 ou, até, 4.1 -, Viana, Setúbal, Santarém, Faro e Lagos.

Enfim, num "Portugal sem cidades", salpicado de vilas, as quais, muitas vezes, limitam a sua função urbana a uma actividade económica polivalente, determinada pela falta de comunicações, temos de remeter a problemática da estrutura urbana do país, mais que a um diálogo norte-sul, a um confronto litoral-interior.

2. Movimento da população

"As gentes moças de ambos os sexos naturalmente se inclinão para se ligarem entre si pelos vinculos do matrimonio; e estes desejos entre as gentes pobres são de ordinario mais puros que nas grandes cidades: mas a impossibilidade de manter os seus filhos os detem, e daqui nasce que aspirando a melhorar de fortuna pela carreira dos tempos, o matrimonio se retarda; as futuras esposas envelhecem; e em cada mulher que casa aos trinta e sinco annos, perde o estado duas partes da sua fecundidade".

(Os frades julgados no Tribunal da Razão, Lisboa, 1814, p. 38-39)

2.1.- Natalidade e nupcialidade

A maneira mais simples de se observarem os níveis de qualquer variável microdemográfica consiste no cálculo das taxas brutas. Embora estes índices apenas isolem, muito rudimentarmente, o efeito perturbador das estruturas da população - não é indiferente uma população ter uma maior ou menor proporção de mulheres ou ter uma maior ou menor proporção de jovens nas idades mais férteis-, têm, porém, a vantagem de nos dar uma primeira aproximação dos fenómenos em estudo.

Em face dos dados disponíveis, iremos, pois, observar a evolução da natalidade, através da taxa bruta de natalidade, a evolução da nupcialidade através da taxa bruta de nupcialidade e a evolução da fecundidade através da taxa de fecundidade geral. Ainda quanto à nupcialidade, o facto de dispormos, no recenseamento de 1802, da estrutura da população por idades, sexo e estado civil, possibilita-nos o recurso a um método mais sofisticado, que foi empregue por Hajnal na análise de idênticos problemas.

2.1.1.- Taxa de Natalidade

Em 1801, Portugal registou uma taxa bruta de natalidade de 33.3 por mil, apresentando o Minho, Alentejo e Algarve taxas de natalidade superiores à média nacional, enquanto as taxas das outras províncias se situavam abaixo das mesmas.

O Minho, com 33.8 por mil é a província que mais se aproxima da média nacional (quadro nº. 34). A análise por comarcas revela que as taxas de natalidade mais baixas se encontram nas comarcas do Alto Minho, Valença e Viana, com 30.0 por mil e que as taxas de natalidade mais altas, 37.0 e 36.7 por mil, dizem respeito às comarcas de Barcelos e Braga.

Quadro nº 34

Natalidade do Minho - 1801

Comarcas	Almas	Nascimentos			TBN	R.M.N.
		Homens	Mulheres	Total		
VALENÇA	28 138	423	417	840	29.9	101.4
VIANA	122 906	1 916	1 767	3 683	30.0	108.4
BARCELOS	111 284	-	-	4 123	37.0	109.7
BRAGA	47 321	909	829	1 738	36.7	109.6
GUIMARÃES	129 592	2 143	2 094	4 237	32.7	102.3
PENAFIEL	54 112	-	-	1 865	34.5	-
PORTO	168 546	-	-	5 893	35.0	-
TOTAL	661 899	-	-	22 379	33.8	-

Comarca de Guimarães

Movimento da população

Quadro nº 35

ANOS	Almas	Nascimentos	Óbitos	S.F.	TBN	TBM
1781	101 633	2 622	1 634	+ 988	25.8	16.1
1782	101 530	3 166	1 856	+ 1 310	30.1	18.3
1783	102 383	2 878	1 703	+ 1 175	28.1	16.6
1784	103 278	2 965	1 777	+ 1 188	28.7	17.2
1785	103 429	2 995	1 775	+ 1 220	29.0	17.2
1786	103 200	3 068	1 895	+ 1 173	29.7	18.4
1787	103 170	3 164	2 027	+ 1 137	30.7	19.6
1788	101 913	3 181	1 887	+ 1 294	31.2	18.5
1789	103 357	3 238	1 999	+ 1 239	31.3	19.3
1790	103 542	3 146	1 899	+ 1 247	30.4	18.3
TOTAL	-	30 423	18 452	+ 11 971	-	-

As taxas de natalidade registadas em 1802 oscilam entre os 24.0 por mil, para a comarca de Viana e os 34.1 por mil para a comarca de Valença, não demonstrando, assim, em relação a 1801, alterações dignas de monta (quadro nº. 45). E o mesmo se pode dizer no que diz respeito à comarca de Guimarães, na penúltima década do século XVIII, uma vez que a sua taxa de natalidade, rondando os 30.0 por mil, é quase igual á taxa de natalidade, 32.7 por mil, que a mesma apresenta em 1801 (quadro nº. 35).

Trás-os-Montes, com 31,2 por mil, é a província com a taxa de natalidade mais baixa do Reino, revelando-se, também, ligeiramente inferior à taxa de natalidade média, 32.9 por mil, encontrada para a província entre 1788-1792 (quadros nºs 36 e 37). A análise por comarcas revela-nos uma natalidade, tanto para 1788-1792, como para 1801, um pouco acima dos 30.0 por mil, à excepção da comarca de Bragança que não atinge tal nível.

As taxas de natalidade encontradas para 1802, nas comarcas de Moncorvo e Bragança, respectivamente, 35.9 e 39.0 por mil, demonstram-se relativamente elevadas (quadro nº 45).

A Beira, em 1801, deu-nos uma taxa de natalidade de 32.3 por mil, natalidade que cresce, significativamente, da costa para o interior (quadro nº. 38). Com efeito, as comarcas de Arganil, Coimbra, Feira e Aveiro, respectivamente, com 28.8, 29.0, 29.2 e 30.7 por mil, apresentam as taxas de natalidade mais baixas da província, ao passo que as taxas mais elevadas, 41.4, 35.7 e 34.3 por mil, se encontram nas comarcas de Castelo Branco, Trancoso e Pinhel. Os dados de que dispomos para 1802 confirmam as elevadas taxas para as comarcas da Beira interior (quadro nº. 45).

A Estremadura, com 31.9 por mil, regista, na região norte, as

Quadro nº 36

Natalidade de Trás-os-Montes - 1788-1792

Comarcas	Almas	Nascimentos			M.A.N.	TBN	R.M.N.
		Homens	Mulheres	Total			
MIRANDA	31 184	2 415	2 505	4 920	984	31.6	96.4
MONCORVO	51 354	4 494	4 138	8 632	1 726	33.6	108.6
BRAGANÇA	81 069	6 649	6 529	13 178	2 636	32.5	101.8
VILA REAL	74 253	6 208	6 186	12 394	2 479	33.4	100.3
BRAGA	1 223	109	106	215	43	35.2	102.8
LAMEGO	4 864	369	372	741	148	30.4	99.2
TOTAL	243 947	20 244	19 836	40 080	8 016	32.9	102.0

Quadro
nº 37

Natalidade de Trás-os-Montes - 1801

Comarcas	Almas	Nascimentos			TBN	R.M.N.
		Homens	Mulheres	Total		
MIRANDA	31 365	501	474	975	31.0	105.7
MONCORVO	52 065	891	865	1 756	33.7	103.0
BRAGANÇA	74 958	1 103	1 027	2 130	28.4	107.4
VILA REAL	73 394	1 232	1 158	2 390	32.6	106.3
BRAGA	1 519	14	15	29	19.1	93.3
LAMEGO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	233 301	3 741	3 539	7 280	31.2	105.7

taxas de natalidade mais fracas do Reino, 26.6 e 26.7 por mil, nas comarcas de Chão de Couce e Leiria. As taxas de natalidade mais elevadas, acima dos 35.0 por mil, detectam-se nas comarcas do Ribatejo e Setúbal (quadro nº. 39).

O Alentejo, com 37.4 por mil, acusa uma forte taxa de natalidade, constatando-se, em todas as comarcas, valores superiores à média nacional, oscilando entre os 34.6 por mil, para a comarca do Crato e os 41.1 e 41.0 por mil para as comarcas de Avis e Beja (quadro nº. 40). Acima dos 40.0 por mil revelam-se, em 1802, as comarcas de Avis, Portalegre e Vila Viçosa (quadro nº. 45).

Outras fontes de que dispomos para a província, em finais de Setecentos e primeiras décadas de Oitocentos, confirmam a elevada natalidade registada nos anos de 1801-1802. Assim, no concelho de Montemor-o-Novo, a taxa de natalidade, entre 1805--1814, revela-se sempre acima de 43.6 por mil (quadro nº. 41).

Salvaterra de Magos, Samora Correia e Coruche, nos anos de 1 788 e 1 789 acusam, respectivamente, como taxas de natalidade, 48.0, 31.3 e 42.8 por mil.

E, no concelho de Beja, entre 1781-1788, 4 anos acusam taxas de natalidade superiores a 40.0 por mil (quadro nº. 42).

O Algarve, com 42.8, regista a taxa de natalidade mais elevada do Reino, ligeiramente superior à taxa que acusara em 1787, de 38.4 por mil (quadro nº. 43).

Todas as comarcas apresentam uma natalidade acima dos 40.0 por mil e as comarcas de Lagos e Tavira, respectivamente, com 45.9 e 44.1 por mil, demonstram as taxas de natalidade mais altas de todas as comarcas do Reino.

Natalidade da Beira - 1801

Quadro nº 38

Comarcas	Almas	Nascimentos			TBN	R.M.N.
		Homens	Mulheres	Total		
LAMEGO	87 590	1 590	1 490	3 080	35.2	106.7
AVEIRO	84 416	-	-	2 589	30.7	-
VISEU	151 357	2 468	2 422	4 890	32.3	101.9
PINHEL	14 779	250	257	507	34.3	97.3
GUARDA	104 039	1 730	1 693	3 423	32.9	102.2
FEIRA	71 114	-	-	2 080	29.2	-
LINHARES	18 514	296	304	600	32.4	97.4
ARGANIL	34 897	519	486	1 005	28.8	106.8
COIMBRA	160 208	2 393	2 247	4 640	29.0	106.5
TRANCOSO	70 257	1 270	1 241	2 511	35.7	102.3
CASTELO BRANCO	59 697	1 244	1 227	2 471	41.4	101.4
TOMAR	3 748	49	36	85	22.7	136.1
PORTO	29 201	-	-	841	28.8	-
BARCELOS	22 678	-	-	732	32.3	-
TOTAL	912 495	-	-	29 454	32.3	-

Natalidade da Estremadura - 1801

Quadro nº 39

Comarcas	Almas	Nascimentos			TBN	R.M.N.
		Homens	Mulheres	Total		
LISBOA	206 523	3 295	3 388	6 683	32.4	97.2
TORRES VEDRAS	48 732	787	691	1 478	30.3	113.8
ALENQUER	42 213	688	570	1 258	29.8	120.7
ALCOBAÇA	22 231	317	275	592	26.7	115.3
RIBATEJO	12 963	234	230	464	35.8	101.7
LEIRIA	61 777	986	894	1 880	30.4	110.3
OURÉM	23 500	375	341	716	30.5	110.0
SETÚBAL	63 400	1 164	1 075	2 239	35.3	108.3
SANTARÉM	77 291	1 287	1 244	2 531	32.8	103.5
TOMAR	78 370	1 278	1 202	2 480	31.6	103.5
CHÃO DE COUCE	5 872	73	83	156	26.6	88.0
CRATO	-	-	-	-	34.6	-
ARGANIL	5 416	71	88	159	29.4	80.7
TOTAL	648 288	10 555	10 081	20 636	31.8	104.7

Se compararmos as taxas de natalidade das oito cidades e vilas que, em 1801, registaram mais de 10 000 habitantes (quadro nº. 44), com as taxas de natalidade das comarcas a que aquelas localidades pertencem, constatamos que, à excepção de Braga, todos esses "centros urbanos" apresentam uma natalidade inferior ao conjunto das freguesias rurais que integram as referidas comarcas.

2.1.2. Taxa de Nupcialidade

O recenseamento de 1802 permite-nos encontrar as taxas brutas de nupcialidade (quadro nº. 46).

No Minho, as taxas de nupcialidade oscilam entre 4.7 por mil, para a comarca de Barcelos e 7.4 por mil para a comarca de Braga, valores ligeiramente inferiores aos registados para a comarca de Guimarães, entre 1781-1790, que se situam, invariavelmente, acima dos 6.7 por mil.

Em Trás-os- Montes, a taxa de nupcialidade varia entre 6.2 por mil, para a comarca de Moncorvo e 8.4 por mil para a comarca de Vila Real.

Na Beira, as taxas de nupcialidade acusam valores compreendidos entre 7.8 por mil, para Castelo Branco e 9.5 por mil para a comarca de Pinhel.

Na Alta Estremadura, as taxas de nupcialidade oscilam entre 5.3 por mil, para a comarca de Leiria e 6.4 por mil para a comarca de Tomar.

Finalmente, no Alto Alentejo, todas as taxas de nupcialidade se revelam acima dos 8.0 por mil, atingindo os 11.2 por mil na comarca de Avis.

De uma maneira geral, podemos afirmar que as taxas de

Quadro nº 40

Natalidade do Alentejo - 1801

Comarcas	Almas	Nascimentos			TBM	R.M.N.
		Homens	Mulheres	Total		
CRATO	-	-	-	-	34.6	-
ÉVORA	51 306	922	922	1 844	35.9	100.0
PORTALEGRE	31 669	583	578	1 161	36.7	100.8
ELVAS	26 705	485	505	990	37.0	96.0
VILA VIÇOSA	30 781	569	522	1 091	35.4	109.0
AVIS	22 031	436	470	906	41.1	92.8
BEJA	49 931	1 070	981	2 051	41.0	109.0
OURIQUE	45 585	854	811	1 665	36.5	105.3
SETÚBAL	2 413	48	35	83	34.4	137.1
TOMAR	1 540	10	9	19	12.3	111.1
TOTAL	261 961	4 977	4 833	9 810	37.4	102.9

Concelho de Montemor-o-Novo

Movimento da população

Quadro nº 41

ANOS	Nascimentos		Óbitos		S.F.	TBN	TBM
	H	M	H	M			
1805	147	138	148	149	- 12	45.3	47.2
1806	146	128	196	164	- 86	43.6	57.2
1807	175	155	187	138	+ 5	52.5	51.7
1808	142	149	191	210	- 110	46.3	63.7
1809	182	155	147	155	+ 35	53.6	48.0
1810	186	164	153	149	+ 48	55.6	48.0
1811	166	156	192	190	- 60	51.2	60.7
1812	161	135	196	184	- 84	47.1	60.4
1813	143	151	222	179	- 107	46.7	63.7
1814	181	166	146	169	+ 32	55.2	50.1
TOTAL	1 629	1 497	1 778	1 687	- 339	-	-

Concelho de Beja

Movimento da população

Quadro nº 42

ANOS	Nascimentos		Óbitos		S.F.	TBN	TBM
	H	M	H	M			
1781	206	232	323	325	- 210	30.9	45.8
1782	350	272	231	253	+ 138	43.9	34.2
1783	285	276	197	196	+ 168	39.6	27.8
1784	340	288	210	210	+ 208	44.4	29.7
1785	288	285	309	284	- 20	40.5	41.9
1786	240	229	313	347	- 191	33.1	46.6
1787	233	214	244	250	- 47	31.6	34.9
1788	305	266	334	315	- 78	40.3	45.8
TOTAL	2 247	2 062	2 161	2 180	- 32	-	-

Quadro
nº 43

Natalidade do Algarve - 1801

Comarcas	Almas	Nascimentos			TBN	R.M.N.
		Homens	Mulheres	Total		
LAGOS	25 996	592	600	1 192	45.9	98.6
FARO	39 169	828	756	1 584	40.4	109.5
TAVIRA	31 147	724	651	1 375	44.1	111.2
BEJA	6 995	124	147	271	38.7	84.4
TOTAL	103 307	2 268	2 154	4 422	42.8	105.2

nupcialidade se revelam mais baixas nas comarcas do litoral - Minho e Estremadura -, que nas comarcas do interior - Beira interior e Alentejo.

2.1.3. Taxa de fecundidade geral

A taxa global de fecundidade geral, relacionando o número de nascimentos com o total das mulheres dos 15 aos 50 anos, e não com o total da população, como acontece com a taxa bruta de natalidade, é, assim, um índice menos grosseiro, na medida em que não inclui no denominador, os homens e a parte da população feminina que não está directamente implicada no processo de reprodução.

O recenseamento de 1802 permite-nos definir a taxa de fecundidade geral para grande parte das comarcas do Reino.

O quadro nº. 47 fornece-nos os dados relativos à fecundidade. De um modo geral, podemos afirmar que a taxa de fecundidade varia, de comarca para comarca, de um modo semelhante ao verificado para a taxa de natalidade. Assim, as comarcas de Portalegre e Vila Viçosa acusam as taxas mais elevadas, quer para a fecundidade, quer para a natalidade, enquanto que as comarcas de Viana, Aveiro, Guimarães e Porto registam as taxas mais baixas quanto a tais indicadores.

Podemos igualmente afirmar e ainda à semelhança de que foi referido para as taxas de natalidade encontradas para 1802, que as comarcas do interior - Bragança, Vila Real, Trancoso, Castelo Branco, Portalegre, Avis, etc. -, revelam taxas de fecundidade geral mais elevadas que as comarcas do litoral.

Movimento da população - 1801

Localidades com mais de 10 000 habitantes

Quadro nº 44

Cidades ou vilas	População	Nasc.	Óbitos	S.F.	TBN	TBM
BRAGA	16 266	640	312	+ 328	39.3	19.2
COIMBRA	15 203	346	412	- 66	22.8	27.1
ELVAS	12 872	375	639	- 264	29.1	49.6
ÉVORA	11 642	375	1 133	- 758	32.2	88.0
LISBOA	164 731	5 057	3 786	+ 1 271	30.7	23.0
OVAR	10 822	173	169	+ 4	16.0	15.6
PORTO	43 218	1 381	700	+ 681	31.2	15.8
SETÚBAL	15 348	360	233	+ 127	23.5	21.5

Quadro
nº 45

Natalidade de Portugal - 1802

Comarcas	TBN	R.M.N.
AVEIRO	26.2	109.0
AVIS	40.4	95.5
BARCELOS	31.7	105.3
BRAGA	31.2	112.9
BRAGANÇA	39.0	115.6
CASTELO-BRANCO	37.2	121.8
ELVAS	31.4	114.3
GUIMARÃES	26.4	106.3
LAMEGO	31.6	139.6
LEIRIA	30.0	118.0
MIRANDA	31.5	80.0
MONCORVO	35.9	100.0

Comarcas	TBN	R.M.N.
OURÉM	26.5	129.4
PENAFIEL	30.6	123.0
PINHEL	38.0	92.1
PORTALEGRE	44.0	100.0
PORTO	26.6	116.9
TOMAR	38.0	115.3
TRANCOSO	35.9	97.6
VALENÇA	34.1	108.6
VIANA	24.0	99.4
VILA REAL	30.4	96.0
VILA VIÇOSA	43.2	109.3

Quadro
nº 46

Nupcialidade de Portugal - 1802

Comarcas	TB Nupc.
AVEIRO	7.9
AVIS	11.2
BARCELOS	4.7
BRAGA	7.4
BRAGANÇA	7.6
CASTELO-BRANCO	7.8
ELVAS	8.9
GUIMARÃES	4.9
LAMEGO	9.4
LEIRIA	5.3
MIRANDA	6.7

Comarcas	TB Nupc.
MONCORVO	6.2
OURÉM	5.7
PENAFIEL	5.3
PINHEL	9.5
PORTALEGRE	8.4
PORTO	5.9
TOMAR	6.4
TRANCOSO	7.6
VALENÇA	6.9
VIANA	5.9
VILA REAL	8.4

2.1.4. Método de Hajnal

Um dos métodos mais utilizados para o estudo da nupcialidade, através dos recenseamentos, é o método de Hajnal.

Quando não dispomos de dados nas estatísticas demográficas de estado civil, quanto ao número dos primeiros casamentos, podemos estimar a idade média do casamento ($\bar{X}$), a sua intensidade (I) e o celibato definitivo (CD), servindo-nos, apenas, das estruturas da população de um recenseamento através de três métodos:

a - explorando a existência de questões retrospectivas;

b - calculando a proporção de mulheres casadas no grupo 20-24 anos (Livi-Bacci);

c - utilizando as proporções de celibatários de ambos os sexos (Hajnal).

A não existência de questões retrospectivas, que nos informem, por grupos de idades, das datas de nascimento, divórcio e viuvez, impossibilitam-nos o recurso ao primeiro método.

O facto de estarmos num país em que os movimentos migratórios são significativos, a afectarem sobremaneira o grupo etário 20-24 anos, leva-nos a não considerar correcta a estimação da nupcialidade pelo método empregue por Livi-Bacci (36).

O método de Hajnal, que necessita, apenas, de conhecimento, por sexos e grupos de idades, do estado civil das pessoas, embora igualmente sujeito a eventuais perturbações causadas pelos movimentos migratórios, tem, no entanto, a vantagem de repartir tais perturbações pela estrutura global de idades, minimizando, assim, possíveis erros de estimação.

Celibato definitivo (CD)

$$T_{50} = {}_5T_{45} + {}_5T_{50/2}$$

Quadro nº 47

Portugal - 1802

Fecundidade

Comarcas	T.F.G.
AVEIRO	92.5
AVIS	127.1
BARCELOS	105.4
BRAGA	114.6
BRAGANÇA	134.7
CASTELO-BRANCO	144.1
ELVAS	129.9
GUIMARÃES	102.8
LAMEGO	116.5
LEIRIA	109.0
MIRANDA	118.9

Comarcas	T.F.G.
MONCORVO	114.7
OURÉM	108.3
PENAFIEL	120.4
PINHEL	114.5
PORTALEGRE	156.1
PORTO	94.5
TRANCOSO	144.2
VALENÇA	111.9
VIANA	85.8
VILA REAL	155.0
VILA VIÇOSA	195.7

Em função dos dados de recenseamento de 1802, temos

$$T_{51} = {}_5T_{46} + {}_5T_{51}/2$$

Intensidade

$$I = 1 - T_{50}$$

Em função dos dados do recenseamento de 1802, temos

$$I = 1 - T_{51}$$

Idade média do casamento ($\bar{X}$)

$$\bar{X} = 15 + \frac{\sum_{15}^{45} {}_5{}_5T_x - 35\,T_{50}}{1 - T_{50}}$$

Em função dos dados do recenseamento de 1802, temos

$$\bar{X} = 16 + \frac{\sum_{16}^{46} {}_5{}_5T_x - 36\,T_{51}}{1 - T_{51}}$$

O quadro nº. 48 fornece-nos os valores encontrados para o celibato definitivo, intensidade do casamento e idade média do casamento.

Quanto ao celibato definitivo, verificamos que existe uma indiscutível ligação entre os valores percentuais relativos aos homens e os valores percentuais relativos às mulheres. Assim, a um baixo celibato definitivo masculino corresponde, proporcionalmente, um baixo celibato definitivo feminino, o mesmo se passando no que diz respeito aos altos valores de celibato definitivo masculino e feminino. Quanto às baixas percentagens de celibato definitivo, quer para homens, quer para

Quadro nº 48

Portugal - 1802

Nupcialidade da população portuguesa pelo método de Hajnal

Comarcas	Homens			Mulheres		
	CD %	I %	$\bar{X}$ anos	CD %	I %	$\bar{X}$ anos
AVEIRO	30%	70%	26	33%	67%	23
AVIS	40%	60%	24	39%	61%	19
BARCELOS	44%	56%	26	47%	53%	26
BRAGA	30%	70%	27	42%	58%	24
BRAGANÇA	28%	72%	31	34%	66%	27
CASTELO-BRANCO	5%	95%	31	18%	82%	26
ELVAS	34%	66%	31	20%	80%	22
GUIMARÃES	18%	82%	28	31%	69%	25
LAMEGO	21%	79%	29	27%	73%	27
LEIRIA	11%	89%	28	21%	79%	24
MIRANDA	35%	65%	27	31%	69%	25
MONCORVO	16%	84%	29	25%	75%	28
OURÉM	15%	85%	28	17%	83%	27

c/

Portugal - 1802

Nupcialidade da população portuguesa pelo método de Hajnal

Comarcas	Homens			Mulheres		
	CD %	I %	$\bar{X}$ anos	CD %	I %	$\bar{X}$ anos
PENAFIEL	20%	80%	26	32%	68%	25
PINHEL	30%	70%	26	30%	70%	28
PORTALEGRE	11%	89%	25	16%	84%	23
PORTO	22%	78%	27	37%	63%	26
TOMAR	8%	92%	26	13%	87%	25
TRANCOSO	12%	88%	28	17%	83%	27
VALENÇA	11%	89%	29	24%	76%	28
VIANA	22%	78%	26	37%	63%	26
VILA REAL	41%	59%	28	44%	56%	29
VILA VIÇOSA	15%	85%	29	14%	86%	23

mulheres, destacam-se as comarcas de Castelo Branco - 5% para homens, 18% para mulheres-, Leiria - respectivamente, 11% e 21%-, Ourém - 15% e 17%-, Portalegre - 11% e 16%-, Tomar - 8% e 13%-, e Vila Viçosa - 15% e 14%-, ou seja, comarcas de Portugal do sul. As mais altas percentagens de celibato definitivo, quer para homens, quer para mulheres, encontram-se nas comarcas de Avis - 40% para homens, 39% para mulheres-, Barcelos - respectivamente, 44% e 47%-, e Vila Real - 41% e 44%-. O celibato definitivo masculino varia entre 5%, para a comarca de Castelo Branco e os 44% para a comarca de Barcelos. O baixo celibato definitivo masculino, na comarca de Valença, de 11% - todas as outras comarcas do Minho apresentam valores superiores a 18%-, parece explicar-se pela emigração que aí se fazia sentir, afectando, fortemente, a população masculina. O celibato definitivo feminino oscila entre 13% para a comarca de Tomar e os 47% para a comarca de Barcelos. O celibato definitivo feminino, nas comarcas do norte, revela-se, quase sempre, em termos proporcionais, significativamente superior ao celibato definitivo masculino.

Quanto à intensidade de casamento, constatamos que os valores mais elevados pertencem, para homens, às comarcas de Castelo Branco, Tomar, Leiria, Valença e Portalegre e, para as mulheres, às comarcas de Tomar, Vila Viçosa, Portalegre e Castelo Branco. Os valores mais baixos dizem respeito, tanto para os homens como para as mulheres, às comarcas de Barcelos e Vila Real.

No que diz respeito à idade média de casamento vemos que, a mesma, atinge o nível mais baixo, para os homens, nas comarcas de Avis e Portalegre - 24 a 25 anos - e, para as

mulheres, nas comarcas de Avis, Elvas, Portalegre e Vila Viçosa - 22 a 23 anos. A idade média de casamento mais alta regista-se, quanto aos homens, nas comarcas de Bragança, Castelo Branco e Elvas - 31 anos - e, quanto às mulheres, nas comarcas de Moncorvo, Pinhel, Valença e Vila Real - 28 a 29 anos.

As mulheres, finalmente, casam mais cedo que os homens, facto particularmente relevante nas comarcas de Avis, Castelo Branco, Elvas e Vila Viçosa.

2.2. Mortalidade

À semelhança do que afirmamos ao tratar da natalidade e da nupcialidade, o processo mais simples para medir o nível da mortalidade consiste em estabelecer uma relação entre o número de óbitos, num dado período e a população média existente nesse mesmo período. Embora este índice, ou seja, a taxa bruta de mortalidade, sofra, igualmente, a influência das diferentes estruturas de idades, dá-nos, no entanto, uma primeira aproximação ao estudo da mortalidade. Em seguida, iremos analisar a mortalidade infantil e a mortalidade nas primeiras idades. Finalmente, atendendo à importância que os expostos têm no período em questão e à forte mortalidade que os dizimava, não quisemos deixar de fazer uma análise, ainda que sumária, deste fenómeno.

2.2.1. Taxa de mortalidade

Portugal, em 1801, registou uma taxa bruta de mortalidade de 30.4 por mil, acusando as três províncias do norte, Minho, Trás-os-Montes e Beira, taxas inferiores à média nacional, enquanto que as províncias do sul, Estremadura, Alentejo

Quadro nº 49

Mortalidade do Minho - 1801

Comarcas	Almas	Óbitos			TBM
		Homens	Mulheres	Total	
VALENÇA	28 138	340	328	668	23.7
VIANA	122 906	1 633	1 800	3 433	27.9
BARCELOS	111 284	-	-	2 889	26.0
BRAGA	47 321	530	574	1 104	23.3
GUIMARÃES	129 592	1 502	1 611	3 113	24.0
PENAFIEL	54 112	-	-	1 495	27.6
PORTO	168 546	-	-	3 740	22.2
TOTAL	661 899	-	-	16 442	24.8

e Algarve, apresentam taxas superiores à mesma.

O Minho, com 24.8 por mil, é a província que regista a taxa de mortalidade mais baixa do Reino. A análise por comarcas fornece-nos as taxas mais elevadas para as comarcas de Viana e Penafiel, respectivamente, 27.9 e 27.6 por mil e, paradoxalmente, a taxa mais baixa, de 22.2 por mil, para a comarca do Porto, facto que parece traduzir um forte sub-registo dos óbitos das crianças na cidade do norte (quadro nº. 49).

As taxas de mortalidade registadas em 1802 são, de um modo global, mais baixas, à excepção da comarca de Barcelos que, de 26.0 por mil, em 1801, passa para 32.2 por mil (quadro nº. 56).

De qualquer modo, uma mortalidade um pouco mais acentuada que na penúltima década do Século XVIII, pelo menos, para a comarca de Guimarães . Com efeito, esta comarca dá-nos taxas de mortalidade de 24.0 e 23.1 por mil, respectivamente, em 1801 e 1802. Ora, ao longo dos anos compreendidos entre 1780--1790, embora se detecte um aumento ligeiro e contínuo da mortalidade, a taxa de mortalidade desta comarca nunca atinge os 20.0 por mil, oscilando entre 16.1 por mil, para 1781 e 19.6 por mil, para 1787 (quadro nº. 35).

Trás-os-Montes acusa uma taxa de mortalidade de 28.2 por mil, taxa um pouco superior à do Minho e, igualmente, um pouco superior à taxa de mortalidade média encontrada para a província, entre 1788-1792, 26.1 por mil, dando a entender, assim, à semelhança do que verificamos para a província minhota, que a mortalidade teria aumentado. Entre 1788-1792, coube à comarca de Miranda a taxa mais elevada, 26.3 por mil e a taxa

Quadro
nº 50

- Mortalidade de Trás-os-Montes - 1788-1792

Comarcas	Almas	Óbitos			M.A.O.	TBM
		Homens	Mulheres	Total		
MIRANDA	31 184	1 926	2 193	4 119	824	26.4
MONCORVO	51 354	3 458	3 280	6 738	1 347	26.2
BRAGANÇA	81 069	4 809	5 300	10 109	2 022	24.9
VILA REAL	74 253	5 049	5 157	10 206	2 041	27.5
BRAGA	1 223	81	69	150	30	24.5
LAMEGO	4 864	243	258	501	100	20.6
TOTAL	243 947	15 566	16 257	31 823	6 364	26.1

Quadro
nº 51

Mortalidade de Trás-os-Montes - 1801

Comarcas	Almas	Óbitos			TBM
		Homens	Mulheres	Total	
MIRANDA	31 365	425	476	901	28.7
MONCORVO	52 065	764	731	1 495	28.7
BRAGANÇA	74 958	1 054	915	1 969	26.3
VILA REAL	73 394	1 098	1 107	2 205	30.0
BRAGA	1 519	7	8	15	9.9
LAMEGO	-	-	-	-	-
TOTAL	233 301	3 348	3 237	6 585	28.2

mais baixa, 24.5 por mil, à comarca de Bragança (quadro nº 50).

Em 1801, esta última comarca mantém-se com a taxa mais baixa da província, 26.3 por mil, enquanto que a taxa de mortalidade mais alta, 30.0 por mil, pertence à comarca de Vila Real, apesar de tudo, inferior à taxa de mortalidade média nacional (quadro nº. 51).

Em 1802 (quadro nº. 56), a mortalidade exaspera-se em todas as comarcas, com taxas de mortalidade compreendidas entre 31.4 por mil, para Vila Real e 42.9 por mil para Bragança, a apontar já, para a violenta mortalidade que Trás-os-Montes, sobretudo, o nordeste, vai conhecer em 1803-1804, devido a epidemias e à peste (37).

A Beira apresenta, em 1801, uma taxa de mortalidade de 27.4 por mil, ocupando, assim, uma posição intermédia entre o Minho e Trás-os-Montes. A nível de comarcas, constatamos que a taxa de mortalidade mais elevada pertence a Pinhel, com 38.8 por mil, seguida de Trancoso e Castelo Branco, respectivamente, 33.7 e 31.3 por mil, ao passo que as taxas mais baixas, 20.8 e 19.1 por mil, pertencem a Aveiro e à Feira, sendo esta última, a comarca que acusa a taxa de mortalidade mais fraca do Reino (quadro nº. 52).

A mortalidade afectou, pois, de modo mais acentuado, a Beira interior e a Beira Baixa. Em 1802, porém, as taxas de mortalidade das comarcas de Aveiro e Lamego, respectivamente, 32.5 e 37.2 por mil, agravam-se em relação a 1801, o mesmo acontecendo à comarca de Castelo Branco que, com uma taxa de mortalidade de 43.9 por mil, reflecte um alto índice de mortalidade (quadro nº. 56).

Mortalidade da Beira - 1801

Quadro nº 52

Comarcas	Almas	Óbitos			TBM
		Homens	Mulheres	Total	
LAMEGO	87 590	1 314	1 299	2 613	29.8
AVEIRO	84 416	-	-	1 755	20.8
VISEU	151 357	2 373	2 352	4 725	31.2
PINHEL	14 779	291	283	574	38.8
GUARDA	104 039	1 458	1 357	2 815	27.0
FEIRA	71 114	-	-	1 360	19.1
LINHARES	18 514	207	224	431	23.3
ARGANIL	34 897	422	345	767	22.0
COIMBRA	160 208	2 396	2 393	4 789	29.9
TRANCOSO	70 257	1 183	1 186	2 369	33.7
CASTELO BRANCO	59 697	1 006	860	1 866	31.3
TOMAR	3 748	27	21	48	12.8
PORTO	29 201	-	-	540	18.5
BARCELOS	22 678	-	-	348	15.3
TOTAL	912 495	-	-	25 000	27.4

Quadro
nº 53

Mortalidade da Estremadura - 1801

Comarcas	Almas	Óbitos			TBM
		Homens	Mulheres	Total	
LISBOA	206 523	3 367	3 148	6 515	31.5
TORRES VEDRAS	48 723	818	802	1 620	33.2
ALENQUER	42 213	1 062	845	1 907	45.2
ALCOBAÇA	22 231	352	302	654	29.4
RIBATEJO	12 963	233	186	419	32.3
LEIRIA	61 777	911	865	1 776	28.7
OURÉM	23 500	258	221	479	20.4
SETÚBAL	63 400	1 232	1 110	2 342	36.9
SANTARÉM	77 291	1 567	1 394	2 961	38.3
TOMAR	78 370	1 189	942	2 131	27.2
CHÃO DE COUCE	5 872	147	145	292	49.8
CRATO	-	-	-	-	39.9
ARGANIL	5 416	27	33	60	11.0
TOTAL	648 288	11 163	9 993	21 156	32.6

A Estremadura, em 1801, dá-nos uma taxa de mortalidade de 32.6 por mil, sendo as comarcas de Chão de Couce, 49.8 por mil, Alenquer, 45.2 por mil e Santarém, 38.3 por mil, as que reflectem as taxas mais elevadas. A taxa de mortalidade de Lisboa, 31.5 por mil, aponta para um sub-registo da mortalidade nas primeiras idades. E a comarca menos afectada, com uma taxa de 20.4 por mil, é a de Ourém (quadro nº. 53).

Em 1802, para as comarcas de que dispomos de dados, todas as taxas de mortalidade sobem espectacularmente, sobretudo as comarcas de Leiria - de 28.7 por mil para 43.4 por mil -e Ourém- de 20.4 por mil para 30.5 por mil (quadro nº. 56).

O Alentejo, com 50.3 por mil, apresenta a taxa de mortalidade mais violenta de todo o Reino. A mortalidade nesta província foi agravada, em 1801, com a Guerra das Laranjas, que originou uma crise aguda de subsistências e consequentes epidemias. Por esse facto, são as comarcas do Alto Alentejo que reflectem as taxas de mortalidade mais elevadas, 65.0, 58.6 e 55.8 por mil, respectivamente, para as comarcas de Évora - a taxa de mortalidade mais forte do Reino -, Elvas e Avis. A desolada comarca de Ourique, no Baixo Alentejo, apresenta, igualmente, uma taxa elevada, 49.2 por mil, enquanto que a comarca do Crato, com 39.9 por mil, estabelece a transição entre o Alentejo e a Estremadura (quadro nº. 54).

Em 1802, a mortalidade desce consideravelmente, oscilando entre 28.3 por mil, para a comarca de Elvas e 39.3 por mil para a comarca de Vila Viçosa (quadro nº. 56).

Não pensemos, porém, que as altas taxas encontradas para o Alentejo, em 1801, são, apenas, uma consequência da guerra que, nesse ano, teve, nesta província, o principal teatro de

Mortalidade do Alentejo - 1801

Quadro nº 54

Comarcas	Almas	Óbitos			TBM
		Homens	Mulheres	Total	
CRATO	-	-	-	-	39.9
ÉVORA	51 306	1 636	1 704	3 340	65.0
PORTALEGRE	31 669	689	703	1 392	44.0
ELVAS	26 705	818	747	1 565	58.6
VILA VIÇOSA	30 781	696	695	1 391	45.2
AVIS	22 031	662	568	1 230	55.8
BEJA	49 931	1 049	850	1 899	38.0
OURIQUE	45 585	1 165	1 076	2 241	49.2
SETÚBAL	2 413	45	46	91	37.7
TOMAR	1 540	17	13	30	19.5
TOTAL	261 961	6 777	6 402	13 179	50.3

operações militares. Com efeito, e para os mesmos anos que os referidos às províncias a norte do Douro, em finais de Setecentos, detectamos, para alguns concelhos a sul do Tejo, violentas taxas de mortalidade, a comprovarem o carácter frequente das mesmas.

Salvaterra de Magos, Samora Correia e Coruche, nos anos de 1788 e 1789, acusam, respectivamente, como taxas de mortalidade, 41.1, 89.9 por mil - sem dúvida, alguma epidemia - e 50.8 por mil.

Salvaterra de Magos, Samora Correia e Coruche

Anos	População	Nasc.	Óbitos	TBN	TBM
1 788	2 139	103	88	48.0	41.1
1 789	1 023	32	92	31.3	89.9
1 789	2 639	113	134	42.8	50.8

O concelho de Beja, entre 1781-1788, regista taxas compreendidas entre 27.8 por mil, para 1783 e 46.6 por mil para 1786 (quadro nº.42).

O concelho de Montemor-o-Novo, entre 1805-1814, apresenta taxas de mortalidade que variam entre 47.2 por mil, para 1805 e 63.7 por mil, para 1808 e 1813 (quadro nº. 41).

O Algarve apresenta uma taxa de mortalidade de 31,3 por mil, sendo a comarca de Lagos a que nos fornece a taxa de mortalidade mais alta, 35.5 por mil, enquanto que a taxa mais baixa, 30.7 por mil, diz respeito à comarca de Tavira (quadro nº.55).

Nesta província e o contrário do que se passa no Minho e Trás-os-Montes, a mortalidade, em 1801, revela-se inferior à mortalidade que se fez sentir na penúltima década de século XVIII, pelo menos, em 1787, quando as taxas de mortalidade de todas as comarcas do Algarve ultrapassaram os 44.0 por mil.

Quadro
nº 55

Mortalidade do Algarve - 1801

Comarcas	Almas	Óbitos			TBM
		Homens	Mulheres	Total	
LAGOS	25 996	426	445	871	33.5
FARO	39 169	594	657	1 251	31.9
TAVIRA	31 147	510	446	956	30.7
BEJA	6 995	78	82	160	22.9
TOTAL	103 307	1 608	1 630	3 238	31.3

Comparando, a nível nacional, as taxas de mortalidade das oito cidades e vilas com mais de 10 000 habitantes (quadro nº. 44) com as taxas de mortalidade registadas nas comarcas em que aquelas localidades se inserem, verifica-se que, à excepção de Évora, todos os "centros urbanos" registam uma mortalidade inferior à do mundo rural circundante.

2.2.2. Mortalidade infantil

O recenseamento de 1802, na medida em que regista o número de óbitos de menos de um ano, permite-nos conhecer as taxas de mortalidade infantil em muitas das comarcas do Reino.

Porém, tendo em consideração o não registo sistemático dos óbitos das crianças - neste caso, das crianças que morreram antes de atingirem os 12 meses de idade -, as taxas encontradas revelam-se, necessariamente, bastante abaixo das taxas de mortalidade infantil reais (quadro nº. 56).

No Minho, a taxa de mortalidade infantil atinge os níveis mais elevados nas comarcas de Barcelos e Guimarães e os valores mais baixos nas comarcas de Penafiel e Viana. A percentagem dos óbitos infantis no conjunto dos óbitos atinge a sua expressão máxima na comarca de Valença e o valor mínimo nas comarcas do Porto - freguesias rurais - e Penafiel. Para a cidade do Porto, freguesia de Miragaia, a taxa de mortalidade infantil média encontrada para os anos de 1779-1795, é de 355.4 (38).

Em Trás-os-Montes, são as comarcas de Miranda e Mencerve que apresentam as taxas de mortalidade infantil mais elevadas, o mesmo acontecendo quanto à percentagem dos óbitos in-

Mortalidade de Portugal - 1802

Quadro nº 56

Comarcas	TBM	T.M.I.	Óbitos inf./ tt. óbitos%
AVEIRO	32.5	188.1	13.7
AVÍS	36.2	126.4	14.1
BARCELOS	32.2	217.9	21.4
BRAGA	23.6	105.0	13.9
BRAGANÇA	42.9	160.8	14.3
CASTELO-BRANCO	43.9	357.0	30.2
ELVAS	28.3	180.5	20.0
GUIMARÃES	23.1	197.7	22.6
LAMEGO	37.2	124.1	10.5
LEIRIA	43.4	246.1	16.4
MIRANDA	35.6	414.1	36.6
MONCORVO	32.9	362.8	39.6
PENAFIEL	19.0	89.7	14.4
PORTALEGRE	31.6	196.7	27.3
PORTO	19.2	78.1	10.8
TOMAR	36.0	184.1	19.4

c/

Mortalidade de Portugal - 1802

Comarcas	TBM	T.M.I.	Óbitos inf./ tt. óbitos%
VALENÇA	22.0	159.8	24.8
VIANA	22.0	97.9	10.7
VILA REAL	31.4	256.8	24.8
VILA VIÇOSA	39.3	322.2	35.4

fantis na mortalidade geral.

Na Beira, o contraste entre a Beira Mar e a Beira Baixa é flagrante, atingindo a taxa de mortalidade infantil da comarca de Castelo Branco, valor relativamente elevado.

Na Alta Estremadura, as taxas de mortalidade infantil encontradas aproximam-se das taxas registadas para o Minho.

Finalmente, no Alto Alentejo, à excepção da comarca de Vila Viçosa, as taxas de mortalidade infantil das comarcas de Avis, Elvas e Portalegre, demonstram-se baixas.

De um modo global, podemos afirmar que são as comarcas do interior as que registam a maior percentagem dos óbitos infantis no total dos óbitos -Mencorvo, Miranda, Castelo Branco e Vila Viçosa-, pertencendo ao Minho as comarcas em que tal percentagem é menor.

2.2.3. Mortalidade nas primeiras idades

A mortalidade das crianças nos primeiros anos de vida, até aos 7 ou 10 anos, atingia valores que, nos países da Europa Ocidental, normalmente, rondavam os 50% do total dos falecidos.

No que diz respeito a Portugal, as crianças eram dizimadas pelas enterocolites - após o período de aleitação, as crianças eram alimentadas com carnes gordas, toucinho, carnes defumadas, papas de farinha não fermentadas, caldos de hortaliça e outros alimentos vegetais grosseiros (39) - e, muito especialmente, pela varíola, as terríveis bexigas que, nalguns anos, grassavam com uma intensidade brutal - a vacina contra a varíola, introduzida em Portugal, como mera curiosidade, no ano

de 1799 e que origina os primeiros estudos publicados em língua portuguesa, no ano de 1801, começa a difundir-se, muito lentamente, a partir de 1804-1805 (Beira e Algarve), impugnada por muitos facultativos e rejeitada pelas camadas populares, ao longo das primeiras décadas de Oitocentos.

Para o Porto, freguesia de Santo Ildefonso, entre 1780-1794, encontramos valores percentuais compreendidos entre 65.7%, para 1783, e 31.5%, para 1779 e 1789, sendo a média percentual anual dos menores de 7 anos falecidos, no total dos óbitos, de 42% (40).

Em Trás-os-Montes, a percentagem da mortalidade das primeiras idades na mortalidade geral, entre 1788-1792, dá-nos valores médios relativamente baixos, oscilando entre 22.8% para a comarca de Bragança e 30.8% para a comarca de Moncorvo, percentagens que parecem traduzir um sub-registo dos mortos sem idade de comunhão (41).

Comarcas	Óbitos (maiores de comunhão)	Óbitos (menores de comunhão)	Ob. inf. tt.óbitos (%)
Miranda	2 962	1 157	28.0
Moncorvo	4 662	2 076	30.8
Bragança	7 801	2 308	22.8
Vila Real	7 311	2 895	28.4
Braga	96	54	36.0
Lamego	355	146	29.0
TOTAL	23 187	8 636	27.1

Na Beira, na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, cidade de Aveiro, a média anual percentual da mortalidade das

primeiras idades na mortalidade geral, entre 1760-1799, é de 50.1% (42).

1760 - 1769 - 55.0% 1780 - 1789 - 45,0%

1770 - 1779 - 47.3% 1790 - 1799 - 54.2%

Nas dez freguesias de Recardães e anexas, entre 1789--1793, a média percentual anual da mortalidade dos menores de 7 anos no total dos óbitos é de 39.2% (43).

1789 - 37.3% 1792 - 28.8%

1790 - 53.5% 1793 - 31.0%

1791 - 46.4%

Na Estremadura, a percentagem dos mortos das primeiras idades na mortalidade geral atinge 45.5% em Salvaterra de Magos, comarca de Santarém, no ano de 1788; 37% em Samora Correia, comarca de Setúbal, no ano de 1789; e 41.4%, na freguesia de Bucelas, termo de Lisboa, em 1801 (44).

No Alentejo, tal percentagem é de 63.4%, em Coruche, comarca de Avis, em 1789 (45). No Baixo Alentejo, diocese de Beja, a percentagem dos óbitos de menores oscila entre 30.8%, para a freguesia de Viagleria e 54.2% para a freguesia de São Brás; a percentagem dos óbitos de parvulos varia entre 36.2%, para a freguesia de S. João de Mértola e 62% para a freguesia de Vale de Vargo. E na vila de Serpa, para o período de 1788--1800, tal percentagem é de 40 a 50% e atinge, mesmo, os 75% entre 1794 e 1799 (46).

2.2.4. Mortalidade dos expostos

A lei de 10 de Maio de 1783, que estatuia a fundação de casas de expostos nas sedes dos concelhos, a fim de se recolherem as crianças abandonadas, reconhecia que, nalgumas

terras do Reino, se viam "inteiramente fechadas e sem gente uma grande parte das casas, sem haver quem as habite", "sendo a origem, entre outras, de uma tão sensível diminuição os reiterados infanticidos" que aconteciam "todos os dias, e em todas as terras" que não tinham rodas de engeitados.

As rodas, porém, nem se estabeleceram em todos os concelhos, nem resolveram de modo minimamente satisfatório a assistência aos engeitados, uma vez que, o pequeno número de casas fundadas, a carência ou má administração dos fundos destinados às mesmas, o desleixo e até desprezo das autoridades locais para com tais institutos de caridade, não impediram que se continuasse a fazer sentir uma violentíssima mortalidade entre as crianças abandonadas. Mortalidade tanto mais violenta quanto maior se revelava o número de crianças entradas nas rodas. E as exposições, tanto quanto sabemos, aumentaram consideravelmente a partir das últimas décadas do século XVIII, aumento que estaria estreitamente ligado à difícil conjuntura económica de então, e a uma maior "liberdade de costumes" que se foi acentuando, aqui, como por toda a Europa, ao longo de Setecentos.

As práticas contraceptivas tradicionais procuravam resolver -muitas vezes, sem êxito-, a gravidez incómoda, social ou economicamente. Os fetos eram "voluntariamnte abortados para evitar-se a disgraça da honra" antes que as justiças tomassem conta da "prenhez" das mulheres (47). As crianças "as mais das vezes", "engendradas com molestias", sofriam nos ventres das mães que as não desejavam, "os maiores tormentos com vistes no aborto" (48). Se sobreviviam às práticas abortivas, ao nascer, eram mortas ou, mais frequentemente, abandona-

das. Como as rodas só existiam nas grandes povoações, muitas dessas crianças, que andavam dias e dias à esmola da aleitação, morriam antes de serem recolhidas naquelas. Por outro lado, o facto de os expostos serem "criados á custa das Câmaras, e dos povos que lhe derão o ser", até à idade dos sete anos, originava que os mesmos fossem transportados, furtivamente, de uns concelhos para outros, por vezes, com ordem das próprias câmaras, a fim de estas se eximirem aos encargos da "sustentação". Assim acontecia com os povos de muitas regiões da Beira, em relação a Coimbra; com os povos da Estremadura, nomeadamente, das comarcas de Alenquer e Ribatejo, em relação a Lisboa; com os povos das comarcas de Aveiro - o bispo da diocese de Aveiro, em 1803, informa a Secretaria da Fazenda que os expostos eram conduzidos para o Porto e, aqui, dados a criar-, Penafiel, Feira, etc., em relação ao Porto (49). No que diz respeito à capital do norte, "cumpre accrescentar para horror da humanidade, que os miseros Expostos não só vem de longas distancias conduzidas para esta Roda, mas com a mais crua barbaridade... em montão... ou em pilhas em canastras, e até em saccos: do que resulta morrerem quase todos suffocados pela falta de ar, e opprimidos pelo seu proprio peso". "Destituidos de alimento, ou se algum se lhes dá é mais próprio para os matar do que para manter-lhes a mingoada existência, alguns dos fundos das canastras e dos saccos tem chegado mortos e já em princípio de putrefação; seguem-se outros exanimes, e que a poucos momentos morrem; e sobre estes alguns virão com mais alento, mas mui defecados e atrazados pela falta de alimento, e pela sua pessima qualidade; sendo esta uma das maiores causas da mortalidade nestes infelices entes" (50).

Com efeito, o número de crianças que morriam nas casas de expostos, antes de serem distribuidas pelas amas, era terrível. José de Castilho, médico de Coimbra, afirma que, na roda daquela cidade, nos dois ou três dias em que as crianças permaneciam na roda, 9/10 daquelas morriam "atacadas de aphtas quasi sempre matadoras", mortandade, acrescenta, que verificara, igualmente, noutros anos, através da consulta dos livros de expostos e que era semelhante à de todas as rodas portuguesas (51). A afluência de crianças às rodas, em número superior àquele que as mulheres de leite, aí existentes, podiam criar, enquanto não eram distribuidas pelas amas, a debilidade dos expostos, o leite da cabra fornecido às crianças, constituiam alguns dos factores responsáveis por tal mortalidade.

Mas outras causas contribuiam para esta:

a - Falta de mulheres de leite, pelo que, só violentadas amamentavam as crianças expostas, procurando, até, que elas morresem. O salário das amas revelava-se tão escasso "e mal pago", que as mulheres consideravam este "officio como um onus insupertável", tudo fazendo para dele se isentarem. As amas, por vezes, nem leite tinham para os seus próprios filhos e temiam as doenças contagiosas, o "galico" e a sarna, de que os expostos, muitas vezes, estavam infectados.

b - Alimentos impróprios que, na falta de leite, davam às crianças.

c - Falta de inspecção dos expostos.

d - A "inconstancia" das vereações sobre os engeitados.

e - A "falsidade" das amas, que encobriam as doenças dos expostos para não serem repreendidas e continuarem a cobrar sa-

lários.

f - Tráfico de certas mulheres que iam buscar os expostos às rodas e os distribuiam pelas aldeias, mediante certas condições.

Os números conhecidos, relativamente ao movimento dos expostos, nos fins do Antigo Regime, são assustadores. No Porto, o número médio anual de expostos entrados na roda que, entre 1770--1786, era de 900, passa para 1 200, entre 1788-1802 e salta para 1570, entre 1803-1820. Pois, dos 31 900 expostos entrados nos anos de 1803 a 1820, 20 974 morreram (52).

Em relação a Lisboa, por 1803, Soares Franco pasma da "horrivel mortandade" das crianças expostas na roda da capital (53).

Lisboa - movimento dos expostos

Anos	Expostos		Ob. no tt. de entrados (%)
	entraram	morreram	
1787	1 261	408	32.4
1789	1 279	405	31.7
1790	1 416	316	22.3
1791	1 401	382	27.3
1792	1 404	108	7.7
1795	1 744	652	37.4
1796	1 890	845	44.7
1797	1 582	795	50.3
1798	1 595	841	52.7
1799	1 549	989	63.8
1817	1 778	1 351	76.0
1818	1 651	1 053	63.8

Mortalidade igualmente violenta nas outras casas de expostos do Reino (54).

Movimento dos expostos

Cidades ou vilas	Expostos		Ob. no tt. de entrados %	Maiores de 7 anos no tt. de entrados %
	entraram	morreram		
PORTO 1803-1822	31 900	20 974	65.7	11.7
COIMBRA média anual	500 a 600	400 a 500	90.0	-
LEIRIA 1811-1814	80	60	75.0	-
TORRES VEDRAS 1808-1817	358	222	62.0	4.7
ÉVORA 1809-1818	1 075	885	82.3	-
MONTEMOR-O-NOVO 1790-1814	811	504	62.1	13.6
MOURA 1804-1806	41	36	87.8	-

Movimento dos expostos, em 1818, nas capitais de algumas provedorias do Reino

Provedoria	Expostos		Ob. no tt. de entrados %
	entraram	morreram	
GUIMARÃES	924	382	41.3
AVEIRO	336	45	13.4
ALENQUER	36	8	22.2
CASTELO-BRANCO	149	77	51.7
SETÚBAL	235	168	71.5
ELVAS	136	91	66.9
OURIQUE	107	61	57.0

A entrada anual média dos expostos, nos inícios do século

XIX, era calculada, por Gouveia Pinto, em 10 000, das quais, apenas 1/7 atingiria os 20 anos (55).

Os expostos, uma vez chegados aos 7 anos, passavam a ser "asseldados" pelos juízes dos orfãos, os quais, não sabiam que fazer das crianças. Era, então, costume "arrematar estes miseráveis, como quem vende uma besta em praça pública. Quem mais dá leva o triste orfão para creado, ou para casa, ou para o campo" (56). Muitos dos rapazes iam engrossar os bandos de vagabundos ou marginais, muitas das raparigas caíam na prostituição, sobretudo, nas grandes cidades, como o alvará de 12 de Fevereiro de 1784 expressamente reconhecia.

2.3 Movimentos migratórios

Tal como vimos na análise das variáveis microdemográficas anteriores a forma mais simples de medir este fenómeno consiste em se calcular taxas brutas. Porém, a impossibilidade de conhecermos o total de migrantes, obriga-nos a utilizar métodos indirectos que nos ofereçam uma ideia da importância do fenómeno. A análise das relações de masculinidade aparece-nos, assim, como o único método possível de ser empregue em função dos dados disponíveis.

2.3.1. Relações de masculinidade e movimentos migratórios.

A relação de masculinidade constitui um processo de obter através de um recenseamento uma estimativa da intensidade dos movimentos migratórios. Sabemos que a relação de masculinidade nas primeiras idades reflecte, principalmente, o efeito da sobremasculinidade dos nascimentos, situando-se, portanto, perto dos 105, ou seja, próxima da relação teórica da masculinidade dos nascimentos; que, a partir dos 55-60 anos, o declínio acen-

tuade da relação de masculinidade se deve, sobretudo, à sobremortalidade masculina; e, finalmente, que a relação de masculinidade nos grupos das idades activas compreendidas entre os 20-60 anos é sensivelmente igual a 100, ou seja, ao valor teórico da relação global de masculinidade, desde que os movimentos migratórios não sejam muito importantes.

Assim, uma população sujeita a correntes migratórias dignas de menta, que dizem, principalmente, respeito ao sexo masculino, acusa decréscimos acentuados na relação de masculinidade dos grupos etários compreendidos entre os 15-20 e os 55-60 anos.

Os quadros nºs. 57 e 58 indicam, por comarcas, províncias e grupos de idades, as relações de masculinidade da população portuguesa, em 1801.

O Minho apresenta a relação global de masculinidade mais baixa de todas as províncias, 89.5%, apesar de tudo, um pouco superior à relação de masculinidade, 86.2%, existente em 1794.

A análise por comarcas mostra-nos que, em 1794, a relação global de masculinidade mais baixa diz respeito a Guimarães, Valença, Viana e Penafiel, comarcas que, à excepção da primeira, mantêm, em 1801, a mesma posição relativa.

Comarcas	R M (%)	
	1794	1801
Valença	85.3	83.8
Viana	86.0	87.9
Barcelos	87.7	88.3
Braga	89.8	92.8
Guimarães	84.8	87.5
Penafiel	86.0	88.9
Porto	85.9	94.6
Minho	86.2	89.5

Quadro nº 57

Portugal - 1801

Relações de masculinidade por grupos etários (%).

Províncias	1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
MINHO	105.5	94.0	76.7	84.4	89.0	89.3
TRÁS-OS-MONTES	103.9	101.8	86.4	91.4	91.9	95.4
BEIRA	103.5	95.6	81.9	88.8	86.4	91.6
ESTREMADURA	103.1	101.1	94.6	101.8	98.9	99.8
ALENTEJO	104.9	102.9	99.1	107.3	94.3	102.6
ALGARVE	107.6	93.2	82.1	95.3	98.9	93.8
PORTUGAL	104.2	97.5	85.7	92.8	91.5	94.3

Em 1801, as relações de masculinidade existentes nos grupos etários compreendidos entre os 7-24 e 40-59 anos, em todas as comarcas, acusam valores inferiores a 100, com particular relevo para a comarca de Valença que, no grupo etário dos 25-39 anos, nos dá um índice de 68.0%, ou seja, a relação de masculinidade mais baixa do Reino, para qualquer grupo de idade.

O Minho é, com efeito, a província do Reino mais afectada pelos movimentos migratórios, registando-se, em finais de Setecentos, a "dezerção continua" de milhares de habitantes, devido, segundo o visconde de Balsemão, à inexistência de "bastantes manufacturas", de "meios de salário" (57) e, ainda, aos levantamentos militares, que originavam a fuga dos mancebos em idade de serem recrutados. Esta saída de homens para fora da província origina a falta de braços na agricultura, pelo que, na cultura do milho, trabalhavam as mulheres, rapazes e galegos.

Os minhotos emigravam, sobretudo, para o Brasil, emigração que, tanto quanto o confronto das relações globais de masculinidade nos permite concluir, teria diminuido na última década do século XVIII devido, possivelmente, às perturbações causadas pelos corsários franceses nas ligações marítimas do norte de Portugal com o Brasil. Emigração que afecta, particularmente, o Alto Minho - Comarcas de Valença e Viana - e a região pobre do interior - comarca de Penafiel. As comarcas menos atingidas por tais movimentos migratórios parecem ser as de Braga e do Porto, dado o desenvolvimento comercial -Porto- e industrial -Braga e Porto- das duas maiores cidades da província.

Emigração masculina, predominantemente jovem, cujos efeitos se reflectem em todos os grupos de idades, à excepção do gru

po das crianças, a confirmar a emigração que se teria feito sentir ao longo da segunda metade do século XVIII.

Outros fluxos migratórios são conhecidos a nível do Reino, uma vez que os minhotos saíam, ainda, para outras províncias, já temporária, já definitivamente, sobretudo, para a Estremadura e Alentejo.

Em 1801, Trás-os-Montes acusa uma relação global de masculinidade de 95.4%, sensivelmente igual à relação de masculinidade, 95.7%, encontrada para a província, em 1794.

A análise por comarcas indica-nos que, em 1794, a relação de masculinidade mais baixa diz respeito a Vila Real, enquanto que, em 1801, as comarcas com as relações de masculinidade mais baixas são as de Moncorvo e Bragança.

Comarcas	RM (%)	
	1794	1801
MIRANDA	96.2	97.4
MONCORVO	99.1	94.6
BRAGANÇA	95.7	94.9
VILA REAL	93.3	95.5
TRÁS-OS-MONTES	95.7	95.5

Nesta província, só os grupos de idades 25 - 39 e 40 - 59 anos, em todas as comarcas, apresentam uma relação de masculinidade inferior a 100. O grupo etário com a relação de masculinidade mais baixa é o de 25 - 39 anos e pertence à comarca de Bragança.

Trás-os-Montes, com efeito, só ligeira e parcialmente nos parece afectada pelos movimentos migratórios. A emigração para o Brasil fazia-se sentir na parte noroeste da província, ou seja, nas comarcas de Vila Real, Moncorvo e Bragança - nesta última comarca, os concelhos de Chaves e Montalegre são os principais res-

ponsáveis pela baixa relação de masculinidade. No concelho de Chaves, em finais de Setecentos, a emigração é responsável pela falta de trabalhadores rurais que se faz sentir (58). E, na terra de Barroso, em inícios de Oitocentos, a emigração para aquela colónia era, igualmente, intensa, ficando "as casas e bens", "entregues a velhos e mulheres" (59).

Migrações temporárias faziam-se, também, sentir, principalmente, na região da Terra Fria. Da comarca de Miranda, todos os anos, bandos de segadores internavam-se por Leão e Castela e desciam, na sua faina agrícola, até à Andaluzia. Da região de Barroso, de Setembro a Março, saíam mais de 400 homens que íam ocupar-se, no Alentejo e Estremadura, na feitura do azeite. Morais Mendonça afirma que não havia um só homem com mais de 14 anos, que não tivesse saído da região, em busca de trabalho (60). Finalmente, encontram-se referências à fuga de numerosas famílias, do nordeste transmontano, nos finais do século XVIII e primeiros anos do século XIX, para a região do Douro- cultura da vinha e oliveira - e para outras províncias do Reino, devido, possivelmente, à diminuição do comércio com a Espanha e à quebra que se faz sentir na indústria das sedas.

A Beira, à semelhança do Minho, apresenta uma baixa relação de masculinidade, 91.6%, sendo a comarca de Aveiro a que regista a meia baixa relação de masculinidade, 88.7%, logo seguida das comarcas de Arganil e Coimbra, enquanto que as comarcas de Lamego e Castelo Branco, respectivamente, com 94.9% e 93.7% acusam as relações de masculinidade mais elevadas da província.

Em todas as comarcas, os grupos etários compreendidos

Quadro
nº 58

Portugal - 1801

Relações de masculinidade por grupos etários (%).

Comarcas	1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
ALCOBAÇA	112.6	110.5	89.7	101.2	93.2	102.4
ALENQUER	110.5	112.1	104.0	110.2	110.3	109.4
ARGANIL	100.7	97.3	80.5	89.4	78.4	90.7
AVEIRO	106.0	93.5	77.7	84.2	83.2	88.7
AVIS	100.0	105.2	111.5	120.7	111.8	109.9
BARCELOS	105.8	90.9	76.4	85.2	86.8	88.3
BEJA	103.6	97.4	93.4	102.9	89.1	98.2
BRAGA	110.8	92.9	81.6	85.8	105.3	92.8
BRAGANÇA	104.7	104.6	82.0	88.4	96.4	94.9
CASTELO-BRANCO	104.0	94.8	84.5	94.7	88.8	93.7
CHÃO DE COUCE	100.0	96.2	86.0	82.9	84.9	90.4
COIMBRA	106.1	93.3	82.3	88.5	79.4	90.2
CRATO	94.6	99.9	74.5	88.2	83.1	89.1

c/

Portugal - 1801

Relações de masculinidade por grupos etários (%).

Comarcas	1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
ELVAS	110.4	128.0	135.0	130.5	114.5	126.7
ÉVORA	106.5	101.4	97.3	103.5	86.1	100.4
FARO	105.0	99.9	77.8	92.4	100.2	96.1
FEIRA	100.8	89.0	77.5	94.8	99.1	90.9
GUARDA	98.5	97.5	82.1	86.4	82.9	90.9
GUIMARÃES	101.8	93.6	74.7	82.5	87.0	87.5
LAGOS	107.1	92.3	91.2	97.0	100.2	96.1
LAMEGO	104.8	99.8	86.9	91.3	88.8	94.9
LEIRIA	103.9	97.6	83.9	92.0	83.1	92.7
LINHARES	102.9	93.8	78.3	82.3	98.5	89.8
LISBOA	100.3	90.4	92.7	102.1	107.1	96.4
MIRANDA	100.4	99.9	91.5	96.9	101.1	97.4
MONCORVO	104.1	102.2	88.5	88.7	85.0	94.6

c/

Portugal - 1801

Relações de masculinidade por grupos etários (%).

Comarcas	1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
OURÉM	103.9	100.4	82.9	100.9	86.7	95.3
OURIQUE	102.3	99.8	90.6	103.6	100.9	98.8
PENAFIEL	100.6	92.3	73.2	86.3	97.5	88.9
PINHEL	96.6	91.3	81.8	89.7	95.4	89.7
PORTALEGRE	106.8	96.9	91.0	99.0	76.2	95.9
PORTO	107.5	99.1	83.4	91.1	90.6	94.6
RIBATEJO	120.3	102.2	113.8	117.0	87.7	102.4
SANTARÉM	100.5	108.0	92.4	99.4	98.9	100.4
SETÚBAL	101.6	113.8	122.5	120.8	127.3	116.2
TAVIRA	112.3	88.0	78.7	96.1	97.6	91.7
TOMAR	107.1	99.5	87.8	91.3	80.2	94.2
TORRES VEDRAS	105.3	115.2	105.9	102.1	106.5	96.4
TRANCOSO	102.4	96.0	81.0	90.8	79.4	91.7

c/

Portugal - 1801

Relações de masculinidade por grupos etários (%).

Comarcas	1-6	7-24	25-39	40-59	+ de 60	Total
VALENÇA	104.9	90.0	68.0	80.9	76.4	83.8
VIANA	104.8	94.2	76.9	79.9	86.3	87.9
VILA REAL	104.3	99.3	87.4	94.6	90.0	95.5
VILA VIÇOSA	109.9	101.9	101.2	108.6	99.9	104.4
VISEU	105.3	97.7	79.3	84.9	91.4	91.4
PORTUGAL	104.2	97.5	85.7	92.8	91.5	94.3

entre 7-24 e 40-59 anos, à semelhança do Minho, fornecem-nos relações de masculinidade inferiores a 100, com particular relevo para o grupo de idade 25-39 anos, no qual se encontram as relações de masculinidade mais baixas da província, 77.5% e 77.7%, respectivamente, para as comarcas da Feira e Aveiro.

A Beira surge-nos, assim, particularmente atingida pelos fenómenos migratórios, nomeadamente, a Beira interior. A emigração para o Brasil parece ter sido geral, mais intensa, como é natural, na Beira Mar, e continuada, pelo menos, ao longo da segunda metade do século XVIII.

As migrações para outras províncias do Reino, para o Alentejo e Estremadura, particularmente para Lisboa, era intensa. Soares Franco refere uma freguesia do termo de Viseu, de onde, anualmente, saíam 10 a 12 rapazes para a capital do Reino (61).

À semelhança do Minho e Trás-os Montes, a província alimentava migrações sazonais. Todos os anos, das três províncias do norte, ranchos de homens, as *maltas*, chefiadas por um capataz, desciam até à Baixa Estremadura e ao Alentejo, para a faina das vindimas, apanha da azeitona, "manufactura" de azeite e, sobretudo, para as ceifas nas terras além do Tejo, "gente miserável", que dormia em cabanas e, normalmente, se deslocava, "por costume", para as mesmas regiões. São os ceifões, no Alentejo, "denominados com propriedade ratinhos porque devorão grande parte das poucas cearas da província no muito que comem, e grandes jornadas que levão das ganharias da aceifa" (62).

Ainda na Beira, detectavam-se migrações temporárias de homens, que, da Beira interior, se deslocavam até aos campos do Mondego, na altura dos "amanhos", "prova evidente da sua pobreza" (63).

A Estremadura regista uma relação global de masculinidade de 99.8%.

As comarcas com as relações de masculinidade mais baixas são os do Crato, Chão de Couce e Leiria, respectivamente, com 89.1%, 90.4% e 92.7%, enquanto que a comarca com a relação de masculinidade mais alta, 116.2%, é a de Setúbal. As comarcas de Alcobaça, Alenquer, Ribatejo e Santarém apresentam uma relação de masculinidade superior a 100.

O grupo etário com a relação de masculinidade mais baixa é o de 25-39 anos, muito especialmente, nas comarcas de Ourém, Chão de Couce, e Leiria. Apenas as comarcas de Tomar, Chão de Couce e Leiria acusam relações de masculinidade inferior a 100, nos grupos de idades compreendidos entre 7-24 e 40-59 anos.

Assim, nesta província, de uma maneira geral, podemos afirmar que a Alta Estremadura era afectada por movimentos migratórios os quais, mais que para as colónias, se dirigem, preferencialmente, para a Baixa Estremadura, nomeadamente, para Lisboa e Setúbal.

O Alentejo constitui a única província do Reino com uma relação global de masculinidade superior a 100.

A comarca com a relação de masculinidade mais baixa é a de Portalegre, com 95.9%, ao passo que a comarca de Elvas, por razões já explicadas, acusa uma alta relação de masculinidade, de 126.7%. Todas as comarcas, à excepção de Portalegre, Beja e Ourique, apresentam relações de masculinidade superiores a 100.

O grupo etário com a relação de masculinidade mais baixa é o de 25-39 anos, que atinge 91.0% na comarca de Portalegre, e só esta comarca apresenta relações de masculinidade inferiores a

100, nos três grupos de idades compreendidos entre 7 e 59 anos.

Esta província revela-se, pois, pouco afectada pelos fluxos migratórios, sendo de desprezar a antiga e tradicional deslocação dos seus habitantes para Lisboa e Setúbal, a qual só se terá acentuado a partir de meados do século XIX.

As relações de masculinidade, por comarcas, apontam, sobretudo, para migrações internas dentro da província, do Baixo Alentejo para o Alto Alentejo, para as comarcas de Elvas, Avis e Vila Viçosa, ou seja, para a região económicamente mais rica da província, quer sob o aspecto agrícola, quer sob o aspecto comercial, devido ao tráfego intenso que esta parte do Alentejo mantém com Espanha.

Não é de menosprezar, todavia, o número dos trabalhadores rurais provenientes do Minho, Trás-os-Montes e Beira que, deslocando-se até ao Alentejo, no tempo das ceifas, acabam por se fixar na província. Várias referências de finais de Setecentos chamam a atenção para a instalação, no Alentejo, de homens provenientes das províncias nortenhas, principalmente, do Minho e, até, de espanhóis que trabalham nas "lavouras" das comarcas de Elvas e Avis (64). Os livros de registos paroquiais confirmam a naturalidade de estrangeiros e de nacionais oriundos de outras províncias que acabaram por se fixar no Alentejo.

O Algarve fornece-nos, em 1801, uma relação global de masculinidade de 94.1%, valor um pouco inferior à relação de masculinidade, 95.2%, encontrada para esta província, em 1787.

A análise por comarcas mostra-nos que, em 1787, a relação global de masculinidade varia entre 93.1%, para a comarca de Tavira e 97.1% para a comarca de Faro, enquanto que, em 1801, se a

relação de masculinidade mais baixa, de 91.7%, continua em Tavira, a relação de masculinidade mais alta, de 96.1%, diz respeito à comarca de Lagos.

Comarcas	R M %	
	1787	1801
Lagos	95.2	96.1
Faro	97.1	93.8
Tavira	93.1	91.7
Algarve	95.2	94.1

Em 1801, o grupo etário com a relação de masculinidade mais baixa é o de 25-39 anos, que acusa 77.8% na comarca de Faro, e todas as comarcas, à semelhança do Minho e da Beira, nos grupos de idade de 7-24 a 40-59 anos, apresentam relações de masculinidade inferiores a 100.

O Algarve é, na verdade, em finais de Setecentos, uma província afectada por movimentos migratórios os quais, entre 1787-1801, tanto quanto sabemos, aumentaram de intensidade, particularmente, nas comarcas de Faro e Tavira. Os pescadores algarvios, devido aos grossos tributos que oneravam as suas actividades, emigravam para o Brasil mas, sobretudo, para Espanha, onde, em finais de Setecentos, mais de 2500 trabalhavam nas chávegas de S. Lúcar de Barrameda e Aiamonte, nas pescarias de Cádiz, etc. Muitos pescadores serviam, ainda, como marinheiros, nas frotas inglesas e nos batelões do Tejo (65).

2.3.2 Emigração intra-peninsular

A emigração portuguesa para Espanha, em finais de Setecentos, era pouco intensa.

Do Minho, emigravam para a Galiza os "artistas" das fábricas de chapéus, em número de algumas centenas, atraídos por melhores salários, a fim de melhorarem a qualidade dos chapéus aí manufacturados e, assim, impedir-se a entrada dos chapéus portugueses em Espanha.

De Trás-os-Montes, da terra de Miranda, emigravam, em número reduzido, os trabalhadores rurais, para Castela e Andaluzia, sobretudo para esta última província espanhola, onde acabavam por se fixar.

Finalmente, do litoral algarvio, saíam para o país vizinho os pescadores que aí continuavam a exercer a sua profissão. Em fins do século XVIII, o número atingiria os 3 000, constituindo, pois, o contigente português mais numeroso radicado em Espanha.

A corrente migratória em sentido inverso, de Espanha para Portugal, era bem mais volumosa, fundamentalmente, de galegos, que, aos milhares, se distribuiam pelas províncias a norte do Douro e pela faixa litoral, desde Viana do Castelo até Setúbal. A miséria, a fuga ao serviço militar, a desigual repartição da terra, a decadência das pescarias, estão na origem desta emigração. A proximidade geográfica, a raia seca, explicam, em parte, a intensidade de tal fluxo migratório.

Os galegos, nas duas províncias do norte, dedicavam-se aos trabalhos agrícolas - no Alto Douro, o granjeio das vinhas era da sua responsabilidade - e ao ofício de pedreiros. Na faixa litoral, concentrados principalmente em Lisboa e no Porto, agru-

pados em corporações, consagravam-se às tarefas mais duras, aos ofícios mais vis, trabalhando como varredores de ruas, ribeirinhos, mariolas de pau e corda, criados de servir, cozinheiros, moços de padeiro e de frete, cocheiros, carvoeiros, carregadores dos portos e alfândegas, aguadeiros - em Lisboa, garantiam o abastecimento de água às habitações -, etc.

A mão-de-obra galega, principalmente, em Lisboa e Porto, era quase insubstituível. Em 1801, aquando da guerra com a Espanha, o edital de 24 de Maio, que mandava sair todos os espanhóis do Reino, foi iludido por Pina Manique, o qual mandou retardar a entrega de passaportes aos milhares de galegos que os iam requisitar à Intendência - Geral da Polícia. Pina Manique lamentava-se, então, que a escravatura tivesse terminado em 1761 e pedia a entrada livre de pretos, para substituir os galegos.

Eiras Roel estimou o número de galegos existentes em Portugal, por 1800, em 60 000. Murphy, em finais de Setecentos, contou 50 000 em todo o Reino (66). O seu número, nos primeiros anos de Oitocentos é consideravelmente mais baixo. Luz Soriano, calculou em 22 000 os galegos que trabalhavam, então, em Portugal, dos quais, 16 000 no Minho e região do Douro, 12 000 em Lisboa e seu termo, incluindo 1154 aguadeiros e 12 000 aqueles que vinham anualmente a Portugal, apenas alguns meses, trabalhar no tempo das vindimas e das colheitas (67).

Exceptuando os galegos, o número de espanhóis que emigravam para Portugal era muito reduzido. Registem-se, porém, trabalhadores rurais provenientes da Estremadura espanhola, que trabalhavam, em finais de Setecentos, no Alto Alentejo, junto da fronteira, e alguns comerciantes do sul da Espanha, estabelecidos em

Grândola (68).

2.4. Conclusão

Portugal, em 1801, apresenta uma taxa de natalidade de 33.3 por mil, valor corrente na Europa de então (69).

Taxas brutas de natalidade

Países	ANOS		
	1800	1801	1802
Portugal	-	33.3	-
Dinamarca	29.9	31.1	32.2
Espanha	-	38.0	-
Finlândia	37.6	39.6	39.2
França	-	32.9	33.0
Inglaterra	-	37.3	-
Itália	-	35.0	-
Noruega	-	22.7	27.6
Suécia	28.7	30.0	31.7

A análise por províncias mostra-nos que, a um Portugal do norte, com uma natalidade inferior ou sensivelmente igual à média nacional, se opõe um Portugal do sul com uma forte natalidade, a atingir os seus valores máximos no Algarve (quadros nºs. 59 e 60).

Natalidade que, em 1802, parece opôr a faixa litoral, que mantém uma taxa de natalidade sensivelmente igual à detectada em 1801, ao Portugal do interior, que regista taxas de natalidade elevadas, oposição que a taxa de fecundidade geral confir-

Quadro
nº 59

Natalidade de Portugal - 1801

Províncias	Almas	Nascimentos			TBN	R.M.N.
		Homens	Mulheres	Total		
MINHO	661 899	-	-	22 379	33.8	-
TRÁS-OS-MONTES	233 301	3 741	3 539	7 280	31.2	105.7
BEIRA	912 495	-	-	29 454	32.3	-
ESTREMADURA	648 288	10 555	10 081	20 636	31.9	104.7
ALENTEJO	261 961	4 977	4 833	9 810	37.4	102.9
ALGARVE	103 307	2 268	2 154	4 422	42.8	105.2
TOTAL	2 821 251	-	-	93 981	33.3	-

ma de modo satisfatório, uma vez que as taxas de fecundidade são mais altas no sul e interior que no norte e faixa costeira.

O estudo de nupcialidade pelo método de Hajnal mostra-nos uma forte percentagem de celibato definitivo, tanto para os homens como para as mulheres, celibato esse mais acentuado no norte que no sul; e que a idade média de casamento, para ambos os sexos, é mais baixa nas comarcas do sul que nas comarcas do norte.

No que diz respeito à mortalidade, o país, em 1801, acusou uma taxa bruta de mortalidade de 30.4 por mil, valor que não se afasta das taxas de mortalidade encontradas para os países da Europa Ocidental (70).

Taxas brutas de mortalidade

Países	ANOS		
	1800	1801	1802
Portugal	-	30.4	-
Dinamarca	28.5	27.7	23.2
Espanha	-	31.0	-
Finlândia	25.5	21.8	22.3
França	-	27.7	27.7
Inglaterra	-	27.0	-
Noruega	-	27.6	24.9
Suécia	31.4	26.1	23.7

A análise por províncias mostra-nos que, como para a natalidade, a um Portugal do norte, com taxas de mortalidade inferiores à média nacional, se contrapõe um Portugal do sul, com uma forte mortalidade, que atinge os seus valores máximos no Alentejo,

Natalidade de Portugal - 1801

Quadro nº 60

Comarcas	Almas	Nascimentos			TBN
		Homens	Mulheres	Total	
ALCOBAÇA	22 231	317	275	592	26.7
ALENQUER	42 213	688	570	1 258	29.8
ARGANIL	40 313	590	574	1 164	28.9
AVEIRO	84 416	-	-	2 589	30.7
AVIS	22 031	436	470	906	41.1
BARCELOS	133 962	-	-	4 855	36.2
BEJA	56 926	1 194	1 128	2 322	40.9
BRAGA	48 840	923	844	1 767	36.2
BRAGANÇA	74 958	1 103	1 027	2 130	28.4
CASTELO-BRANCO	59 697	1 244	1 227	2 471	41.4
CHÃO DE COUCE	5 872	73	83	156	26.6
COIMBRA	160 208	2 393	2 247	4 640	29.0
CRATO	28 328	-	-	981	34.0
ELVAS	26 705	485	505	990	37.0
ÉVORA	51 306	922	922	1 844	35.9
FARO	39 169	828	756	1 584	40.4

c/

Natalidade de Portugal - 1801

Comarcas	Almas	Nascimentos			TBN
		Homens	Mulheres	Total	
FEIRA	71 114	-	-	2 030	29.2
GUARDA	104 039	1 730	1 693	3 423	32.9
GUIMARÃES	129 592	2 143	2 094	4 237	32.7
LAGOS	25 996	592	600	1 192	45.9
LAMEGO	87 590	1 590	1 490	3 080	35.2
LEIRIA	61 777	986	894	1 880	30.4
LINHARES	18 514	296	304	600	32.4
LISBOA	206 523	3 295	3 388	6 683	32.4
MONCORVO	52 065	891	865	1 756	33.7
MIRANDA	31 365	501	474	975	31.0
OURÉM	23 500	375	341	716	30.5
OURIQUE	45 585	854	811	1 665	36.5
PENAFIEL	54 112	-	-	1 865	34.5
PINHEL	14 779	250	257	507	34.3
PORTALEGRE	31 669	583	578	1 161	36.7
PORTO	197 747	-	-	6 734	34.0

c/

Natalidade de Portugal - 1801

Comarcas	Almas	Nascimentos			TBN
		Homens	Mulheres	Total	
RIBATEJO	12 963	234	230	464	35.8
SANTARÉM	77 291	1 287	1 244	2 531	32.8
SETÚBAL	65 813	1 212	1 110	2 322	35.3
TAVIRA	31 147	724	651	1 375	44.1
TOMAR	83 658	1 337	1 247	2 584	30.9
TORRES VEDRAS	48 732	787	691	1 478	30.3
TRANCOSO	70 257	1 270	1 241	2 511	35.7
VALENÇA	28 138	423	417	840	29.9
VIANA	122 906	1 916	1 767	3 683	30.0
VILA REAL	73 394	1 232	1 158	2 390	32.6
VILA VIÇOSA	30 781	569	522	1 091	35.4
VISEU	151 357	2 468	2 422	4 890	32.3
TOTAL	2 849 579	-	-	94 962	33.0

onde o saldo fisiológico é fortemente negativo (quadros nºs. 61 e 62). Em 1802, enquanto as taxas de mortalidade, relativas às comarcas do Alto Alentejo, descem, a mortalidade, nas comarcas que tinham sido pouco afectadas no ano anterior, sobe consideràvelmente, sobretudo, nas comarcas do interior, como uma vaga que, após se ter abatido sobre a Estremadura e o Alentejo, alastra por todo o Reino.

A taxa de mortalidade infantil parece confirmar o que acabou de ser afirmado, uma vez que revela os seus valores mais elevados nas comarcas do interior.

A mortalidade nas primeiras idades, tanto quanto pudemos apurar, parece ser mais forte no sul que no norte do Reino e, com facilidade, no Alentejo, a percentagem da mortalidade dos menores de 7 anos na mortalidade geral, ultrapassa os 50%.

A mortalidade nas crianças expostas excede largamente tal percentagem, atingindo, logo no primeiro ano de vida, 60 a 70% dos engeitados entrados nas casas da roda. E, como os óbitos dos expostos, normalmente, não constavam dos livros de registo paroquial, podemos concluir que, se o número dos engeitados que morreram, em 1801, fosse somado ao total dos óbitos, o saldo fisiológico real, do país, nesse ano, seria nulo.

O saldo fisiológico encontrado para esse mesmo ano, através do recenseamento, foi positivo, de 8381 almas. O Minho, Trás-os-Montes, Beira e Algarve acusaram saldos fisiológicos positivos, enquanto que, a Estremadura e o Alentejo registaram saldos fisiológicos negativos (quadros 63 a 73).

Finalmente, constatamos, ainda, que, nos aglomerados "urbanos", com mais de 10 000 habitantes, natalidade e mortalidade revelam-se inferiores à natalidade e mortalidade registadas no mundo rural. Inexistência de diferentes ritmos demográficos entre a

Quadro
nº 61

Mortalidade de Portugal - 1801

Províncias	Almas	Óbitos			TBM
		Homens	Mulheres	Total	
MINHO	661 899	-	-	16 442	24.8
TRÁS-OS-MONTES	233 301	3 348	3 237	6 585	28.2
BEIRA	912 495	-	-	25 000	27.4
ESTREMADURA	648 288	11 163	9 993	21 156	32.6
ALENTEJO	261 961	6 777	6 402	13 179	50.3
ALGARVE	103 307	1 608	1 630	3 238	31.3
TOTAL	2 821 251	-	-	85 600	30.3

Mortalidade de Portugal - 1801

Quadro nº 62

Comarcas	Almas	Óbitos			TBM
		Homens	Mulheres	Total	
ALCOBAÇA	22 231	352	302	654	29.4
ALENQUER	42 213	1 062	845	1 907	45.2
ARGANIL	40 313	449	378	827	20.5
AVEIRO	84 416	-	-	1 755	20.8
AVIS	22 031	662	568	1 230	55.8
BARCELOS	133 962	-	-	3 237	24.2
BEJA	56 926	1 127	932	2 059	36.2
BRAGA	48 840	537	582	1 119	22.9
BRAGANÇA	74 958	1 054	915	1 969	26.3
CASTELO-BRANCO	59 697	1 006	860	1 866	31.3
CHÃO DE COUCE	5 872	147	145	292	49.8
COIMBRA	160 208	2 396	2 393	4 789	29.9
CRATO	28 328	-	-	1 130	39.9
ELVAS	26 705	818	747	1 565	58.6
ÉVORA	51 306	1 636	1 704	3 340	65.0
FARO	39 169	594	657	1 251	31.9

c/

Mortalidade de Portugal - 1801

Comarcas	Almas	Óbitos			TBM
		Homens	Mulheres	Total	
FEIRA	71 114	-	-	1 350	19.1
GUARDA	104 039	1 458	1 357	2 815	27.0
GUIMARÃES	129 592	1 502	1 611	3 113	24.0
LAGOS	25 996	426	445	871	33.5
LAMEGO	87 590	1 314	1 299	2 613	29.8
LEIRIA	61 777	911	865	1 776	28.7
LINHARES	18 514	207	224	431	23.3
LISBOA	206 523	3 367	3 148	6 515	31.5
MONCORVO	52 065	764	731	1 495	28.7
MIRANDA	31 365	425	476	901	28.7
OURÉM	23 500	258	221	479	20.4
OURIQUE	45 585	1 165	1 076	2 241	49.2
PENAFIEL	54 112	-	-	1 495	27.6
PINHEL	14 779	291	283	574	38.8
PORTALEGRE	31 669	689	703	1 392	44.0
PORTO	197 747	-	-	4 280	21.6

c/

Mortalidade de Portugal - 1801

Comarcas	Almas	Óbitos			TBM
		Homens	Mulheres	Total	
RIBATEJO	12 963	233	186	419	32.3
SANTARÉM	77 291	1 567	1 394	2 961	38.3
SETÚBAL	65 813	1 277	1 156	2 433	37.0
TAVIRA	31 147	510	446	956	30.7
TOMAR	83 658	1 233	976	2 209	26.4
TORRES VEDRAS	48 732	818	802	1 620	33.2
TRANCOSO	70 257	1 183	1 186	2 369	33.7
VALENÇA	28 138	340	328	668	23.7
VIANA	122 906	1 633	1 800	3 433	27.9
VILA REAL	73 394	1 098	1 107	2 205	30.0
VILA VIÇOSA	30 781	696	695	1 391	45.1
VISEU	151 357	2 373	2 352	4 725	31.2
TOTAL	2 849 579	-	-	86 730	30.4

"cidade" e o campo, ou, hipótese bem mais provável, sub-registo dos óbitos, nas primeiras idades, mais acentuado naquela que neste?

Quanto aos movimentos migratórios, pode-se dizer que, embora de maneira diversa, todas as províncias do Reino se encontram afectadas por tal fenómeno.

A emigração masculina, de jovens, para o Brasil, diz respeito ao norte de Portugal, ao Minho, à parte noroeste da província transmontana e à Beira, assumindo, quase sempre, carácter definitivo, a perturbar, fortemente, a estrutura da população masculina nas idades activas.A emigração nas províncias do sul regista-se, apenas, no Algarve, revelando-se a Estremadura - peso de Lisboa -e, fundamentalmente, o Alentejo, como províncias de imigração. Imigração que, normalmente, começa por ser temporária, na sequência das migrações que anualmente se faziam sentir, das províncias do norte, em direcção às províncias do sul, e acaba por se transformar, numerosas vezes, em definitiva.

A emigração intra-peninsular relacionada com Portugal, faz-se sentir, principalmente, no Algarve e na Galiza. Os pescadores algarvios emigram para o litoral sul da Espanha, os galegos descem ao longo da faixa litoral portuguesa até Setúbal. Emigração que não se assume, na maioria dos casos, como uma saída definitiva, pois, ao fim de alguns anos de trabalho, algarvios e galegos regressam às suas pátrias.

Quadro
nº 63

Natalidade e Mortalidade de Portugal - 1801

Províncias	Almas	Nascimentos	Óbitos	TBN	TBM	S.F.	T.C.G.	R.M.N.
MINHO	661 899	22 379	16 442	33.8	24.8	+ 5 937	+ 0.9	-
TRÁS-OS-MONTES	233 301	7 280	6 585	31.2	28.2	+ 695	+ 0.3	105.7
BEIRA	912 495	29 454	25 000	32.3	27.4	+ 4 454	+ 0.5	-
ESTREMADURA	648 288	20 636	21 156	31.9	32.6	- 520	- 0.1	104.7
ALENTEJO	261 961	9 810	13 179	37.4	50.3	- 3 369	- 1.2	102.9
ALGARVE	103 307	4 422	3 238	42.8	31.3	+ 1 184	+ 1.1	105.2
TOTAL	2 821 251	93 981	85 600	33.3	30.3	+ 8 381	+ 0.3	-

Movimento da População de Portugal - 1801

Quadro nº 64

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	S.F.	T.C.G.
ALCOBAÇA	22 231	592	654	- 62	- 0.3
ALENQUER	42 213	1 258	1 907	- 649	- 1.5
ARGANIL	40 313	1 164	827	+ 337	+ 0.8
AVEIRO	84 416	2 589	1 755	+ 834	+ 1.0
AVIS	22 031	906	1 230	- 324	- 1.5
BARCELOS	133 962	4 855	3 237	+ 1 618	+ 1.2
BEJA	56 926	2 322	2 059	+ 263	+ 0.5
BRAGA	48 840	1 767	1 119	+ 648	+ 1.3
BRAGANÇA	74 958	2 130	1 969	+ 161	+ 0.2
CASTELO-BRANCO	59 697	2 471	1 866	+ 605	+ 1.0
CHÃO DE COUCE	5 872	156	292	- 136	- 2.3
COIMBRA	160 208	4 640	4 789	- 149	- 0.9
CRATO	28 328	981	1 130	- 149	- 0.5
ELVAS	26 705	990	1 565	- 575	- 2.2
ÉVORA	51 306	1 844	3 340	- 1 496	- 2.9
FARO	39 169	1 584	1 251	+ 333	+ 0.9

c/

Movimento da População de Portugal - 1801

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	S.F.	T.C.G.
FEIRA	71 114	2 080	1 360	+ 720	+ 1.0
GUARDA	104 039	3 423	2 815	+ 667	+ 0.6
GUIMARÃES	129 592	4 237	3 113	+ 1 124	+ 0.9
LAGOS	25 996	1 192	871	+ 321	+ 1.2
LAMEGO	87 590	3 080	2 613	+ 467	+ 0.5
LEIRIA	61 777	986	894	+ 92	+ 0.1
LINHARES	18 514	600	431	+ 169	+ 0.9
LISBOA	206 523	6 683	6 515	+ 168	+ 0.1
MONCORVO	52 065	1 756	1 495	+ 261	+ 0.5
MIRANDA	31 365	975	901	+ 74	+ 0.2
OURÉM	23 500	716	479	+ 237	+ 1.0
OURIQUE	45 585	1 665	2 241	- 576	- 1.3
PENAFIEL	54 112	1 865	1 495	+ 370	+ 0.7
PINHEL	14 779	507	574	- 67	- 0.5
PORTALEGRE	31 669	1 161	1 392	- 231	- 0.7
PORTO	197 747	6 734	4 280	+ 2 454	+ 1.2

c/

Movimento da População de Portugal - 1801

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	S.F.	T.C.G.
RIBATEJO	12 963	464	419	+ 45	+ 0.3
SANTARÉM	77 291	2 531	2 916	- 430	- 0.6
SETÚBAL	65 813	2 322	2 433	- 111	- 0.2
TAVIRA	31 147	1 375	956	+ 419	+ 1.3
TOMAR	83 656	2 584	2 209	+ 375	+ 0.4
TORRES VEDRAS	48 732	1 478	1 620	- 142	- 0.3
TRANCOSO	70 257	2 511	2 369	+ 142	+ 0.2
VALENÇA	28 138	840	668	+ 172	+ 0.6
VIANA	122 906	3 683	3 433	+ 250	+ 0.2
VILA REAL	73 394	2 390	2 205	+ 185	+ 0.3
VILA VIÇOSA	30 781	1 091	1 391	- 300	- 1.0
VISEU	151 357	4 890	4 725	+ 165	+ 0.1
TOTAL	2 849 579	94 962	86 730	+ 8 232	+ 0.3

Quadro
nº 65

Natalidade e Mortalidade do Minho - 1801

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	TBN	TBM	S.F.	T.C.G.	R.M.N.
VALENÇA	28 138	840	668	29.9	23.7	+ 172	+ 0.6	101.4
VIANA	122 906	3 683	3 433	30.0	27.9	+ 250	+ 0.2	108.4
BARCELOS	111 284	4 123	2 889	37.0	26.0	+ 1 234	+ 1.1	109.7
BRAGA	47 321	1 738	1 104	36.7	23.3	+ 634	+ 1.3	109.6
GUIMARÃES	129 592	4 237	3 113	32.7	24.0	+ 1 124	+ 0.9	102.3
PENAFIEL	54 112	1 865	1 495	34.5	27.6	+ 370	+ 0.7	-
PORTO	168 546	5 893	3 740	35.0	22.2	+ 2 153	+ 1.3	-
TOTAL	661 899	22 379	16 442	33.8	24.8	+ 5 937	+ 0.9	-

Quadro
nº 66

Natalidade e Mortalidade de Trás-os-Montes - 1788-1792

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	TBN	TBM	M.A.N.	M.A.O.	R.M.N.
MIRANDA	31 184	4 920	4 119	31.6	26.4	984	823.8	96.4
MONCORVO	51 354	8 632	6 738	33.6	26.2	1 726.4	1 347.6	108.6
BRAGANÇA	81 069	13 178	10 109	32.5	24.9	2 635.6	2 021.8	101.8
VILA REAL	74 253	12 394	10 206	33.4	27.5	2 478.8	2 041.2	100.3
BRAGA	1 223	215	150	35.2	24.5	43	30	102.8
LAMEGO	4 864	741	501	30.4	20.6	148.2	100.2	99.2
TOTAL	243 947	40 080	31 823	32.9	26.1	8 016	6 364.6	102.0

Quadro
nº 67

Movimento da população de Trás-os-Montes - 1788-1792

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	S.F.	A.M.A.	T.C.G.
MIRANDA	31 184	4 920	4 119	+ 801	160	+ 0.5
MONCORVO	51 354	8 632	6 738	+ 1 894	379	+ 0.7
BRAGANÇA	81 069	13 178	10 109	+ 3 069	614	+ 0.7
VILA REAL	74 253	12 394	10 206	+ 2 188	437	+ 0.6
BRAGA	1 223	215	150	+ 65	13	+ 1.0
LAMEGO	4 864	741	501	+ 240	48	+ 1.0
TOTAL	243 679	40 080	31 823	+ 8 257	1 651	+ 0.7

Quadro
nº 68

Natalidade e Mortalidade de Trás-os-Montes - 1801

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	TBN	TBM	S.F.	T.C.G.	R.M.N.
MIRANDA	31 365	975	901	31.0	28.7	+ 74	+ 0.2	105.7
MONCORVO	52 065	1 756	1 495	33.7	28.7	+ 261	+ 0.5	103.0
BRAGANÇA	74 958	2 130	1 969	28.4	26.3	+ 161	+ 0.2	107.4
VILA REAL	73 394	2 390	2 205	32.6	30.0	+ 185	+ 0.3	106.3
BRAGA	1 519	29	15	19.1	9.9	+ 14	+ 0.9	93.3
LAMEGO	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	233 301	7 280	6 585	31.2	28.2	+ 695	+ 0.3	105.7

Natalidade e Mortalidade da Beira - 1801

Quadro nº 69

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	TBN	TBM	S.F.	T.C.G.	R.M.N.
LAMEGO	87 590	3 080	2 613	35.2	29.8	+ 467	+ 0.5	106.7
AVEIRO	84 416	2 589	1 755	30.7	20.8	+ 834	+ 0.9	-
VISEU	151 357	4 890	4 725	32.3	31.2	+ 165	+ 0.1	101.9
PINHEL	14 779	507	574	34.3	38.8	- 67	- 0.5	97.3
GUARDA	104 039	3 423	2 815	32.9	27.0	+ 608	+ 0.6	102.2
FEIRA	71 114	2 080	1 360	29.2	19.1	+ 720	+ 1.0	-
LINHARES	18 514	600	431	32.4	23.3	+ 169	+ 0.9	97.4
ARGANIL	34 897	1 005	767	28.8	22.0	+ 238	+ 0.7	106.8
COIMBRA	160 208	4 640	4 789	29.0	29.9	- 149	- 0.9	106.5
TRANCOSO	70 257	2 511	2 369	35.7	33.7	+ 142	+ 0.2	102.3
CASTELO BRANCO	59 697	2 471	1 866	41.4	31.3	+ 605	+ 1.0	101.4
TOMAR	3 748	85	48	22.7	12.8	+ 37	+ 0.9	136.1
PORTO	29 201	841	540	28.8	18.5	+ 301	+ 1.0	-
BARCELOS	22 678	732	348	32.3	15.3	+ 384	+ 1.7	-
TOTAL	912 495	29 454	25 000	32.3	27.4	+ 4 454	+ 0.5	-

Natalidade e Mortalidade da Estremadura - 1801

Quadro nº 70

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	TBN	TBM	S.F.	T.C.G.	R.M.N.
LISBOA	206 523	6 683	6 515	32.4	31.5	+ 168	+ 0.1	97.2
TORRES VEDRAS	48 723	1 478	1 620	30.3	33.2	- 142	- 0.3	113.8
ALENQUER	42 213	1 312	1 907	31.0	45.2	- 595	- 1.4	120.7
ALCOBAÇA	22 231	592	654	26.7	29.4	- 62	- 0.3	115.3
RIBATEJO	12 963	464	419	35.8	32.3	+ 45	+ 0.3	101.7
LEIRIA	61 777	1 880	1 776	30.4	28.7	+ 104	+ 0.2	110.3
OURÉM	23 500	716	479	30.5	20.4	+ 237	+ 1.0	110.0
SETÚBAL	63 400	2 239	2 342	35.3	36.9	- 103	- 0.2	108.3
SANTARÉM	77 291	2 531	2 961	32.8	38.3	- 430	- 0.6	103.5
TOMAR	78 370	2 480	2 131	31.6	27.2	+ 349	+ 0.4	103.5
CHÃO DE COUCE	5 872	156	292	26.6	49.8	- 136	- 2.3	88.0
CRATO	-	-	-	34.6	39.9	-	-	-
ARGANIL	5 416	159	60	29.4	11.0	+ 99	+ 1.8	80.7
TOTAL	648 288	20 696	21 156	31.9	32.6	- 466	- 0.1	104.7

Natalidade e Mortalidade do Alentejo - 1801

Quadro nº 71

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	TBN	TBM	S.F.	T.C.G.	R.M.N.
CRATO	-	-	-	34.6	39.9	-	-	-
ÉVORA	51 306	1 844	3 340	35.9	65.0	- 1 496	- 2.9	100.0
PORTALEGRE	31 669	1 161	1 392	36.7	44.0	- 231	- 0.7	100.8
ELVAS	26 705	990	1 565	37.0	58.6	- 575	- 2.2	96.0
VILA VIÇOSA	30 781	1 091	1 391	35.4	45.2	- 300	- 1.0	109.0
AVIS	22 031	906	1 230	41.1	55.8	- 324	- 1.4	92.8
BEJA	49 931	2 322	1 899	40.9	38.0	+ 152	+ 0.3	109.0
OURIQUE	45 585	1 665	2 241	36.5	49.2	- 576	- 1.3	105.3
SETÚBAL	2 413	83	91	34.4	37.7	- 8	- 0.3	137.1
TOMAR	1 540	19	30	12.3	19.5	- 11	- 0.7	111.1
TOTAL	268 942	9 810	13 179	36.4	49.0	- 3 369	- 1.2	102.9

Quadro
nº 72

Natalidade e Mortalidade do Algarve - 1787

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	TBN	TBM	S.F.	T.C.G.
LAGOS	22 645	852	1 117	37.6	49.3	- 265	- 1.2
FARO	34 569	1 491	1 773	43.1	51.3	- 282	- 0.8
TAVIRA	30 492	1 030	1 348	33.8	44.2	- 318	- 1.0
BEJA	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	87 706	3 373	4 238	38.4	48.3	- 865	- 1.0

Quadro
nº 73

Natalidade e Mortalidade do Algarve - 1801

Comarcas	Almas	Nascimentos	Óbitos	TBN	TBM	S.F.	T.C.G.	R.M.N.
LAGOS	25 996	1 192	871	45.9	33.5	+ 321	+ 1.2	98.6
FARO	39 169	1 584	1 251	40.4	31.9	+ 333	+ 0.9	109.5
TAVIRA	31 147	1 375	956	44.1	30.7	+ 419	+ 1.3	111.2
BEJA	6 995	271	160	38.7	22.9	+ 111	+ 1.6	84.4
TOTAL	103 307	4 422	3 238	42.8	31.3	+ 1 184	+ 1.1	105.2

NOTAS

(1) - Os dados relativos ao censo do Minho, em 1794, são os do recenseamento de Vilas Boas, publicado por António Cruz, Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII, Porto, 1970.

(2) - A expressão "rejuvenescimento na base" significa um aumento da proporção do grupo das idades jovens; a expressão "envelhecimento no topo" traduz um aumento da proporção do grupo das idades mais avançadas.

(3) - Os dados relativos ao censo de Trás-os-Montes, em 1794, foram extraídos do Mappa do estado actual da província de Trás-os-Montes, de Columbano Pinto ribeiro de Castro, códice ms. da B.A.R.

(4) - Link e Hoffmansegg, Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799, III, Paris, 1805, p. 315.

(5) - Os dados relativos ao censo do Algarve, em 1787, pertencem ao Mappa geral de differentes objectos, e noticias do Reyno do Algarve, códice ms. da B.N.L., que irá ser publicado, brevemente, por nós.

(6) - Consulte J. Manuel Nazareth, O envelhecimento da população portuguesa, Lisboa, 1979.

(7) - Para os grupos de idades relativos aos vários países europeus, consultar B. R. Mitchell, European Historical Statistics, New York, 1975; Mols, ob. cit.; Jardi Nadal, La población española, Barcelona, 4ª ed., 1976; Pedro Romero de Solis, La poblacion española en los siglos XVIII y XIX, Madrid, 1973.

(8) - Para os dados relativos a 1864, consultar J. Manuel Nazareth, O envelhecimento da população portuguesa, cap. I.

(9) - Tomás António de Vila Nova Portugal, "Observações que seria util fazerem-se para a descripção economica da comarca de Setubal", Memorias Economicas, III, Lisboa, 1791, p. 300.

(10) - Para Castelo Branco, consultar Vasco da Costa Salema, "Castelo Branco no final do séc. XVIII", Estudos de Castelo Branco, 20, Castelo Branco, 1966, p. 57-70; para Penafiel, António de Almeida, "Descripção historica e topografica da cidade de Penafiel", Historia e Memorias da Academia, X, Lisboa, 1830, parte II, p. 46 e 71; para o Porto, Cândido dos Santos, A população do Porto, de 1700 a 1820, Porto, 1977 (policopiado).

(11) - Constantino Botelho Lacerda Lobo, "Memoria sobre algumas observações...da pescaria de Entre Douro e Minho" Memorias Economicas, IV, 384-415; António de Almeida, "Descripção... de Penafiel", ob. e vol. cits.; Mapas da população da comarca de Guimarães, ms. do A.H.M.; Manuel Luís da Veiga, Escola mercantil, Lisboa, 1802.

(12) - António Caetano do Amaral, Memorias...Caetano Brandão, II, 2ª ed., Braga, 1868, p. 400; Manuel Luís da Veiga, ob. cit., p. 208-209; A.H.M.O.P., Junta do Comércio, mç. 69.

(13) - Agostinho Rebelo da Costa, Descrição...do Porto, Porto, 2ª ed., 1945, p. 78.

(14) - Idem, p. 79-80.

(15) - Cândido dos Santos, ob. cit.

(16) - Almanach para o anno de 1802; Link, ob. cit., I, p. 423; Manuel Luís da Veiga, ob. cit., nota (16) à p. 222 e p. 483-484; José Cornide, "Estado de Portugal en el ano de 1800",

ob. cit., XXVI, p. 183-186; José Bento Lopes, "Observações meteorologicas e medicas feitas na cidade do Porto", Jornal Encyclopedico, Fevereiro de 1792, p. 306-308; Balança Geral do Comércio, anos 1796 a 1802, códices ms. da B.I.N.E.; visconde de Balsemão, Memoria sobre o estado da agricultura da provincia do Minho, códice ms. da B.N.L.

(17) - Columbano Pinto Ribeiro de Castro, códice cit.; Fernando de Sousa, A indústria em Trás-os-Montes (1780-1813), Vila Real, 1977; Fernando do Sousa, "A indústria das sedas em Trás-os--Montes (1780-1812)", Revista de História Económica e Social, II, Lisboa, 1978, p. 59-73; e, do mesmo autor, Trás-os-Montes Subsídios para a sua história em fins do séc. XVIII, princípios do séc. XIX, Porto, 1973, (policopiado).

(18) - A.H.M.O.P., inquérito de 1801.

(19) - Armando Carneiro da Silva, "Evolução populacional coimbrã", Arquivo Coimbrão, XXIII, Coimbra, 1968, p. 251 e 298; José Pinto Loureiro, "Coimbra no séc. XIX", Arquivo Coimbrão, XXIII, p. 47-95.

(20) - Os frades julgados no tribunal da Razão, Lisboa, 1814, p.59; Constantino Botelho Lacerda Lobo, "Memoria sobre as marinhas de Portugal", Memorias Economicas, IV; Manuel Luís da Veiga, ob. cit., p. 253; Balança Geral do Comércio, anos de 1796 a 1802.

(21) - José Cornide, "Estado de Portugal en el año de 1800", ob. cit., XXVII, p. 297; Livro das idades de meus filhos. Tambem dos nascimentos de meus avós e algumas antiguidades desta villa de Ovar, fl. 30-50, (informação fornecida pelo professor Vitorino Magalhães Godinho).

(22) - Luís Gomes de Carvalho "Primeira parte da memoria...da bar-

ra de Aveiro", Jornal de Coimbra, VII, Lisboa, 1814, parte I, nº XXXII, p. 49-85; "Memoria sobre a cidade de Aveiro", Jornal de Coimbra, II, Lisboa, 1812, p. 22-29; Constantino Botelho Lacerda Lobo, "Memoria sobre as marinhas de Portugal" ob. e vol. cits., p. 345 e 381; Diamantino Antunes de Amaral, "A laguna: vida, morte e ressurreição de Aveiro", Aveiro e o seu distrito, nº 6, Aveiro, 1968, p. 34-45; José Cornide, "Estado de Portugal en el año de 1800", ob. cit., XXVII, p. 291; Link, ob. cit., I, p. 415-416.

(23) - José de Abreu Bacelar Chichorro, A memória económico-política da província da Estremadura (publicada por Bensabat Amzalak), Lisboa, 1943, p. 53 e nota (a) à p. 58.

(24) - José Cornide, "Estado de Portugal en el año de 1800", ob. cit., XXVII, p. III.

(25) - Idem, p. 241-242 e 256-257; Constantino Botelho Lacerda Lobo "Memoria sobre as marinhas de Portugal", ob. e vol. cits.

(26) - Mols, ob. cit., II.

(27) - Reflexões a favor...de um porto franco em Lisboa, Lisboa, 1825, p. 12.

(28) - Balanças do Comércio, anos de 1796 a 1802.

(29) - Almanach para o anno de 1802.

(30) - Adolfo de Oliveira Cabral, Southey e Portugal, Lisboa, 1959, p. 177.

(31) - Luís Fernando de Carvalho Dias, História dos lanifícios, II, p. 464. Para o Alentejo, em geral, consultar Albert Silbert, Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, Paris, 2 vol., 1966.

(32) - Constantino Botelho de Lacerda Lobo, "Memoria sobre a agricultura do Algarve e melhoramento, que pode ter", Jornal de

Coimbra, X, Lisboa, 1812, p. 240-253, 315-322 e 405-416; Lacerda Lobo, "Memoria sobre as marinhas de Portugal" ob. e vol. cits.; João Batista da Silva Lopes, Corografia ou memoria economica estadistica e topografica do Reino do Algarve, Lisboa, 1841; Silva Lopes, Memorias para a historia ecclesiastica do bispado do Algarve, Lisboa, 1848.

(33) - Mappa...do Reyno do Algarve, códice ms. da B.N.L.

(34) - A estrutura na antiga sociedade portuguesa, Lisboa, 1971, p. 24.

(35) - Ob. cit., II, p. 129-130.

(36) - A century of portuguese fertility, Princeton, 1971.

(37) - Francisco Manuel Alves, Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança, I, Porto, 1909, p. 286.

(38) - Cândido dos Santos, ob. cit. (policopiada).

(39) - José Pinheiro de Freitas Soares, "Memoria sobre a preferencia do leite de vaccas para o sustento das crianças, principalmente nas grandes casas dos expostos", Memorias Economicas, V, p. 310.

(40) - Cândido dos Santos, ob. cit. (policopiada).

(41) - Columbano Pinto Ribeiro de Castro, códice ms. da B.A.R. Cálculos efectuados por nós.

(42) - Diamantino Antunes do Amaral "A laguna: vida, morte e ressurreição de Aveiro", ob. cit., p. 42-43.

(43) - Memorias sobre o estado actual da villa de Recardaens, códice ms. da B.A.R.

(44) - População da villa de Salvaterra de Magos e Populaçao da villa de Samora Correa, códices ms. do A.H.M.O.P.; para Bucelas, informação do pároco.

(45) - População da villa de Coruche, códice ms. do A.H.M.O.P.

(46) - Jacques Marcadé "Les hommes et la vie dans l'Alentejo du XVIII^{e} siècle", ob. e vol. cits., p. 203.

(47) - Alberto Iria, "O Algarve económico na época do marquês do Pombal. (Introdução a um códice inédito de 1774 da autoria do bacharel José Viegas de Andrade), ob. cit., nº 235, p. 543.

(48) - José Feliciano de Castilho, Reflexoens sobre a saude publica de Coimbra, ms. da B.A.R., cx 43, nº 21.

(49) - Ms. da B.A.R., cx 108.

(50) - Memoria estatistico-historica sobre a administração dos expostos na cidade do Porto, Porto, 1823, p. 15-16.

(51) - José Feliciano de Castilho, ms. cit.

(52) - António Joaquim de Gouveia Pinto, Exame critico e historico... relativamente aos expostos, ou engeitados, Lisboa, 1828, p. 156; e Memoria estatistico-historica...

(53) - Diccionario de agricultura, Lisboa, 1804, I, p. 141 e nota (1) à mesma página. Para o movimento dos expostos de Lisboa, consultar o Almanach para os diversos anos, e António Gouveia Pinto, ob. cit., p. 150.

(54) - Para o Porto, a Memoria estatistico-historica..., para Coimbra, José de Castilho, ms. cit.; e Gouveia Pinto, ob. cit., p. 159; para Montemor-o-Novo, Joaquim José Varela, "Memoria... de Monte Mor o Novo", ob. e vol. cits; para Torres Vedras, José Joaquim Durão, "Conta médica...", Jornal de Coimbra, XIII, Lisboa, 1818, parte I, p. 164-165; para as outras localidades, Gouveia Pinto.

(55) - Ob. cit., p. 234; o movimento dos expostos, nas vilas, sedes de provedoria, são extraidos desta obra, p. 232.

(56) - Idem, p. 208.

(57) - Ms. cit. da B.N.L.

(58) - José Inácio da Costa, "Memoria agronomica relativa ao concelho de Chaves", Memorias Economicas, I, p. 390.

(59) - Manuel António de Morais Mendonça, "Memoria...do concelho de Mont'Alegre ou Barroso...", Jornal de Coimbra, III, Lisboa, 1813, p. 327-328.

(60) - Idem, p. 327.

(61) - Ob. cit., I, p. 148.

(62) - Gervásio Pais, ms. cit.

(63) - Soares Franco, ob. e vol. cits., p. 142.

(64) - Informações dos párocos locais, a acompanhar as fichas do recenseamento de 1801.

(65) - Constantino Botelho Lacerda Lobo, "Memoria sobre a decadencia das pescarias em Portugal", Memorias Economicas, IV, p. 370-371.

(66) - Antonio Meijide Pardo, "La emigración gallega intra-peninsular en el siglo XVIII", Estudios de Historia Social de España, IV, 2º, Madrid, 1960, p. 549; J. Murphy, Voyage en Portugal, Paris, 1797, II, p. 116-117.

(67) - Simão José da Luz Soriano, Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, t. II, Lisboa, 1867, p. 282.(primeira Epocha).

(68) - José Cornide, "Estado de Portugal en el año de 1800", ob. cit., t. XXVII, p. 256-257.

V

CONCLUSÃO GERAL

Portugal, na última década de Setecentos e primeiros anos de Oitocentos, sob o aspecto económico, caracteriza-se por um forte incremento do comércio externo, de tal modo que, facto inédito na história do comércio português, a nossa balança comercial apresenta, durante alguns anos, saldos positivos. O nível das exportações portuguesas, por 1801, é o mais elevado de todo o séc. XIX e, excepcionalmente, representa 5 a 7% das exportações europeias (1).

Prosperidade comercial que alguns historiadores parecem confundir ou identificar com prosperidade económica.

Paul Bairoch, em recente trabalho sobre comércio exterior e crescimento económico europeu do séc. XIX, demonstra que o crescimento económico precedeu o comércio exterior, constituindo aquele, o elemento motor essencial da expansão deste (2).

Ora, Portugal, no período em questão, não apresenta sintomas de crescimento económico que justifiquem ou determinem o volume do nosso comércio exterior, o qual, fundamentalmente, se apoia nos mercados coloniais e nas reexportações dos produtos provenientes das nossas colónias, representando, só o Brasil, 3/4 do comércio externo português, comércio externo, no qual, aliás, o contrabando e os negociantes estrangeiros desempenham um papel, de modo algum, menosprezável.

Com efeito, não há quaisquer indícios de revolução agrícola. O aumento das áreas cultivadas, apesar do aforamento dos baldios e incultos, que se procurou incrementar na segunda metade de Setecentos, é diminuto. Não se aperfeiçoam os sistemas de exploração, desconhecendo-se as culturas alternadas e ignorando-se, a não ser no Minho, os prados artificiais. As queimadas constituem o processo mais geral de preparação dos terrenos para as sementeiras (e

pastagens) e os instrumentos aratórios mantêm-se arcaicos - grades com dentes de pau; em muitas regiões, uso exclusivo de arados de mão, etc. Não se difundem novas culturas - a batata, introduzida em Portugal na segunda metade do séc. XVIII, só a partir do segundo terço do séc. XIX se vulgariza, não parecendo responsável, ao contrário do que sucedeu noutros países, por qualquer crescimento demográfico significativo. E a criação de gado revela-se muito inferior às necessidades locais ou nacional.

A indústria permanece rural, dispersa, artesanal, sem qualquer desenvolvimento tecnológico, sem a mínima capacidade competitiva, exigindo, para sobreviver, o monopólio dos mercados coloniais.

Assim, as condições de vida do povo português não se alteram e, porventura, agravam-se. Em Portugal, como em Espanha e noutros países europeus, mantém-se uma estreita ligação entre população e recursos agrícolas, entre crises económicas e crises demográficas. A actividade geral depende das flutuações das colheitas. E são as más colheitas que afligem Portugal, como toda a Europa Ocidental, entre 1794-1804, originando crises de subsistências, que moderam ou travam até, o ritmo do crescimento demográfico que se fez sentir ao longo do séc. XVIII. Lentidão de crescimento demográfico no norte e litoral, travagem, porventura, no interior e sul do Reino, que, a situação regional, a nível de províncias, apresenta-se, necessariamente, diversa.

No Minho, a cultura do milho, nos sécs. XVII e XVIII, tornou-se responsável por "huma população tão numeroza". Cedo, porém, se rompeu o equilíbrio entre população e subsistências, pelo que, para se reencontrar o optimum demográfico, tornou-se necessário que uma corrente de emigração se estabelecesse para o Brasil e para as

outras províncias. Tal não quer dizer que, mesmo numa economia de Antigo Regime, "a estreiteza do pais" não pudesse sustentar a sua população. Nos inícios do séc. XIX, os incultos, na província, abrangem, ainda, grandes áreas, as quais, porém, continuam por arrotear, devido à resistência ao seu aproveitamento por parte do clero e da nobreza, que permaneciam os únicos proprietários da terra, às dificuldades levantadas pelas câmaras quanto ao aforamento dos mesmos, e à pobreza dos rurais, sem cabedais para aproveitar os baldios.

A província, em finais de Setecentos, sofre as consequências dos maus anos agrícolas que, então, se fazem sentir. O pauperismo acentua-se. Aparecem-nos referências constantes à miséria dos caseiros, aos atrasos no pagamento das pensões - como, por exemplo, no couto de Tibães -, aos endividamentos, que sobem em flecha (3). A fuga das populações rurais para o Brasil intensifica-se, preocupando os economistas da época. Apesar de tudo, em finais do séc. XVIII, a sua população aumenta a bom ritmo.

Trás-os-Montes constituia, então, segundo Soares Franco, uma das províncias mais pobres e mais atrasadas do Reino, cuja economia assentava na agricultura e criação de gado. Cerca de 3/4 das suas terras encontravam-se inaproveitadas. Algumas tentativas levadas a cabo para a divisão dos baldios, só se desenvolvem após 1801, sobretudo, na comarca de Moncorvo, e com frustes resultados. A província, mesmo em anos normais, importava pão.

O quadro socio-económico esboçado por Columbano, entre 1793-1795, surge-nos animador, principalmente, na região da Terra Quente, com a expansão do cultivo da vinha e oliveira. As sedas, no nordeste, imprimem à província, ainda que pela última vez, uma actividade febril, uma certa reanimação dos circuitos comerciais. A po

pulação, na última década de Setecentos, cresce lentamente - à excepção da região do Douro, onde, tal crescimento, é considerável - - a comprovar uma relativa prosperidade, que não tem nada de espectacular, que pouco altera a dura condição de vida dos camponeses, mas que, durante o séc. XIX, dificilmente será ultrapassada.

A Beira, província de transição, na viragem do séc. XVIII para o séc. XIX, apresenta uma economia diversificada. A Beira Mar, com a pequena propriedade, a cultura do milho e a criação do gado vacum, continua o Minho. A Beira Alta, com os vinhos de feitoria, o centeio e as sedas, aproxima-se de Trás-os-Montes. A Beira Baixa, pelo regime de propriedade, pela importância do pastoreio, da lã e do trigo, integra-se perfeitamente no espaço económico alentejano.

Sem portos importantes, não beneficia da euforia que o comércio marítimo transmite, então, ao litoral do Minho, Estremadura e Algarve. Mas, em compensação, caso único do Portugal do interior, regista uma indústria significativa de lanifícios, que dá trabalho a alguns milhares de pessoas. No seu conjunto, porém, uma economia de subsistência, pobre, com uma agricultura rotineira, incapaz de alimentar a sua numerosa população. O pão que vem do Reino vizinho é abundante. Pela Figueira da Foz, entram, anualmente, 12 a 18 mil moios de trigo. Os "trabalhadores", os "proletarios", aos quais só restam "pequenas porções" com que "mizeravelmente se mantem", "para se desonerarem dos vexames" que os esmagam, "desertam para outros paises" (4).

A situação e extensão da Estremadura conferiam-lhe uma grande diversidade de paisagem geográfica. Os terrenos incultos - - pauis, sapais, areais, charnecas, baldios e maninhos - abrangiam grandes superfícies, na Alta Estremadura litoral e constituiam "vas

tos desertos" na Estremadura além do Tejo. Apenas a Baixa Estremadura, entre Torres Vedras e Setúbal - vinha, pomares e culturas ricas - e uma ou outra região da Estremadura interior - vinha, oliveira e trigo - se encontravam, agricolamente, bem aproveitadas.

A prosperidade de Lisboa, nos últimos anos de Setecentos, não ilude a fragilidade da economia da província, em grande parte, dependente do abastecimento da capital, e do seu porto. A criação de gado, a produção de lenha e carvão, de modo algum justificam a imensidão dos incultos. A província é altamente deficitária em pão. E as "manufacturas" das suas fábricas, nos últimos anos do séc.XVIII, começam a sentir "algum empate". A emigração, parece reduzida, pois, Lisboa, por enquanto, graças ao seu desenvolvimento comercial, absorve ou atrai grande parte da mão-de-obra disponível. A população, porém, à excepção de Lisboa e Setúbal, cresce muito lentamente.

Muito lentamente, despovoa-se o Alentejo ao longo do séc. XVIII, assim o pensam os economistas da época como Gervásio Pais, Henriques da Silveira e Torres Salgueiro. A lei de 20 de Junho de 1774 expressamente reconhece a expulsão dos colonos, das herdades; a passagem das herdades, cultivadas pelos próprios lavradores, a herdades de cavalaria, ou seja, a herdades "sem habitadores" e cultura das suas folhas; a demolição ou ruína das casas, oficinas e abegoarias dos montes, por parte dos monopolistas arrendatários, a fim de impedirem a sua cultura e ocupação; a "esterilização dos frutos" de primeira necessidade; a ruína da lavoura, a carestia do pão, o despovoamento da província. A provisão de 7 de Agosto de 1788 refere "a carestia de mantimentos" na província, "por esta mesma cauza despovoada desde as margens do Tejo".

Henriques da Silveira afirma que todas as povoações da província, à excepção das praças de guerra, tinham menos moradores

nos finais do século que por 1700. Por toda a parte - continua -, se descobriam edifícios por habitar, "espantosas ruinas, aldeias e lugares em decadência" (5). O bispo de Beja, D. Manuel do Cenáculo, constata, igualmente, o despovoamento do Baixo Alentejo, na segunda metade de Setecentos, atribuindo às epidemias, o declínio demográfico do sul da província (6).

Não podemos, pois, aceitar o "crescimento notavel" que Albert Silbert, embora tratando apenas marginalmente a população, regista para a província (7). Nem as dúvidas de Jacques Marcadé, o qual, partindo da hipótese de que as herdades de cavalaria não teriam suscitado uma diminuição da produção do trigo e a ruína dos edifícios de exploração, pergunta se as afirmações de Gervásio Pais e de Henriques da Silveira, na continuação das críticas que vinham já de períodos anteriores, não visariam, ainda que indirectamente, o campesinado enriquecido, os capitalistas rurais que se tinham tornado nos principais beneficiários da multiplicação das herdades de cavalaria (8).

A população do Alentejo manteve-se estacionária durante grande parte do séc. XVIII. Comparando a população das 22 principais vilas e cidades da província, entre 1758-1801 (quadro nº 28), verificamos que, apenas Campo Maior, Elvas, Ourique, Portalegre e Vidigueira aumentaram a população. E, destes aglomerados, só Elvas acusa crescimento significativo, a comprovar as afirmações de Henriques da Silveira. Na comarca de Avis, Coruche, com 2 634 almas, em 1789, passa para 2 109 almas, em 1801 (9). E a comarca de Beja, entre 1788 e 1801, perde 1 863 habitantes (10).

Várias causas contribuiam para a estagnação demográfica do Alentejo, em finais de Setecentos:

a - O recrutamento da numerosa guarnição militar da província,

constituida por 10 regimentos, que se processava, exclusivamente, no Alentejo. Apenas se permitia que casassem 15 soldados por companhia, pelo que, muitos deles, desertavam e casavam em Espanha.

b - Agricultura desprovida de capitais, necessitada de braços. As zonas bem cultivadas eram raras, apenas nas imediações dos principais aglomerados populacionais, logo absorvidas pela imensidão da charneca. Nos finais do séc. XVIII, 72.9% das 1 137 herdades do termo de Beja encontravam-se na situação de herdades de cavalaria, de charneca, incultas ou arruinadas (11). Nos princípios do séc. XIX, das 3 000 defesas e herdades da comarca de Évora, cerca de 1 000 não tinham "habitação", nem folhas regulares de cultura (12).

c - Ausência de indústrias, a não ser a de lanifícios, de qualquer modo, decadente. Não encontramos, nesta província, o trabalho artesanal, complementar da faina agrícola, manufacturado pelas mulheres, que constituia, nas províncias do norte e até no Algarve, um factor indispensável do equilíbrio económico familiar (o clima excessivo, a pouca importância em que o trabalho feminino era tido, mal remunerado, uma certa tradição muçulmana, de recato, de recolhimento dentro de casa, ajudam a explicar o papel secundário que a mulher desempenha no Portugal meridional, quer nos trabalhos do campo, quer nas manufacturas caseiras).

O pastoreio constitui a tónica dominante da economia alentejana. Na frase sugestiva de Gervásio Pais, nos finais de Setecentos, assiste-se à passagem "da povoação de homens na de rebanhos" (13).

A população, na sua esmagadora maioria, vive nos limites

da pobreza. Em 1801, Southey visita o sul do país e dá-nos uma visão sombria do Alentejo, as povoações com as casas destelhadas ou esburacadas, o povo morrendo à fome, sem pão, leite ou vinho, vegetando em condições tão primitivas e deprimentes que se interroga: "será que esta gente são selvagens" (14)?

O Algarve, à semelhança do Alentejo, na segunda metade do séc. XVIII, não viu crescer a sua população, a qual, por 1750--1755, quantitativamente, se apresenta já ao nível de 1801.

O terramoto de 1755, originando largas centenas de mortos, destruindo ou arruinando os seus principais aglomerados "urbanos"; as pestes e epidemias vindas do Mediterrâneo e da África; as incursões dos corsários, sobretudo no Algarve ocidental, pilhando a costa, apresando os navios de comércio e de pesca; os encargos e limitações que pesavam sobre a agricultura - emprazamento das terras com "foros e censos usurarios", que chegavam a exceder a produção; pagamento dos "premios", prestações para sustento dos párocos, que oneravam as populações, além dos dízimos; grande número de vínculos de capelas, morgados e pensões de missas impostas em bens de raiz; etc. -; a decadência das pescarias, como, ainda em 1790, Lacerda Lobo testemunha; a ausência de indústrias, a não ser a da salga do peixe, são algumas das causas que ajudam a explicar a estagnação da população algarvia e que estão na base da emigração que se faz sentir na província.

Porém, nos finais do séc. XVIII, são visíveis alguns indícios de desenvolvimento económico, acompanhado de um certo crescimento demográfico.

É certo que, sob o aspecto agrícola, a área cultivada se reduz a "huma tira de terreno contigua ao mar", não colhendo, o Al

garve, o pão necessário ao sustento dos seus habitantes. Mas os "foros e censos usurarios" são objecto de várias leis, entre 1769--1790, tendentes à extinção e redução dos mesmos. E, no concelho de Lagos e serra de Tavira, são aforados alguns incultos e baldios.

É igualmente certo que o Algarve, nos inícios do séc.XIX, continua sem fábricas. Mas a produção industrial artesanal, manufacturada pelas mulheres, à semelhança da produção agrícola, activa-se, graças ao incremento comercial de então.

Com efeito, na última década do séc. XVIII, beneficiando da conjuntura internacional determinada pela guerra europeia, o Algarve dinamiza o seu comércio marítimo - ainda que, este, se encontre, parcialmente, nas mãos de ingleses -, aumentando as suas exportações para Espanha e Inglaterra, tornando-se o principal abastecedor da praça de Gibraltar - figos, passas de uvas, sumagre, cera, laranjas, canas, etc. -, comércio que, juntamente com a pesca e extracção do sal, mobiliza os habitantes de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Lagos e Portimão, tornando-se, assim, responsável por uma certa aragem de prosperidade, vinda do mar, e que contribui, sem dúvida, para um aumento significativo da população.

A taxa de crescimento global do Algarve que, na última década de Setecentos, tinha sido superior à registada para Trás-os--Montes e Minho, em 1801, revela-se a mais alta do Reino.

A crise da "escassez do pão", que Portugal atravessa em finais de Setecentos e inícios de Oitocentos, além de se repercutir, de modo diverso, sobre o crescimento da população das províncias do Reino, provoca, ainda, a nível demográfico, outras consequências de ordem geral:

a - <u>Consolidação das diferenças entre interior e periferia</u>

O florescimento das cidades e vilas da faixa marítima, de

vido ao incremento do comércio externo, contribui para acelerar o despovoamento do interior que, lenta mas continuamente, se vinha processando ao longo do séc. XVIII. Interior pobre, despro vido de centros urbanos que possam absorver as gentes do campo as quais, na sequência das más colheitas que então se fazem sentir, se vêm sem meios de subsistência.

Assim acontece no nordeste transmontano, onde, a fuga das populações se intensifica na última década do séc. XVIII, com o afundamento da indústria das sedas, a no Alentejo, onde, o êxodo rural se agrava, após 1801, com a perda da fértil região de Olivença, a contracção do comércio com a Espanha e a paralisação da fábrica de Portalegre. Só o interior da Beira resiste um pouco mais a tal processo, devido à indústria das lãs, a alimentar largas centenas de teares, desde a Guarda a Castelo Branco.

b - Aumento da mobilidade social

O afluxo das populações aos grandes centros determina um recrudescimento da mendicidade e da vagabundagem. Com efeito, as nossas vilas e cidades, à excepção de Lisboa e Porto, não são aglomerados industriais ou de grande comércio, mas localidades semi-agrícolas, de pequeno comércio e de funcionalismo. Não têm, assim, possibilidades de absorver a mão-de-obra rural.

Surgem-nos várias memórias a chamar a atenção (inutilmente) para a necessidade de se estabelecerem, com urgência, "trabalhos uteis e permanentes" e de se multiplicarem os meios de subsistência - aberturas de estradas e canais; reflorestamento ou aproveitamento agrícola de baldios e regiões incultas, etc.

A pobreza rapidamente degenera na vadiagem e no banditismo. Por todo o Reino se via um "numero immenso de ociosos", "hum sem numero de vadios" (15). Pelas províncias, encontravam-

-se "milhares de homens capazes de trabalho" os quais viviam na miséria, assumindo-se como mendigos, ou vestidos de ermitães, romeiros de Santiago de Compostela, irmãos de confrarias ou irmandades, com paineis e tabuletas religiosas, pedindo para os santos (16).

Vagabundagem e banditismo a afectar, indistintamente, cidades e campos, porventura, mais generalizado no sul que no norte do Reino - embora, só Trás-os-Montes, em 1794, registasse 6 597 pessoas "sem ocupação", 8.5% do total da sua população (17).

No Alentejo, o rural, sem trabalho, depressa se marginaliza face à sociedade, rompe com os laços que o unem à Igreja (a descristianização - se é que, algum dia, o Alentejo foi cristianizado -, para D. Manuel do Cenáculo, não tem outra causa se não a pobreza), dando corpo a uma numerosa população flutuante -- mendigos, vadios, bandidos, carvoeiros, antigos escravos, ciganos, ilhéus, vindos como colonos para o Alentejo e que, incapazes de tirarem o sustento da agricultura, se tornavam vagabundos -, que se manterá, ainda, ao longo do séc. XIX, como um dos traços fundamentais da sociedade alentejana. Aqui, em finais de Setecentos, o banditismo é uma praga e a mendicidade uma constante. A miséria, a fuga ao serviço militar estão na origem destes marginais, a quem a imensidão selvagem da charneca concede a impunidade fácil. São os "vagos", os "mendicantes", de que nos surgem dezenas de referências nas fichas do recenseamento de 1801, "immensa cafila de vagabundos" que, em bandos, pelos montes, ameaçam os lavradores, "extorquindo com ameaças", exigindo esmolas e abrigo, sob pena de aqueles serem "insultados" nas suas casas, palheiros, searas e pastos, a que pegavam fogo.

Não "ouvem missa, não se confessão, ignorão os primeiros principios do Christianismo, andão sempre vagabundos, e dispostos para commetterem mortes, roubos, incendios, e outros delictos, aos quaes os impelle a natureza, e os arrastra o inveterado habito de peccar". Homens que vivem "em huma horrivel libertinagem e sem respeito ás Leis Divinas, ou humanas" (18).

Por 1780, bandos de malfeitores devastaram numerosas herdades da província. Casais isolados e pequenos lugarejos eram atacados impunemente. Todos os dias, segundo Torres Salgueiro, os salteadores roubavam ou matavam pessoas (19). Os lavradores abandonavam os montes, buscando o abrigo das povoações. E a segurança pública era considerada "a base fundamental para o melhoramento da agricultura" (20).

c - Aumento da mortalidade

Portugal, nos finais de Setecentos e primeiros anos de Oitocentos, nomeadamente, em 1801, conhece crises de mortalidade que são, no fundo, crises de fome.

Mortalidade cujos índices seriam, na realidade, superiores aos encontrados através dos censos de 1801 e 1802, uma vez que os registos de óbitos, além de enfermarem de outras lacunas, negligenciam os óbitos das crianças e ignoram a mortalidade dos expostos. Só assim se compreende que, nas cidades e vilas com mais de 10 000 habitantes, as taxas de mortalidade registadas sejam inferiores às das regiões rurais, sabendo nós que, nessa época, se passava exactamente o contrário.

Mortalidade que varia de comarca para comarca, de concelho para concelho e, para as mesmas regiões, de ano para ano, revelando-se, porém, mais alta no interior que na faixa litoral e bem mais acentuada no sul que no norte de Portugal. Mortali-

dade que, nas suas oscilações, temporais ou espaciais, é acompanhada, de perto, pela natalidade. Assim, a fortes mortalidades correspondem fortes natalidades - Estremadura, Alentejo e Algarve - e, inversamente, a baixas mortalidades correspondem baixas natalidades - Minho, Trás-os-Montes e Beira Litoral.

Na época em questão, mais que a natalidade, é o recuo da mortalidade que determina o crescimento demográfico. Tal facto é que explica a vitalidade das províncias do norte face às províncias do sul e parece estar na origem do arranque demográfico do Algarve, em finais de Setecentos, a libertar esta província do "imobilismo demográfico" do Portugal meridional.

d - Reforço dos mecanismos reguladores ou auto-reguladores tradicionais das sociedades de Antigo Regime

1 - Abandono ou exposição de crianças. O número dos expostos, a partir da penúltima década do séc. XVIII, aumenta de modo assustador, nomeadamente, nas duas grandes casas de engeitados do Reino, existentes em Lisboa e Porto, aumento de exposições que provoca uma proporcional subida de mortalidade nas crianças abandonadas. Mortalidade que constitui, sem dúvida, uma das razões mais importantes para explicar o lento crescimento da população portuguesa em fins do Antigo Regime.

Vila Nova Portugal, na última década de Setecentos, pensa que o "estado da povoação" portuguesa não é "progressivo" e, como não se registavam "flagellos", considera necessário "averiguar, que destino costumão ter os expostos" (21).

José António de Sá, por 1801, apresenta como uma das causas da "despovoação" a multiplicidade de infanticí-

dios, dado o pequeno número das casas de expostos existentes (22). E Soares Franco considera que os expostos são os responsáveis pela "falta de povoação" (23).

2 - Restrição do número de homens e mulheres que se podem casar. O celibato definitivo, quer masculino, quer feminino, é uma constante que afecta um estrato importante da população. E a idade média do casamento, mais alta para os homens que para as mulheres, revela-se elevada.

Celibato definitivo um pouco mais acentuado no norte que no sul, idade média do casamento relativamente mais baixa no sul que no norte.

Razões socio-económicas explicam tal facto. Enquanto que o jornaleiro ou assalariado - Alentejo -, nada espera para se casar, o filho do lavrador ou do caseiro - - Minho, Beira, etc. -, aguarda a herança, a terra do pai ou uma parcela da mesma, para o poder fazer.

As correntes emigratórias exercem também a sua influência sobre o matrimónio, fazendo aumentar ou diminuir o número de casamentos, e baixar ou elevar a idade média do casamento, conforme a emigração é mais ou menos intensa. É a este fenómeno que Henriques da Silveira se refere, ao afirmar que, no Minho, a "emigração annual de muitos milhares de homens, que sahem desta provincia para se estabelecerem nas outras do Reino; ou nas suas Conquistas, não hé sensivel; porque a multiplicidade dos matrimonios repara logo aquela perda", conservando, assim, a "população no estado mais florente" (24).

3 - Emigração. O desiquilíbrio que as relações de masculinidade demonstram, em 1801, mais que a resultante da dinâmica das respectivas populações, são a expressão dos movimentos

migratórios, quer das migrações que, temporária ou definitivamente, se dirigem das províncias do norte para a Estremadura e Alentejo, quer da emigração que se faz sentir para as colónias, para o Brasil. Emigração jovem e masculina, engrossada e incentivada pelos maus anos agrícolas de finais de Setecentos, a perturbar fortemente a estrutura por idades e sexos da população portuguesa, afectando a fecundidade, contribuindo, simultâneamente, para o "rejuvenescimento" e "envelhecimento" precoce da população do norte do Reino - fenómeno igualmente observável na Galiza -, provocando um vazio de mão-de-obra que os galegos, aos milhares, vêm preencher.

À emigração das especiarias, do Oriente, à emigração do ouro brasileiro, sucedia, agora, de um modo contínuo, desafiando os tempos que vieram até ao nosso tempo, a emigração da miséria.

NOTAS

(1) - Paul Bairoch, Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX^{e} siècle, Paris, 1976, p. 267.

(2) - Idem, cap. VII.

(3) - Informação fornecida por Aurélio de Oliveira.

(4) -"Viagem mineralogico-botanica...", ob. e vol. cits., p. 176 e nota (1) à p. 179.

(5) - "Racional discurso sobre a agricultura...de Alem-Tejo", ob. cit., I, p. 52.

(6) - Jacques Marcadé, Une comarque portugaise..., p. 57 e 189.

(7) - Le Portugal Méditerranéen..., p. 118.

(8) - Jacques Marcadé, "Le canton de Beja...", ob. cit., II, p. 124-125.

(9) - População da villa de Coruche, ms. do A.H.M.F.

(10) - Gervásio Pais, Observaçoens..., ms. da biblioteca particular.

(11) - Idem.

(12) - Alberto Carlos de Meneses, "Estadistica da agricultura ao norte e sul do Tejo", Archivo Rural, III, Lisboa, 1860, p. 71.

(13) - Ms. cit.

(14) - Adolfo Cabral, Southey e Portugal, Lisboa, 1959, p. 350.

(15) - Os frades julgados no tribunal da Razão, p. 38 e 40.

(16) - Henriques da Silveira, "Racional discurso...", ob. e vol. cits., p. 85.

(17) - Descripção da provincia de Tras os Montes, ms. cit. da B.A.R.

(18) - Henriques da Silveira, "Racional discurso...", ob. e vol. cits., p. 79.

(19) - Joaquim Torres Salgueiro "Estatistica sobre a agricultura...",

Jornal Encyclopedico, II, Lisboa, 1820, p. 309.

(20) - Fernando Castelo-Branco, "Subsídios para o estudo do problema agrário no Alentejo...", A.C.C.P., IV, 1972, p. 343.

(21) - "Observações que seria util fazerem-se...", Memorias Economicas, III, p. 301.

(22) - Cadastro do Reino - 1801-1812, p. 10.

(23) - Diccionario de agricultura, I, Lisboa, 1804, p. 141 e nota (1) à mesma página.

(24) - "Racional discurso...", ob. e vol. cits., p. 51.

A N E X O S

ANEXO 1

Os Censos No Mundo Ocidental

1665 — Canadá.

1695 — Império dos Habsburgos, indicando as almas, sexo e idade.

1717 — Espanha - numeramento por fogos.

1725 — Prússia.

1732 — Portugal, indicando as almas, sexo e distribuição da população por grupos de idades. Os números conhecidos não cobrem todo o Reino.

1743-1745 — Escócia - numeramento.

1748-1756 — Espanha - cadastro de Ensenada, que cobre apenas 2/3 do Reino.

1749 — Suécia e Finlândia iniciam os censos trienais. A partir de 1775, repetem-se de cinco em cinco anos.

1754 — Áustria.

1768 — Espanha - censo de Aranda.

1769 — Noruega, Dinamarca e Islândia.

1770 — França - levantamentos anuais do movimento da população.

1784-1786 — França - levantamento geral por fogos.

1787 — Espanha - censo de Floridablanca.

1790 — França - primeiro censo nacional.

1790 — Estados Unidos. Inauguração dos censos decenais, através do registo civil. À excepção da Suécia, antecedem em 10 anos os recenseamentos europeus efectivados pelo registo civil.

1793 — França.

1796 — França.

1797 — Espanha - censo de Godoy.

1798 — Portugal - levantamento geral por fogos.

1801 — França e Inglaterra inauguram os recenseamentos periódicos, através do registo civil, após terem criado em 1800, depar-

c/

tamentos oficiais responsáveis pela estatística da população.

1801 — Portugal - recenseamento geral.

1802 — Portugal - recenseamento geral, de que só se conhecem resultados parciais.

1810 — Prússia - inauguração dos recenseamentos periódicos através do registo civil, após ter sido criado, no mesmo ano, o departamento oficial responsável pela estatística da população.

1829 — Países Baixos - início dos recenseamentos periódicos através do registo civil.

1857 — Espanha - início dos recenseamentos periódicos através do registo civil.

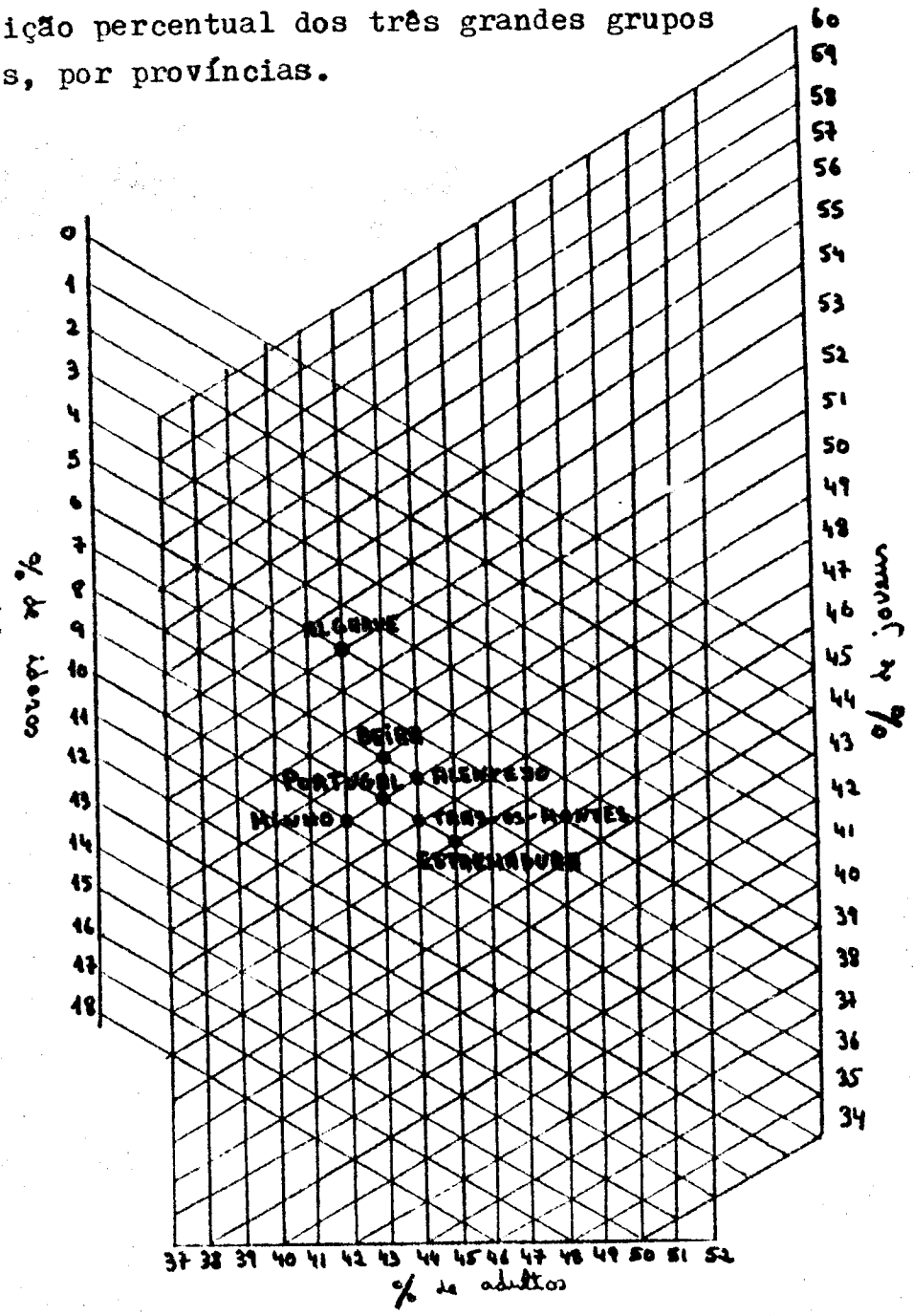
1861 — Itália - início dos recenseamentos periódicos através do registo civil.

1864 — Portugal - início dos recenseamentos periódicos através do registo civil, após ter sido criado, em 1859, o departamento oficial responsável pela estatística da população.

ANEXO 2

Portugal - 1801

Distribuição percentual dos três grandes grupos de idades, por províncias.

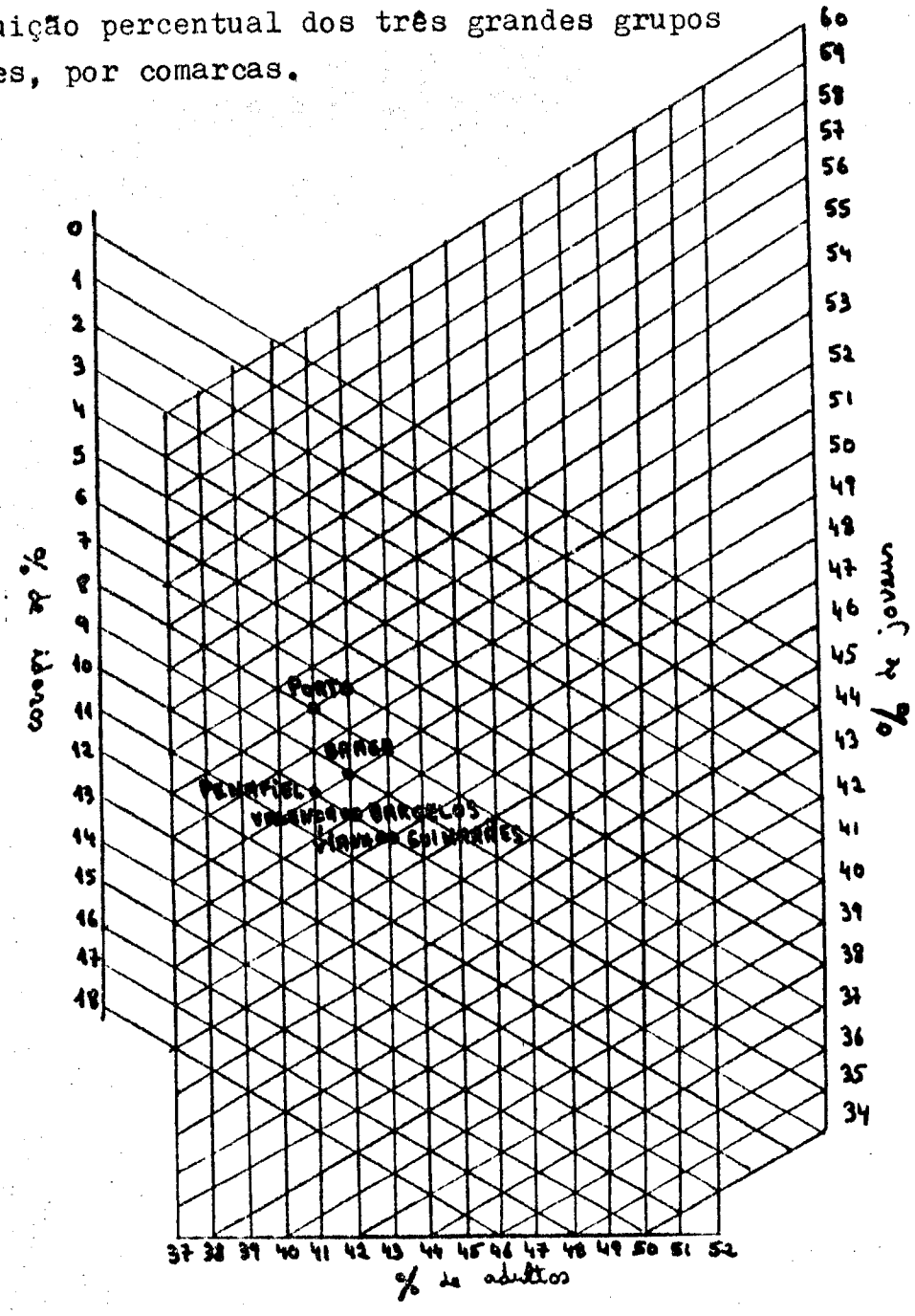


jovens - menos de 24 anos
adultos - 24 a 59 anos
idosos - mais de 60 anos

c/

Minho - 1801

Distribuição percentual dos três grandes grupos de idades, por comarcas.

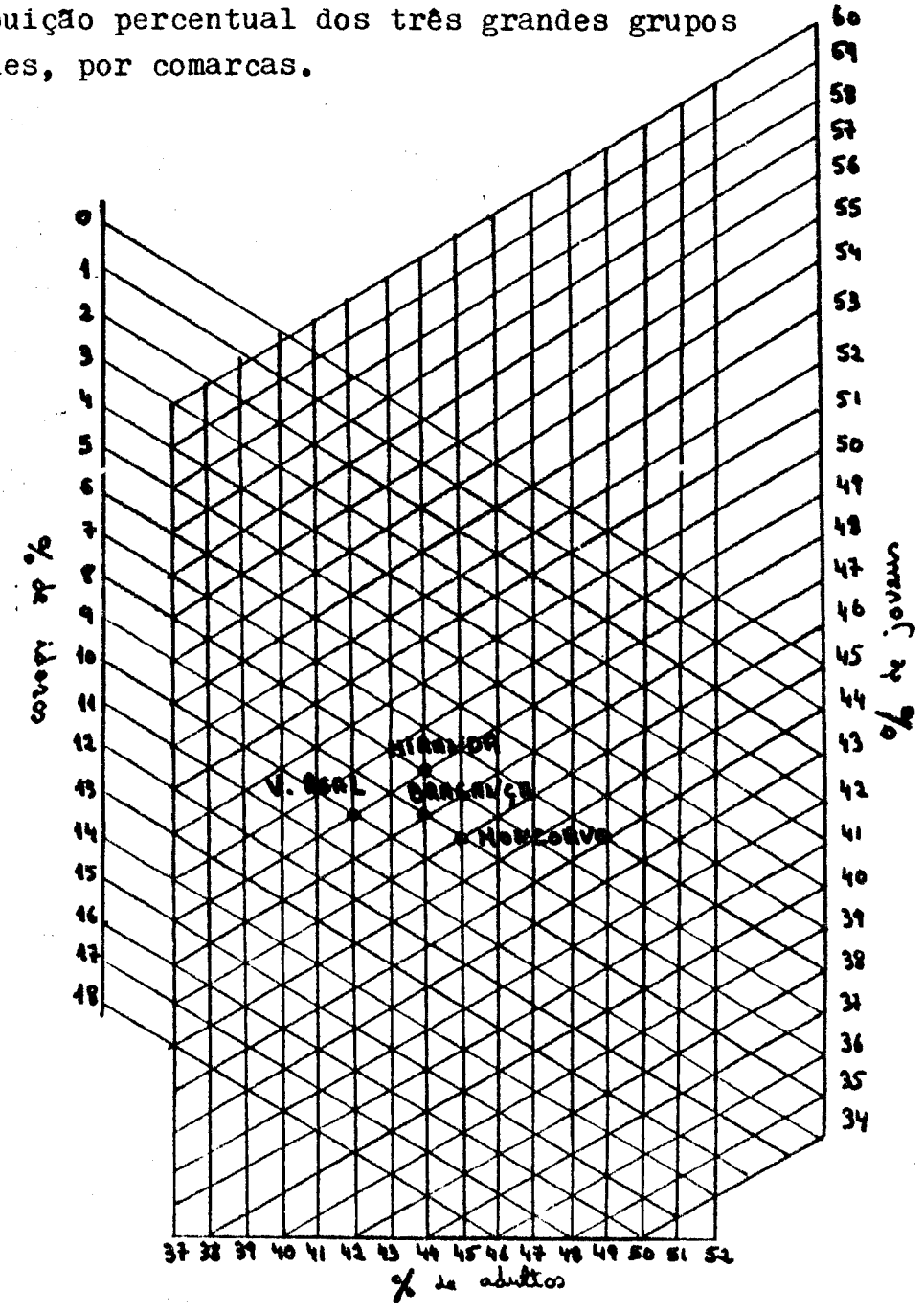


jovens - menos de 24 anos
adultos - 24 a 59 anos
idosos - mais de 60 anos

c/

Trás-os-Montes - 1801

Distribuição percentual dos três grandes grupos de idades, por comarcas.

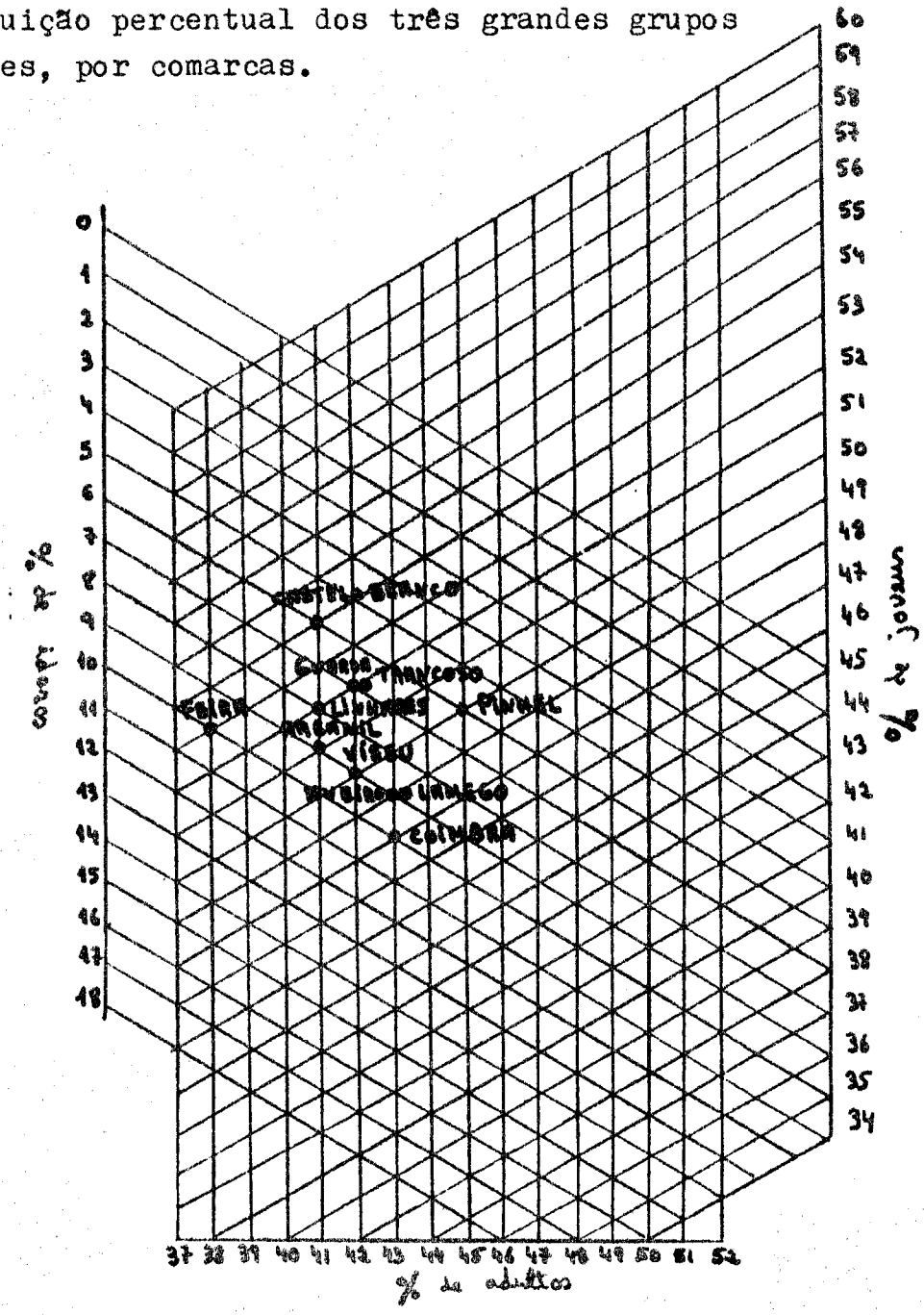


jovens - menos de 24 anos
adultos - 24 a 59 anos
idosos - mais de 60 anos

c/

Beira - 1801

Distribuição percentual dos três grandes grupos de idades, por comarcas.

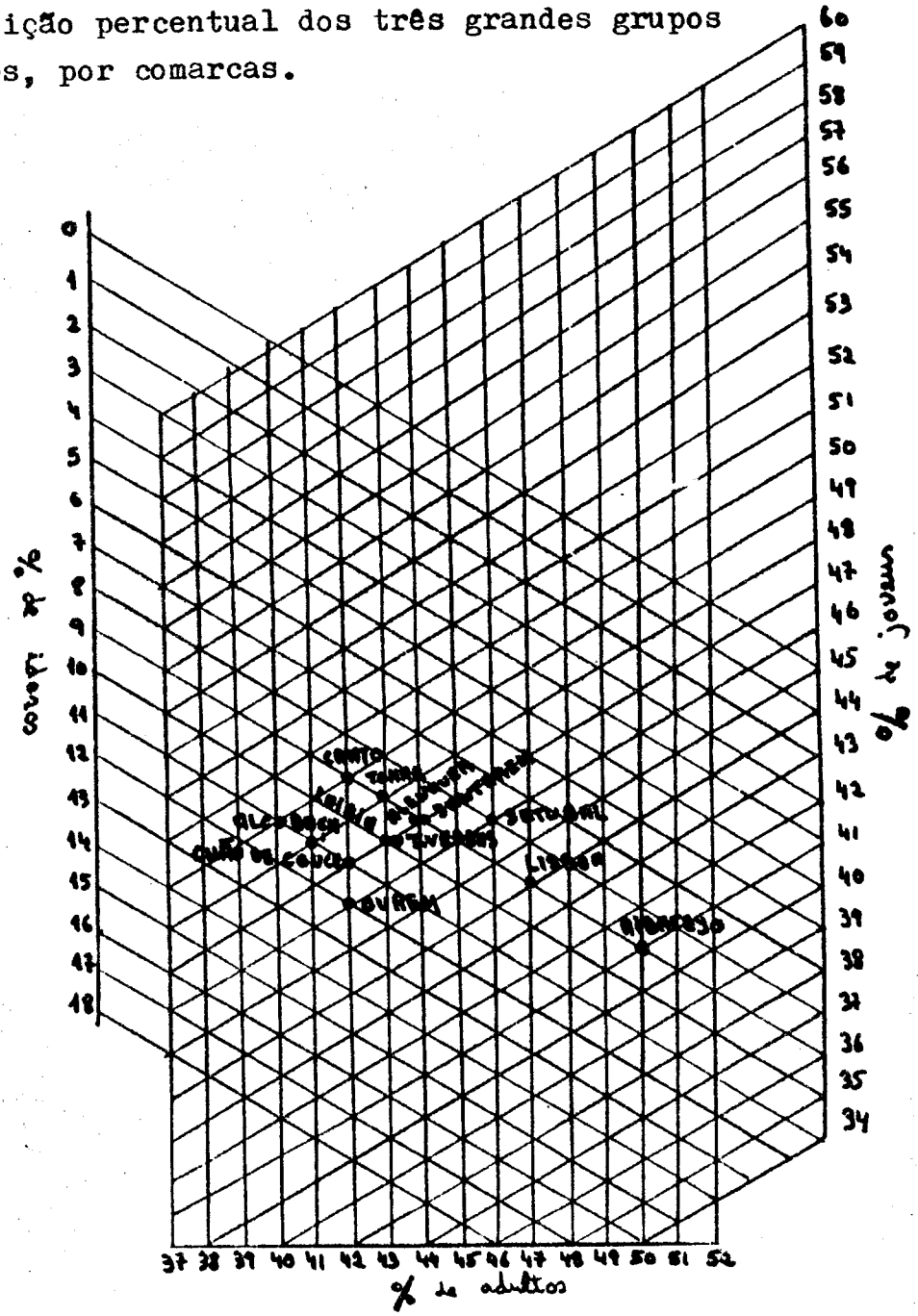


jovens - menos de 24 anos
adultos - 24 a 59 anos
idosos - mais de 60 anos

c/

Estremadura - 1801

Distribuição percentual dos três grandes grupos de idades, por comarcas.

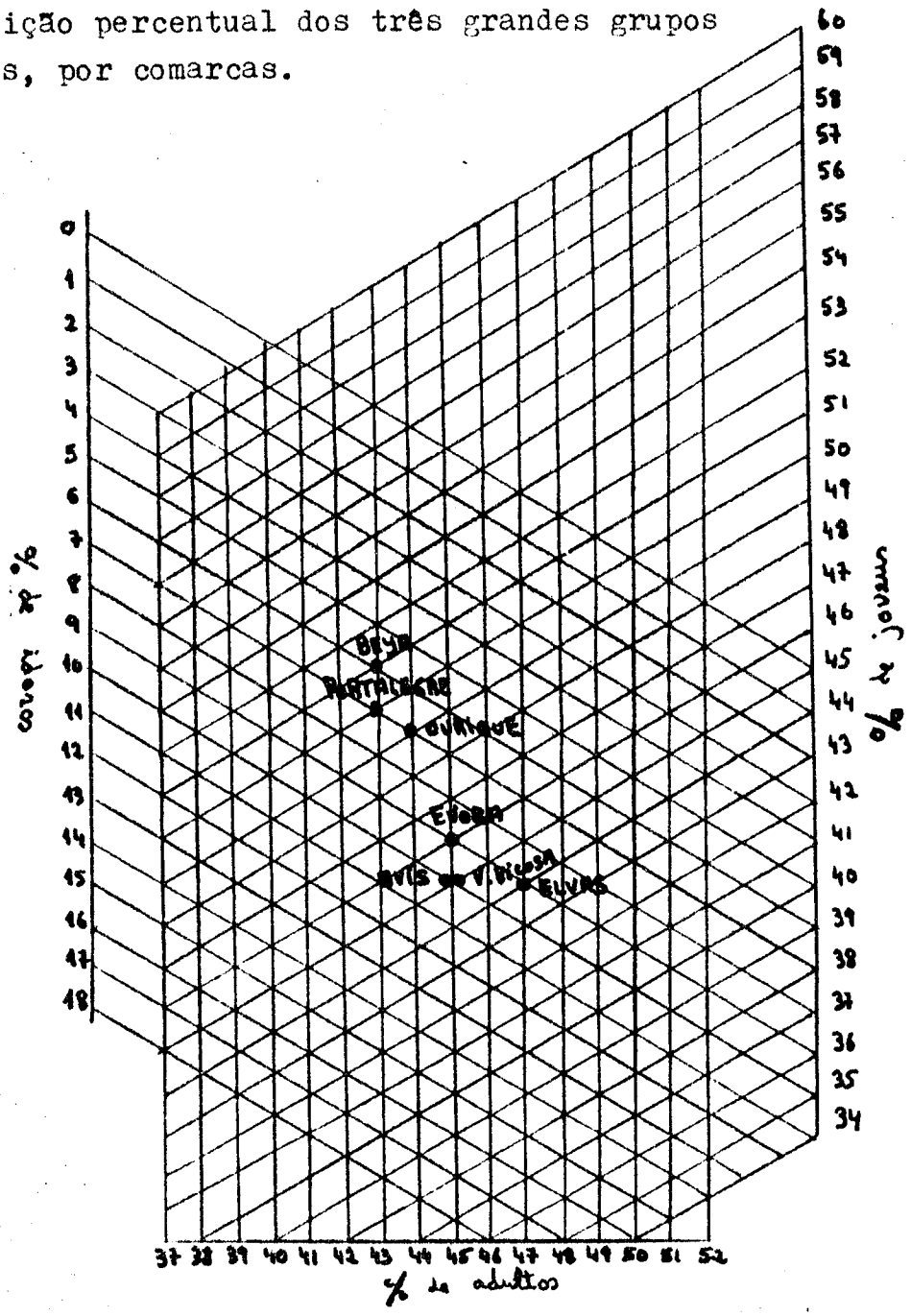


jovens - menos de 24 anos
adultos - 24 a 59 anos
idosos - mais de 60 anos

c/

Alentejo - 1801

Distribuição percentual dos três grandes grupos de idades, por comarcas.

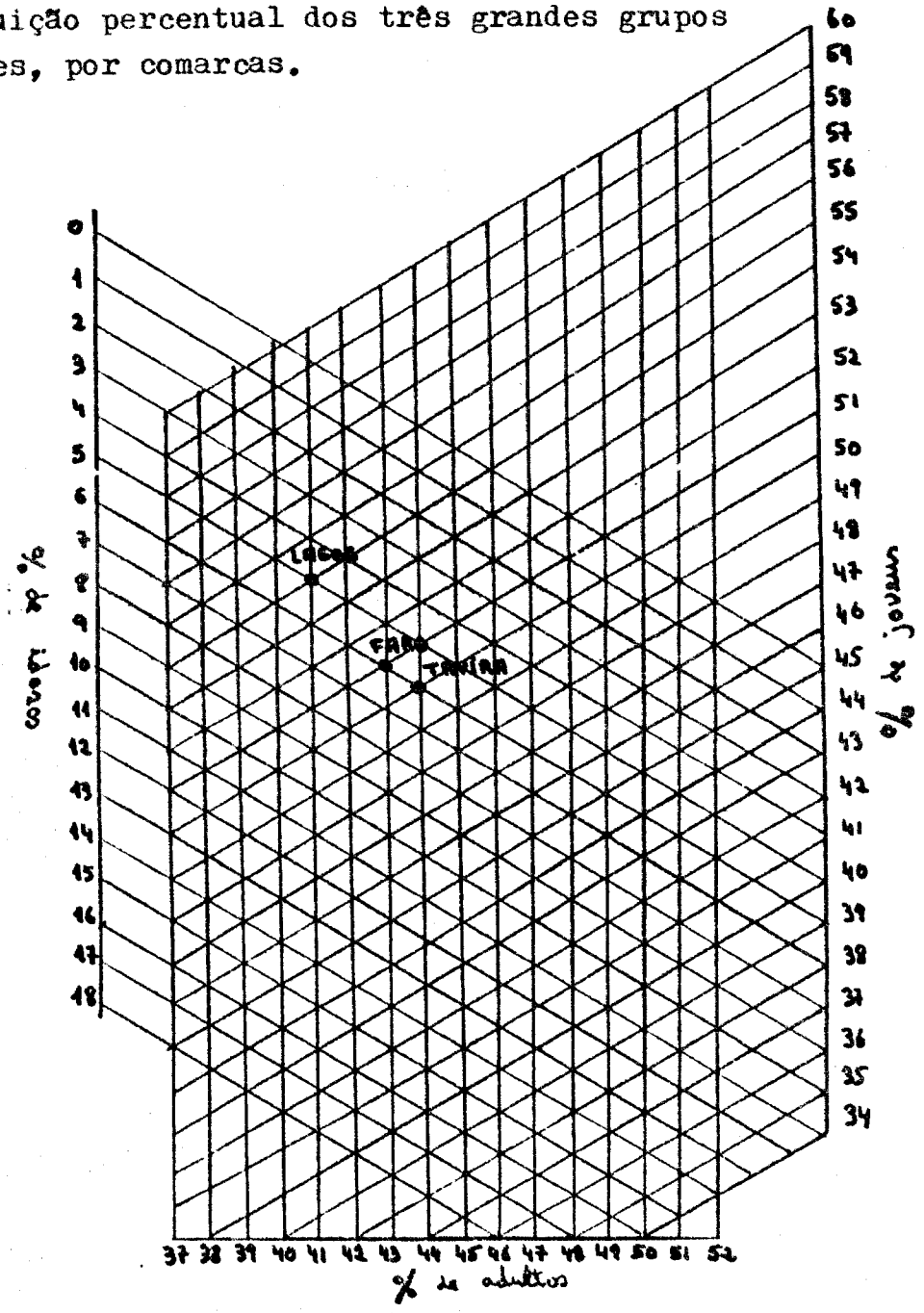


jovens - menos de 24 anos
adultos - 24 a 59 anos
idosos - mais de 60 anos

c/

Algarve - 1801

Distribuição percentual dos três grandes grupos de idades, por comarcas.

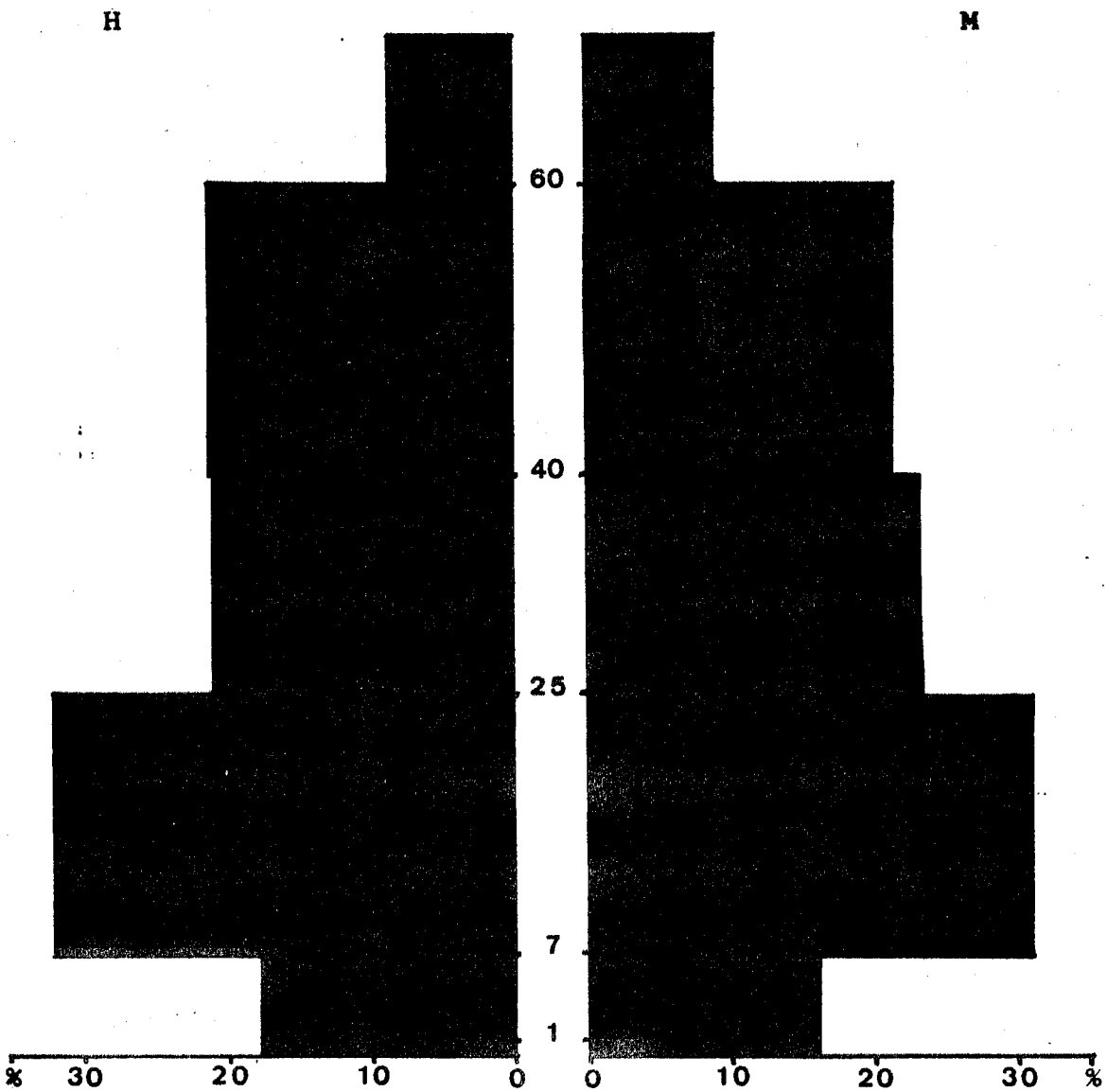


jovens - menos de 24 anos
adultos - 24 a 59 anos
idosos - mais de 60 anos

ANEXO 3

PORTUGAL·1801

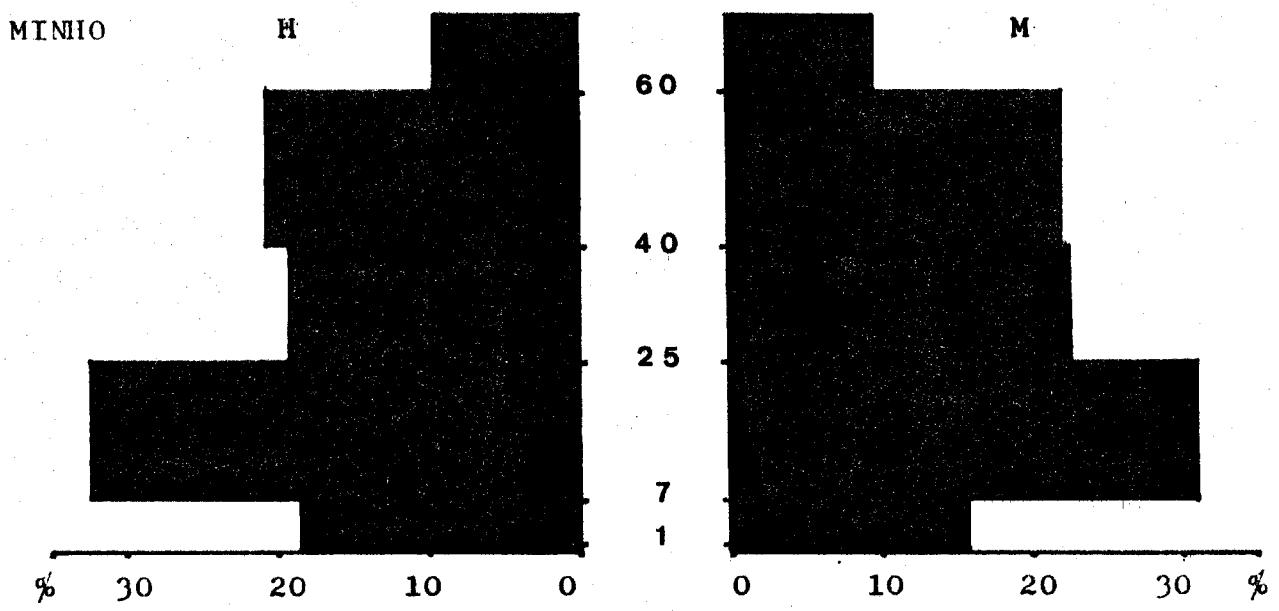
PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO

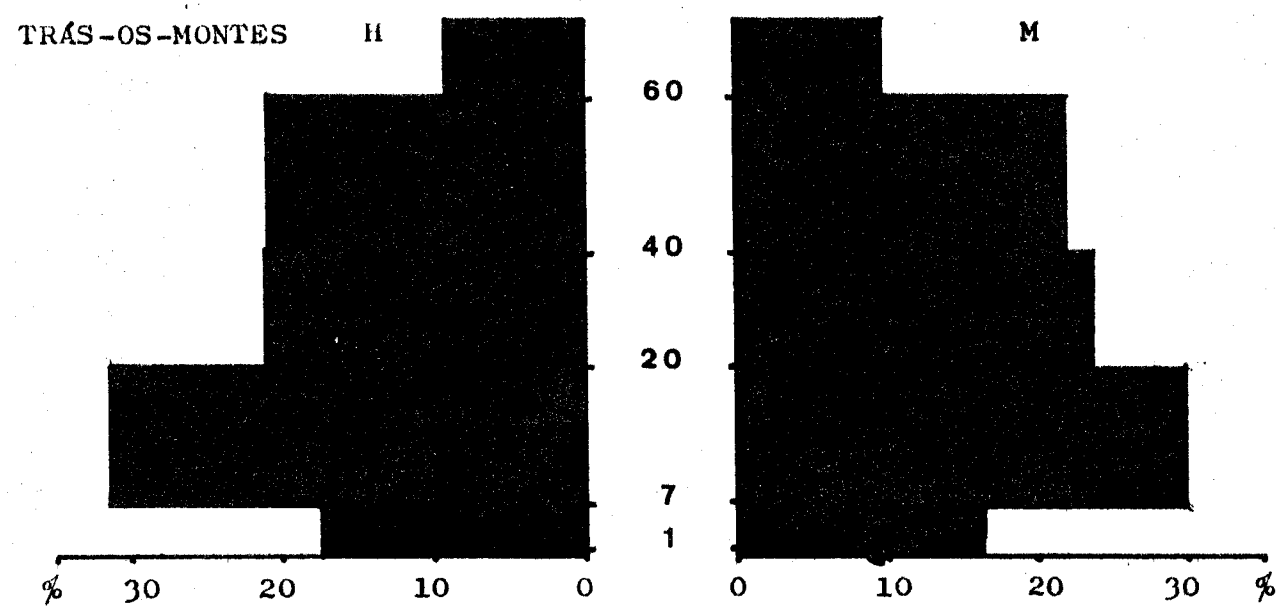


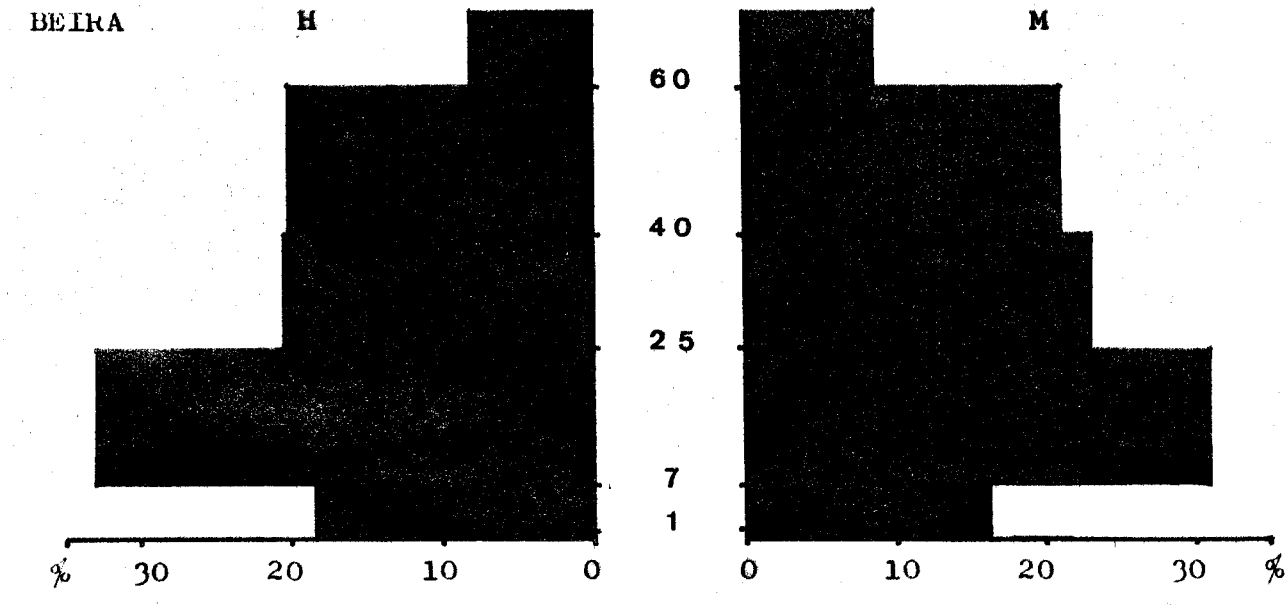
c/

PORTUGAL - 1801

PIRÂMIDES ETÁRIAS DA POPULAÇÃO POR PROVÍNCIAS

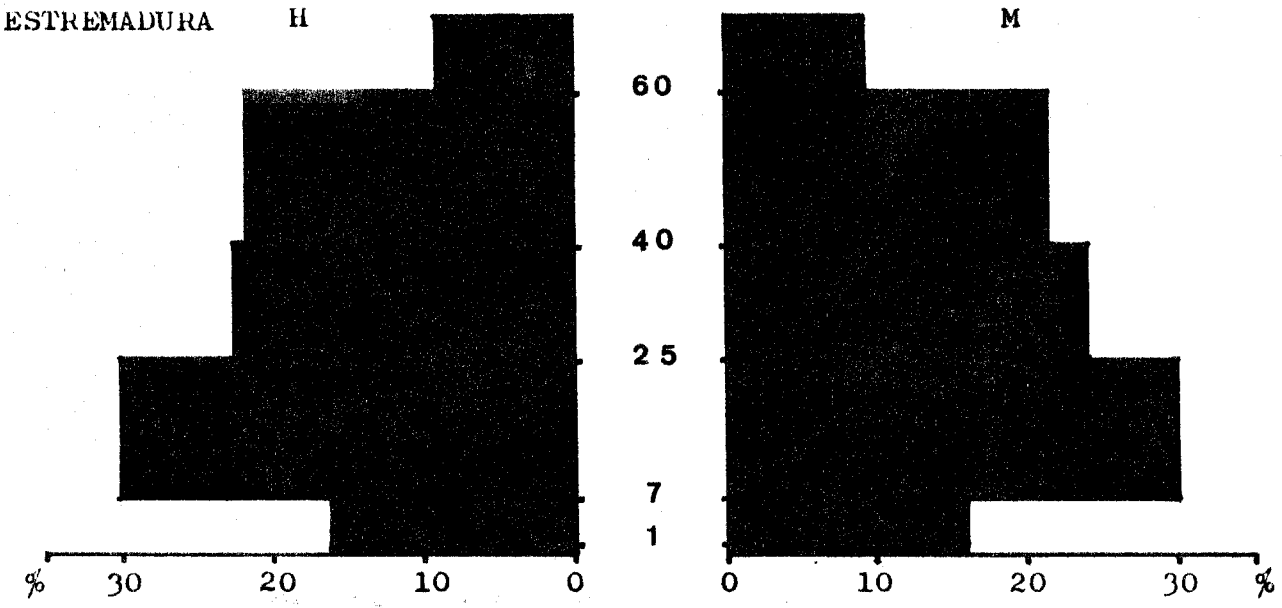




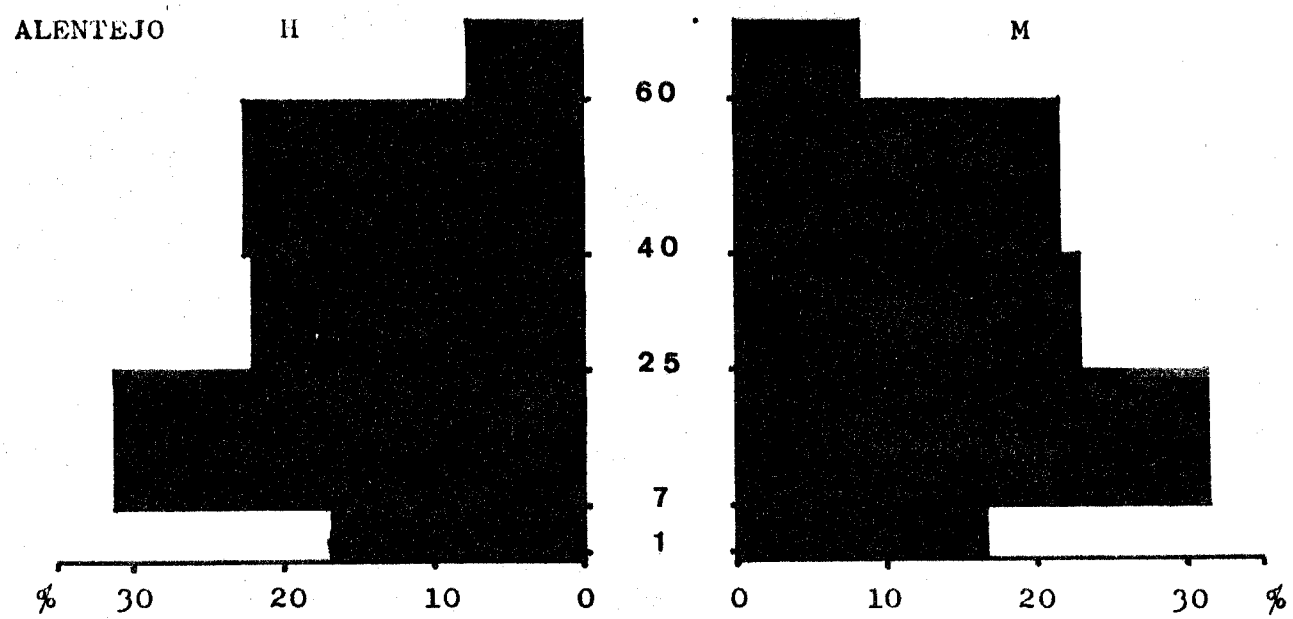


c/

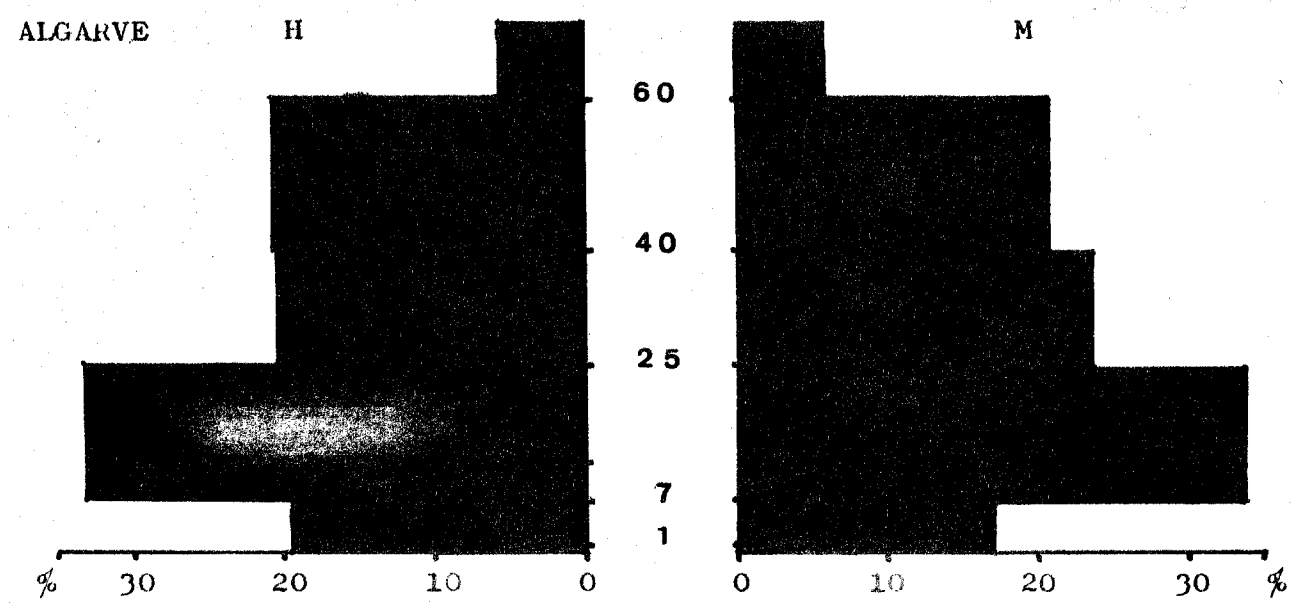
ESTREMADURA



ALENTEJO



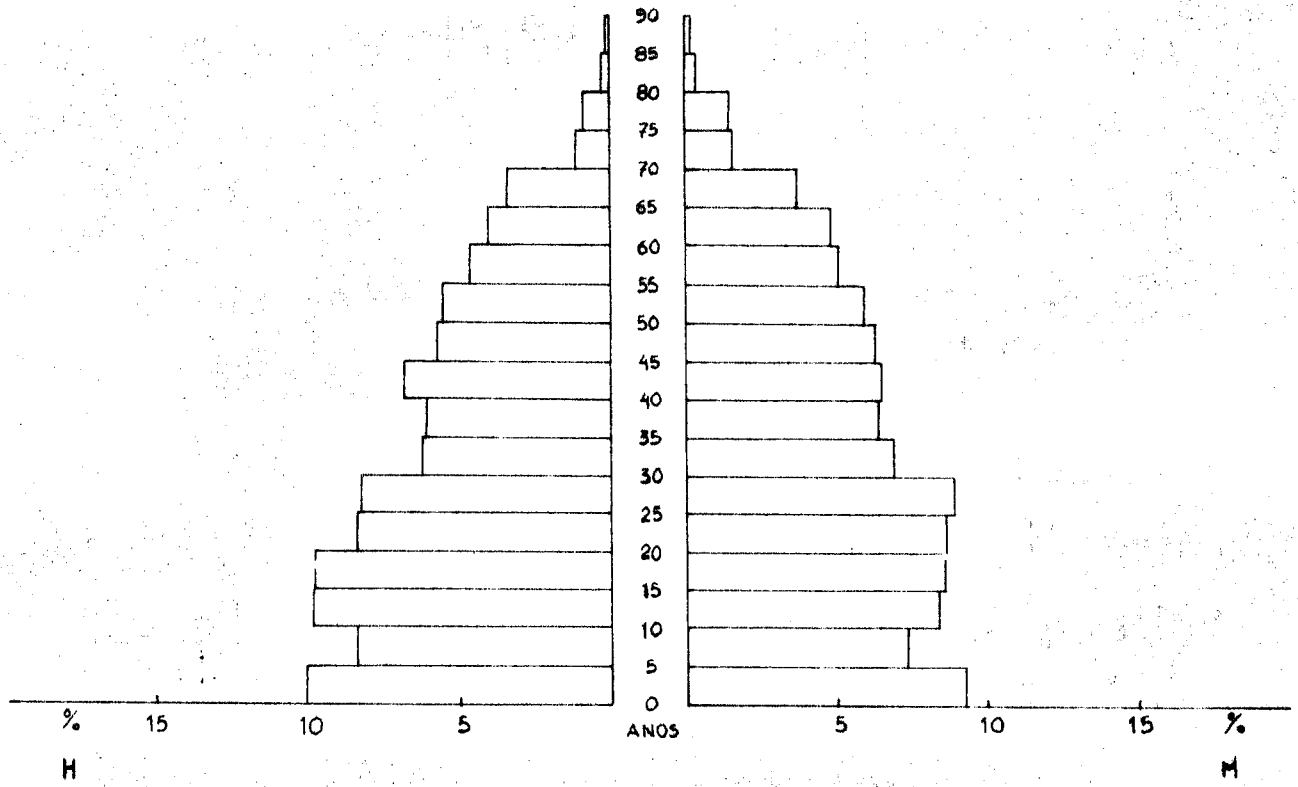
ALGARVE



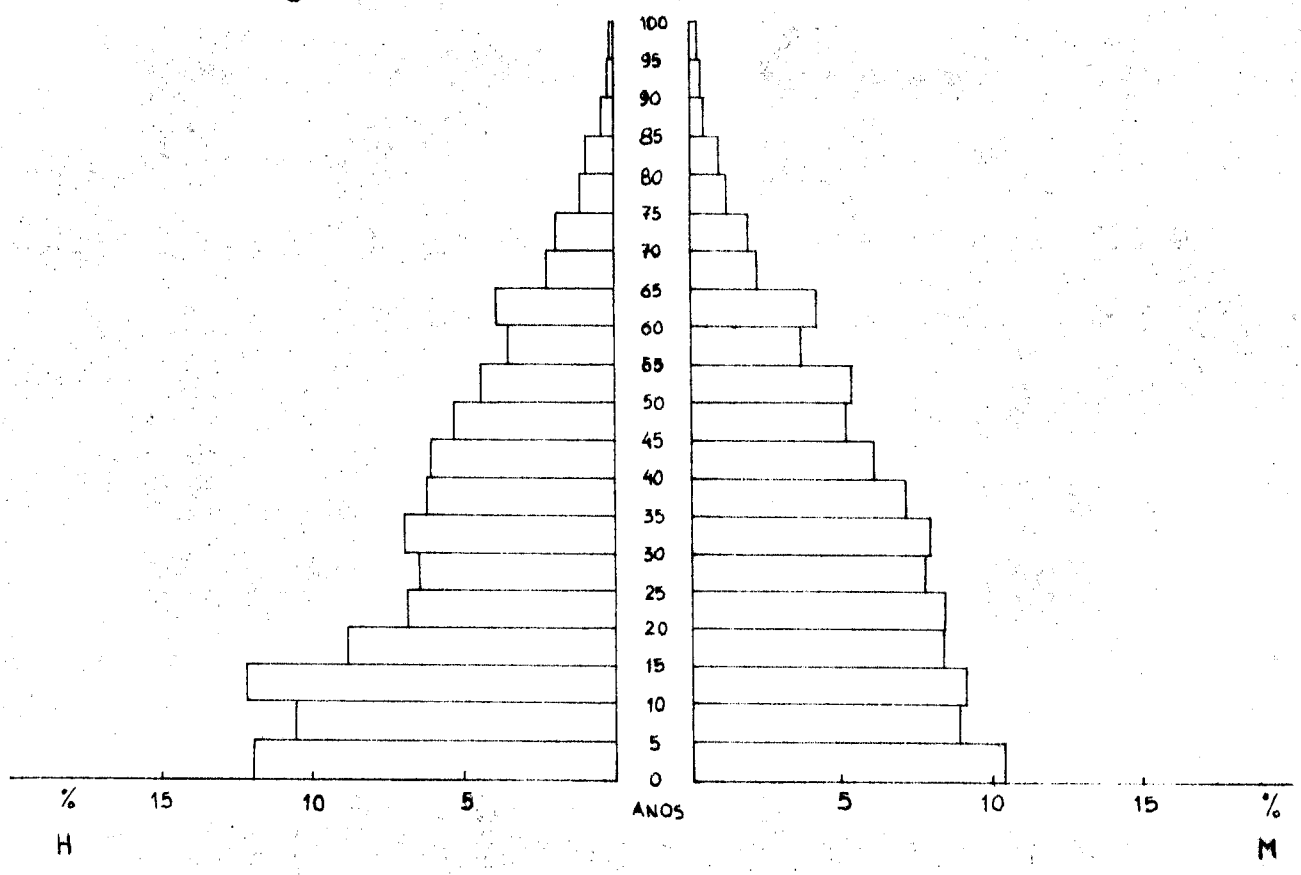
ANEXO 4

PORTUGAL - 1802

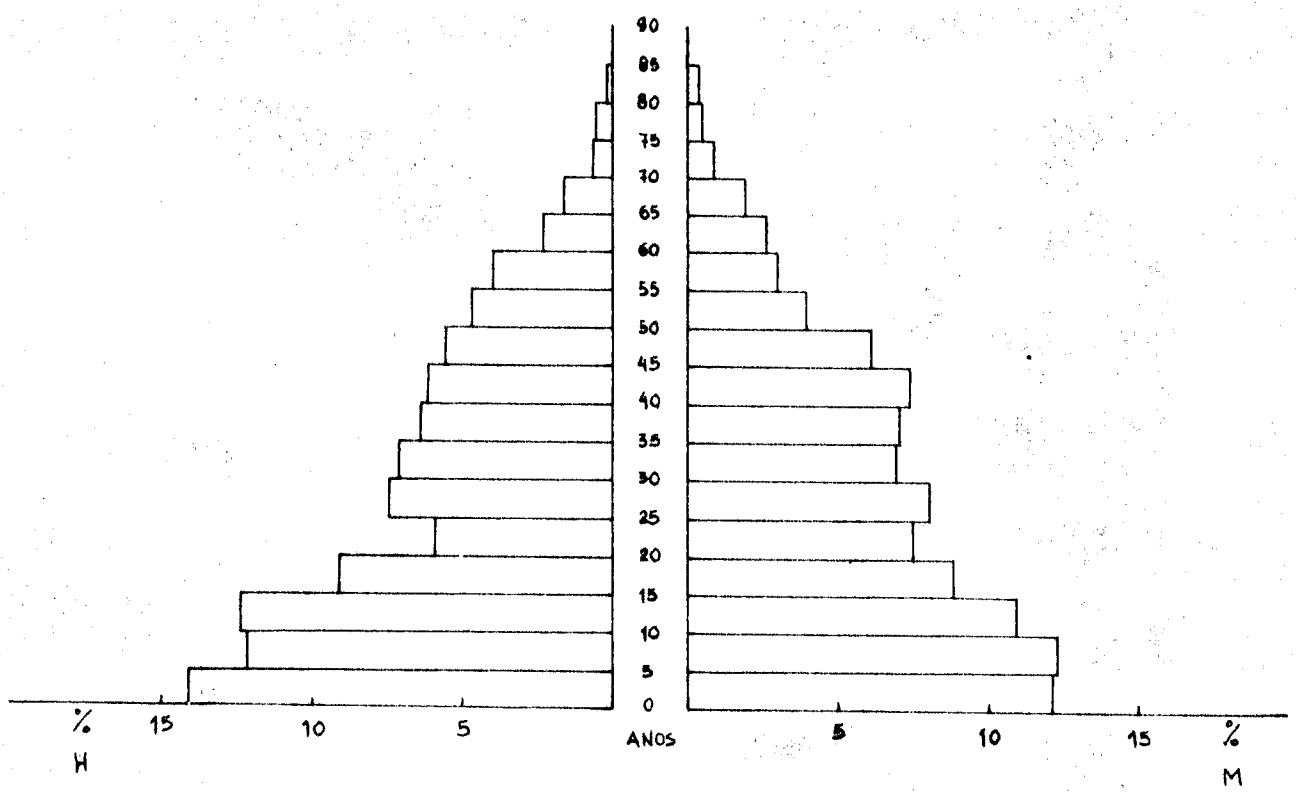
Comarca de Aveiro



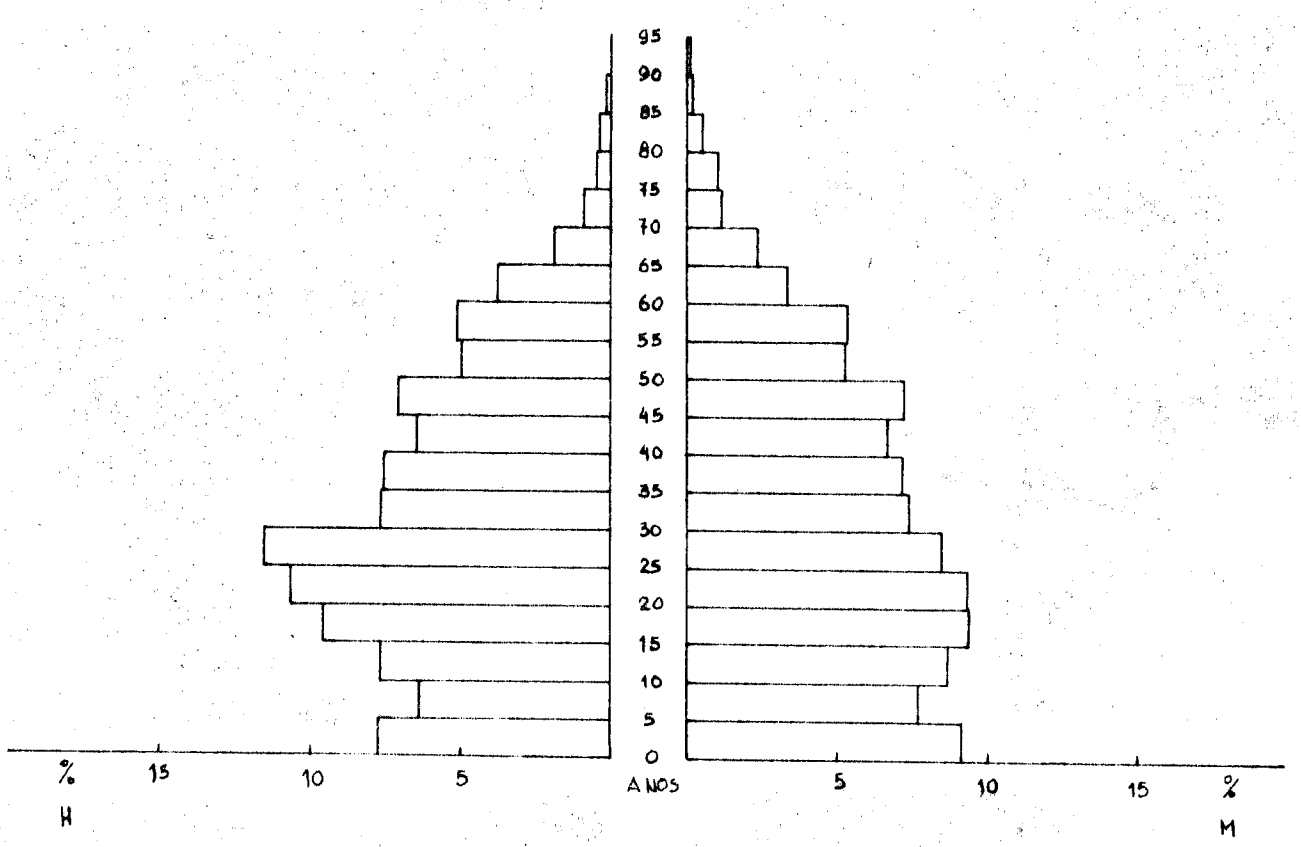
Comarca de Braga



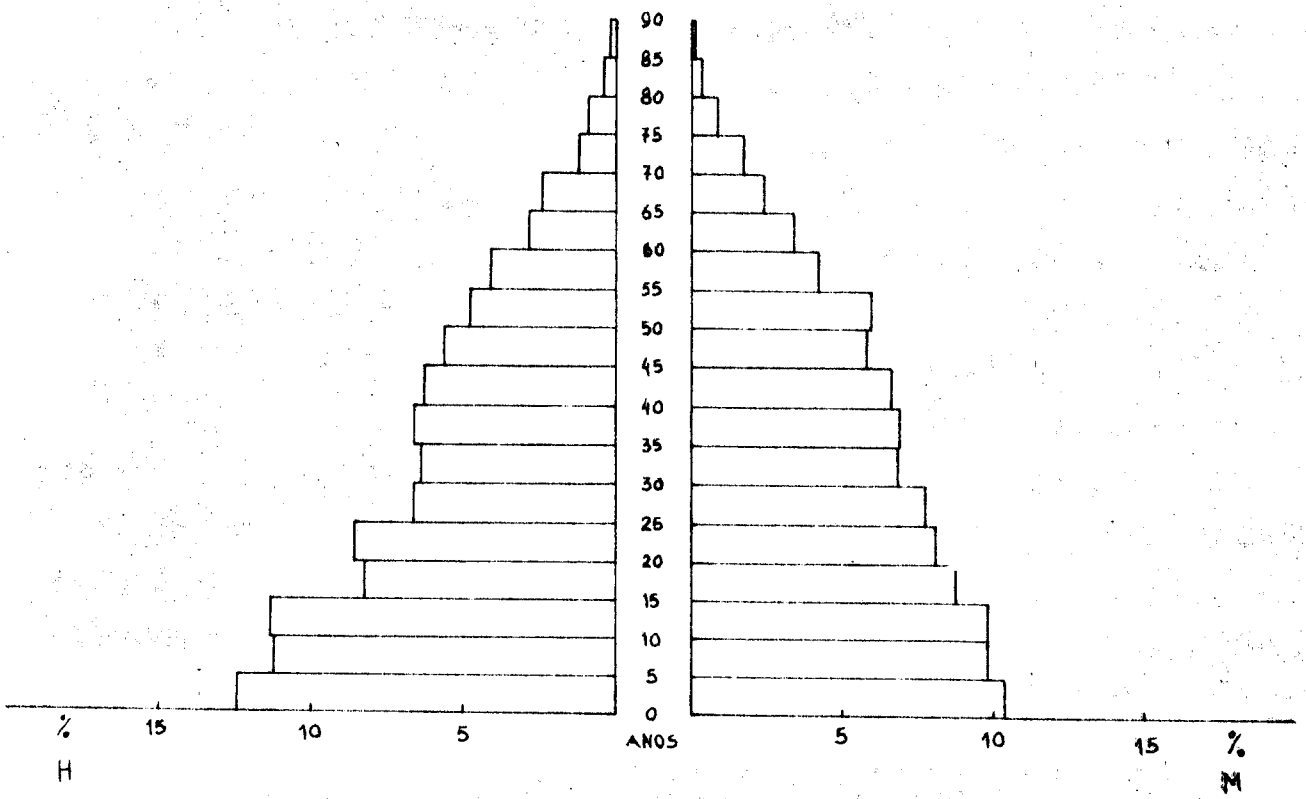
Comarca de Castelo Branco



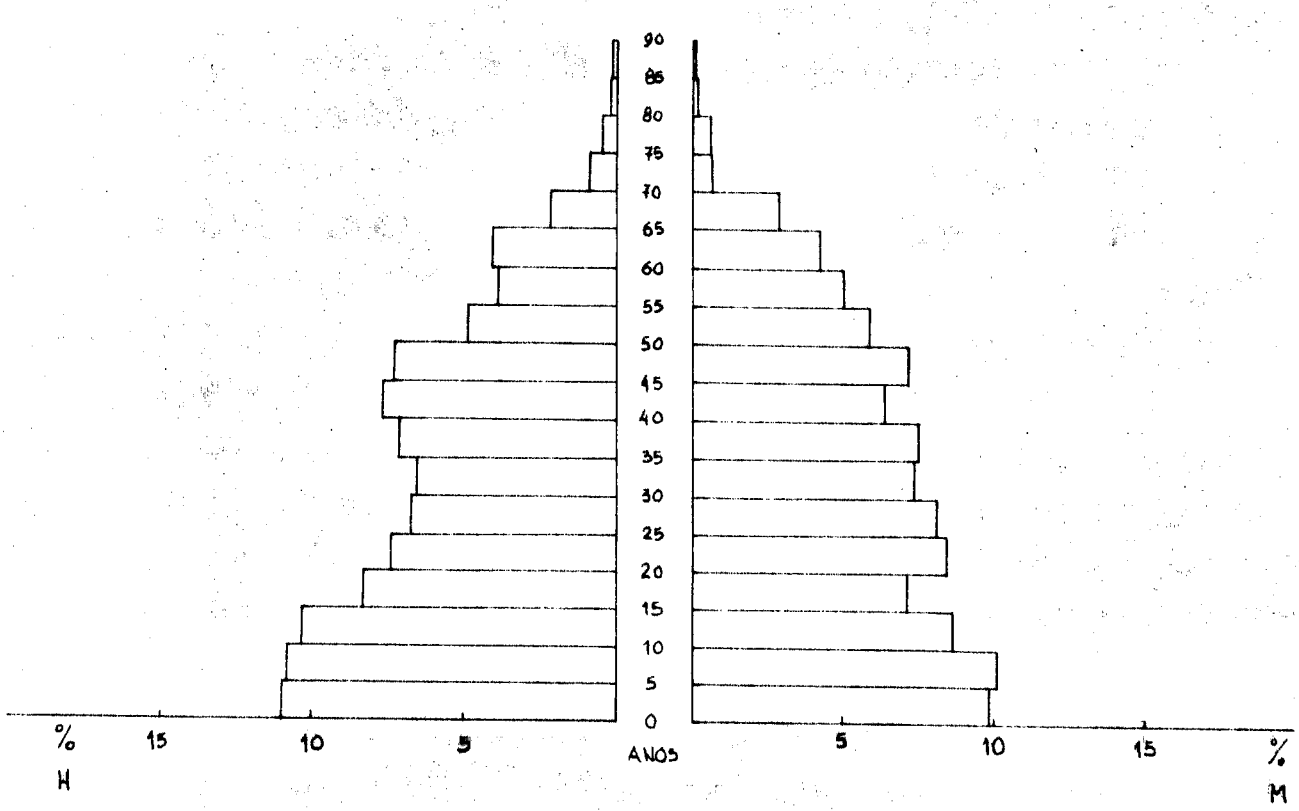
Comarca de Elvas



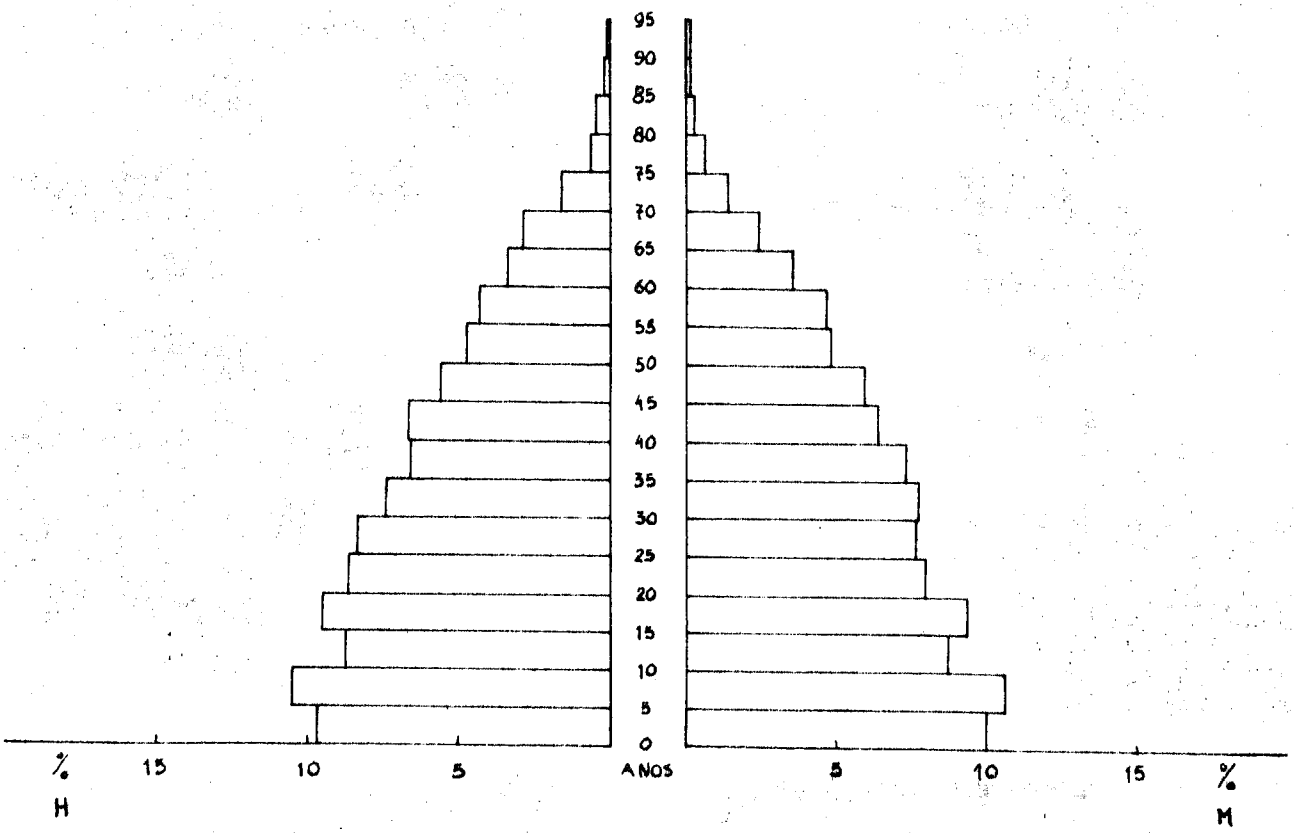
Comarca de Leiria



Comarca de Pinhel



Comarca de Vila Real



Nota ao ANEXO 4

Comarca de Aveiro - população da vila de Ílhavo e de mais 15 freguesias rurais, num total de 18 682 almas.

Comarca de Braga - população da cidade de Braga e de mais 15 freguesias rurais, num total de 20 041 almas.

Comarca de Castelo Branco - população da cidade de Castelo Branco e de mais 12 freguesias rurais, num total de 14 747 almas. Repare-se na importância relativa dos primeiros grupos de idades.

Comarca de Elvas - população da cidade de Elvas e de mais 5 freguesias rurais, num total de 15 720 almas. Repare-se, no que diz respeito aos homens, no empolamento verificado nos grupos de idades compreendidos entre os 20 e 30 anos, determinado pelo facto de a guarnição militar de Elvas ter sido recenseada; e, ainda, no peque no peso relativo dos três primeiros grupos de idades, tanto para homens como para mulheres, devido à mortalidade que ceifou a população mais jovem, na sequência da Campanha de 1801.

Comarca de Leiria - população da cidade de Leiria e de mais 15 freguesias rurais, num total de 17 540 almas.

Comarca de Pinhel - população da cidade de Pinhel e de mais 15 freguesias rurais, num total de 7 741 almas.

Comarca de Vila Real - população da vila de Vila Real e de mais 15 freguesias rurais, num total de 12 746 almas.

ANEXO 5

Comércio externo dos portos do Reino, entre 1799 - 1802

LISBOA

		1799	1800	1801	1802
Alemanha	imp.	116 139			
	exp.	59 195			
Barbéria	imp.	127 819	579 911	1 433 209	298 031
	exp.	131 906	176 095	219 815	51 003
Castela	imp.	662 912	728 100	308 172	366 439
	exp.	1 085 965	733 824	549 086	458 359
Dinamarca	imp.	114 875	62 608	63 711	32 129
	exp.	186 137	663 808	85 402	53 873
E.U.A.	imp.	420 326	544 022	2 392 898	701 988
	exp.	487 000	653 065	356 799	263 291
França	imp.	485 526	628 656	800 440	1 172 280
	exp.	26 286	90 374	590 162	3 558 692
Hamburgo	imp.	2 216 624	1 830 385	2 212 626	1 531 658
	exp.	3 197 555	5 606 124	6 802 317	2 547 878
Holanda	imp.	837 237	714 120	924 526	945 544
	exp.	103 546	28 346	34 984	450 865
Itália	imp.	701 412	1 527 285	1 249 308	1 264 793
	exp.	1 935 010	4 035 762	3 503 926	3 381 359
Inglaterra	imp.	6 433 450	6 498 172	3 537 999	4 295 752
	exp.	6 180 653	4 108 628	4 297 529	4 754 739
Prússia	imp.	681 711	594 905	942 718	586 753
	exp.	101 385	827 882	1 004 352	47 346
Rússia	imp.	1 331 076	831 833	2 259 095	1 187 379
	exp.	44 156	59 795	17 942	109 693
Suécia	imp.	1 325 842	708 714	320 974	482 361
	exp.	62 042	25 803	82 669	68 192
África	imp.	440 889	467 085	41 752	434 499
	exp.	240 487	301 709	1 054 268	529 808
Ásia	imp.	2 264 768	1 989 298	2 200 752	2 333 266
	exp.	2 789 636	2 834 122	1 104 438	1 288 950
Brasil	imp.	11 466 642	11 801 699	12 888 435	8 742 715
	exp.	12 405 286	6 967 966	7 648 254	7 657 556
Ilhas	imp.	300 444	331 511	495 504	373 554
	exp.	1 160 660	425 564	286 432	230 741

c/

PORTO

		1799	1800	1801	1802
Alemanha	imp.				
	exp.				
Barbéria	imp.				
	exp.				
Castela	imp.				
	exp.				
Dinamarca	imp.	1 008	23 883		5 934
	exp.	18 315	7 889	6 270	194
E.U.A.	imp.	79 203	47 613	43 864	115 785
	exp.	111 956	8 316	70 022	102 852
França	imp.		27 404	61 613	110 452
	exp.			151 985	56 156
Hamburgo	imp.	500 723	291 580	272 828	303 830
	exp.	245 531	220 453	1 255 081	826 836
Holanda	imp.	29 085	91 833	4 330	274 891
	exp.			19 729	168 778
Itália	imp.				19 724
	exp.			46 306	77 523
Inglaterra	imp.	2 289 640	2 263 505	1 281 573	2 260 293
	exp.	2 818 732	2 534 069	5 298 076	3 645 741
Prússia	imp.	105 715	171 650	60 515	113 033
	exp.	29 046	3 785		13 243
Rússia	imp.	369 273	527 551	423 899	745 117
	exp.	49 607	453	35 821	85 736
Suécia	imp.	136 036	335 418	67 308	219 960
	exp.	30 514	12 139	22 393	14 644
África	imp.				
	exp.				214 024
Ásia	imp.				
	exp.				
Brasil	imp.	1 100 017	726 386	1 888 266	1 609 913
	exp.	3 290 276	2 425 413	2 849 276	2 404 557
Ilhas	imp.				
	exp.		23 778		19 466

c/

SETÚBAL

		1799	1800	1801	1802
Alemanha	imp.				
	exp.				
Barbéria	imp.	127			
	exp.				
Castela	imp.		2 933		2 276
	exp.		1 642		168
Dinamarca	imp.	170	1 080		214
	exp.	63 686	52 054		40 031
E.U.A.	imp.				249
	exp.	31 134	37 755	14 696	16 745
França	imp.				107
	exp.				6 079
Hamburgo	imp.				137
	exp.	336	1 128		1 410
Holanda	imp.				1 570
	exp.				7 173
Itália	imp.				
	exp.				
Inglaterra	imp.		9 377		3 719
	exp.	23 134	4 924		15 945
Prússia	imp.	34		2 357	167
	exp.	19 838	2 620	12 815	5 478
Rússia	imp.				
	exp.				
Suécia	imp.	2 926	3 921	3 484	2 091
	exp.	152 680	735	86 848	90 999

África	imp.				
	exp.				
Ásia	imp.				
	exp.				
Brasil	imp.				
	exp.				
Ilhas	imp.				
	exp.				

c/

FIGUEIRA

		1799	1800	1801	1802
Alemanha	imp.				
	exp.				
Barbéria	imp.				
	exp.			285	
Castela	imp.				
	exp.				
Dinamarca	imp.				
	exp.		16 608		1 592
E.U.A.	imp.		46 523	53 298	61 250
	exp.		5 272	2 347	18 377
França	imp.				
	exp.				
Hamburgo	imp.				
	exp.	9 900		10 240	
Holanda	imp.				
	exp.				
Itália	imp.				
	exp.				
Inglaterra	imp.	99 419	133 035	32 781	122 524
	exp.	3 814	29 080	11 404	3 096
Prússia	imp.				
	exp.				
Rússia	imp.	96 523		130 630	86 536
	exp.		18 235		9 322
Suécia	imp.			8 774	
	exp.	11 280		72	

África	imp.				
	exp.				
Ásia	imp.				
	exp.				
Brasil	imp.				
	exp.	105 369	38 772	177 492	71 788
Ilhas	imp.		25 665	15 663	17 256
	exp.		13 057	8 340	22 240

c/

VIANA DO CASTELO

		1799	1800	1801	1802
Alemanha	imp.				
	exp.				
Barbéria	imp.				
	exp.				
Castela	imp.				
	exp.				
Dinamarca	imp.				
	exp.				
E.U.A.	imp.				
	exp.				
França	imp.				
	exp.				
Hamburgo	imp.				
	exp.				
Holanda	imp.				
	exp.				
Itália	imp.				
	exp.				
Inglaterra	imp.		504		7 735
	exp.		240		3 114
Prússia	imp.				
	exp.				
Rússia	imp.				6 585
	exp.				3 037
Suécia	imp.	13 438		15 024	42 112
	exp.				

África	imp.				
	exp.				
Ásia	imp.				
	exp.				
Brasil	imp.	17 650			611
	exp.				17 753
Ilhas	imp.				
	exp.				

c/

AVEIRO

		1799	1800	1801	1802
Alemanha	imp.				
	exp.				
Barbéria	imp.				
	exp.				
Castela	imp.				
	exp.				
Dinamarca	imp.				
	exp.				
E.U.A.	imp.				
	exp.				
França	imp.				
	exp.				
Hamburgo	imp.				
	exp.				
Holanda	imp.				7 045
	exp.				585
Itália	imp.				
	exp.				
Inglaterra	imp.	4 943			
	exp.	693			
Prússia	imp.				
	exp.				
Rússia	imp.				
	exp.				
Suécia	imp.	2 424	31 661		32 652
	exp.				

África	imp.				
	exp.				
Ásia	imp.				
	exp.				
Brasil	imp.				
	exp.				
Ilhas	imp.				
	exp.				

c/

VILA DO CONDE

		1799	1800	1801	1802
Alemanha	imp.				
	exp.				
Barbéria	imp.				
	exp.				
Castela	imp.				
	exp.				
Dinamarca	imp.				
	exp.				
E.U.A.	imp.				
	exp.				
França	imp.				
	exp.				
Hamburgo	imp.				
	exp.				
Holanda	imp.				
	exp.				
Itália	imp.				
	exp.				
Inglaterra	imp.				
	exp.				
Prússia	imp.				
	exp.				
Rússia	imp.				
	exp.				
Suécia	imp.	6 314	15 094		9 056
	exp.				

África	imp.				
	exp.				
Ásia	imp.				
	exp.				
Brasil	imp.				
	exp.				
Ilhas	imp.				
	exp.				

c/

CAMINHA

		1799	1800	1801	1802
Alemanha	imp.				
	exp.				
Barbéria	imp.				
	exp.				
Castela	imp.				
	exp.				
Dinamarca	imp.				
	exp.				
E.U.A.	imp.				
	exp.				
França	imp.				
	exp.				
Hamburgo	imp.				
	exp.				
Holanda	imp.				
	exp.				
Itália	imp.				
	exp.				
Inglaterra	imp.				
	exp.				
Prússia	imp.				
	exp.				
Rússia	imp.				
	exp.				
Suécia	imp.				
	exp.	8 629			

África	imp.				
	exp.				
Ásia	imp.				
	exp.				
Brasil	imp.				
	exp.				
Ilhas	imp.				
	exp.				

c/

ALGARVE

		1799	1800	1801	1802
Alemanha	imp.				
	exp.				
Barbéria	imp.	2 463			
	exp.	2 365		1 578	257
Castela	imp.	11 691	5 449	6 065	20 989
	exp.	90 160	198 293	107 766	30 344
Dinamarca	imp.	120			417
	exp.	4 032	21 721	46 801	1 968
E.U.A.	imp.	2 579			1 318
	exp.	180			
França	imp.				849
	exp.				21 019
Hamburgo	imp.				
	exp.	1 846	22 344	2 525	1 792
Holanda	imp.		1 811	206	3 863
	exp.				18 712
Itália	imp.				
	exp.				
Inglaterra	imp.	8 196	6 466	4 008	3 748
	exp.	23 134	25 894	33 620	49 533
Prússia	imp.			672	
	exp.	861	5 163	9 728	
Rússia	imp.				
	exp.				
Suécia	imp.		735	74	712
	exp.		5 348	933	791

África	imp.				
	exp.				
Ásia	imp.				
	exp.				
Brasil	imp.				
	exp.				
Ilhas	imp.				
	exp.				